

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**  
**FACULDADE DE FILOSOFIA LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS**

**Marias, Franciscas e Raimundas:  
uma história das mulheres da floresta  
Alto Juruá, Acre 1870-1945**



**Cristina Scheibe Wolff**

**Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria Odila Leite da Silva Dias**

**Tese de Doutorado - História Social**

**São Paulo**

**1998**

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE FILOSOFIA LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

Marias, Franciscas e Raimundas:  
uma história das mulheres da floresta  
Alto Juruá, Acre 1870-1945

Cristina Scheibe Wolff

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria Odila Leite da Silva Dias

Tese apresentada ao Programa de Pós Graduação  
em História Social da Universidade de São Paulo,  
como requisito parcial para a obtenção do título de  
doutor em História.

O Ruy, meu marido, não quis ainda ler a minha tese. Mas é dele que estou falando quando, na tese, uso “nós” ao invés de “eu”. Sem ele eu não teria ido para o Alto Juruá, não teria agüentado as saudades, os mosquitos, os esforços necessários. Ele soube me ouvir quando precisei falar, me ajudar a relaxar quando estava tensa, me consolar e animar, quando desanimava, compartilhar comigo as alegrias e expectativas da tese e da maternidade. Esta tese é dedicada a ele.

## Sumário

<b>Sumário</b>	04
<b>Agradecimentos</b>	06
<b>Resumo</b>	11
<b>Abstract</b>	12
<b>Introdução</b>	13
<b>Capítulo 1</b>	
<b>De primeiro... as mulheres na constituição dos seringais (1870-1912)</b>	44
Do sertão seco à mata molhada	48
A viagem	60
O seringal	63
Franciscas, Clarindas, Joanas e Raimundas... as mulheres invisíveis	71
<b>Capítulo 2</b>	
<b>... e não desapareceram ... A sobrevivência na floresta</b>	94
A crise	98
Famílias: grupos de sobrevivência e sociabilidade	110
Novas atividades: viver na floresta	119
A batalha da borracha: o estado e o negócio da borracha	139
Gênero e sustentabilidade	144
Tempo, memória e território	150



**Capítulo 3**

<b>Índias e seringueiros - Gênero e etnia</b>	155
As correrias	158
De índias a seringueiras	165
A floresta como despensa	174
Índios-seringueiros	180
Cearenses e caboclos	186
Gênero e etnia	194

**Capítulo 4**

<b>A linguagem da violência</b>	196
Seringueiros e padrões	198
Honra & ciúmes, violência na conjugalidade	213
Incesto, estupro, defloramento	232
Reação, resistência e violência feminina	241

**Epílogo**

<b>Uma viagem no espaço e no tempo</b>	253
<b>Fontes e Bibliografia</b>	266
<b>Índice de Mapas</b>	283
<b>Índice de Quadros</b>	283
<b>Índice de Tabelas</b>	283
<b>Índice de Gráficos</b>	283
<b>Índice de Figuras</b>	284

## **Agradecimentos**

Muitas pessoas e instituições ajudaram a tornar possível este trabalho e, mesmo sob pena de esquecer algumas, gostaria de nomeá-las, expressando meu agradecimento e dividindo a emoção de ver este trabalho concluído:

- A Professora Maria Odila Leite da Silva Dias, que como orientadora acompanhou meus passos, e sempre me incentivou, mesmo quando resolvi mudar o tema de minha tese para uma realidade distante, diferente de tudo que tinha estudado até então.
- A Professora Manuela Carneiro da Cunha, de quem partiu o convite para irmos, eu e Ruy para o Alto Juruá, e que portanto foi grande inspiradora deste trabalho. A esta professora, junto com os Professores Mauro W. B. Almeida e Keith Brown, coordenadores do Projeto de Pesquisa e Monitoramento da Reserva Extrativista do Alto Juruá, também gostaria de agradecer pela infra-estrutura, passagens e transporte em barcos e canoas que possibilitaram minha estada na REAJ, no ano de 1995, bem como por sugestões de leitura, empréstimo de bibliografia e mesmo por ceder algumas transcrições de documentos.
- A ASAREAJ, Associação dos Seringueiros e Agricultores da Reserva Extrativista do Alto Juruá, nas pessoas de seu então presidente, Francisco Barbosa de Melo (Chico Ginu) e do seu atual presidente, Antônio Francisco de Paula, que sempre nos deu total apoio, e, junto com o CNPT/IBAMA, permitiu nossa pesquisa na área.
- A Universidade Federal de Santa Catarina, que me liberou de minhas atividades letivas para que pudesse cursar o doutorado e realizar a pesquisa e redação desta tese,

especialmente o Departamento de História e meus colegas professores, que tiveram sua carga letiva aumentada por minha ausência nestes quatro anos.

- O Programa Institucional de Capacitação Docente da CAPES que me proporcionou uma bolsa de doutorado.

- O Programa de Pós- Graduação em História Social da Universidade de São Paulo, sua coordenação e funcionários.

- No Fórum Municipal de Cruzeiro do Sul, os Juizes Dra. Maria Penha Souza Nascimento, Dr. Luiz Vitório Camolez, Dr. Jair Araújo Fagundes e Dra. Mirla Regina da Silva Lopez, autorizaram nosso trabalho de pesquisa e os funcionários Luiza Gomes da Silva, Vera Lúcia Sarah Sidou Messias, Waldenor Jardim Alves Ferreira, Maria Salvelina da Costa e Antônio Augusto Pereira de Lima sempre nos auxiliaram em tudo o que lhes era solicitado.

- O CDIH, da Universidade Federal do Acre, na pessoa da Prof. Maria José Bezerra, então coordenadora, nos deu todo o apoio na pesquisa empreendida em Rio Branco.

- O NEG, Núcleo de Estudos de Gênero da UFSC foi importante espaço de discussão e atualização sobre a questão das relações de gênero

- Maria Elizabeth Jardim Pereira Dene foi uma grande amiga e uma pesquisadora incansável. Ela transcreveu inúmeros processos, num trabalho minucioso sem o qual esta tese não seria possível. Além disso a casa dela foi para mim um ponto de referência, de convívio amistoso e familiar, nos tempos que passei em Cruzeiro do Sul.

- Dona Débora Sylvia Lima Dene, que infelizmente faleceu antes de poder ler esta tese, é personagem importante dela pelas memórias que compartilhou comigo em duas entrevistas gravadas e uma informal. Um exemplo de mulher forte, decidida, culta e sensível. Uma pioneira.

- Os amigos Pascoal e Maria José, Márcio e Kátia, nos receberam em suas casas em Rio Branco, nas três vezes em que estivemos naquela cidade e foram guias seguros para nosso trânsito na Universidade e outras instituições, bem como companheiros carinhosos que ajudavam a gente a encarar melhor a saudade de casa.
- O Professor Gerson Albuquerque, da UFAC, me emprestou muitos textos que na verdade foram uma verdadeira “iniciação aos estudos do Acre”, logo no início da pesquisa.
- Os professores Nicolau Sevcenko e Míriam Moreira Leite, banca do Exame de Qualificação, fizeram muitas sugestões importantes, que procurei, na medida do possível, incorporar à tese.
- Carlos Walter Porto Gonçalves, professor, geógrafo e amigo, foi constante interlocutor; incentivando, lendo, polemizando, sugerindo. É presença marcante nesta tese. A ele também devo grande parte de minha curiosidade sobre a Amazônia e os seringueiros.
- Edilene, Mariana e Gabriela, antropólogas, também emprestaram textos, discutiram questões, estiveram junto com a gente nos trabalhos de campo e no trabalho de redação.
- O professor Adão Cardoso, falecido trágica e precocemente, foi um grande companheiro de caminhada e nos apoiou em nossas angústias do início do trabalho na reserva. Sua amizade e carinho nos marcaram profundamente.
- Maria, Pedrinho e seus filhos: Aida, Élide, Fábio, Rivelino, Artemisa, Aideone, Everaldo, Rosimeire e Adriana foram grandes vizinhos na Base de Pesquisa, assim como o Zé do Lopes, que vinha nos visitar todos os dias.
- Os alunos do curso de “Aperfeiçoamento da Escrita, Leitura e Contas da Restauração” além de serem pessoas maravilhosas, nos ensinaram muito,

principalmente a não perder a esperança de que muito ainda pode ser feito para melhorar a vida, deles e nossa.

- Os moradores da Reserva Extrativista do Alto Juruá, tantos que eu não poderia citar o nome de todos, sempre nos receberam em suas casas, dividiram conosco sua comida, nos guiaram pelos caminhos dos rios e da floresta. Foram solidários, hospitaleiros, afetuosos. Entrevistei vários deles, como cito ao final da tese, suas memórias constituem parte importante, talvez a melhor parte, deste trabalho.

- Edir e Tita, os motoristas dos barcos do Projeto, também nos apresentavam pessoas, contavam “causos”, tornavam as viagens, momentos descontraídos e animados.

- Joana, Bernardete, Lígia, Rosângela, Roselane, Maria Teresa e Cíntia, colegas e amigas, ouviram minhas aventuras, indicaram textos, e nunca se esqueceram de mim.

- Maria Lúcia, Dolores e Olga foram companheiras de “apartamento” em São Paulo, dividindo as horas, os programas, as angústias e alegrias de doutorandas.

- A Célia, em 1996 e a Ana e a Tatiane em 1997, enquanto eu trabalhava no computador, nos livros e nas fichas, cuidaram da roupa, da limpeza, da comida e, agora mais recentemente, me ajudaram a cuidar do Pedro. Sem elas seria impossível terminar a tese.

- Dona Áurea, Seu Ruy, meus sogros; Rosane, João, Thiago, Bruno, Edson e Rita, Fifa, Eliete, Nildo, Júlia, Robson, meus cunhados e sobrinhos, sempre acompanharam meus trabalhos e viagens.

- Meus pais, Leda e Scheibe, leram e opinaram, me apoiaram de todas as formas possíveis, inclusive indo nos visitar na Reserva. Meus irmãos Fernando e Carina, junto com Révero, Camila, Theo, Rosa, Clarice e Félix, também sempre estiveram presentes. Agradeço ao Fê a revisão das traduções do Francês e ao pai a revisão final do trabalho, as vírgulas, e a segurança.

- O Pedro nasceu em 28 de dezembro de 1996. Foi meu companheiro inseparável nestes dois anos de redação da tese, dentro e fora da barriga, foi meu “co-autor”. Agradeço a ele por existir, e por me permitir deixá-lo com outras pessoas enquanto escrevo e estudo.
- Ruy Ávila Wolff, meu marido, pelo amor, companheirismo, e por partilhar comigo os sonhos.

## RESUMO

A presente tese procura contar a história das mulheres do Alto Juruá, Acre, entre 1870 e 1945, através da interpretação de documentos judiciais, de entrevistas de história oral e da bibliografia. A região do Alto Juruá foi ocupada a partir da década de 1870 por seringueiros nordestinos, trazidos por firmas comerciais e por particulares que se apropriavam dos seringais nativos. Durante o período de apogeu do preço da borracha no mercado internacional, configurou-se na região uma sociedade em que as mulheres não tinham nenhum papel produtivo reconhecido, já que a extração da borracha era considerada um trabalho essencialmente masculino, e não havia lugar para outras atividades nos seringais. No primeiro capítulo da tese, procuro mostrar a constituição desta sociedade dos seringais e dar visibilidade para as mulheres neste processo, pois, embora fossem em menor número que os homens (em torno de 25% da população), elas desempenharam atividades variadas, apesar de não reconhecidas, inclusive o corte da seringa. A partir de 1912, porém, o preço da borracha no mercado internacional entrou em decadência, o que trouxe significativas transformações. No segundo capítulo, mostro como as mudanças nas relações de gênero, ocorridas com a crise, tornaram possível a sobrevivência e deram condições para o desenvolvimento de um modo de vida mais autônomo e “sustentável”. O terceiro capítulo trata da relação entre índias e seringueiros. O embate entre índios e brancos pela ocupação da região do Alto Juruá envolveu o massacre e aprisionamento de índios e índias, através das “correrias”, bem como, em alguns casos, a incorporação de tribos inteiras como trabalhadores dos seringais. As índias eram caçadas e vendidas, ou tomadas como mulheres pelos seus próprios captores, após um período de “amansamento”. Busco, entretanto, mostrar como as mulheres índias, em meio a esta situação de franca opressão, foram personagens ativas na criação do modo de vida dos seringais, que, através delas, incorporou muito da cultura indígena. A violência atravessava a sociedade dos seringais como uma linguagem, por todos usada, e marcava as relações entre patrões e seringueiros, homens e mulheres, pais e filhos. É sobre esta linguagem da violência, e, principalmente, sobre como as mulheres lidavam com ela, em seu cotidiano, que trata o quarto capítulo. No epílogo, convido o leitor a uma viagem no espaço e no tempo através de fotografias da região do Alto Juruá tiradas em 1995, durante os trabalho de campo.



## ABSTRACT

This work aims to tell a history of the women of the Alto Juruá region, in Northwest Brazil, based on the interpretation of judicial documents, oral history interviews and bibliography. The Alto Juruá region was occupied since the decade of 1870 by rubber tappers brought from Northeast Brazil by commercial firms and private persons who appropriated the native rubber estates (seringais). During the boom phase of the rubber prices in the international market, no productive role was recognized for women, since rubber extraction was considered a masculine work, and there was no place for other activities in rubber estates. In the first chapter, I show the constitution of the rubbers society, trying to give visibility to women in this process. Although the number of women was smaller than men's (around 25% of the population), they fulfilled many activities, whose importance was not recognized, including the rubber extraction. In 1912, however, rubber prices in international market began to fall, bringing significant transformations to the amazonian region. In the second chapter I explain how changes in gender relations, with the crisis, rendered possible the survival and gave conditions for a more autonomous and sustainable way of life. The third chapter regards the relationship between indian women and rubber tappers. The conflict between indians and white men for the occupation of the Alto Juruá region involved the massacre and capture of indians (correrias), and, in some cases, the incorporation of entire tribes in rubber estates, as workers. The indian women were hunted and sold, or taken as wives by their proper captors. I intend, however, to show how indian women, in this oppressive situation, were active personages in the creation of a rubber estates way of life, bringing to it much from the indigenous culture. Violence permeates the rubber estates society like a language that marked the relations between patrons and rubber tappers, men and women, parents and children. The fourth chapter is about this language of violence, mainly about how women dealt with it in their quotidian. In the Epilogue, I invite the reader to a travel in space and time, looking some photographs made during the field work in the Alto Juruá region, in 1995.

## Introdução

A região do Alto Juruá (mapas 1, 2 e 3) notabilizou-se no passado como grande produtora do então chamado “ouro negro”, a borracha. Esta produção, impulsionada pelo mercado mundial que se abriu com o advento da bicicleta e do automóvel, foi responsável pela transferência de toda uma população do Nordeste brasileiro para o Extremo Oeste, e por uma ocupação *sui generis* daquele espaço coberto pela Floresta Amazônica e habitado por diversos grupos indígenas. A borracha é a grande personagem da história amazônica. Por um fenômeno de fetichização da mercadoria, toda a história da região é narrada e analisada tendo como sujeito principal a borracha.<sup>1</sup> A mercadoria se transforma em destino de uma região e de um povo, destino do qual parece não haver escape. Além da atriz principal, aparecem alguns coadjuvantes: a floresta, a malária, o *microcyclus uley* - fungo que ataca os seringais de cultivo na região amazônica. E certamente seria impossível falar da história amazônica sem a borracha. Entretanto essa história fetichizada esconde as relações sociais, as relações com a natureza, a cultura, a experiência vivida na floresta.

Trata-se da criação de uma sociedade em que se defrontam naturezas, culturas e temporalidades diferentes em uma fronteira movediça, na qual algumas “maneiras de fazer” vão se firmando em práticas cotidianas novas, ou nem tão novas assim. As relações de gênero fazem parte desta criação e mostram os limites dos padrões culturais e legais, e os usos desses padrões nas práticas cotidianas de seringueiros e seringueiras, patrões e patroas, índias e índios, prostitutas e outros habitantes daquele “deserto ocidental”. Abordar aspectos da história social das mulheres do Alto Juruá (AC), extremo oeste do Brasil, dando-lhes visibilidade no processo de constituição dos seringais e da sociedade que ali se formou, e analisando confrontos de culturas, temporalidades e entre sociedade e meio ambiente que emergiram nesta história é a idéia central deste trabalho.

A região do Alto Juruá surgiu como possibilidade de pesquisa ao longo do curso “Sociedade e Meio Ambiente”, ministrado na USP pela Professora Manuela

---

<sup>1</sup> Ver sobre este processo, para a sociedade paulista do café: MALUF, Marina. Ruídos da memória. São Paulo: Siciliano, 1995. p. 17.

Carneiro da Cunha, no primeiro semestre de 1994. É uma região isolada, cujo acesso só é possível por via aérea ou fluvial, e que hoje abriga a primeira Reserva Extrativista do Brasil e diversas Áreas Indígenas, numa tentativa de preservar a floresta e as populações tradicionais de seringueiros e índios de maneira auto-sustentável. A maior cidade da região é Cruzeiro do Sul, com cerca de trinta mil habitantes, e que no passado foi centro de comercialização da borracha natural. O convite e custeio das passagens e transportes necessários à minha estadia na região durante o ano de 1995 pelo Projeto de Pesquisa e Monitoramento da Reserva Extrativista do Alto Juruá<sup>2</sup>, possibilitaram a realização da pesquisa.

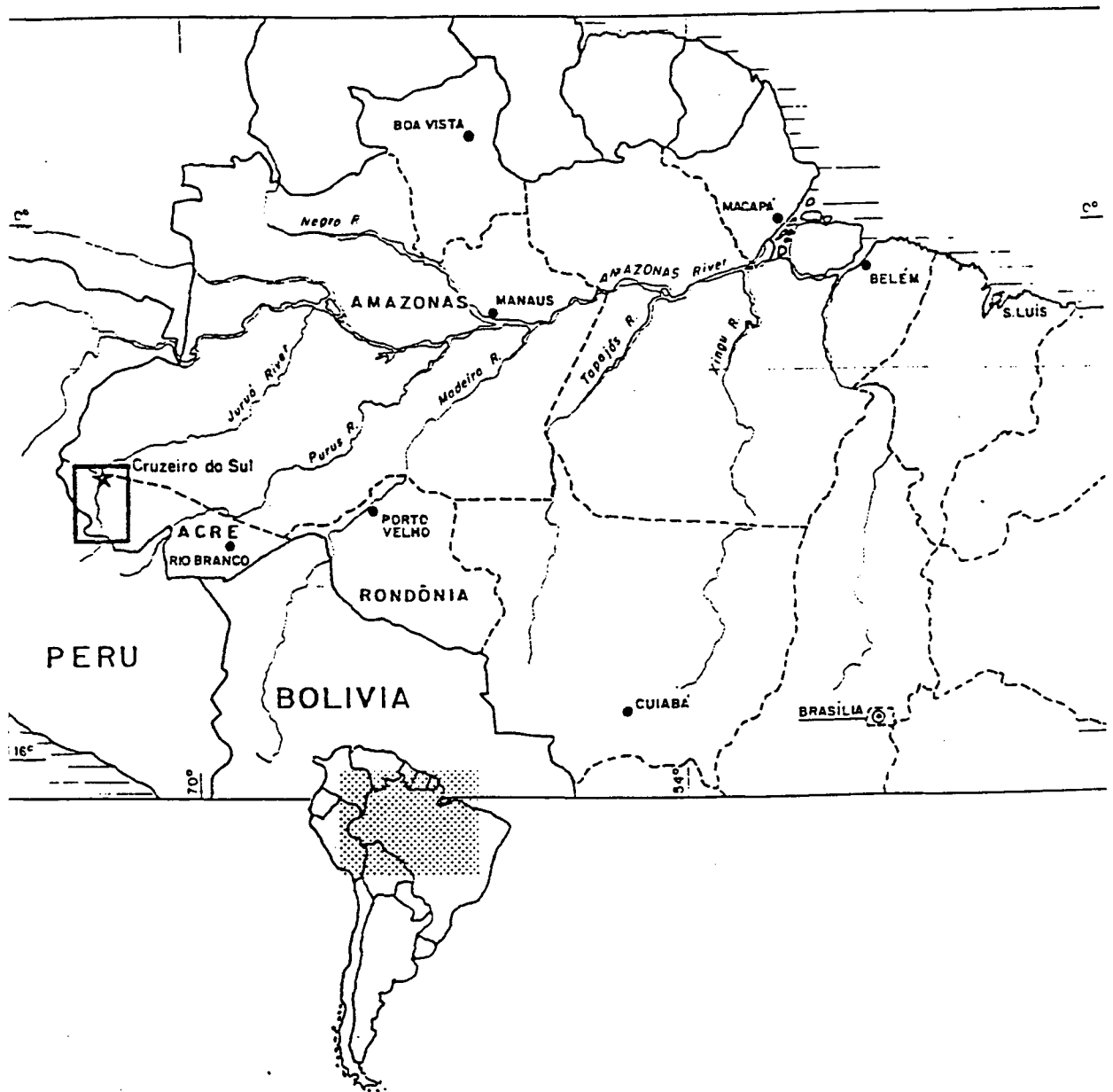
Foi uma viagem no espaço e no tempo. Saí do Sul do Brasil, para um mundo completamente distante e estranho, muito fora dos padrões de nossa sociedade globalizada, urbanizada e higienizada. Meu intuito era o de fazer a pesquisa para uma tese de doutorado, sobre a vida das mulheres nos seringais entre 1890 e 1945. Mas não me senti somente como uma historiadora fazendo seu trabalho de pesquisa nos arquivos e papéis antigos, e suas entrevistas. Acabei por dar aulas de alfabetização para pessoas que caminhavam uma, duas ou três horas na mata aos domingos para assisti-las; ajudei a tratar de ferimentos e doenças com livros e remédios; conheci a vida na floresta; caminhei dias em meio a árvores, lama, rios; enfim, senti-me um pouco como imagino que se sentiam os viajantes estrangeiros que visitavam o Brasil entre os séculos XVI e XIX.

O fato de ser brasileira e me sentir estrangeira, demonstra mais que tudo a diversidade de “Brasis” que convivem em nosso país. Na verdade é muito fácil sentir-se estrangeiro no Brasil, basta sair um pouco de seu grupo social e mudam a língua falada, a forma de comer e vestir, expectativas. Mas ir para um lugar onde o “plim-plim” da rede Globo ocorre apenas de forma muito episódica e cheia de solenidade, é bem diferente. Muitas vezes no ano que passei na região Norte tive que afirmar minha nacionalidade brasileira. Não apenas os seringueiros mas até em lojas e correios me perguntavam se era americana, alemã... E isto, tenho certeza, não era uma questão apenas de aparência física. Era também uma questão do tipo de coisa que fui fazer, pois pesquisar na Amazônia parece ser ainda um pouco prerrogativa dos “gringos”.

---

<sup>2</sup>O projeto foi coordenado pelos professores Manuela Carneiro da Cunha (NHII/USP), Keith Brown (UNICAMP) e Mauro W. B. de Almeida (UNICAMP) e financiado pela Fundação John D. e Catherine T. MacArthur, para o período de 1993 a março de 1996.

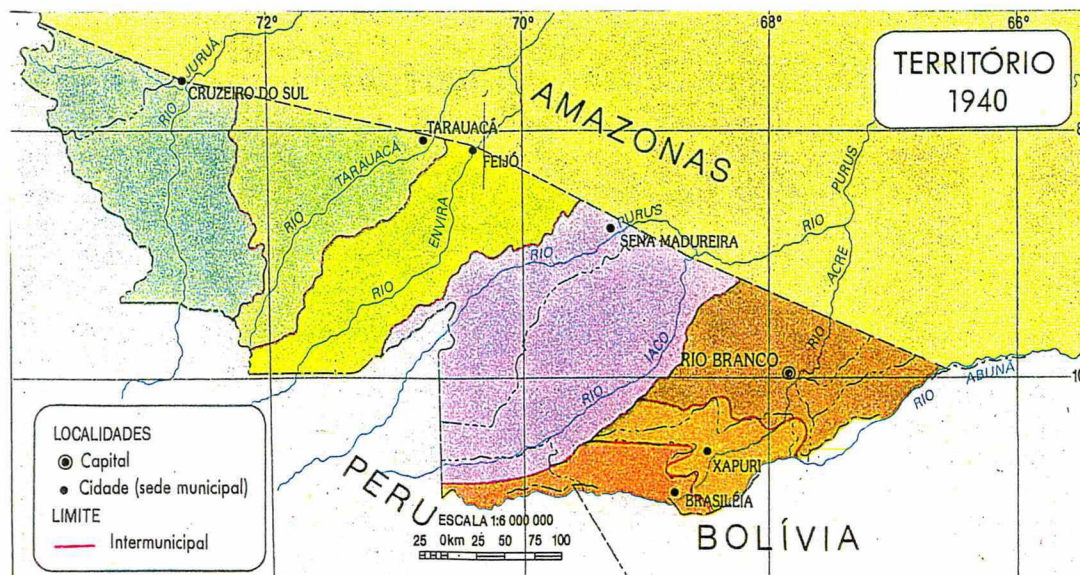
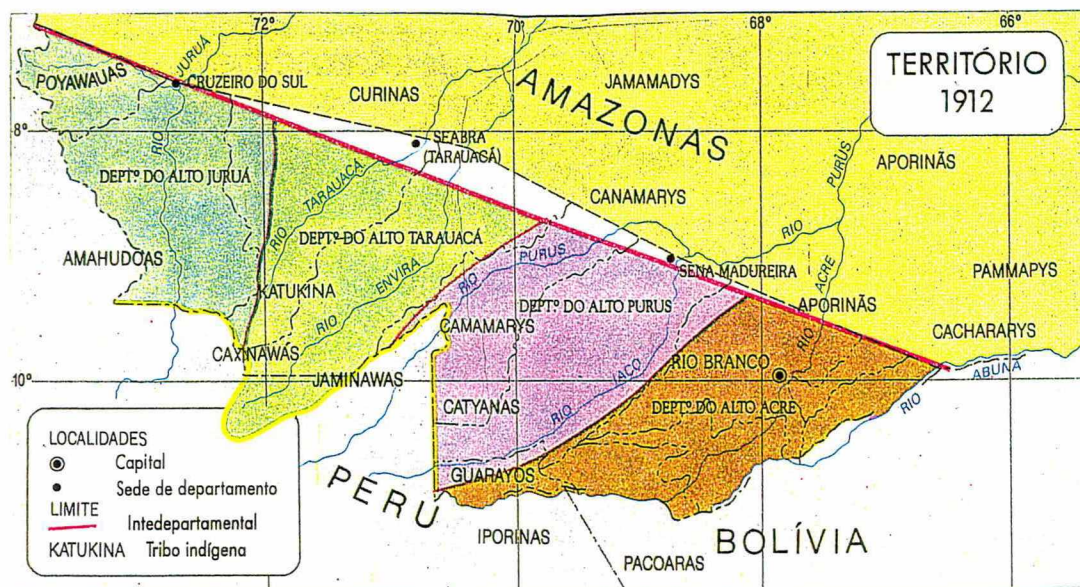
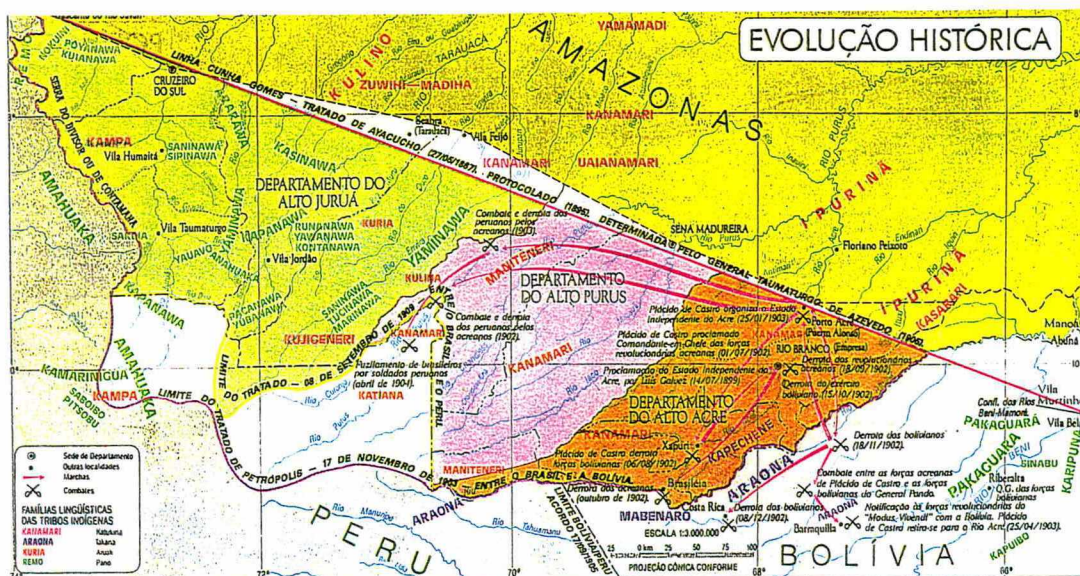
### Mapa 1- Amazônia Brasileira<sup>3</sup>



<sup>3</sup> Fonte: ALMEIDA, Mauro William Barbosa de. Rubber Tappers of the Upper Juruá River, Brazil. The making of a Forest Peasant Economy. Cambridge, 1992. Dissertation to the Ph. D. degree - University of Cambridge.

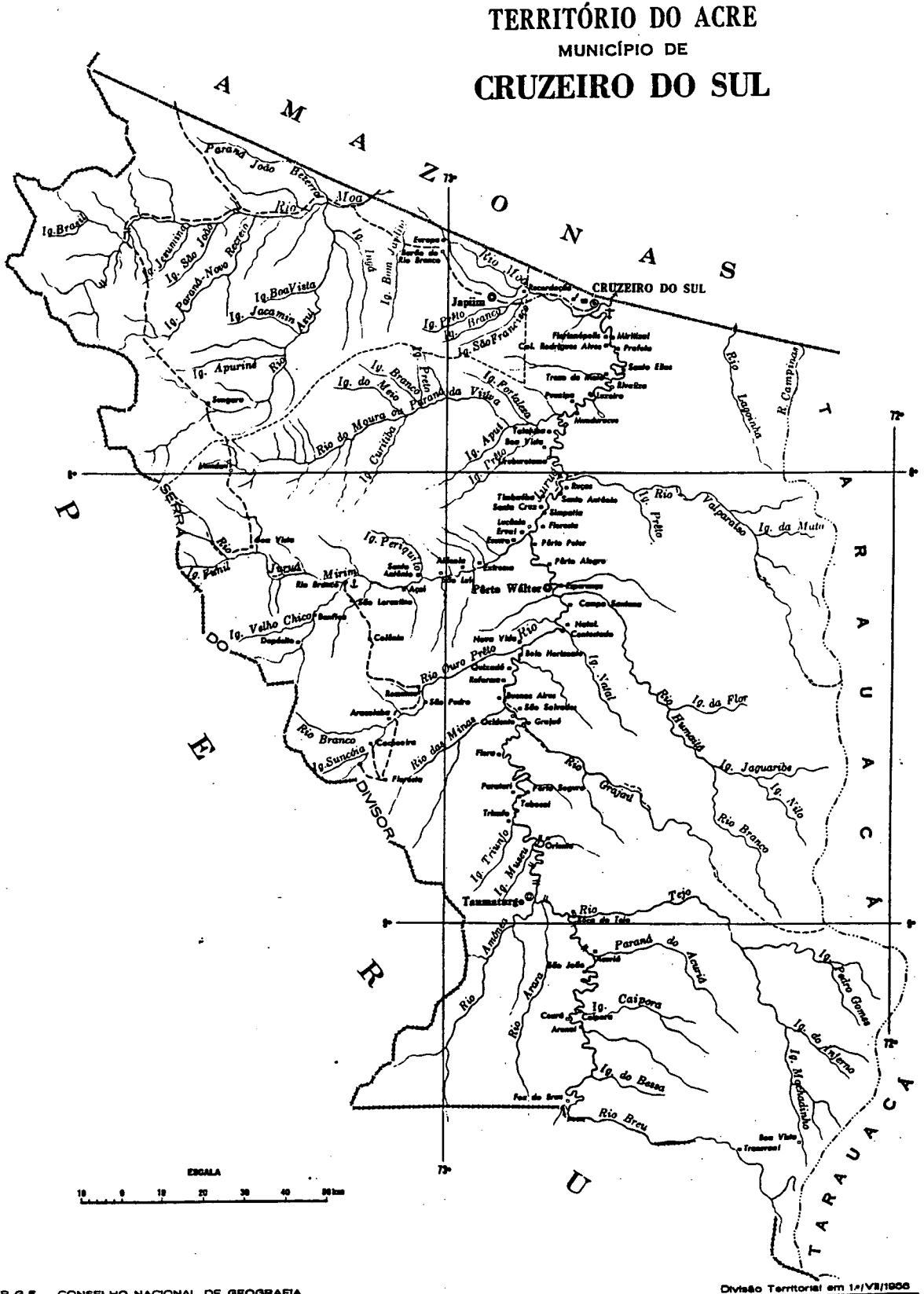


Mapa 2: O Território do Acre e sua divisão política em 1904, 1912 e 1940<sup>4</sup>



<sup>4</sup> Fonte: IMAC - Secretaria de Meio Ambiente do Acre. Atlas Geográfico Ambiental do Acre. Rio Branco, 1991.

Mapa 3: O Município de Cruzeiro do Sul em 1956.<sup>5</sup>



1.B.G.E. — CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA

<sup>5</sup> Fonte: IBGE. Enciclopédia dos Municípios Brasileiros. Vol. XIV. Rio de Janeiro: IBGE, 1957.



Esse estranhamento não é somente devido a um deslocamento no espaço, uma viagem a um lugar. Em certa medida, fiz também uma viagem no tempo. E quero que entendam não se tratar de uma viagem retroativa em um tempo linear e progressivo em cuja ponta estaria a sociedade ocidental globalizada e pós-industrial. Mas uma viagem por temporalidades que convivem entre si, na simultaneidade, num emaranhado de linhas que se cruzam de vez em quando e não tem uma direção fixa, que talvez não sejam linhas. Uma viagem também ao passado no presente, àquilo que posso entender melhor do passado através da vivência do presente de uma sociedade diferente. E uma viagem pelo mesmo, pelo presente e pela nossa sociedade, pois a busca do outro e do estranho sempre tem como referência a nós próprios, e nos faz repensar nossas práticas e nossas convicções.

Assim, este trabalho é resultado das viagens que fiz neste período: pelos rios amazônicos, pela mata, pelas estradas de seringa, pelas cidades, pelos arquivos, mas também pelos “tempos” que fui encontrando pelo caminho: os tempos da história, os tempos da natureza, os tempos inventados e vividos na cultura cotidiana de personagens dos processos judiciais e dos relatos antigos ou na memória e na vida dos seringueiros e seringueiras de hoje. Mais que as entrevistas e a leitura de documentos judiciais e jornais antigos, a convivência com essas pessoas, a experiência de dormir em redes, depender das cheias do rio, andar de canoa, ouvir os sons da floresta, escutar e contar histórias nas noites iluminadas com lamparina, me fez entender melhor aquilo que estava lendo nos arquivos. Na verdade, além de vislumbrar a experiência da chegada dos nordestinos em busca da borracha, de seu confronto com uma natureza, culturas e tempos tão diferentes, pude perceber um pouco do que a memória e as práticas cotidianas, as “maneiras de fazer” do dia a dia, preservaram dos tempos passados, do que mulheres e homens criaram nas fronteiras movediças entre naturezas, culturas e temporalidades diferentes.

Outra dimensão desta viagem pelo tempo foi a leitura dos documentos dos arquivos, como processos judiciais, jornais e relatórios, assim como a leitura de textos de outros que fizeram viagens semelhantes à minha, em outras épocas. Além disso há confrontos que se percebe nos arquivos e jornais entre os tempos da República, da Modernidade e da Lei e o dos coronéis, da “escravidão por dívidas”, da venda de mulheres, temporalidades que conviveram durante largo período. São lutas



importantes na complexidade da sociedade ocidental que se implanta na região amazônica.

Para os nordestinos que chegaram na Amazônia dos altos rios em busca da borracha, a chegada em local tão diverso também foi uma experiência marcante e criadora. Vinham do Nordeste das secas, em navios a vapor, com o sonho de fazer fortuna e, ricos, voltarem para suas terras e suas famílias. Vinham trazidos por sua ambição, mas também por uma circunstância que fazia da borracha, ouro. Muitos acabaram ficando, e criando uma forma de conviver com uma natureza tão diferente. Ao contrário de muitos movimentos migratórios ocorridos no Brasil, neste caso não se tratou de modificar a paisagem e implantar uma nova organização do espaço, com a eliminação da floresta, como aconteceu com a Mata Atlântica. Para a produção da borracha silvestre era imprescindível que a mata estivesse em pé, e assim acabaram por inventar um modo de convivência sustentável com a floresta.

Além do confronto com a natureza, os seringueiros tiveram que se defrontar com os índios. Se copiaram destes muitas de suas tecnologias e mesmo se os incorporaram através do trabalho do corte da seringa e de casamentos e uniões de diversos tipos, não deixaram porém de se diferenciar marcadamente dos “caboclos”<sup>6</sup>. Afinal, os seringueiros nordestinos eram o signo da modernidade, do tempo do trabalho duro para produzir riqueza, que se contrapunha ao tempo da natureza e da convivência tranqüila com ela que simbolizavam os índios em todos os discursos.

Mas pretendo basicamente, narrar histórias de mulheres. Ao longo do período estudado, de 1890 a 1945, ocorreram na região amazônica, junto ao processo de migração de nordestinos, muitas improvisações do ponto de vista da constituição de famílias. Alguns migrantes trouxeram junto suas mulheres e filhos; outros esperaram longos anos até poderem se juntar a eles no Nordeste ou os trazerem para o Norte; outros saíram solteiros ou abandonaram totalmente suas famílias e buscaram uniões com filhas de migrantes, índias ou mulheres “encomendadas” aos patrões, como um artigo de luxo, e que eram trazidas de Manaus, de Belém ou do Nordeste. É interessante pois analisar a constituição de um sistema de relações de gênero que se dá baseado nos estereótipos e convicções vigentes na sociedade ocidental, mas também

---

<sup>6</sup>“Caboclo”, na região do Acre é uma forma um tanto pejorativa de se dizer “índio”, mas pode também designar mestiços quando se quer ressaltar a ascendência indígena. Na literatura sobre a

nas condições inusitadas impostas pela natureza da floresta e das condições de trabalho dos seringais. Pelo que se percebe nas entrevistas e na documentação escrita, através da dimensão das relações de gênero, de como se relacionam e se constituem homens e mulheres naquela formação social, evidenciam-se com clareza outras faces do social como as relações entre público e privado, entre diversas etnias, entre seringal e cidade, entre seringueiros e patrões; relações estas que são marcadas por formas de relacionamento como a violência física, o preconceito, a opressão, resistências dos mais variados tipos, inversões de papéis e invenções.

Colocar as mulheres no centro da análise histórica de um trabalho sobre o Acre tem ainda um sentido militante tanto na historiografia da região, que costuma ignorar quase por completo a experiência social das mulheres, como do ponto de vista da sociedade atual, cuja postura violenta e opressora com as mulheres tem sido denunciada com veemência por diversas entidades.<sup>7</sup>

Os estudos sobre a história social das mulheres têm se multiplicado nos últimos tempos, em diversas perspectivas de interpretação. Se num primeiro momento estes estudos visavam sobretudo dar visibilidade às mulheres na história, sem muitas vezes questionar a forma desta história, num segundo a afirmação da diferença e da especificidade das mulheres tornou-se a tônica.<sup>8</sup> O terceiro momento, entretanto, o atual, trouxe para a cena a categoria das relações de gênero, juntamente com a palavra de ordem "Iguais mas não idênticos".<sup>9</sup>

A categoria "gênero" permite que possamos deixar de lado as categorias "sexo" e "papéis sexuais", que remetem a uma conotação biológica e naturalizante de uma "condição feminina universal". O termo surgiu como uma alternativa a esta visão, carregando consigo uma perspectiva relacional. Os gêneros constroem-se um em

Amazônia como um todo, a palavra se refere normalmente aos habitantes da região antes da chegada dos nordestinos, mestiços de índios e brancos que ocupavam as margens dos rios.

<sup>7</sup> Como por exemplo o CEDHEP, Centro de Defesa dos Direitos Humanos e Educação Popular do Acre e a Rede Acreana de Mulheres e Homens.

<sup>8</sup> Sobre esta trajetória dos estudos feministas ver DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Teoria e método dos estudos feministas: perspectiva histórica e hermenêutica do cotidiano. In: COSTA, A de O. e BRUSCHINI, C. (org.) Uma questão de gênero. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, São Paulo: Fund. Carlos Chagas, p. 39-53, 1992; PEDRO, Joana Maria. Relações de gênero na pesquisa histórica. Revista Catarinense de História. Florianópolis, n. 2, p. 35-44, 1994. FOSTER, Thomas. History, critical theory and women's social practices: "Women's Time" and "Housekeeping". Signs. Journal of women in culture and society. v. 14, n 1, 1988. e ainda SCOTT, Joan. História das Mulheres. in: BURKE, Peter.(org.) A Escrita da História. São Paulo: UNESP, 1992. p. 63-95, entre outros.

<sup>9</sup> cf. YANNOULAS, Sílvia Cristina. Iguais mas não idênticos. Estudos Feministas. Rio de Janeiro, n. 3, p. 7-16, 1º semestre de 1994.

relação a outro e sobre as diferenças percebidas entre os sexos.<sup>10</sup> A proposta de utilização desta categoria na pesquisa histórica é a de documentar as múltiplas e variadas formas pelas quais se constituem os gêneros nas diversas sociedades, grupos sociais, tempos e espaços. Não se trata, portanto, de uma fórmula ou categoria a utilizar de maneira abstrata, só adquire sentido através da historicidade.<sup>11</sup>

E é justamente esta historicização das categorias que se propõe a crítica feminista, segundo Maria Odila L. da S. Dias:

*A crítica feminista é de contexto, relacional e relativista [...], o que de início implica numa atitude crítica iconoclasta, que consiste em não aceitar totalidades universais ou balizas fixas. Trata-se de historicizar os próprios conceitos com que se tem de trabalhar não somente as categorias das relações de gênero, como também os conceitos de reprodução, família, público, particular, cidadania, sociabilidade, a fim de transcender definições estáticas e valores culturais herdados como inerentes a uma natureza feminina.<sup>12</sup>*

Neste sentido uma pesquisa sobre a história social das mulheres do Alto Juruá constitui uma oportunidade de documentar mais uma das configurações movediças que assumem as relações de gênero no Brasil. Esta pesquisa deve então procurar não somente os papéis normativos, formais, das mulheres dos seringais acreanos, mas através de pormenores, das entrelinhas do discurso, buscar as situações atípicas, os papéis informais, o insólito, como coloca Joana Maria Pedro:

*Não basta, entretanto, para as/os historiadoras/es identificar, em determinados momentos da história, como se dividiam os papéis entre os sexos, é preciso perceber as relações que se estabeleciam e que os determinavam. Identificar papéis sexuais pode apenas servir para naturalizá-los, enrijecendo-os. É preciso, antes de mais nada, perceber, também, personagens vivendo papéis trocados. Mulheres e homens que, apesar do sexo biológico, viveram, em muitas ocasiões, papéis que pertenciam ao outro gênero. Este tipo de pesquisa pode nos levar a perceber que o futuro que almejamos, uma sociedade sem gênero, mas não sem sexo, já foi, em parte, vivida por muitas pessoas no passado, mesmo dentro das limitações impostas pelos papéis de gênero.<sup>13</sup>*

<sup>10</sup> SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação e Realidade. Porto Alegre, vol. 15, n. 2, p. 5-22, jul./dez., 1990. p. 14.

<sup>11</sup> Sobre a necessidade de historicizar as categorias de análise, ver também: HARDING, Sandra. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. Estudos Feministas. Rio de Janeiro, vol. 1, n. 1, p. 7-31, 1º semestre de 1993.

<sup>12</sup> DIAS, p. 41.

<sup>13</sup> PEDRO, p. 42.

A própria noção de mulher seringueira pode ser discutida deste prisma, pois a rigor, na historiografia e mesmo em textos antropológicos produzidos em vários momentos sobre o grupo dos seringueiros, não há praticamente referências sobre mulheres extraírem o látex da *Hevea Brasiliensis*, assim elas seriam “mulheres de seringueiros”.<sup>14</sup> Por outro lado, nas entrevistas que realizei até agora com mulheres e homens idosos da Reserva Extrativista do Alto Juruá, quase todas as entrevistadas “cortaram seringa” em algum período da vida e também contam de outras mulheres que cortavam ou cortam, além de trabalharem na agricultura e fazerem os serviços domésticos.

É preciso desconfiar a todo momento das afirmações absolutas e totalizantes dos diversos autores que escrevem sobre o Acre, como a de que por lá “não havia mulheres” ou de que as mulheres apenas constituíam um “encargo” a mais para os seringueiros, aumentando seu débito para com o patrão. Através desta desconfiança e da leitura atenta dos relatos, documentos e depoimentos orais, é que se pode “encontrar” as mulheres nesta história. Como coloca Maria Odila L. da S. Dias:

*Libertar-se de categorias abstratas e de idealidades universais como a 'condição feminina' é uma preocupação que decididamente enfatiza o interesse em desconstruir valores ideológicos e em perseguir trilhas do conhecimento histórico concreto que, reduzindo o espaço e o tempo a conjunturas restritas e específicas, permitem ao estudioso a re-descoberta de papéis informais, de situações inéditas e atípicas, que justamente permitem a reconstituição de processos sociais fora de seu enquadramento estritamente normativo. Documentar o atípico não quer dizer apontar o excepcional, no sentido episódico ou anedótico, mas justamente encontrar um caminho de interpretação que desvende um processo importante até ali invisível, por força da tonalidade restrita das perguntas formuladas tendo em vista o estritamente normativo.*<sup>15</sup>

É através da perspectiva do presente que valoriza a experiência social das mulheres que procurarei estabelecer um diálogo com os testemunhos da época (através da documentação escrita) e com os testemunhos de hoje que se refiram à época

<sup>14</sup>As exceções que encontrei foram o trabalho de WAGLEY, Charles. Uma Comunidade Amazônica. 3 ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1988 (1953). p. 171-172; e o artigo de SIMONIAN, Lígia T.L. Mulheres seringueiras na Amazônia Brasileira. Uma vida de trabalho silenciado. In: ÁLVARES, M.L.M e D'INCAO, M.A . (org.) A mulher existe? Uma contribuição ao estudo da mulher e gênero na Amazônia. Belém: GEPEN/Museu Goeldi/CNPq, 1995. p. 97-115.

<sup>15</sup> DIAS, p. 40.

(através da história oral).<sup>16</sup> Mais, estabelecer um diálogo entre as várias temporalidades que se confrontam e convivem nessa história e às quais já me referi acima. Para isso é muito instigante a idéia da “fusão de horizontes” para a interpretação do passado, idéia que foge a um só tempo de uma pretensa (e falsa) “objetividade e isenção” histórica e de um relativismo absoluto pelo qual o passado seria irredutível ao presente, impossível de ser compreendido. Para Gadamer, conforme Susan Hekman: *“Devemos ter já um horizonte a fim de compreender o do outro. [...] Só podemos recuperar os conceitos do passado histórico compreendendo-os através dos nossos próprios conceitos. [...] A fusão dos dois horizontes é a realização bem sucedida de um acto de compreensão.”*<sup>17</sup>

Assim, a interpretação do passado, através dos documentos que encontramos do passado, é feita à luz de nosso tempo, de nossas concepções, perguntas, e até preconceitos. Mas é preciso definir este horizonte, deixando claro de onde partimos para a viagem, afim de que possamos retornar com novas compreensões, novas experiências:

*Retenhamos, pois, que a vinculação linguística de nossa experiência do mundo não significa nenhum perspectivismo excludente; quando conseguimos superar os preconceitos e barreiras de nossa experiência anterior do mundo introduzindo-nos em mundos lingüísticos estranhos, isto não quer dizer de modo algum, que abandonamos ou neguemos o nosso próprio mundo. Como viajantes, sempre voltamos para casa com novas experiências.*<sup>18</sup>

Mas a perspectiva do presente coloca ainda outras questões além da descoberta das mulheres como sujeitos sociais. Uma destas questões é sem dúvida a procura de formas mais “sustentáveis”, para usar o termo em voga, de relacionamento entre as sociedades humanas e a natureza. Trata-se de um debate muito antigo, porém a industrialização e urbanização crescentes e as conseqüências destes processos não só para a natureza mas principalmente para as próprias sociedades que os criaram, tornaram premente uma ação efetiva neste sentido. É assim que surgem os “Povos da

<sup>16</sup> “O perspectivismo é uma forma de interpretação inerente à historicidade do próprio conhecimento do historiador. Consiste em documentar o ponto de vista dos testemunhos da época de modo a entabular com eles um diálogo, no qual a posição do historiador enquanto intérprete se vê sempre ressaltada.” DIAS, Maria Odila L. da S. Prefácio: Hermenêutica e narrativa. In: SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu Extático na Metrópole*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. XI-XXIII, p. XVII.

<sup>17</sup> HEKMAN, Susan J. *Hermenêutica e Sociologia do Conhecimento*. Lisboa: Edições 70, s/d, p. 156.

<sup>18</sup> GADAMER, Hans Georg. *Verdad y Método. Fundamentos de una hermenêutica filosófica*. 4 ed., Salamanca: Ediciones Sígueme, 1991. p. 537. (Tradução minha)

Floresta”, índios e seringueiros da região amazônica que em sua luta pela terra e pela sua sobrevivência cultural colocam-se como vanguarda na luta por uma convivência sustentável entre seres humanos e natureza.<sup>19</sup> Na região do Alto Juruá foi implantada uma Reserva Extrativista, uma forma de possibilitar às seringueiras e seringueiros o acesso à terra, antes dominada pelos seringalistas, ao mesmo tempo protegendo a floresta do desmatamento.<sup>20</sup>

A idéia é que a forma mais fácil de preservar a floresta, preservação esta exigida pela opinião pública e pelos bancos internacionais, é também preservar formas de vida e de uso dos recursos florestais “sustentáveis”, ou seja, que conseguem se reproduzir sem a destruição da floresta. E esta idéia não partiu do governo, mas sim dos próprios “povos da floresta”, cujo líder mais conhecido foi Chico Mendes, em conjunto com antropólogos e outros intelectuais que, ao estudar estes “povos”, acabaram por acessorá-los em sua busca pela sobrevivência física e cultural.

Este modo de vida das seringueiras e seringueiros, que permite a sobrevivência, ainda que muito precária atualmente, sem a destruição da floresta, já que para o desenvolvimento da atividade de extração da borracha é preciso que a floresta exista, é marcado por uma série de estratégias de aproveitamento dos recursos naturais. A população vive dispersa pelas “colocações”<sup>21</sup>, muitas vezes bastante distantes umas das outras. O grupo familiar constitui a unidade de convivência, de produção, de solidariedade, de sobrevivência, que certamente não se dão sem conflitos, jogos de poder, violência e dominação. Este grupo familiar adquire tanta importância, como mostra o antropólogo Mauro W. B. de Almeida, que quando a família nuclear se desfaz pela morte de um dos cônjuges ou pelo casamento dos filhos, é usual a

---

<sup>19</sup> ARNT, Ricardo Azambuja. Seria mais prático ladrilhar? in: ARNT, Ricardo (ed.). O destino da Floresta: reservas extrativistas e desenvolvimento sustentável na Amazônia. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, Curitiba: Instituto de Estudos Amazônicos e Ambientais, fundação Konrad Adenauer, , 1994, p.7-16, p.12.

<sup>20</sup> “As Reservas Extrativistas são espaços territoriais protegidos pelo poder público, destinados à exploração auto-sustentável e conservação dos recursos naturais renováveis, por populações com tradição no uso de recursos extrativos, reguladas por contrato de concessão real de uso, mediante plano de utilização aprovado pelo órgão responsável pela política ambiental do país (IBAMA)”. ALEGRETTI, Mary Helena. Reservas Extrativistas: parâmetros para uma política de desenvolvimento sustentável na Amazônia. In: ARNT, Ricardo (ed.), p. 17-48. p. 19.

<sup>21</sup> Área composta geralmente por duas ou três “estradas de seringa” destinada à exploração de um seringueiro.

reconstituição rápida do núcleo, através de novos casamentos e da adoção de crianças, entre outras estratégias.<sup>22</sup>

Porém parece que esta nem sempre teria sido a realidade da região. Segundo a bibliografia, no período do “boom” da borracha (1870-1912) os seringueiros viviam muitas vezes sozinhos ou em duplas. Estas transformações envolveriam portanto estratégias cambiantes, nas quais os papéis formais e informais de gênero teriam se modificado e adquirido novos significados e novas concretudes em novas práticas sociais. Penso que estes papéis, em sua constante redefinição, são fundamentais para o entendimento do modo de vida desta população, de sua convivência “sustentável” com a floresta. Também são questão de suma importância no desenvolvimento de tecnologias e políticas que visem a melhoria das condições de vida desta população.<sup>23</sup>

Dizer que é preciso levar em conta os papéis de gênero, especialmente os papéis das mulheres nestas relações, geralmente esquecidos, não significa porém adesão aos princípios do “eco-feminismo” que enfatizam, segundo Bila Sorj, uma singularidade da experiência feminina frente à natureza, reivindicando para as mulheres o papel de “intermediárias privilegiadas” no diálogo humanidade/natureza.<sup>24</sup> Segundo esta autora “... a ênfase na dimensão natural do feminino deve ser tratada com muita cautela porque foi justamente ao redor desta idéia que se construiu um sistema de discriminações e exclusões, não apenas com relação ao gênero como também à raça e a vários povos.”<sup>25</sup>

Por outro lado, a percepção de diferenças no tocante aos papéis de gênero nas sociedades, de sua maior ou menor ligação com a floresta por exemplo, ou com a produção de alimentos, pode ser muito importante para a constituição de políticas de desenvolvimento e auxílio para estas populações. Em apresentação oral na USP, o acessor da FAO, Zoran Rocca, salientou como na África sub-saariana diagnosticou-se que muitos programas de desenvolvimento rural não funcionavam porque os créditos,

<sup>22</sup> ALMEIDA, Mauro William Barbosa de. Rubber Tappers of the Upper Jurua River, Brazil. The making of a Forest Peasant Economy. Cambridge, 1992. Dissertation to the Ph. D. degree - University of Cambridge.

<sup>23</sup> Quando me refiro a papéis de gênero, pretendo que se leve em conta o caráter histórico e cambiante destes papéis, e não simplesmente os papéis normativos prescritos para homens e mulheres. Estes papéis, entendidos em sua transitoriedade, articulam-se com as estratégias e práticas sociais dos sujeitos que os constituem e vivem, e também com outras dimensões da rede social, além do gênero, como a etnia e a classe.

<sup>24</sup>SORJ, Bila. O feminino como metáfora da natureza. Estudos Feministas, vol. 0, n. 0, Rio de Janeiro, p.143-150,1992. p. 149.



insumos e cursos eram dirigidos aos homens, enquanto praticamente 80% da alimentação cotidiana era produzida pelas mulheres.<sup>26</sup>

Os seringueiros e seringueiras da Amazônia construíram historicamente um modo de vida que se sustenta na floresta, e por isso é valorizado num momento em que se buscam alternativas para o modo “moderno” e “ocidental” de relação com a natureza. Porém, este modo de vida também precisa de alternativas para as precárias condições de sobrevivência que permite, sem perder sua “sustentabilidade”. E, sem dúvida, precisa também de alternativas para as relações de opressão e desigualdade a que se submetem mulheres e homens. A construção deste modo de vida nada tem de “natural”, no sentido a-temporal, a-histórico, que se dá ao termo. Pelo contrário, como se pretende mostrar nesta pesquisa, as seringueiras e seringueiros fizeram-se em um processo que envolveu relações sociais em constante transformação e uma natureza que se foi ao mesmo tempo constituindo em meio ambiente através do conhecimento adquirido ao longo da convivência cotidiana, da improvisação e do aprendizado com as populações indígenas.

O grupo das seringueiras e seringueiros não esteve, no entanto, “sozinho” na floresta, sem vínculos e relações com outros grupos. Ao mesmo tempo não se constituía em grupo homogêneo, sem diferenciações sociais e étnicas, além das de gênero. O gênero é apenas uma das variáveis que se colocavam como possibilidades para a vida das mulheres do Alto Juruá e se articulava a outras como a etnia, a posição no sistema produtivo, a residência no seringal (em uma colocação ou na sede) ou na cidade. Este sujeito social, as seringueiras, poderia ser entendido como propõe Teresa de Lauretis:

*... um sujeito constituído no gênero, sem dúvida, mas não apenas pela diferença sexual, e sim por meio de códigos linguísticos e representações culturais; um sujeito 'engendrado' não só na experiência de relações de sexo, mas também nas de raça e de classe; um sujeito, portanto, múltiplo em vez de único, e contraditório em vez de simplesmente dividido.<sup>27</sup>*

<sup>25</sup>Ibidem, p. 150.

<sup>26</sup> Sobre isto ver também: KAINER, Karen A. e DURYEA, Mary L. Aproveitando a sabedoria das mulheres: o uso de recursos florísticos em reservas extrativistas. mimeo. Rio Branco, PESACRE. (Publicado em inglês, em 1992, *Economic Botany* 46(4):408-25.)

<sup>27</sup>LAURETIS, Teresa de. A tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. (org.) *Tendências e Impasses*. O feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p. 206-242, p.208.

Gênero, temporalidades, o que isso significa na prática da interpretação histórica? São perspectivas para a interpretação das vozes do passado e do presente. Para esta interpretação o material existente é bastante amplo, apesar do que se poderia pensar sobre uma região tão distante e esquecida, à primeira vista. E ainda mais sobre mulheres. Mas já se tem demonstrado com profusão que a questão das fontes para o estudo da história das mulheres, por muito tempo consideradas “perdidas”, muitas vezes é uma questão de “olhar”. Um olhar atento para as fontes que comumente são utilizadas por historiadores pode revelar muitas vidas de mulheres, ou ao menos, imagens femininas. Este olhar atento tem que estar a todo momento preparado para interpretar o que pode ser o exótico, o singular, o acontecimento excepcional, e aquilo que pode ser comum e corriqueiro na sociedade e no tempo em questão. Por outro lado, cabe destacar a imensa predominância de discursos masculinos na documentação existente, mesmo a que diz respeito ao nosso próprio século, em seu início. Vozes de mulheres só aparecem nos tribunais quando réis, testemunhas ou vítimas, sempre passando pela escrituração masculina do escrivão; e nas entrevistas orais, feitas já em outro tempo, em outro lugar, mas que expressam uma outra experiência, um outro conhecimento sobre o passado.<sup>28</sup>

Ao contrário do esquecimento a que a região do Acre parece ter sido relegada durante bastante tempo, entre o final da “Batalha da Borracha” e a morte de Chico Mendes, o período de ascensão do preço da borracha no mercado mundial, bem como sua “revitalização” ao longo da Segunda Guerra Mundial, fez convergir para aquele lugar ermo e distante os olhares de muitos intelectuais. Naquele período são muitos os relatos e grande a preocupação com a região amazônica.

A primeira coisa que fiz foi levantar a bibliografia existente sobre a região do Alto Juruá, o Acre e a região amazônica em geral. Quanto ao primeiro grupo de obras, com a exceção da tese de Mauro W. B. de Almeida, obra bastante recente e com uma perspectiva muito interessante, tratam-se de textos bastante antigos, e com um caráter quase de descrição e de literatura de viagem. Entre estes textos é necessário ressaltar os escritos do Padre Constantin Tastevin, que viveu na região nas duas primeiras décadas do século XX, percorrendo os rios em sua faina de padre católico, ao mesmo tempo em que recolhia material para estudos de etnografia e linguística que publicava

---

<sup>28</sup> Ver sobre isto: PERROT, Michelle. Práticas da memória feminina. *Revista Brasileira de História*. v.

na Europa. Nestes textos o autor dava especial atenção à descrição e estudo dos grupos indígenas com os quais contatava, mas muitas vezes detinha-se também na descrição da relação destes índios com os seringueiros que se iam infiltrando pela floresta, e na descrição dos modos de vida destes seringueiros.<sup>29</sup> Outro autor fundamental para o estudo do Alto Juruá é José Moreira Brandão Castelo Branco Sobrinho, que após ter sido promotor e juiz durante vários anos em Cruzeiro do Sul e Vila Thaumaturgo dedicou-se a escrever uma série de artigos sobre a história, aspectos físicos, de população e da organização social e administrativa da região, que publicou na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro entre os anos 1920 e 1960. Além das descrições e narrativas de “casos”, a importância deste autor está em mostrar a perspectiva de um juiz, representante do governo federal da República frente a uma formação social que se estabeleceu em um território que só foi incorporado oficialmente a partir de 1904 ao Brasil, e que portanto constituiu redes de poder das quais, a princípio, o governo estava excluído.<sup>30</sup>

Além destes autores, existem outras obras sobre a região que trazem dados, especialmente de história política, como no caso de A conquista do deserto ocidental, de Craveiro Costa, que teve importante atuação no movimento “Autonomista”, movimento político liderado por grandes proprietários de seringais que visava maior autonomia da elite local frente ao governo federal.<sup>31</sup> Ou Nos confins do extremo oeste, escrito pelo filho de um prefeito do Departamento do Alto Juruá.<sup>32</sup> Outros textos são mais experiências de viagens e relatórios, como os de Euclides da Cunha sobre o rio Purus<sup>33</sup>, o de Chandless<sup>34</sup>, o de Onofre Andrade<sup>35</sup>, o do General Belarmino Mendonça<sup>36</sup>, entre outros.

---

9, n. 18, ago-set/1989, p. 09-18.

<sup>29</sup>Cf., p. ex. TASTEVIN, C. Le fleuve Muru. La Geographie, T. XLIII, 1925, p. 400-422.

TASTEVIN, C. Le Haut Tarauacá. La Geographie, T XLV, 1926. p.34-54.

<sup>30</sup>Cf. BRANCO SOBRINHO, José Moreira Brandão Castello. O Juruá Federal. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Tomo Especial. Congresso Internacional de História da América (1922), vol. IX, 1930, p. 587-722.

BRANCO, J.M.B.C. O gentio acreano. Revista do IHGB, vol. 207, abr-jun 1950, p. 3 - 78.

\_\_\_\_\_. Acreania. Revista do IHGB, vol. 240, jul-set 1958, p. 3 -83.

\_\_\_\_\_. O povoamento da Acreania. Revista do IHGB, vol. 250, jan-mar 1961, p.118-256.

<sup>31</sup> COSTA, Craveiro. A conquista do deserto ocidental. 2 ed. São Paulo: Nacional; Brasília: INL, 1973.

<sup>32</sup>BARROS, Glimes Rego. Nos confins do extremo oeste. vol. I “A presença do capitão Rego Barros no Alto Juruá (1912-1915)”, vol. II “O alvorecer do poente acreano”. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1993.

<sup>33</sup>CUNHA, Euclides da. Um Paraíso Perdido. Ensaios, estudos e pronunciamentos sobre a Amazônia. (organização, introdução e notas de Leandro Tocantins). 2 ed., Rio de Janeiro: José Olympio, 1994.

Destes textos sobressaem para o presente trabalho as descrições do modo de vida nos seringais, principalmente em seu período de implantação, e das relações entre seringueiros e patrões, seringueiros e índios. Sempre há também alguns casos, contados em tom de “fofoca”, sobre mulheres, práticas sexuais desviantes devido à falta de mulheres, compra e venda de índias, prostitutas e outras mulheres. Sobre estes casos, por sinal, são muito interessantes as obras de Cláudio de Araújo Lima, tanto no campo da ficção como no do ensaio. O autor sempre dedica algumas páginas para narrar alguns destes casos.<sup>37</sup>

Um dos grandes problemas dessa literatura, cuja motivação principal eram missões oficiais de reconhecimento ou administração, ou a prosperidade da economia da borracha, é que ela se restringe normalmente ao período de ascensão dos preços da borracha, entre 1870 a 1912. É como se com a crise houvesse uma cristalização daquela sociedade, ou ela desaparecesse por completo. Ao contrário, como veremos, a crise da borracha trouxe muitas transformações para a região, e me parece que foi neste período que se firmaram práticas de sobrevivência e convivência que se encontram ainda hoje nos seringais.

Mas a literatura não termina aí. Longe de fazer um inventário completo, apenas pretendo mostrar algumas obras que foram fundamentais para minha aproximação com a região. Não tendo nenhum contato com ela antes de 1994, foi a leitura de variados textos que me permitiu uma chegada gradual ao Alto Juruá. Além do que expus acima, há outros romances e livros de contos que se dedicam especialmente ao período de apogeu da borracha, que geralmente eram escritos por pessoas que tiveram alguma convivência com a vida dos seringais. Apesar do clima quase “trágico” de muitos dos textos, eles são muito ilustrativos do *feeling* da intelectualidade brasileira e estrangeira

CUNHA, Euclides. À Margem da História. Rio de Janeiro: Lello Brasileira, 1967 (1909).

<sup>34</sup> CHANDLESS, W. Notes of a journey up the river Juruá. The Journal of the Royal Geographical Society. vol. 39, 1869, p. 296-311.

<sup>35</sup> ANDRADE, Onofre de. Amazonia. Esboço histórico, Geographia Physica, Geographia Humana e Ethnographia do Rio Juruá. Maceió: Off. Graph. da Casa Ramalho, 1937.

<sup>36</sup> MENDONÇA, Belarmino. Reconhecimento do rio Juruá, 1905. Belo Horizonte: Itatiaia; Acre: Fundação Cultural do Estado do Acre, 1989. (Coleção reconquista do Brasil. 2 série; v. 152)

<sup>37</sup> LIMA, Cláudio de Araújo. Coronel de Barranco. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970. (romance) e \_\_\_\_\_. Amazônia: a terra e o homem. 3 ed. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1945. p. 261-271.

\_\_\_\_\_. Uma heroína acreana. Revista A Selva, n.4, Manaus, março, 1947. (1 p.)

sobre a região.<sup>38</sup> Além disso contam “casos”, presenciados ou que chegaram ao conhecimento do autor, em que normalmente aparecem mulheres em diversos papéis.

As memórias de Alfredo Lustosa Cabral sobre os dez anos em que esteve no Alto Juruá merecem um comentário à parte. Apesar de depois ter se tornado bacharel em direito e professor, o autor foi para o Acre como seringueiro, e sua narrativa das agruras e alegrias da vida nos seringais além de ser interessantíssima, não carrega o tom trágico e pessimista corrente nos romances e mesmo em muitos dos ensaios e descrições da região, tom possivelmente inaugurado por Euclides da Cunha em seu “À Margem da História”.

Quanto às obras de história, o livro de Leandro Tocantins, compêndio de história fatural e política, não pode deixar de ser lembrado.<sup>39</sup> É deste autor, aliás muito erudito, a seguinte frase, que mostra bem a posição dos textos, quase todos, frente à questão da história das mulheres no Acre:

*Enquanto o outro grupo, o do patrão, dispõe de associações, o do seringueiro é um grupo só. Um homem só. Ele e a floresta. Ele e a árvore de seringa. Ele e a borracha. Ninguém. Mulher, naqueles tempos, não havia, no Acre todo. Era privilégio de pouquíssimos. do patrão, constituído em família, do gerente, do guarda-livros<sup>40</sup>*

Além disso há livros sobre determinados processos e períodos históricos no Acre, como os de Cleusa M. D. Rancy, sobre o ciclo da borracha, e de Pedro Martinello, sobre a “Batalha da Borracha” na Segunda Guerra Mundial.<sup>41</sup> Bem como livros sobre processos que abrangeram a Amazônia como um todo e que dão uma visão de conjunto para os acontecimentos que se pode acompanhar na documentação sobre o Alto Juruá.<sup>42</sup>

<sup>38</sup>Por exemplo: CASTRO, Ferreira de. *A Selva*. 37 ed. Lisboa: Guimarães, 1989.

RANGEL, Alberto. *Inferno Verde*. *Scenas e Cenários do Amazonas*. Genova: Cliches Celluloide Bacigalupi, 1908.

BAUM, Vicki. *A árvore que chora*. O romance da borracha. Porto Alegre: Globo, 1946.

MAIA, Álvaro. *Defumadores e Porongas*. Manaus: Governo do Estado do Amazonas, 1966.

BASTOS, Aguiar. *Certos caminhos do mundo*. (romance do Acre). Rio de Janeiro: Hensen, s/d.

MAIA, Mário. *Rios e barrancos do Acre*. 3 ed. ed. do autor. 1978.

<sup>39</sup>TOCANTINS, Leandro. *Formação histórica do Acre*. 2 vols. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL/Conselho Federal de Cultura; Rio Branco: Governo do Estado do Acre, 1979.

<sup>40</sup>Ibidem, p.166.

<sup>41</sup>RANCY, Cleusa M. D. *Raízes do Acre*. (1870 - 1912). Acre: Governo do Estado do Acre, 1986.

MARTINELLO, Pedro. *A “Batalha da Borracha” na Segunda Guerra Mundial e suas conseqüências para o vale amazônico*. Rio Branco: UFAC, 1988. (Cadernos UFAC, série “C”, n. 1)

<sup>42</sup>Entre estes é interessante citar: LENHARO, Alcir. *Colonização e trabalho no Brasil: Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste. Os anos 30*. 2 ed. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1986.

WEINSTEIN, Bárbara. *A borracha na Amazônia: expansão e decadência. (1850-1920)*. Trad. Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Hucitec: EDUSP, 1993.

Embora esta literatura não se preocupe em analisar as relações de gênero, nela se evidenciam alguns pontos que considero importante destacar. Em primeiro lugar a publicação de tantos livros de descrições de experiências na Amazônia, tendo-se em conta que deixei de citar grande número deles<sup>43</sup>, demonstra a grande curiosidade sobre a região. Em todos os textos, mesmo que sejam escritos por autores nascidos na Região Norte, a sensação de alguém narrando seu estranhamento está presente. Quase nada é tido como familiar: hábitos cotidianos; a comida; o trabalho; nomes das frutas, árvores, animais; divertimentos. Tudo é “exótico”, estranho, e como tal ganha a possibilidade de ser narrado, descrito, compilado. Há até dicionários.<sup>44</sup>

Este estranhamento tem um componente “temporal”. Fica clara a diversidade de “temporalidades” entre os autores (professores, advogados, médicos, filhos de seringalistas, militares; formados em centros urbanos como o Rio de Janeiro ou Belém) e os seringueiros e patrões, índios, ribeirinhos, regatões e outros personagens que encontram em suas jornadas. Tal diversidade talvez até seja responsável, em certa medida, pelo tom “trágico” a que já me referi como proveniente dos escritos de Euclides da Cunha. A impressão que se tem é que para os autores, em sua maioria, tudo o que vêem, inclusive a natureza, está fadado ao desaparecimento em nome do progresso, ou a ser esquecido, ficar “à margem da história”, por milênios, como “um paraíso perdido”.

*É a guerra de mil anos contra o desconhecido. O triunfo virá ao fim de trabalhos incalculáveis, em futuro remotíssimo, ao arrancarem-se os derradeiros véus da paragem maravilhosa, onde se nos esvaem os olhos deslumbrados e vazios.*

---

DEAN, Warren. A luta pela borracha no Brasil: um estudo de história ecológica. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Nobel, 1989.

GONDIM, Neide. A invenção da Amazônia. São Paulo: Marco Zero, 1994.;

REIS, Arthur Cezar Ferreira. O seringal e o seringueiro. Rio de Janeiro: Serviço de Informação Agrícola, 1953. (Documentário da vida rural n.º 5); entre outros.

<sup>43</sup>Por exemplo, ainda: PINHEIRO, Aurélio. À margem do Amazonas. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1937. (Brasiliana, v.86)

MAGALHÃES, Cel. Amílcar A. B. de. Impressões da comissão Rondon. 5 ed. Ilustrada, actualizada e augmentada, São Paulo: Cia Editora Nacional, 1942. (Brasiliana v.211)

BRUNO, Ernani Silva. Os rios e a floresta, Amazonas e Pará. São Paulo: Cultrix, 1958.

LABRE, Antônio Rodrigues Pereira. Itinerário de exploração do Amazonas à Bolívia. Belém: Typ. d'’A Província do Pará”, 1887.

FERREIRA, Manuel Rodrigues. Selvas amazônicas... São Paulo: Biblos, 1961.

GUEDES, Mário. Os seringaes: pequenas notas. Rio de Janeiro: Martin de Araujo, 1914.

FREIRE, Dr. Victoriano. Território do Acre. A vida nos seringaes. A pseudo escravidão dos seringueiros. Bahia: Oficinas dos dois mundos, 1913.

<sup>44</sup> MORAES, Raymundo. O meu dicionário de cousas da Amazônia. 2 vols. Rio de Janeiro: Alba, 1931.

*Mas então não haverá segredos na própria Natureza. A definição dos últimos aspectos da Amazônia será o fecho de toda a História Natural...*<sup>45</sup>

Sobre este aspecto, é interessante a análise que Neide Gondim faz de uma obra do escritor inglês Conan Doyle (o mesmo que ganhou fama pelas aventuras de Sherlock Holmes): “O mundo perdido”<sup>46</sup>, cuja trama se dá em torno de uma expedição organizada para comprovar a existência de animais pré-históricos na Amazônia. Na imagem da Amazônia misteriosa e desconhecida, “inventada” segundo a autora pelos viajantes e romancistas ao longo de séculos, cabia até incluir dinossauros, tão à margem que estava do tempo histórico.

É como se na Amazônia ainda se refugiassem, no século XIX e primeira metade do séc. XX, não só as “fronteiras” entre culturas, temporalidades e raças, invocadas por Sérgio Buarque de Holanda para o Brasil Colonial como também as “Visões do Paraíso”, com as quais o Velho Mundo vislumbrava a América dos tempos dos “Descobrimentos”.<sup>47</sup>

Nesta literatura ainda sobressaem imagens recorrentes, cujos vínculos e elaborações seria interessante mapear, imagens da natureza (a floresta misteriosa, que corrói e engole o homem); imagens dos seringueiros (o homem solitário, o escravo, o herói anônimo da luta com a floresta ou pela anexação do território), imagens de mulheres (a índia misteriosa que se confunde com a floresta, a prostituta, a mulher fatal, a mãe/educadora, a companheira de infortúnios). Imagens que, pela formação cosmopolita de boa parte dos autores, não são de se estranhar. Mas ao lado das imagens, lá estão sempre evocados exemplos vividos ou ouvidos pelos autores, exemplos que servem para confirmar suas imagens, ou para mostrar como as coisas são na realidade em que a imagem pretende intervir como exemplo a ser seguido. Esses “casos verdadeiros” dão margem a outras interpretações, outras leituras, se nos situamos em uma perspectiva diferente da do autor, procurando porém entender o contexto em que o mesmo elaborou sua narrativa. É um recurso interessante para essa

<sup>45</sup> CUNHA, Euclides da. O Inferno Verde. (preâmbulo ao livro, do mesmo título, de Alberto Rangel, 1907) in: Um paraíso perdido: ensaios, estudos e pronunciamentos sobre a Amazônia. Organização, introdução e notas Leandro Tocantins. 2 ed., Rio de Janeiro: José Olympio, 1994. p. 201.

<sup>46</sup> DOYLE, Sir Arthur Conan. O mundo perdido. 2 ed. São Paulo: Melhoramentos, [1912], apud: Gondim, op. cit., p. 170.

<sup>47</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. Caminhos e Fronteiras. Edição Ilustrada. Rio de Janeiro: José Olympio, 1957.

\_\_\_\_\_. Visão do Paraíso. Os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil. 5 ed. São Paulo: Brasiliense, 1992 (1959).



interpretação nova é o cotejamento destas pequenas histórias com as narradas pela tradição oral dos seringais de hoje e com aquelas encontradas em processos judiciais.

É assim que posso, por exemplo, tomar a narrativa de Euclides da Cunha sobre um *caucheiro* peruano que encontrou em sua expedição pelo Purus rodeado de índias que havia comprado ou tomado de suas tribos:

*Reportado negociante daquele vilarejo decaído, que em Lima ou Iquitos seria um belo molde de burguês pacífico e abstêmio, ali hambriento de mulheres, apresenta aos amigos e ao forasteiro adventício, o seu harém escandaloso, onde se estremam a interessante Mercedes, de ojillos de venado, que custou uma batalha contra os coronauas, e a encantadora Facunda de grandes olhos selvagens e cismadores, que lhe custou cem soles. E narra o tráfico escandaloso, a rir, absolutamente impune, e sem temores.<sup>48</sup>*

E aproximá-la da fala do Sr. João Cunha, de 80 anos, em 1995:

*João Cunha- Faziam correria, traziam as caboclas, vendiam as caboclas por quatrocentos quilos de borracha, quinhentos, [...] era um pau, que as cabocla usavam um pau na boca que era pra não morder, um pau na boca (risos). Botava aqui, aí ela mordida só o pau que tava na boca, mas não mordida gente, (risos) Elas saíam da mata assim, com um pau na boca delas e amarrada.*

*Cristina- O senhor viu assim, saindo da mata?*

*João Cunha- Eu não vi não, mas o meu pai contava muito, o pessoal que fazia correria. Tinha um homem chamado Joaquim Nonato, ele fazia muita correria.<sup>49</sup>*

E ainda com um processo criminal, encontrado no Fórum Municipal de Cruzeiro do Sul, em que um seringueiro foi acusado de matar um índio que ia passando para tentar se apossar de sua mulher.<sup>50</sup> Dessa forma temos três vozes distintas emitindo discursos sobre o caso bastante generalizado, ao que tudo indica, do apresamento de mulheres índias na região dos seringais dos altos rios, no início do século XX. Uma voz de indignação, uma voz de risos e uma de uma certa indiferença, já que nesses casos os processos raramente chegavam a uma sentença: demoravam anos a serem julgados, prescreviam os crimes e quase nunca eram encontrados os acusados para que dessem seus depoimentos ou participassem do julgamento.

Assim, além da bibliografia, estou explorando um grande acervo documental representado pelos processos civis e criminais arquivados no Fórum Municipal de

<sup>48</sup>CUNHA, Euclides da. *À margem da História*. op. cit. p.69.

<sup>49</sup>CUNHA, João e outros. *Entrevista*. 15/06/1995.

<sup>50</sup>Fórum Municipal de Cruzeiro do Sul .Processo n. 34, de 26/01/1916. Acusado: André Avelino de Souza. (Crime ocorrido em 1906, no local Prainha, rio Tejo) Ficha n. 16.09.

Cruzeiro do Sul entre os anos de 1904 a 1945. A instalação do Fórum se deu juntamente com a fundação da cidade de Cruzeiro do Sul, capital do Departamento do Alto Juruá em 1904, inicialmente subordinado diretamente ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores. A instalação do governo federal, representado pela administração do Departamento (que tinha poder de polícia e poder militar) e pelo aparelho judiciário, não se deu sem conflitos com os proprietários de seringais<sup>51</sup>. Afinal eles estavam na região desde a década de 1890, pelo menos, e até ajudaram a expulsar os peruanos que tinham pretensões sobre o território, mas nem sempre estavam dispostos a cumprir com as exigências do governo, especialmente os impostos sobre a borracha e as leis “trabalhistas” que os impediam de explorar livremente a mão de obra. Em 1922, José M. B. Castello Branco Sobrinho escrevia:

*Há cerca de tres decenios, o imperio da justiça, nestas paragens, passou da vontade inflexível dos 'tuchauas' para o arbitrio único do 'rifle' que, por sua vez, com o estabelecimento da justiça, aqui, em 1904, tem perdido muito do seu poder, podendo ser considerado, presentemente, como desaparecido.*<sup>52</sup>

Desta forma os milhares de processos que analisamos ao longo da pesquisa, em primeiro lugar fazem parte de um esforço do governo federal em tentar assumir o controle da justiça na região do Juruá. Uma justiça marcada pela disciplina social e pelo sistema carcerário, em contraposição à justiça despótica do rifle e do “tronco” imposta pelos “coronéis”. Uma transformação semelhante, embora em escala muito menor, e com muito menor eficiência, à descrita por Michel Foucault em seu *Vigiar e punir*<sup>53</sup>. Transformação que, não podemos esquecer, se dá num momento de lenta transição entre um Brasil escravocrata e monárquico e o Brasil que os republicanos sonhavam moderno. Porém, de nosso ponto de vista, ainda há outra dimensão na implantação da justiça pública em Cruzeiro do Sul, que é a utilização que a população como um todo fará dela. Se brigam com os juizes através dos jornais, os coronéis não deixarão de ir à justiça reclamar seus direitos de propriedade, cobrar suas dívidas, incomodar seus inimigos. Mas também veremos nas folhas amareladas dos processos, viúvas reclamando suas heranças, pais brigando pela guarda de filhos, prostitutas e

<sup>51</sup> Muitas vezes estes “proprietários” não detinham títulos das terras, porém o governo da Província do Amazonas, nos anos anteriores à legalização do Território do Acre, expediu muitos títulos para “desbravadores” de terras. Mesmo sem títulos válidos, os “patrões” se autodenominavam “proprietários” quando perguntados de sua profissão no Fórum de Cruzeiro do Sul.

<sup>52</sup>BRANCO SOBRINHO, 1930, p. 672.

seringueiros queixando-se de maus tratos, mães exigindo a reparação do defloramento de suas filhas, assassinatos, ferimentos... Enfim, mulheres e homens que são atingidos pela justiça mas que também dela se servem quando conseguem, ou quando convém. Para Michel de Certeau, para além da disciplinarização social, estão as práticas cotidianas, uma “antidisciplina”:

*Essas ‘maneiras de fazer’ constituem as mil práticas pelas quais usuários se reapropriam do espaço organizado pelas técnicas de produção sócio-cultural. Elas colocam questões análogas e contrárias às abordadas no livro de Foucault: [...] Esses modos de proceder e essas astúcias de consumidores compõem no limite, a rede de uma antidisciplina [...]’<sup>54</sup>*

Os processos judiciais nos deixam ver muitas coisas diferentes da sociedade da borracha. As habilitações de casamento, por exemplo, embora não representem a maioria das uniões entre homens e mulheres, pois eram muito comuns as uniões consensuais e os casamentos eclesiásticos, especialmente nas classes menos favorecidas, nos dão idéia de quem se casava com quem, e às vezes até porque. Através da série desses processos podemos entrever as idades diferenciadas de homens e mulheres que se casavam, a proveniência deles, profissão, bem como motivos como defloramento, gravidez pré-nupcial ou o casamento dos filhos do casal. O quadro seguinte é um exemplo das potencialidades que estes dados contêm e representa os casos de defloramentos que resultaram em casamentos como alternativa para a prisão do “noivo”. São 38 processos, de um conjunto de 1873. Percebe-se por exemplo, no quadro, que a média das idades dos homens é 1,7 vezes maior que a das moças. Além disso, enquanto os homens têm profissões como seringueiro, agricultor, comerciante, etc., as mulheres são todas “domésticas”, o que certamente não significava que elas não participavam também da agricultura, da extração do látex ou do comércio.

---

<sup>53</sup> FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir. História da violência nas prisões. 7 ed. Trad. Lígia M. P. Vassallo. Petrópolis: Vozes, 1989.

<sup>54</sup> CERTEAU, Michel de. A invenção do cotidiano. Artes de fazer. Trad. Ephraim F. Alves. Petrópolis: Vozes, 1994. p.41-42.

**Quadro 1: Processos de Habilitação de Casamento motivados por defloramentos.  
1904-1945. Fórum Municipal de Cruzeiro do Sul.**

DATA	NOME 1	ID.	PROF.	NOME 2	ID.	PROF.
30/12/13	Adélia de Freitas Dantas	13		João Antônio de Souza	19	
20/12/14	Merandolina Roza de Lima	13		Alfredo Peters de Moraes	28	
20/03/17	Olímpia da Cunha Beleza	16		Vicente Barboza Cordeiro	23	emp. comércio
20/06/18	Albertina Farfan Corrêa	16		Abner da Silva Lôbo	23	
20/07/18	Raymunda Freire de Oliveira	14		João Luiz de Araújo	31	
06/09/18	Francisca Florinda de Oliveira	14		José Teixeira da Silva	-	
26/10/18	Ernestina Rodrigues Barbosa	14		Leandro Martins	-	
23/02/23	Maria Ferreira Lima	15		Tancredo Pereira de Aguiar	22	agricultor
30/04/23	Benvinda Juliana F. dos Santos	13	doméstica	Francisco Pereira da Silva	25	seringueiro
21/05/23	Francisca Galdina de Souza	19		Francisco Faustino da Silva	34	
03/12/23	Raymunda Nobrega de Oliveira	13		Vicente Ferreira Lima	36	
28/03/24	Raymunda Martins Rodrigues	15	doméstica	José Correa de Almeida	26	seringueiro
13/07/26	Francisca Alves da Cruz	15	doméstica	José Alencar Barboza	24	agricultor
13/12/27	Francisca Filó Vieira	13	doméstica	José Ferreira de Senna	41	seringueiro
02/01/29	Celina Simão da Silva	14	doméstica	Odorico Gomes de Queiroz	26	seringueiro
14/11/29	Anna Campos de Oliveira	15	doméstica	Plácido Antonio Barboza	19	seringueiro
22/03/30	Maria do Carmo de Souza	17	doméstica	Francisco Bandeira	19	com. ambulante
04/09/30	Irene Soares	14	doméstica	Raymundo Ferreira de Mendonça	34	prop. e sering.
10/10/30	Maria Albertha da Silva	17	doméstica	Samoel Gabriel de Souza	21	seringueiro
10/11/30	Ephigenia Bezerra da Conceição	15	doméstica	Manoel Gregório da Silva	50	agricultor
29/03/32	Adalgiza Maria da Fonseca	13	doméstica	José Cosmo Pereira	22	agricultor
04/10/32	Luzia Pereira Gonçalves	16	doméstica	Aprígio Pereira dos Santos	21	agricultor
19/12/32	Francisca Moreira da Silva	16	doméstica	José Rodrigues da Silva Filho	20	seringueiro
08/07/33	Raymunda Pereira de Souza	17	doméstica	Luiz Cordeiro de Oliveira	28	agricultor
11/03/34	Francisca Aurélia da Silva	14	doméstica	Clarindo Alves de Souza	19	diarista
16/01/35	Zuleide Vito do Couto	18	doméstica	Luiz Fernandes de Almeida	18	agricultor
04/06/36	Maria de Souza de Oliveira	14	doméstica	Antônio Ribeiro da Silva	25	agricultor
23/11/36	Bertilha Marins do Nascimento	14	doméstica	Francisco Fernandes da Silva	19	artista
26/11/36	Maria de Nazaré Ferreira	16	doméstica	Mário Justo de Oliveira	21	magarefe
12/03/37	Raimunda Alves Correia	15	doméstica	José Barrozo de Oliveira	23	seringueiro
27/07/37	Maria Lopes dos Santos	16	doméstica	João Bezerra do Nascimento	23	agricultor
18/08/37	Sebastiana Dias de Oliveira	15	doméstica	Plácido Agostinho da Silva	21	seringueiro
05/03/38	Raimunda Maria da Silva	19	doméstica	Raimundo Luiz Carneiro	18	seringueiro
13/10/38	Brasiliana da Cruz	17	doméstica	Antônio Simão da Costa	26	agricultor
05/11/38	Nair Gomes de Britto	22	doméstica	João Ribeiro do Nascimento	28	marítimo
21/12/38	Albertina Alves Maia	15	doméstica	Manoel Fernandes da Silva	25	artista
25/03/39	Elza Salviana da Silva	16	doméstica	Antônio Martins de Souza	26	artista
18/03/40	Nair Caetana Gomes	15		Fortunato Correia Dias	25	
	Média das Idades	15 anos e 4 meses			25 anos e 3 meses	

Porém o que mais me fascina nestes dados de casamento é a possibilidade de cruzá-los com outros tipos de dados, de percorrer histórias individuais ou familiares que mostram, muito mais que um padrão, invenções originais de vida, improvisos através dos quais se vivia, e mesmo dramas intensos que deviam ser contados por toda

a região. Encontramos, por exemplo, nos processos de habilitação de casamento, o pedido de justificação para correr editais sem proclamas de Valentim Alves de Oliveira e Roza Pereira, datado de 19 de abril de 1906 (Proc. n.257). Ele com 38 anos de idade, viúvo e ela com 15 anos. O noivo pedia a justificação por se encontrar “doente” e precisar se retirar da cidade para tratamento de saúde, justificativa muito comum. Pesquisando alguns números de jornais encontramos novamente este senhor assassinando sua esposa Roza, no mesmo ano. E no ano de 1914 vemos o Sr. Valentim voltar à cena judiciária com o estupro de sua filha.<sup>55</sup>

São os processos crimes, portanto, que reservam mais narrativas para a análise daquela sociedade. Não somente as histórias são interessantes, com tudo o que trazem de excepcional e de corriqueiro, mas as diversas narrativas encontradas em cada processo de uma mesma história, são interessantes. O promotor conta o caso de uma forma logo no início, mas ao longo do processo se sucedem as narrativas das testemunhas, do acusado(a), da vítima, dos advogados. Cada um conta da forma que lhe parece verdadeira ou que lhe é favorável. Ao longo da leitura vamos percebendo os interesses que o processo implica, o que e, às vezes, o porque, se esconde atrás de determinadas narrativas.

Há ainda outros tipos de processos civis, como inventários, casos de tutela de órfãos e disputa pela guarda de filhos, cobranças judiciais de dívidas, entre outros. Nestes se percebe um pouco mais sobre o funcionamento das famílias de mais posses, o funcionamento de seringais e comércios, e a importância dada às crianças.

A participação das mulheres é intensa. Estão presentes em pelo menos 50% dos casos que se transformam em processos. Em muitos deles são vítimas: o número de estupros, espancamentos e defloramentos é grande. Os assassinatos são bastante comuns. Em outros processos as mulheres são testemunhas, requerentes, acusadas. E isso desde o início do século, em um momento em que havia uma grande desproporção entre homens e mulheres na população da região. Em 1906, o Coronel Thaumaturgo de Azevedo, Prefeito do Departamento, reportou a população total do Alto Juruá, incluindo Cruzeiro do Sul e o rio Tarauacá e seus tributários, em 14.208 pessoas, das quais 10.581 (74,5%) eram homens, e, portanto, apenas 3.627 (25,5%) mulheres.<sup>56</sup>

---

<sup>55</sup> “O Cruzeiro do Sul”, 09/12/1906, n.23 e 19/11/1914, n 403, respectivamente.

<sup>56</sup> PREFEITURA DO ALTO JURUÁ. Relatório do Primeiro Semestre de 1906 apresentado ao Exmo. Snr. Dr. Felix Gaspar de Barros e Almeida, Ministro da Justiça e Negócios Interiores pelo Coronel do

Os processos judiciais são um conjunto de fontes muito instigante e interessante, mas não deixam de trazer problemas para a análise histórica. Segundo Peter Burke, “*Os historiadores da cultura popular tentam reconstruir as suposições cotidianas, comuns, tendo como base os registros do que foram acontecimentos extraordinários nas vidas dos acusados: interrogatórios e julgamentos.*”<sup>57</sup>

Considero porém que há grandes diferenças que precisam ser explicitadas, em primeiro lugar entre a documentação proveniente por exemplo da Inquisição e da justiça monárquica do Antigo Regime, e a que foi produzida ao longo dos séculos XIX e XX pelo aparelho judiciário.<sup>58</sup> Normalmente estes tipos de documentação são colocados em um mesmo patamar pelos historiadores que falam deste tipo de fontes. Porém tratam-se de práticas judiciárias muito distintas, como já explicitou Foucault. A justiça dos séculos XIX e XX é a justiça disciplinar, da vigilância, que se por um lado consegue um maior controle social, por outro se insere cada vez mais no cotidiano, rivalizando talvez com o papel anteriormente exercido pela igreja e pela comunidade.<sup>59</sup> Isso faz desta justiça algo muito mais corriqueiro e menos temível do que os autos de fé e os suplicios. E faz com que as pessoas se utilizem deste aparelho também em proveito próprio sempre que lhes aparece uma oportunidade.<sup>60</sup> Além disso é muito comum encontrarmos narrativas de afazeres cotidianos, por exemplo, apenas cortadas pelo acontecimento excepcional de um crime. Nos processos que li é comum encontrar testemunhas, mulheres e homens, que voltando da mata onde foram caçar ou colher o látex, encontraram alguém morto ou presenciaram uma briga. O que interessa neste caso muitas vezes não é o crime, mas documentar por exemplo que uma mulher estava colhendo látex na mata, atividade que dificilmente a documentação refere como “feminina”.

Por outro lado, os processos com os quais estou lidando não são apenas os de cunho criminal. Os processos civis (inventários, cobranças, casamentos,

Corpo de engenheiros Gregório Thaumaturgo de Azevedo. Prefeito do Departamento. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1906. p. 45.

<sup>57</sup> BURKE, Peter. Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro. In: BURKE, P. (org.) A escrita da história: novas perspectivas. Trad. Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992. p. 7-35, p. 25.

<sup>58</sup> Ver. GINSBURG, Carlo. O queijo e os vermes. São Paulo: Cia das Letras, 1987.

<sup>59</sup> Sobre o papel regulador da comunidade através de Charivaris, ver. DAVIS, Natalie Zemon. Culturas do povo. Sociedade e cultura no início da França moderna. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

reconhecimento de filhos, etc.) normalmente estão relacionados a fatos como a morte, o nascimento, os casamentos, as atividades econômicas, entre outros.

Outro aspecto ainda é que muitos dos comportamentos e práticas considerados crimes, eram na verdade práticas muito corriqueiras, e só excepcionalmente se recorre ao judiciário contra elas, como é o caso dos espancamentos de crianças, mulheres e até empregados, o apresamento de índias, a violência sexual, ou o sexo fora do casamento. E temos notícia disto através de outras fontes. Mas os casos que chegaram ao judiciário são muitas vezes o único relato contemporâneo destas práticas. É claro que nestas situações é preciso levar em conta que muitas vezes os processos tratam justamente de casos limite, onde se chegou ao assassinato ou a outras conseqüências que geraram a denúncia.

Enfim, é necessário ter sempre em vista que o judiciário não cobria toda a vida social. Ainda mais em uma região em que se levava dias viajando de barco a remo ou a vapor entre um ponto e outro do Departamento, e em que para se ir a Manaus, que era a cidade grande mais próxima, as viagens chegavam a durar um mês. Porém a parte do social que nos é dado interpretar através desta documentação é muito interessante e não pode ser desconsiderada.

Outro tipo de fonte que utilizarei eventualmente são artigos de jornais da época em estudo. Cruzeiro do Sul chegou a ter vários jornais e tivemos a oportunidade de pesquisar alguns números que se encontram em mãos de particulares, e outros no CDIH da UFAC, em Rio Branco.<sup>61</sup> No entanto parece-me que esta documentação em sua maior parte estava muito voltada para as discussões políticas e as efemérides da elite local. Como tal, as mulheres aparecem bastante nos jornais: como esposas e filhas de homens importantes, como professoras nomeadas e como modelos que devem ser seguidos ou evitados.<sup>62</sup> Mas raramente aparecem o cotidiano dos seringais e mesmo o das mulheres e homens que viviam na cidade. Utilizarei esta fonte como um contraponto, algo com que cruzar informações ou pontuar acontecimentos significativos, mas não pretendo fazer uma análise exaustiva.

---

<sup>60</sup>ZENHA, Celeste. As práticas da justiça no cotidiano da pobreza. *Revista Brasileira de História*. v.5, n.10, mar-ago de 1985, p.123-146.

<sup>61</sup> Além disso há um razoável acervo microfilmado no CDIH/UFAC e na Biblioteca Nacional.

<sup>62</sup>Joana Maria Pedro faz uma excelente discussão sobre estas imagens no livro *Mulheres honestas e mulheres faladas: uma questão de classe*. Florianópolis, Ed. da UFSC, 1994.

Mas como encontrar as vozes das classes populares e das mulheres? Esta tem sido uma discussão muito ampla e interessante na história social. Uma das formas possíveis, e que estou tentando explorar, é através da memória oral. Durante minha estada no Acre realizei 26 entrevistas orais, gravadas, e transcritas. Os entrevistados escolhidos foram pessoas idosas, entre sessenta e noventa anos de idade, em sua maioria mulheres que viveram a maior parte da vida nos seringais, mas também vários homens e algumas mulheres da cidade. Eles contaram suas vidas, histórias que ouviram dos pais e dos avós, casos que presenciaram. As entrevistas foram dirigidas para o passado, para os anos anteriores a 1945, mas não se cortou a palavra a comparações, a assuntos atuais, a problemas pessoais. Mais que entrevistas, foram conversas. Além de contar a vida, alguns declamaram suas poesias, contaram contos de fada, exaltaram a memória de seus pais. São narrativas heterogêneas, variadas e misturadas.

É claro que as narrativas são parciais, e são testemunhos que têm como filtro não o escrivão de um tribunal e nem o redator de um jornal, mas a memória e o presente. E também as perguntas feitas durante a entrevista. Como a memória tem uma seletividade que se baseia no coletivo, não é de se estranhar que em muitas entrevistas haja uma espécie de repetição de histórias, sempre lembradas.<sup>63</sup> Histórias do passado mais remoto da ocupação da região, que deviam ser contadas pelos pais e avós dos entrevistados, são contadas por várias pessoas com incrível semelhança, às vezes até de detalhes. Isso acontece principalmente quando se trata de “correrias” (expedições de matança e apresamento de índios), de maus tratos infligidos aos seringueiros pelos patrões, da venda de mulheres, de determinadas caçadas envolvendo onças e algumas brigas. São histórias que compõem uma certa “tradição oral” do lugar. Por outro lado, cada narrador conta da sua maneira e relaciona estes “casos” com outros de sua vida pessoal ou familiar, por exemplo, ligando-os a pessoas conhecidas ou parentes.

A entrevista é um documento especial.<sup>64</sup> Além de passar pela leitura do historiador, ela já expressa uma leitura do passado. Ela é um documento que revela a “experiência”, já que ao narrar acontecimentos guardados na memória, o entrevistado dá sentido a eles através do encadeamento. Se a vida é marcada pela contingência e

---

<sup>63</sup> HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo: Vértice, 1990. Segundo o autor: “Mas nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos, e com objetos que só nós vimos. É porque, em realidade, nunca estamos sós.” p. 26.

<sup>64</sup> THOMPSON, Paul. A voz do passado. História Oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.



pelo acaso, pela individualidade, a experiência é a possibilidade de dar sentidos à vivência, inteligibilidade dada ao passado à luz do presente, e da experiência trocada com o coletivo através das narrativas, histórias e convivências. Para Dilthey, segundo Luís Eduardo Soares:

*Vida é, portanto, contingência, acidente, acaso. É geração não governável ou antecipável de acontecimentos. A facticidade dá lugar à vivência, descosturada internamente pela arbitrariedade, pelo acaso. Somente a posteriori podem-se imputar, aos retalhos caóticos de vivência, as conexões de sentido que os convertem em 'experiência'. Idealmente, é em seu termo que a vida ganha sentido, inteligibilidade.<sup>65</sup>*

Mas cabe também reforçar o que há de coletivo nisso que chamamos de experiência. Para Thompson, “experiência” era o termo ausente das análises marxistas e althusserianas da sociedade que criticava, e um termo necessário para a análise histórica:

*Os homens e mulheres também retornam como sujeitos, dentro deste termo - não como sujeitos autônomos, 'indivíduos livres', mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida “tratam” essa experiência em sua consciência e sua cultura (as duas outras expressões excluídas pela prática teórica) das mais complexas maneiras (sim, 'relativamente autônomas') e em seguida (muitas vezes, mas nem sempre, através das estruturas de classe resultantes) agem por sua vez, sobre sua situação determinada.<sup>66</sup>*

A tentativa de interpretar a experiência das seringueiras e seringueiros do Alto Juruá, portanto, não poderia prescindir de algumas narrativas, colhidas muitas vezes em meio aos trabalhos do dia a dia, em que as descrições do passado ganham cores, cheiros, barulhos, contornos nas casas ainda construídas da mesma maneira, na fumaça do fogão a lenha feito de barro, nas galinhas entrando pelas casas e correndo nos terreiros, nos barulhos da mata. Assim por exemplo as entrevistas trazem muitos elementos para a análise, principalmente quanto aos papéis informais assumidos pelas mulheres (como o de coletora de látex, o de patroa de seringal, entre outros); quanto aos estereótipos existentes sobre mulheres e indígenas; sobre estratégias improvisadas para a sobrevivência, cultural e física, na floresta, entre tantos assuntos abordados. Por um lado é possível perceber um padrão nas entrevistas feitas com mulheres que

<sup>65</sup> SOARES, Luiz Eduardo. *Hermenêutica e Ciências Humanas. Estudos Históricos*, v.1, 1988. p.100-142, p. 105.

viveram nos seringais: muitos filhos, vários maridos ou companheiros, trabalho muito diversificado ao longo da vida. Por outro, aparecem sempre ações originais e mulheres que romperam com os papéis formais tornando-se “homens”. Numa entrevista, por exemplo, com uma senhora de 81 anos, ela afirma que uma mulher bastante conhecida no seringal “era um homem”, pois caçava na mata enquanto seu marido dava milho para as galinhas, tarefa considerada feminina. Isto acontecia também no estrato dos patrões, no qual encontrei mulheres que assumiam o controle de negócios, tinham iniciativas políticas e econômicas e padrões de comportamento não muito usuais. Para uma dessas mulheres, filha de um grande “coronel” da época, com 82 anos ao tempo da entrevista, o pai repetia após as discussões: “com mulher de bigode, nem o diabo pode”!

A história oral tem também grande importância para a leitura e interpretação das outras fontes documentais. Para Raphael Samuel:

*A evidência oral pode também ser crucial para a compreensão do pano de fundo. Ela pode nos dar contextos novos que os documentos, por si mesmos, apesar de muito trabalhados, não fornecem. As esparsas anotações num diário, por exemplo, podem adquirir novo sentido se somos capazes, com outras fontes, de reconstruir o caráter do escrevente ou das circunstâncias às quais as anotações se referem.<sup>67</sup>*

Assim, quando encontramos nos processos de habilitação de casamentos inúmeros casos em que se justifica a pressa do casamento, e portanto se pede a dispensa dos proclamas, por estar a noiva “enferma”, fomos perguntar a uma antiga moradora da cidade, farmacêutica formada e que exerceu a profissão desde jovem, o que isto significava, afinal, para nossa lógica, se a noiva estava “enferma”, o casamento deveria ser adiado e não adiantado. A resposta é que essa tal “enfermidade” normalmente se referia a uma gravidez pré-nupcial, o que fazia ter pressa no casamento e não se quisesse declarar o real motivo dessa pressa.<sup>68</sup>

Finalmente, um “documento” que pretendo utilizar também é o diário que escrevi durante o período em que estive no Acre e realizei as entrevistas e boa parte da pesquisa documental. O diário não é nenhuma obra etnográfica de precisão e minúcias, e mais do que uma descrição do que vi, acabei escrevendo como me sentia vendo

<sup>66</sup> THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. Uma crítica ao pensamento de Althusser. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. p.182.

<sup>67</sup> SAMUEL, Raphael. História local e história oral. *Revista Brasileira de História*, v.9, n.19, set.89/fev.90, p.219-243, p. 231.

<sup>68</sup> DENE, Débora Sylvia Lima. *Entrevistas*. 21/07/95 e 06/12/95.

aquilo, conversando com as pessoas, vivendo naquele lugar. Mais que uma fonte propriamente dita, o diário talvez sirva para me situar frente às fontes, e poder explicitar melhor minha perspectiva, meu horizonte, frente a elas. Talvez ele ajude em alguns momentos a fazer aquilo que os antropólogos chamam de uma “descrição densa”, isto é, uma descrição interpretativa da cultura.<sup>69</sup>

A idéia portanto deste trabalho é a de uma interpretação de fontes variadas: os processos, as entrevistas, os jornais, a bibliografia. É permitir, como disse Samuel “... aos mortos falarem aos vivos e, aos vivos, falarem aos mortos.”<sup>70</sup> É tentar situar cada uma destas fontes em seu tempo, procurando interpretar o que esses discursos podem revelar de sentido do passado para este presente em que nos situamos.

A tese está dividida em quatro capítulos. O primeiro capítulo tem como objetivo dar visibilidade às mulheres no processo de constituição da sociedade que se formou com a ascensão do preço da borracha e a migração de nordestinos, através da abertura de seringais, vilas e da cidade de Cruzeiro do Sul na região do Alto Juruá. O segundo mostra a grande transformação ocorrida com a crise do preço da borracha naquela sociedade: o desafio de não desaparecer através de toda uma reorganização no esquema produtivo dos seringais e nas relações sociais, na qual as transformações nas relações de gênero foram fundamentais. O terceiro capítulo tem como protagonistas índias e seringueiros, pois o relacionamento entre os grupos “seringueiros” e “indígenas”, através de um confronto onde aniquilamento e assimilação se colocaram como estratégias complementares, teve como protótipo de relação a união entre índias capturadas ou compradas e seringueiros. O quarto capítulo trabalha com a “linguagem da violência”, que parece marcar as relações em todos os âmbitos da sociedade, principalmente no que tange às relações de gênero.

---

<sup>69</sup>GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989. Ver especialmente o capítulo 1.

<sup>70</sup>SAMUEL, p. 237.

**Capítulo 1**  
**De primeiro...**  
**as mulheres na constituição dos seringais**  
**1870 - 1912**

*Um homem só. Ele e a floresta. Ele e a árvore de seringa. Ele e a borracha. Ninguém. Mulher, naqueles tempos, não havia, no Acre todo. Era privilégio de pouquíssimos. Do patrão, constituído em família, do gerente, do guarda-livros.<sup>1</sup>*

Esta citação, de um dos mais respeitados historiadores e estudiosos da Amazônia e do Acre, traduz muito bem o que se tem escrito sobre a história social das mulheres nestas regiões. Os autores costumam dedicar duas ou três páginas de seus livros para, quando se trata do período inicial da abertura dos seringais dos altos rios, destacar a inexistência de mulheres, e, de vez em quando, contar alguns casos de exceções que confirmam a regra: mulheres-mercadoria; mulheres-privilégio; mulheres-objeto-de-disputa.

Realmente a diferença entre a população masculina e a feminina no Acre deste período era bastante grande, e podia haver seringais em que não houvesse nenhuma mulher. Mas esta, a meu ver, não foi a regra geral. Talvez isso ocorresse nos primeiros dois ou três anos de implantação do seringal. Mas em 1904, quando do primeiro recenseamento realizado por ordem do recém-chegado prefeito do Departamento do Alto Juruá, embora incompleto, em 112 seringais foram contadas 6.974 pessoas sendo 5.087 homens e 1.887 mulheres.<sup>2</sup> Isso mostra que dessa população, 27 por cento, aproximadamente, eram mulheres, que é uma porcentagem bastante significativa e não pode ser simplesmente ignorada.

---

<sup>1</sup> TOCANTINS, Leandro. *Formação histórica do Acre*. 2 vols. Edição comemorativa do centenário de Plácido de Castro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. Vol. I, p. 166.

<sup>2</sup> PREFEITURA DO ALTO JURUÁ. Primeiro Relatório Semestral apresentado ao Exm. Sr. Dr. José Joaquim Seabra, Ministro da Justiça e Negócios Interiores pelo Coronel do Corpo de Engenheiros Gregório Thaumaturgo de Azevedo, Prefeito do Departamento. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1905. p. 23 É preciso salientar que estes dados são incompletos e que talvez excluíssem justamente os seringais situados mais longe da sede do município, mais novos e portanto também possivelmente os que tinham maior diferença entre população masculina e feminina. Porém, como veremos mais adiante, no recenseamento mais completo realizado em 1906, encontrou-se uma porcentagem de mulheres da ordem de 25%.



Seringueiro.  
Percy Lau<sup>3</sup>

Porém, esta diferença com certeza criava situações bastante originais na vida destas mulheres. As relações de gênero tinham que ser improvisadas levando em conta seu menor número e, ainda, a falta de espaço para elas no esquema produtivo dos seringais que se implantavam. Longe de se poder simplesmente reproduzir papéis e relações vigentes na cultura ocidental como próprios às mulheres e aos homens, numa certa “complementaridade”, improvisavam-se novos papéis e estratégias, que só podem ser estudados no cotidiano. Segundo Maria Odila L. da S. Dias:

*Sempre relegado ao terreno das rotinas obscuras, o cotidiano tem se revelado na história social como área de improvisação de papéis informais, novos e de*

<sup>3</sup> Tipos e Aspectos do Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 1956. Apud. IMAC - Secretaria de Meio Ambiente do Acre. Atlas Geográfico Ambiental do Acre. Rio Branco, 1991.

*potencialidade de conflitos e confrontos, em que se multiplicam formas peculiares de resistência e luta.*<sup>4</sup>

É assim, no confronto cotidiano com a floresta, com a fome, com a opressão dos padrões e do governo, que se pode documentar a constituição de papéis informais, estratégias de sobrevivência e práticas sociais e econômicas que possibilitaram a subsistência e configuraram relações de gênero diversas na região dos altos rios.

Pretendo portanto neste capítulo, mostrar a existência das mulheres na região do Alto Juruá, no período entre 1870 e 1912, período este de ascensão dos preços da borracha e de maior produtividade de látex. Essa existência se dava em meio a relações sociais nas quais os papéis de gênero, formais e informais, eram importantes, junto a outros matizes como o étnico e o de classe, na configuração dos seringais como lugares da vida e da cultura, lugares de uma sociedade ao mesmo tempo diferenciada e inserida mundialmente. Assim, também descreverei um pouco do processo de formação dos seringais, neste período inicial, marcado pela migração intensa de nordestinos para a Amazônia e pela exploração capitalista da borracha.

\* \* \*

*De premero tinha muito homem mas não era assim... Não tinha mulher solteira. [...] De premero era... os patrão trazia os freguês como quem fosse... cachorro! [...] Ah, de premero tinha muito caboclo pegado da mata. [...] De premero era mais sadio. [...] É, de premero sempre era mais melhor. A carestia foi duns ano pra cá, né? [...] Era difícil, porque de premero era tudo era no varejão, ...*<sup>5</sup>

No início havia floresta, rios e índios na região do Alto Juruá, que, até meados do século XIX tinha sido atingida por um ou outro explorador das matas amazônicas em busca do reconhecimento da área e das “drogas do sertão” colhidas pelos índios. Foi assim que, em 1854, João da Cunha Correia foi nomeado “diretor dos índios” pelo

<sup>4</sup> DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Quotidiano e poder. Em São Paulo no século XIX. 2ª edição revisada. São Paulo: Brasiliense, 1995. p. 14.

<sup>5</sup> CONCEIÇÃO, Raimunda Gomes da. Entrevista. 03/03/1995. “De primeiro” é uma locução adverbial utilizada com o significado de “antes, antigamente” no Ceará e, como se vê no trecho da entrevista, na região do Alto Juruá, Acre. Cf. SERAINE, Florival. Folclore Brasileiro. Ceará. Rio de Janeiro: FUNARTE, s/d. p. 11.

Presidente da Província do Amazonas, tendo percorrido pela primeira vez oficialmente as terras do chamado, posteriormente, Juruá Federal.<sup>6</sup>

As tais drogas do sertão consistiam em vários produtos da extração vegetal e animal, bastante valorizados no exterior: cacau, salsaparilha, baunilha, óleo de copaíba, óleo de andiroba, ovos e manteiga de tartaruga (tracajá), borracha e caucho, entre outros. Ao explorar o rio Juruá em 1867, William Chandless já indicava a extração da borracha como importante nesta região, feita principalmente por índios:

*Cacau, óleo de copaiba e salsaparilha são os principais produtos naturais e parecem ser abundantes; durante os últimos anos, entretanto, a borracha também tem sido procurada.*<sup>7</sup>

É que neste período, na Europa, a borracha tornava-se aos poucos uma matéria-prima de suma importância para a crescente indústria. A borracha já era conhecida no mundo ocidental pelo menos desde que o naturalista Charles Marie de La Condamine levou amostras para a França e publicou trabalhos sobre a *Hevea brasiliensis* (seringueira), a partir de 1743.<sup>8</sup> Durante todo o século XIX, a produção de seringas e galochas de borracha, na Europa e em Belém do Pará, foi bastante considerável. Em 1830, por exemplo, segundo Barbara Weinstein, a Amazônia exportou, através do porto de Belém, 156 toneladas de borracha bruta e produtos manufaturados.<sup>9</sup> Ainda em 1839, Charles Goodyear aperfeiçoou o processo de vulcanização da borracha, que a tornava resistente e flexível independentemente das oscilações de temperatura ou clima, o que resultou em maior demanda. A borracha passou a constituir elemento essencial para o desenvolvimento do maquinário industrial, pois era a matéria prima mais adequada para diminuir os impactos e fazer as ligações entre as peças de metal.<sup>10</sup> No entanto, é após 1890, com a “mania da

<sup>6</sup> A partir de 1904, com a criação do Território Federal do Acre, a área deste território banhada pelo rio Juruá passou a ser conhecida como Juruá Federal, para diferenciá-la da área do Estado do Amazonas banhada pelo mesmo rio. Sobre a exploração de João da Cunha Correia ver TOCANTINS, Vol. 1. p. 110.

<sup>7</sup> CHANDLESS, W. Notes of a journey up the river Juruá. *The Journal of the Royal Geographical Society*. Vol. 39, London, 1869, pp. 296-311. p. 297. (tradução minha)

<sup>8</sup> WEINSTEIN, Barbara. *A Borracha na Amazônia: expansão e decadência. (1850 - 1920)*. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: HUCITEC/ EDUSP, 1993 (1983). p. 22.

<sup>9</sup> *Ibidem*, p. 22.

<sup>10</sup> “A borracha logo se tornou o material preferido para a confecção de gaxetas para máquinas a vapor. Assim, essa matéria-prima obscuramente obtida acompanhou o ferro e o aço aonde quer que se instalassem máquinas industriais, bombas de minas e ferrovias. A borracha também era essencial nas correias e tubos de máquinas, assim como nos pára-choques entre os vagões das composições ferroviárias. Em 1830 a Grã-Bretanha importou 211 quilos de borracha bruta; em 1857, 10.000 quilos; e em 1874, com a borracha começando a ser aplicada nos fios telegráficos, a importação pulou

bicicleta” e 1900, com a progressiva popularização do automóvel, que o mercado da borracha expandiu-se ao ponto das exportações amazônicas chegarem às dezenas de milhares de toneladas.<sup>11</sup> Até 1880, a Amazônia foi o único fornecedor mundial de borracha, e até 1912, foi o principal fornecedor, sendo suplantado então pelas plantações de seringueiras asiáticas, que desencadearam a crise do preço da borracha.

Foi em função da exploração da borracha que se definiu a ocupação de toda a região dos altos rios da Amazônia, especialmente a que constitui hoje os estados do Acre e Rondônia, onde as seringueiras (*hevea brasiliensis*) eram mais concentradas e produtivas. Para possibilitar esta exploração em moldes concernentes ao esquema industrial e capitalista, foi preciso estabelecer um sistema de produção todo próprio à região amazônica, que conjugava lucratividade, produtividade e controle da mão-de-obra à dispersão das seringueiras em meio à floresta, /superando de certa forma os inúmeros “inconvenientes” que o meio natural amazônico oferecia à exploração de seus “recursos naturais”. Este sistema estava baseado na existência de unidades chamadas de “seringais” e que consistiam em imensas áreas de floresta sob a posse de um “patrão” que coordenava a produção da borracha através do arrendamento de “estradas de seringa” a seus “fregueses” e do monopólio do comércio da borracha e outras mercadorias junto a esses mesmos “fregueses”. /

Nos seringais, as mulheres, como não eram consideradas como capazes para o serviço da extração, embora muitas o tenham feito na prática, não tinham um lugar reconhecido, pelo menos a princípio. Muitos patrões não só não financiavam a vinda de mulheres para seus seringais, como até a desencorajavam, tentando com isso aguçar no seringueiro a vontade de voltar para o Nordeste, e portanto, a necessidade de produzir cada vez mais borracha.

### ***Do sertão seco à mata molhada***

A história dos seringais pode também começar pelo Nordeste brasileiro. É um dos começos possíveis, além dos que se poderia buscar na Inglaterra, nos Estados

---

para 58.710 quilos.” DEAN, Warren. A luta pela borracha no Brasil: um estudo de história ecológica. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Nobel, 1989. p. 32.

<sup>11</sup> Segundo Celso Furtado, “... as exportações de borracha extrativa brasileira subiram da média de 6.000 toneladas nos anos setenta, para 11.000 nos oitenta, 21.000 nos noventa e 35.000 no primeiro



Unidos, em Belém do Pará ou nas próprias matas amazônicas, na seiva branca das seringueiras, nos povos que ali viviam. Mas um começo centrado nas figuras humanas que fizeram as feições dos seringais, que construíram neles um modo de vida, deve incluir o Nordeste, especialmente algumas partes desta região, como o atual Estado do Ceará.

Segundo o folclorista Florival Seraine:

*No Ceará, distinguem-se três regiões bem especificadas: o litoral mais ou menos úmido, baixo e arenoso; as serras elevadas (mais de 600m de altitude), frescas e relativamente úmidas; e o sertão, de solo argiloso ou argilo-silicoso, mais ou menos rochoso, profundo, seco e quente. Todos os rios do interior têm vazão intermitente; cessam de correr logo que passa a estação das chuvas. Acha-se o Ceará, deste modo, incluído no que se convencionou chamar o 'polígono das secas'.<sup>12</sup>*

Cabe ainda acrescentar a esta descrição, que o chamado sertão ocupa a maior parte do território cearense, o que justifica o fato da empresa agro-industrial açucareira não ter se desenvolvido ali da mesma forma que nos estados de Pernambuco e Bahia, cuja Zona da Mata, ou seja, a que fica entre o litoral e as serras, e que apresenta solos férteis e apropriados ao cultivo da cana, é bastante extensa. Assim, ali desenvolveu-se principalmente a criação de gado e a plantação de gêneros de subsistência que abasteciam o mercado das áreas que se dedicavam exclusivamente às culturas de exportação.<sup>13</sup>

A questão é que foi deste sertão nordestino, principalmente cearense, árido, seco e povoado pelas fazendas de gado criado solto, que saíram não somente os primeiros aventureiros que estabeleceram os seringais nos altos rios amazônicos, mas também a imensa maioria dos que vieram a trabalhar como seringueiros. E além de “motivos de expulsão” que levaram à intensa migração de cearenses para a Amazônia, o sertão nordestino forneceu costumes, modos de falar, valores familiares, papéis de gênero, estereótipos, que foram recriados nos seringais do Alto Juruá, às vezes com outros significados e características.

Quanto aos “motivos de expulsão”, não se pode deixar de mencionar a trágica seca de 1877, que praticamente se estendeu até 1880. Estima-se que só em 1878

---

decênio deste século.” FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil. 6. ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964 (1959). p. 157.

<sup>12</sup> SERAINE, p. 5.

<sup>13</sup> OLIVEIRA, Luiz Antônio Pinto de. O sertanejo, o brabo e posseiro. (Os cem anos de andanças da população acreana). Rio Branco: Secretaria de Planejamento e Coordenação, 1985. p. 8-11.

emigraram para a Amazônia em torno de cinquenta mil homens, mulheres e crianças, enquanto outros tantos pereceram de fome, sede e epidemias no Ceará.<sup>14</sup> Entretanto, antes dos anos de seca, e mesmo quando o Ceará vivia a febre do algodão, possibilitada pela Guerra da Secessão norte-americana nos anos 60 daquele século, havia já migração de nordestinos para a Amazônia, em busca de fazer riqueza com a borracha. É somente na década de 1870, entretanto, que esta migração atingiu o Alto Juruá. Segundo Leandro Tocantins:

*No Alto Juruá ocorreu idêntico povoamento, com as restrições de menor ímpeto já assinaladas neste trabalho [comparando com o Alto Purus]. O cearense Francisco F. de Carvalho estabelecia-se, em 1870, no Riozinho da Liberdade, e, sete anos após, o movimento irradiou-se ao rio Tarauacá, a frente de Antônio Petrolino Albuquerque, Miguel Fernandes, João Bussons. Em 1883 o cearense Antônio Marques de Menezes fundou o seringal na foz do Mu. João Dourado e Balduino de Oliveira levaram a ocupação às ainda mal conhecidas raias com o Peru.<sup>15</sup>*

Os seringueiros foram entrando, abrindo seringais, se estabelecendo, sem perguntar de quem era aquela terra. De acordo com João Craveiro Costa, o território do Acre produzia, já em 1899, mais de 60% da borracha amazonense, ou mais de 12.000 toneladas.<sup>16</sup> E neste momento ainda não se podia considerar que o Acre fizesse realmente parte do Brasil. Era uma região de fronteiras não demarcadas, e que até aquele momento nenhum dos países limítrofes se interessara em demarcar. Repentinamente porém, essa fronteira encerrava uma grande riqueza e possibilitava o recolhimento de grandes somas em impostos e taxas para o governo brasileiro.<sup>17</sup>

Como escreveu Euclides da Cunha, a partir de seu trabalho na região em 1904, e de seus conhecimentos do Nordeste Brasileiro: <sup>3</sup>

<sup>14</sup> ALMEIDA, Mauro William Barbosa de. Rubber Tappers of the Upper Juruá River, Brazil. The making of a Forest Peasant Economy. Cambridge, 1992. Dissertation to the Ph. D. degree - University of Cambridge., p. 12. Ver também : THEOPHILO, Rodolpho. História da Secca do Ceará. (1877 a 1880). Fortaleza: Typ. Do Libertador, 1883, que é um documento pungente sobre a seca, da qual o autor foi um espectador.

<sup>15</sup> TOCANTINS, p. 153.

<sup>16</sup> COSTA, João Craveiro. A conquista do deserto ocidental. 2 ed. São Paulo: Nacional; Brasília: INL, 1973. p. 29. O autor não esclarece como obteve este dado, portanto devemos relativizar a cifra.

<sup>17</sup> Até 1903 o território que hoje constitui o Estado do Acre era pertencente em grande parte à Bolívia, sendo também reivindicado pelo Peru, com base em antigos tratados de limites. Neste ano foi firmado o Tratado de Petrópolis, através do qual o território passou a ser reconhecido brasileiro mediante uma indenização que foi paga à Bolívia. Antes porém, é preciso salientar a ocorrência da chamada "Revolução Acreana", na região dos rios Acre e Purus, em que patrões e seringueiros, liderados por Plácido de Castro, lutaram contra o Exército Boliviano, forçando o Governo Brasileiro a tomar uma atitude. Com o Peru a questão também foi complicada e envolveu uma batalha no Alto Juruá, na

*O povoamento do Acre é um caso histórico inteiramente fortuito, fora das diretrizes do nosso progresso.*

*Tem um reverso tormentoso que ninguém ignora: as secas periódicas dos nossos sertões do Norte, ocasionando o êxodo em massa das multidões flageladas. [...]*

*Os banidos levavam a missão dolorosíssima de desaparecerem...*

*E não desapareceram. Ao contrário, em menos de trinta anos, o Estado que era uma vaga expressão geográfica, um deserto empantanado, a estirar-se, sem lindes, para sudoeste, definiu-se de chôfre, avantajando-se aos primeiros pontos do nosso desenvolvimento econômico.<sup>18</sup>*

Para o grande escritor e conhecedor do Norte e Nordeste do país, a missão dos flagelados da seca enviados aos seringais dos altos rios amazônicos era a de desaparecer. A de livrar as cidades e capitais nordestinas de sua presença faminta e miserável, a de livrar o sertão de sua presença insistente em pequenos sítios de posse familiar que sempre pareciam estar incomodando os grandes criadores de gado<sup>19</sup>, a de evitar que se repetissem episódios como o de Canudos, no qual por sinal, muitos dos banidos participaram como combatentes das tropas federais. E esta opinião é em certa medida compartilhada com diversos historiadores e observadores da época, que deploram a “emigração” dos cearenses, como Raimundo Girão:

*O estado emocional dos dirigentes da administração e do povo não tinha medida. De tal modo, que não se pudera encontrar uma diretriz lógica para destrinçar a confusa equação, e no desespero socorreu-se à solução menos certa; à menos digna, à menos humana, qual fôsse o expatriamento dos flagelados para regiões longínquas.<sup>20</sup>*

Porém, como colocamos anteriormente, a migração de nordestinos para a Amazônia não se deu exclusivamente no período da seca, e em função da seca. Segundo Oliveira:

*A historiografia tradicional tem apontado a seca de 1877 como o fator determinante do formidável êxodo de cearenses e demais nordestinos para a Amazônia. Sem negar a importância da mesma como elemento catalisador do processo migratório, convém ter em mente os aspectos anteriormente relacionados e que dizem respeito a uma crise na produção algodoeira no início da década de 70 e a formação de ‘excedentes’ populacionais no interior das unidades econômicas tradicionais do Nordeste.<sup>21</sup>*

E a migração não teve como motor somente “motivos de expulsão” do Nordeste. Afinal, porque a Amazônia, naquele momento, atraiu um contingente tão grande de nordestinos? Havia uma forte atração exercida pela possibilidade de fazer

---

localidade hoje chamada de Marechal Thaumaturgo, na Foz do rio Amonea, além de uma série de conflitos armados entre “caucheros” peruanos e seringueiros brasileiros.

<sup>18</sup> CUNHA, Euclides. *À Margem da História*. Rio de Janeiro: Lello Brasileira, 1967 (1909). p. 48-49.

<sup>19</sup> Sobre os conflitos entre sitiantes e pecuaristas no Nordeste ver: WOORTMANN, Ellen F. *Herdeiros, Parentes e Compadres*. São Paulo: Hucitec; Brasília: Edunb, 1995, especialmente p. 219 a 240.

<sup>20</sup> GIRÃO, Raimundo. *Pequena História do Ceará*. Fortaleza: Editora A Batista Fontenele, 1953.

fortuna nas florestas de *heveas*. O exemplo daqueles pioneiros que abriram os seringais do Acre, apossando-se das terras ao longo dos rios com um punhado de homens e mercadorias conseguidas a crédito com as casas aviadoras<sup>22</sup> de Belém, e voltavam ricos para o Ceará, depois de muitos anos, era bastante estimulante frente a miséria. O relato de Alfredo Lustosa Cabral sobre a chegada de seu irmão ao interior da Paraíba e a decisão de ele e mais alguns companheiros irem também para a Amazônia é ilustrativo dessa atração:

*Em março de 1897, chegou a Patos meu irmão Silvino Lustosa Cabral vindo das plagas amazônicas onde passara cinco anos. Grande foi o contentamento da família ao abraçá-lo. Perdido por aquele mundo, sem se ter qualquer notícia, deixava crer que já tivesse ele desaparecido da face da terra. Trouxe no bolso uns gordos cobs que arranjava por lá com ingentes sacrifícios. [...] Levava o tempo contando as peripécias, os sofrimentos, os gozos e novidades por que passara naquela região. O pessoal, boquiaberto, ouvia estarecido o desenrolar das narrativas. [...] Os dias iam-se passando cêleres, e eu, a cada momento, ouvia aquelas histórias bonitas, às vezes fantásticas, que ele contava, bem como, da facilidade de se enriquecer em pouco tempo. Fiquei logo desejando conhecer tudo aquilo - passeios, viagens de canoa, aves canoras como o irapuru, pássaro quase encantado, caçadas, índios e a bicharada.<sup>23</sup>*

Por outro lado os patrões faziam um verdadeiro recrutamento, financiando as passagens e despesas de viagem de vários migrantes e acenando com vantagens e possibilidades de enriquecimento. Depois, é claro, estas despesas eram computadas como dívida para o seringueiro, e constituíam uma forma de prender a mão de obra. Segundo Craveiro Costa:

*É sabido como se fazia o povoamento dos seringais: os proprietários desses centros de indústria extrativa iam, anualmente, ao Ceará e outros Estados do Nordeste, fazer o recrutamento de trabalhadores. Seduziam-nos, falando-lhes das secas arrasadoras, da penúria em que viviam, da abundância que facilmente se aufere na floresta das *heveas* e das *siphonias*, do conforto que, emigrando, poderiam proporcionar à família... E, assim sugestionados, formavam-se grupos de emigrantes, que eram transportados à*

<sup>21</sup> OLIVEIRA, p. 12.

<sup>22</sup> Casas aviadoras eram firmas comerciais que forneciam mercadorias a crédito para os patrões de seringais, muitas vezes até transportando-as em vapores próprios, e que em troca recebiam a exclusividade da venda de borracha daquele seringal, ao final da safra. O sistema era o mesmo que o patrão usava com seus "fregueses", apenas em quantidades muito maiores: o da conta corrente. Sobre estas casas aviadoras, ver WEINSTEIN, op. cit.

<sup>23</sup> CABRAL, Alfredo Lustosa. *Dez anos no Amazonas. (1897-1907)*. 2 ed., Brasília: Senado Federal, 1984. (1949). p. 23.

*capital do Estado, onde embarcavam, às centenas, nos porões infectos dos navios do Lloyd.*<sup>24</sup>

Mas afinal, como vivia essa gente no Nordeste? Quem eram esses migrantes, o que faziam e o que os fez pensar que seria melhor migrar para a Amazônia? Como eram suas relações de trabalho, de vizinhança, familiares? Em que acreditavam? Em suma, que valores, padrões, modelos levaram junto, mesmo em sua reduzida bagagem, na longa viagem à Floresta Amazônica?

Em primeiro lugar, esses migrantes eram muitos e viviam em condições muito diferenciadas uns dos outros, pois não provinham exclusivamente do sertão e nem exclusivamente das classes mais pobres e atingidas pela seca. Ao lado dos sertanejos flagelados, havia pessoas que iam para a região amazônica levando algum recurso, seja em capital, seja em habilidades específicas que possibilitavam outras tarefas e uma vida menos “sacrificada” que a do seringueiro, seja ainda em relações com casas aviadoras que podiam significar a chance de estabelecer-se como comerciante.

Entretanto a maioria dos que chegavam nos altos rios seguiam um padrão que aliava a pobreza à ambição de fazer fortuna, a qual era na maior parte das vezes totalmente frustrada pelas condições em que se fazia a troca de borracha por mercadorias e pelas doenças que atingiam a muitos.

Oliveira fala na existência de dois momentos diferenciados nessa migração. O primeiro, entre 1850 e 1870, atinge principalmente o Madeira e o Purus:

*Esse fluxo já era em parte constituído por nordestinos, em algumas expedições famosas que acabavam por deitar raízes na região destes dois grandes rios. Tratava-se de grupos de parentes e amigos que embarcavam, principalmente no Ceará, com suas famílias e vizinhos em busca do enriquecimento nos seringais ainda sem dono.*<sup>25</sup>

No Alto Juruá, ao que parece, este fluxo de ocupação dos seringais ainda inexplorados se dá um pouco mais tardiamente, entre 1870 e 1890, já mesclado a um novo padrão migratório cujo ritmo era dado pelo crescimento intenso do mercado e do preço da borracha que ocorria neste momento, além dos já citados eventos ocorridos no Nordeste, como a seca, o declínio da produção algodoeira e os problemas enfrentados pela pecuária tradicional: “A grande maioria era constituída por homens, jovens ou adultos, que vinham como força-de-trabalho, despojada de qualquer

<sup>24</sup> COSTA, p. 183-184

<sup>25</sup> OLIVEIRA, p. 13.

*condição ou instrumento de produção, engajar-se na empresa extrativista da borracha.*<sup>26</sup>

Comparando o “cearense” migrado para a Amazônia ao “caboclo” amazonense, nativo do Baixo Amazonas, Samuel Benchimol nos ajuda a compreender um pouco por que eram os cearenses que iam para os altos rios e porque esse padrão de ir solteiro, sozinho, esperando sempre voltar ao Ceará:

*Quando o sertanejo vira seringueiro, procura subir cada vez mais: ‘Vou pro Juruá, porque me disseram que é um lugar muito parecido com o meu sertão. Gosto do pé enxuto’. Vive sempre acomodado ao ambiente. O seu pensamento vive longe, revendo espiritualmente o sertão. [...] O Ceará os chama constantemente por intermédio da família, da convivência, da terra. ‘Eu não aguento a imaginação. Estou doido pra voltar.’<sup>27</sup>*

A ida ao Amazonas não era tida como algo permanente, mas uma forma de “fazer fortuna” e depois retornar ao sertão e à família. Muitos iam para a Amazônia deixando não só pai e mãe, mas também mulher e filhos, e nem sempre voltavam.

A economia do sertão cearense no século XIX girava em torno da pecuária extensiva praticada em grandes fazendas, da cultura do algodão, também geralmente realizada de forma mercantil, e de pequenos sítios familiares produtores de alimentos, geralmente nas encostas das “serras” e em locais mais úmidos.

A pecuária foi a atividade que abriu caminho à ocupação do sertão nordestino, a partir do século XVII. Os grupos indígenas que viviam por esta região inóspita foram desde cedo reduzidos a missões religiosas ou massacrados por bandeirantes e sesmeiros que se apossaram aos poucos da terra. Mas os verdadeiros ocupantes da terra eram aqueles encarregados do gado destes sesmeiros que obtinham a posse legal da terra. Segundo Marques:

*Os homens que se incumbiram da multiplicação das boiadas, colaborando num negócio que veio a tornar-se significativamente lucrativo para o sesmeiro, estabeleciam com estes últimos relações de trabalho muito distintas da escravocrata. Tinham de ser tão livres quanto fiéis, uma vez que respondiam pelo cuidado do gado e pela prestação de contas sobre os rendimentos das boiadas dos patrões.<sup>28</sup>*

<sup>26</sup> *Ibidem*, p. 15.

<sup>27</sup> BENCHIMOL, Samuel. Romanceiro da Batalha da Borracha. Manaus: Imprensa Oficial, 1992. p. 37.

<sup>28</sup> MARQUES, Ana Cláudia Duarte Rocha. Domínios de Lampião. Nomadismo e reciprocidade. Florianópolis: UFSC, 1995. (Dissertação de Mestrado) p. 24.

A mesma autora destaca que para a tarefa de vaqueiro, que exigia confiança mútua entre patrão e empregado, além de grande resistência às condições de vida no sertão, preferia-se normalmente o mameluco, ou seja, o mestiço de índio com branco ao qual eram imputadas as características de “... *nomadismo, apetite imoderado, bem como a resistência à pemúria prolongada, o pendor para a guerra, particularmente para a guerrilha, o gosto pela liberdade e autonomia, uma sobranceira de caráter, a irredutibilidade ...*”<sup>29</sup>, herdadas do índio, além da confiabilidade conferida pelo “sangue branco”.

Basicamente, para tal tarefa, como mais tarde para a extração da borracha na floresta amazônica, não conviria a escravidão do negro ou do índio, pois num escravo não se poderia depositar confiança longe das vistas de qualquer fiscalização. O vaqueiro tinha assim autonomia no trato do gado do patrão, direito a sua lavoura de subsistência e mesmo direito a criar seu próprio gado, o que muitas vezes o tornava, após longos anos de serviço, um fazendeiro em escala menor.

A relação entre vaqueiro e patrão era uma relação hierárquica, mas que guardava certas reciprocidades, normalmente mediada ainda pela instituição do compadrio.<sup>30</sup> O vaqueiro devia lealdade total ao patrão, que por sua vez não devia deixar que nada faltasse ao vaqueiro e sua família, inclusive protegendo-o em casos de este infringir a lei em defesa dos bens ou da honra de seu patrão ou de sua família.

Este modelo de relação de compadrio e clientelismo, guardadas as devidas proporções, certamente influenciou bastante na construção posterior da relação entre patrão, empregados e seringueiros nos seringais amazônicos. O seringueiro precisava ter um alto grau de autonomia e confiabilidade nesta relação, já que o trabalho de extração do látex era feito em meio à floresta em localidades muitas vezes distantes das possibilidades de fiscalização dos patrões e seus empregados. O seringueiro era nominalmente o “dono” da borracha que extraía, vendendo-a ao patrão em troca das mercadorias adiantadas para a safra e, eventualmente, de um saldo no “Barracão”<sup>31</sup>. É claro que havia também uma série de mecanismos coercitivos para garantir que o seringueiro não vendesse a borracha para outros comerciantes ou fugisse do seringal deixando saldo devedor, porém o modelo da confiabilidade e lealdade ao patrão que

---

<sup>29</sup> Ibidem, p. 39.

<sup>30</sup> Ibidem, p. 75.

dava autonomia, proteção e “assistência” ao seringueiro garantia a existência dos chamados “bons patrões”, que conseguiam estabelecer estes laços com os seringueiros sem a necessidade de utilizar-se a todo momento de meios violentos e coercitivos.

Os sítios familiares de produção de alimentos, existentes em todo o sertão nordestino, num permanente conflito com a propriedade dedicada à pecuária, eram outro espaço de vida que certamente forneceu muitos braços para os seringais no século XIX. Ellen Woortmann, em seu estudo etnográfico de um sítio familiar do sertão de Sergipe, faz um breve histórico desta forma de apropriação da terra no Nordeste.

*... apesar dos currais e das sesmarias, não foi o grande latifúndio que efetivamente ocupou e povoou a região. Pelo contrário, a ocupação efetiva foi realizada em grande parte por posseiros, brancos-livres ou caboclos e negros sobreviventes, ou mesmo por homens livres autorizados pelos sesmeiros a ocuparem terras.<sup>32</sup>*

Estes “sítios” eram ocupados e explorados por um conjunto de famílias nucleares, normalmente herdeiras em comum do primeiro ocupante daquela parcela. Viviam da cultura de gêneros alimentícios para o consumo e venda no mercado interno, além de pequenas criações de ovinos, caprinos, aves e algum gado bovino em pequena escala. Como a autora demonstra, os laços familiares eram fundamentais para os critérios de distribuição da herança, inclusive com a instituição de casamentos endogâmicos entre primos. Estes sítios, apesar de complementarem a pecuária através da produção de outros alimentos para o mercado interno, estavam permanentemente em conflito com a grande propriedade, que com a expansão do mercado não cessava de expandir-se, isso sem falar na produção algodoeira que também passou a disputar essas terras em meados do século XIX.

O século XIX foi marcado pelo aumento populacional em todo o sertão nordestino, o que se por um lado forneceu a mão de obra para a lavoura algodoeira, por outro, agravou a situação de disputa pelas terras entre posseiros sitiantes, pecuaristas e algodoeiros. Como era de se esperar, foram os primeiros que levaram a pior nesta disputa, principalmente depois de promulgada a Lei de Terras de 1850, que reconhecia os títulos de terra antigos mas colocava na situação de terras devolutas, e portanto à disposição do estado para venda, todas as terras que não tinham títulos.

---

<sup>31</sup> Barracão era como se chamava normalmente a casa do patrão ou gerente, aonde funcionava o estabelecimento comercial do seringal.

<sup>32</sup> WOORTMANN, p. 221.



Como já mencionei atrás, citando Oliveira, esta situação, aliada às grandes secas das décadas de 1870 e 1880, foi grandemente responsável pela liberação de tão grande contingente para a emigração para o Amazonas.

Vários autores destacam uma série de “características” do povo do sertão nordestino, que talvez pudéssemos resgatar na tentativa de interpretar a sociedade emergente dos seringais acreanos. Embora vários destes autores se refiram a estas “características” como traços herdados biologicamente e relacionados a raças ou a determinismos geográficos, preferimos pensá-las como características construídas historicamente, como formas culturais, visões de mundo.<sup>33</sup> Para Djacir Menezes, as principais destas características seriam a “violência” e o “fanatismo”, que explicariam fenômenos como o cangaço e os diversos episódios milenaristas que marcaram o sertão, desde Canudos até a Juazeiro do Norte do Padre Cícero. Mas também se deveria destacar o “nomadismo”, o “apego à família” e à “liberdade”, a “lealdade” e a resistência aos rigores do clima, entre outros. Euclides da Cunha, no seu sempre citado “Os Sertões”, parecia já apontar para “características” muito próximas em 1902, quando da primeira edição da obra:

*Veio subseqüentemente o cruzamento inevitável. E despontou logo uma raça de curibocas puros quase sem mescla de sangue africano, facilmente denunciada hoje, pelo tipo normal daqueles sertanejos. [...] E ali estão com suas vestes características, os seus hábitos antigos, o seu estranho aferro às tradições mais remotas, o seu sentimento religioso levado até ao fanatismo e o seu exagerado ponto de honra, e o seu folclore bellissimo de rimas de três séculos... [...] Expandindo-se pelos sertões limítrofes ou próximos, de Goiás, Piauí, Maranhão, Ceará e Pernambuco, tem um caráter de originalidade completa expresso mesmo nas fundações que erigiu.*<sup>34</sup>

Na ida tumultuada para a Amazônia não houve o “transplante” dos modelos de vida do sertão para a floresta. Em certo sentido, muito do que constitui esse conjunto cultural descrito pelos autores acima, tem sim forte relação com o meio ambiente, na medida em que são verdadeiras improvisações, construídas com os elementos disponíveis para possibilitar a sobrevivência. Que dizer das roupas de couro dos vaqueiros, da comida baseada na carne seca, na mandioca e na rapadura, das formas

<sup>33</sup> Trata-se normalmente de autores que escreveram em uma época em que estes determinismos eram considerados “científicos”, como vários citados por MENEZES, Djacir. O outro Nordeste. Ensaio sobre a evolução social e política do Nordeste da Civilização do Couro e suas implicações históricas nos problemas gerais. 2ª ed., Rio de Janeiro: Artenova, 1970; cuja 1ª edição se deu em 1937.

<sup>34</sup> CUNHA, Euclides da. Os Sertões: campanha de Canudos. 36ª edição, Rio de Janeiro: Francisco Alves; Brasília: 1995. p. 71 e 72.

agrícolas tomadas aos índios? Entretanto, assim como no sertão são tomados de empréstimo os modelos ibéricos e os modelos indígenas para a construção desse modo de vida singular, nos seringais amazônicos o sertão será uma das matrizes para a construção de outro modo de vida, improvisado agora frente à floresta e frente à demanda internacional pela borracha.

Do ponto de vista das relações de gênero, o modelo nordestino certamente foi o mais importante para a construção das relações que se estabeleceram na Amazônia. É certo que elas tinham elementos novos: a grande desproporção entre o número de homens e mulheres, as relações com as índias aprisionadas nos embates entre seringueiros e indígenas, a quantidade de dinheiro que circulava nas cidades amazônicas, que atraía a prostituição. Entretanto estes elementos, se formos analisar historicamente, não eram tão novos assim, pois há menos de um século da migração para a Amazônia eles também se encontravam na conquista do sertão nordestino.<sup>35</sup> As expedições formadas por paulistas ou habitantes do litoral do Nordeste que penetraram nos sertões para formar as primeiras fazendas de gado eram predominantemente masculinas, e depararam-se com grupos indígenas, eliminados e/ou escravizados a partir deste confronto. Até o início do século XIX, ainda não se tinha equilibrado plenamente a população feminina e masculina no sertão.

O patriarcalismo, descrito por Gilberto Freyre com cores fortes e generalizantes, dava o tom das relações nas casas-grandes do litoral e nas famílias de elite do sertão, muitas vezes aparentadas<sup>36</sup>. Havia mesmo muitos canaveiros donos de extensas fazendas de gado no sertão.<sup>37</sup> Entretanto entre as classes menos favorecidas, e que no sertão viviam com um pouco mais de autonomia dos grandes proprietários de terra, predominava uma família um pouco diferente, mas na qual as hierarquias de gênero eram muito marcadas. Henry Koster, que viajou pelo sertão do Ceará e Pernambuco em 1810, nos dá uma idéia do cotidiano das pessoas que encontrou.

---

<sup>35</sup> FALCI, Miridan Knox. Mulheres do sertão nordestino. In: PRIORE, Mary Del (org.) História das Mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 1997. p. 241-277, p. 243.

<sup>36</sup> FREYRE, Gilberto. Casa Grande e Senzala. Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 29 ed. Rio de Janeiro: Record, 1994.

<sup>37</sup> Falando das fazendas de gado do sertão nordestino, Koster comenta: "Alguns donos vivem em suas terras mas a maioria das fazendas que visitei, é propriedade de homens de ampla prosperidade e que residem nas cidades litoraneas onde são igualmente plantadores de cana de açúcar." KOSTER, Henry. Viagens ao Nordeste do Brasil. Trad. e notas Luiz da Câmara Cascudo. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942. (Brasiliiana, 221) p. 208.

*Diferente do peão das terras vizinhas ao Rio da Prata, o Sertanejo tem sempre com ele a mulher e os filhos, vivendo em comparativo conforto. As casas são pequenas e construídas com barro e bastante abrigadas para o clima, e cobertas com telhas quando podem adquirir, ou geralmente com folhas de carnaúbas. As rédes usualmente tomam o lugar dos leitos, sendo mais confortáveis e mais frequentemente utilizadas como cadeiras. Algumas residências têm mesa mas o uso comum é a família acocorar-se derredor de uma esteira, com as tigelas, cabaços e travessas no centro, e aí comer sua refeição, sobre o solo. [...] A mulher raramente aparece e se é vista não toma parte na conversação, a menos que, sendo bôa esposa, esteja vigiando o assado. Quando se apresenta, enquanto os homens falam, acocora-se na soleira da porta que leva ao interior da casa, e aí fica, limitando-se o escutar.<sup>38</sup>*

Estes costumes, casas pequenas, dormir em redes, comer sentado no chão ao redor de uma esteira onde ficam as tigelas de comida, a mulher que se coloca a margem da conversação dos homens, são costumes até hoje presentes no cotidiano dos seringais do Alto Juruá. É certo que para que se mantenham contribui muito a pobreza em que vivem muitos dos seringueiros, mas por outro lado, mesmo em casas onde havia mesas, presenciei muitas vezes, durante minha estadia no Alto Juruá, as pessoas comendo no chão da cozinha, sentados em roda e servidos, cada um por sua vez, pela dona da casa, de “caldo”, completando-se o prato com farinha à vontade e um pedaço de carne ou peixe, cozido no caldo, servido em separado.

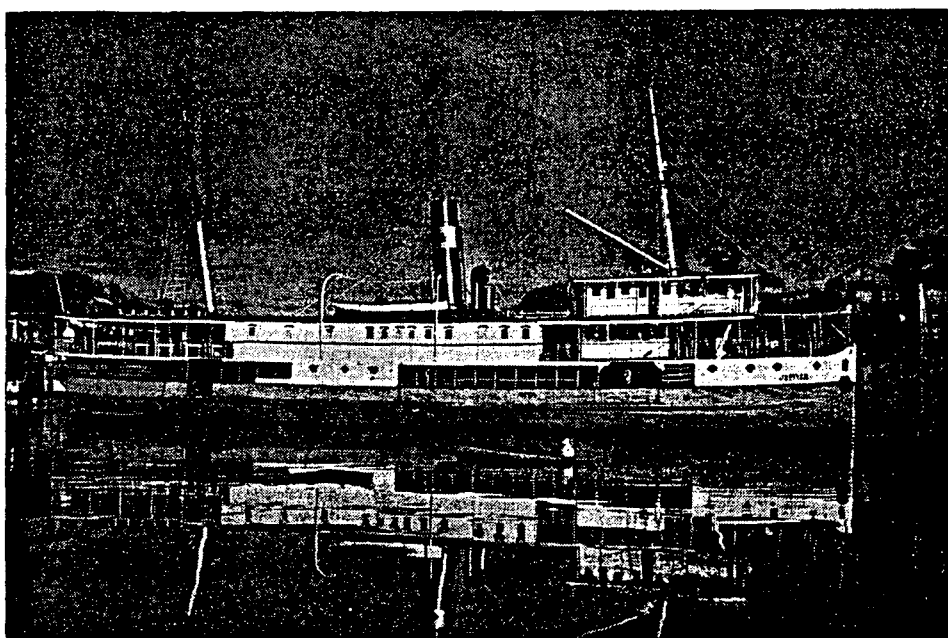
A questão do isolamento das mulheres, a meu ver, se dava em função de que no caso destes viajantes sempre eram expedições formadas exclusivamente por homens. De qualquer forma, no Alto Juruá, até hoje sente-se ainda a separação dos espaços. Logo que chegava a uma casa, acompanhada de homens, estes eram convidados a permanecer na sala, em conversa com o dono da casa. A mim era dada a opção de ficar ali ou de participar da conversa e das atividades das mulheres, na cozinha. Em uma ocasião, chegando à noite em uma casa onde não esperavam que houvesse uma mulher entre os hóspedes, o dono da casa gritou, logo que me viu, em direção aos fundos onde sempre fica a cozinha: - Venha aqui mulher, tem uma mulher aqui! Era necessário ter uma mulher para me receber condignamente.

---

<sup>38</sup> *Ibidem*, p. 203-205.

## *A viagem*

A primeira parte da viagem dos nordestinos para a Amazônia era feita em navios a vapor que os desembarcavam em Belém ou Manaus. Durante os períodos de seca, o governo do Império ou da República custeava a passagem dos retirantes até ali e o governo da Província ou Estado providenciava alojamento e alimentação nestes postos intermediários.<sup>39</sup> Dali eram os patrões de seringais que estavam necessitados de mão de obra, ou mesmo aventureiros que pretendiam apossar-se de algum seringal ainda desabitado nos altos rios, que financiavam a viagem até o ponto desejado.



Segundo Reis: “Construídos geralmente na Inglaterra, mas também na Holanda, Dinamarca e Estados Unidos, os ‘gaiolas’ são navios apropriados aos rigores da região. Nos corredores externos, como no andar inferior, armam-se à noite rédes, umas por cima das outras, dando ao navio a impressão de uma ‘gaiola’.”<sup>40</sup>

Os autores que descrevem estas viagens são unânimes em afirmar as péssimas condições a que eram submetidos os migrantes nos “porões infectos dos navios do Lloyd” ou na terceira classe dos “gaiolas”:

*Na terceira classe desses vapores, eles não deviam passar fome, porém, a adaptação seria difícil, porque não havia a bordo acomodações para esses passageiros e deveriam permanecer até o fim da jornada, na maior promiscuidade, misturados na proa e nos porões do navio, como se fossem uma carga qualquer!...*

<sup>39</sup> BRANCO, José Moreira Brandão Castelo. Povoamento da Acreania. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Vol. 250, jan-mar 1961, p. 118-256, p. 151-152, nota n° 99.

*Mal terminada esta provação, surgia logo uma ainda maior para os que se destinavam aos rios mais longínquos, como os que regavam as terras que mais tarde formariam o território do Acre.*

*No bojo das embarcações que transitam pela intrincada rede potâmica amazônica chamadas 'gaiolas', ou nos batelões que lhes iam a reboque, o sofrimento desses infelizes ultrapassava tudo o que se poderia avaliar: por entre volumes de carga, vultos de gado vacum, suíno, cavalari e asinino, destinados ao consumo de bordo ou à venda; montões de gramíneas para o sustento dessas rêses; num ambiente infecto e repugnante, via-se um labirinto de rêses em todos os sentidos, num entrelaçamento inimaginável com vários planos, que se embatiam com maqueiras estendidas em diagonal, tomando qualquer espaço que porventura houvesse na parte do navio reservada à terceira classe, entremeamento êste que, em certas ocasiões se observava até na parte reservada à primeira classe.<sup>41</sup>*

Estas imagens revestem-se do “tom trágico” que muitos autores, dos quais o mais conhecido foi sem dúvida Euclides da Cunha, costumam empregar para descrever a “saga dos seringueiros”. Entretanto, dispomos também do testemunho de um participante deste quadro: Alfredo Lustosa Cabral, que escreveu um relato autobiográfico de sua estada nos seringais do Alto Juruá entre 1897 e 1907 como seringueiro. Neste relato, o autor não usa certamente do mesmo “tom” mas descreve fatos semelhantes na sua viagem entre a Paraíba e Belém.

*Chegamos, finalmente, ao porto de Fortaleza. Feitas as visitas protocolares, o comandante recebeu uma lista de quinhentos flagelados para o Amazonas. Era impossível aceitá-la, não havia onde colocar essa gente, mas era também desumanidade deixá-la. Retidos nas estalagens de Fortaleza por alguns dias, os patrões não suportavam mais o dispêndio dos sertanejos. Recorreram aos grandes da terra, e a horda embarcou, sem ter mais lugar onde acomodá-la. As redes armadas, duas, três, por cima das outras. [...] Não se podia mais tolerar o ambiente de imundície nos porões. Entristecidos, embriagados, vomitando no fundo de redes porcas, jazia uma quarta parte dos passageiros.<sup>42</sup>*

Tendo vivido por quase um ano na região do Alto Juruá, e presenciado as condições de transporte a que se submetem ainda hoje as pessoas em seus deslocamentos entre os seringais e a cidade de Cruzeiro do Sul, em viagens que duram entre três e dez dias, essas descrições não me parecem exageradas. É comum encontrar

<sup>40</sup> REIS, Arthur Cezar Ferreira. O seringal e o seringueiro. Rio de Janeiro: Serviço de Informação Agrícola, 1953. (Documentário da vida rural n.º 5). Foto e legenda entre as páginas 45 e 46.

<sup>41</sup> BRANCO, J. M. B. C., Povoamento..., p. 151.

<sup>42</sup> CABRAL, p. 31-32.

batelões ou até mesmo canoas a motor que carregam ao mesmo tempo e em um mesmo espaço bastante limitado bois, porcos, galinhas, pessoas e mercadorias para a venda, tais como açúcar, sal, sabão, além do combustível para o motor.<sup>43</sup>

Em praticamente todas as descrições de viagens a que tive acesso, os autores destacam a presença de mulheres e crianças nos contingentes de migrantes. Isto nos interessa pois é voz corrente que estes contingentes seriam formados quase que exclusivamente de homens sozinhos que vinham “tentar a sorte” nos seringais. Por outro lado, reconhecemos que a maioria das pessoas eram provavelmente estes homens sós, mas também havia mulheres e crianças, ou seja, famílias inteiras que engajavam-se nas turmas de seringueiros. O destaque dos autores normalmente se dá no intuito de acentuar as cores “trágicas” da viagem, mostrando a “promiscuidade”, a falta de privacidade a que eram submetidas as mulheres e as brigas que ocorriam em função de “ofensas a sua honra”. Exemplo disso é a passagem em que Rodolpho Theóphilo descreve um embarque de retirantes no porto de Fortaleza:

*Os encarregados do transporte arrancavam as crianças dos braços maternos e levavam-nas como fardos que sacudiam sem piedade no fundo da embarcação. As mulheres eram carregadas a empurrões, sem o menor respeito, entre ditos indecentes. A moça, a donzella não encontrava no meio d'aquella multidão selvagem e sem caridade, o respeito devido a seu estado. Procuravam mesmo occasião de offender o pudor da inoscente, sem apoio e a tudo exposta, se mal lhe cobriam as formas os trapos mesquinhos da indigência. A galhofa d'aquelles entes pervertidos augmentava, quando ousadamente seguravam por baixo dos braços alguma infeliz e que ella, com o rosto tinto de pudor e olhos baixos de humilhação, tentava livrar-se dos braços do algóz do seu recatamento, procurando esconder os seios nus nos trapos que lhe rodeavam o collo.*<sup>44</sup>

Como já escreveu Castelo Branco, este era o primeiro ato da nova vida dos sertanejos que, passando pela “provação” da viagem, tornavam-se “brabos”, ou seja, seringueiros ainda não totalmente familiarizados com o novo meio ambiente, o novo trabalho e as novas relações sociais que encontraram nos seringais.

<sup>43</sup> Minha estadia na região se deu entre fevereiro e dezembro de 1995. Batelões são barcos de madeira relativamente grandes (10-15mx3m), cobertos com zinco ou palha, movidos por motores a diesel. Ao tempo do boom da borracha eram movidos a remos. Deve-se acrescentar que os principais motivos para viagens para a cidade são o recebimento de aposentadoria para os idosos e o tratamento de doenças no hospital, além de mulheres que vão ter seus filhos com assistência médica. Assim nesses barcos, muitas vezes a maioria dos passageiros humanos é constituída de idosos, doentes e mulheres grávidas ou portando recém-nascidos.

<sup>44</sup> THEOPHILO, p. 150. Ver ainda CABRAL,, p. 32 e BRANCO, Povoamento..., p. 149-151.

## *O seringal*

*Oswaldo- E muitos homens abriam assim uns pedaços de seringal, outros tomava na bala mesmo. Chega a invadir, que nem invadem o banco [...]. Eu ainda conheci um homem por nome Camilo que tinha lá um pedaço de seringal que outro tomava conta. Aí o dono do seringal, sentado no barracão dele, sentado dizia assim: trunfo é pau. O dono do barracão, sabe. Aí o outro lá de fora veio com a cabroeira dele e disse: trunfo é pau? Trunfo é bala: meteu a bala pra cima até que matou o dono do, do barracão, e inclusive os capangas dele e ficou com o seringal.*

*Ruy- Aqui de perto isso?*

*Oswaldo- Não, isso é coisa antiga. Pois bem, esse homem é que contava essa história. Diz que teve muito que faziam essa arrumação. Tomavam assim na bala mesmo, coisa braba mesmo. (risos) Coisa aí antiga que aconteceu.[...] É, vinham aqueles homem do Ceará, sabe, de primeiro vinha muita gente. Pessoal que abriu mais isso aqui foi cearense, vindo do Ceará. Aí vinha pro Amazonas, aí ia atrás, aqueles freguês, às vezes aqueles freguês era mais inteligente aí abria um pedaço de seringal, aí ia assim pra frente. Assim eles foram, abrindo, foram abrindo.<sup>45</sup>*

A abertura dos seringais do Alto Juruá se deu entre 1870 e 1900, aproximadamente. Para “abrir um seringal” era preciso alguém que conhecesse a floresta e soubesse marcar as “estradas de seringa”<sup>46</sup>, ou seja, um “mateiro”; uma turma de seringueiros cujo número dependia da quantidade de seringueiras existentes na área; e principalmente, uma provisão de “mercadorias” suficientes para sustentar esta turma e seu trabalho durante os primeiros meses, até que novo carregamento pudesse chegar. Estas mercadorias eram normalmente conseguidas a crédito com as “casas aviadoras” de Belém ou Manaus, ou seus intermediários mais próximos nos seringais já abertos, que também muitas vezes financiavam a vinda das turmas de migrantes nordestinos. Assim eram estas casas aviadoras que forneciam todo o crédito necessário à implantação de novas áreas de extração da borracha, ganhando com isso uma relação de dependência com os patrões daquelas áreas que se obrigavam a pagar seus débitos em borracha, requerendo novos créditos para as temporadas vindouras.<sup>47</sup>

<sup>45</sup> HOLANDA, Oswaldo Nogueira de. (Oswaldo Eufrásio) e SALLES, Elisiário. *Entrevista*. 12/06/95 com a participação de Ruy Ávila Wolff.

<sup>46</sup> Estradas de seringa era como se chamavam as trilhas que ligavam uma seringueira a outra formando um conjunto de aproximadamente 100 a 150, que eram percorridas pelo seringueiro para a colheita do látex.

<sup>47</sup> Estas relações de dependência baseadas no sistema de dívidas que percorria toda a cadeia produtiva da borracha, do seringueiro à firma exportadora, passando pela casa aviadora, seus intermediários e os

Como fica claro no trecho de entrevista citado mais acima, as terras dos seringais ainda por “abrir” não eram compradas, e sim simplesmente ocupadas, e isso também gerava muitas brigas entre os posseiros. Também abria a possibilidade, nestes lugares ermos, de um seringueiro tornar-se dono de seringal, ou pelo menos explorar um seringal sem estar submisso a um patrão direto, desde que tivesse algum acesso ao crédito (ou um bom saldo no fim da safra). Segundo Almeida, a produtividade de um seringueiro no rio Tejo, um dos mais importantes afluentes do Alto Juruá, podia chegar a uma tonelada por ano, o que significava quase três vezes mais do que nos seringais do Amazonas e Pará, e compensava a grande distância, o perigo de enfrentar os índios, entre outras desvantagens que se poderia levantar.<sup>48</sup> Alfredo Lustosa Cabral, em suas memórias, conta como ele e seu irmão, tendo consigo ainda mais alguns homens, puderam explorar um seringal no rio Tejo, conhecido como muito produtivo. Embora o seringal tivesse um dono, este não tinha homens suficientes para aproveitá-lo como um todo, cedendo uma parte portanto aos irmãos Cabral, sem dúvida em troca de alguma renda a que o autor não se refere.

*Na sua viagem à foz do Tejo, meu irmão soube que esse rio era muito bom de leite e que nem todos os seringais dali estavam explorados. Assim deliberou deixar Nova Esperança. Seguiu levando toda a bagagem e cinco homens livres sem compromisso com o patrão, porque nada lhe deviam. Por causa de negócios a serem resolvidos, fiquei para seguir em outro navio. [...] Silvino encontrava-se no alto Tejo, cuidando de arranjar colocação para a sua gente. Chegou depois de três dias numa canoa de tamanho regular. Carregou-a de mercadorias, e subimos nesse rio até onde se dividia em dois da mesma largura. Por este motivo, o seringal dali era conhecido por Duas Bocas. Gastamos seis dias nessa viagem. Entramos no rio da esquerda, chegando no seringal Belmonte, de bom leite, com metade a ser explorado. A inconveniência que tinha eram duas malocas dos índios caxinauá e catuquina a pouca distância e ser sujeito à malária. O proprietário, João Lourenço do Nascimento, homem forte, destemido, analfabeto, indicara o mato onde tínhamos de localizar nossos oito seringueiros.<sup>49</sup>*

A grande maioria dos seringueiros, porém, chegava a seringais já “abertos”, e com um sistema de produção e comércio já bem organizado. E embora houvesse a

---

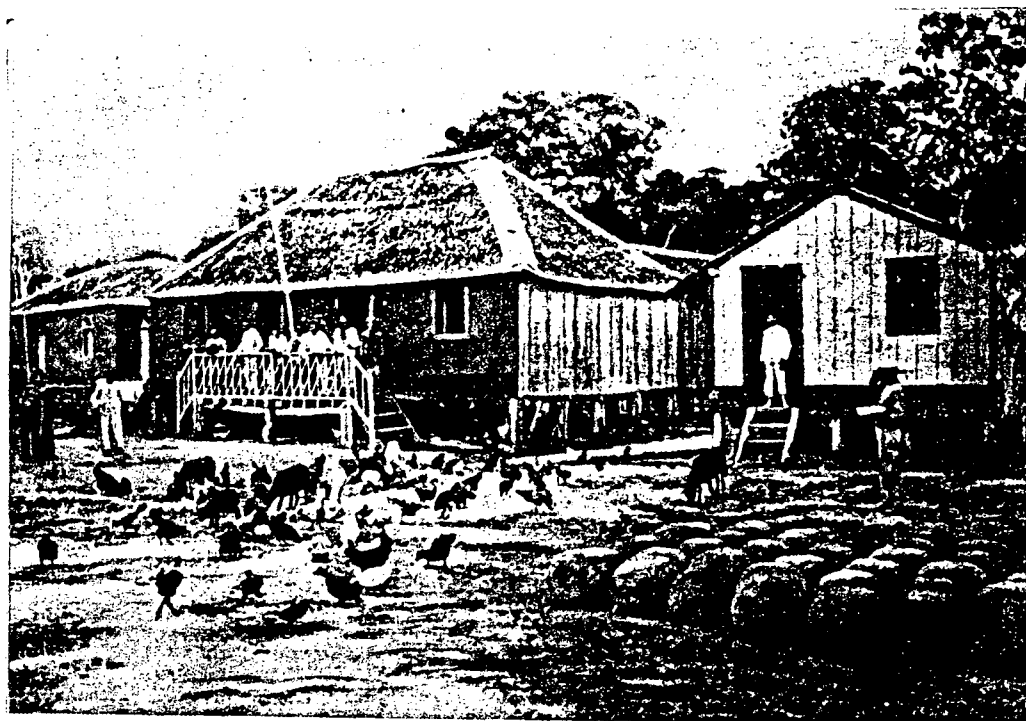
patrões, são descritas e analisadas por WEINSTEIN, op. cit., e chamadas de “sistema de aviamento” na literatura sobre a região amazônica.

<sup>48</sup> ALMEIDA, Mauro W. B., p. 15-16.

<sup>49</sup> CABRAL, p. 39-40.



chance de ao longo de alguns anos obter saldo em sua conta com o patrão, graças à grande produtividade da área, esta situação não era a regra geral.



“Seringal Bagé, com capacidade de produção de 100 mil quilos de borracha. Pertencente a Pergentino Eucrácio Ferraro.”<sup>50</sup> Vê-se, em frente ao barracão, as “pélas” de borracha esperando pelo embarque, bem como uma criação de aves. O Rio Bagé, onde se localizava este seringal, é um dos principais afluentes do Rio Tejo.

Ao chegar no seringal, o “brabo”, como era chamado o seringueiro que não tinha ainda experiência, recebia no barracão os suprimentos para sua primeira quinzena na mata: farinha, jabá (charque), sal, sabão, querosene para a iluminação, uma espingarda, munição, e os instrumentos para o corte da seringa, a machadinha, tigelas, o balde para colher o leite. Era então encaminhado para uma colocação, onde havia uma barraca de paxiúba, coberta de palha, e às vezes, um “manso”, seringueiro já com experiência, morando. Todas essas mercadorias eram anotadas em sua conta corrente, juntamente com as despesas da viagem, e o desafio era conseguir, mesmo sem experiência, “tirar saldo” nessa conta, ao final da temporada de corte da borracha.

Cortava-se as seringueiras no período entre 1 de maio e 31 de dezembro, cada estrada 2 vezes por semana, totalizando geralmente 60 dias de corte por estrada. No tempo restante pouco se fazia. Onde os patrões permitiam, fazia-se roças de mandioca,

<sup>50</sup> BARROS, Glimedes Rego. Nos Confins do Extremo Oeste. Vol. 2. O alvorecer do poente acreano. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, p. 106.

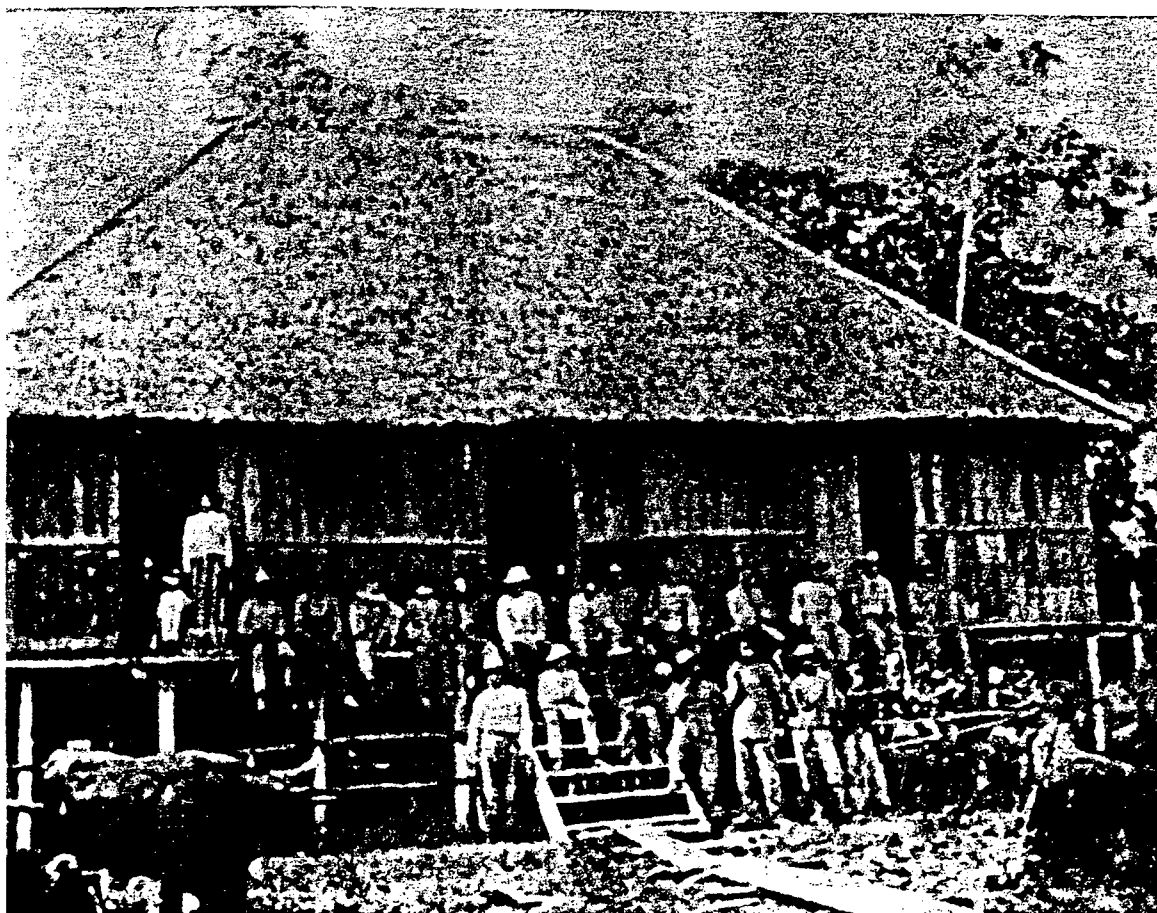
milho e outros produtos. Muitos seringueiros iam para as cidades e gastavam tudo o que tinham podido acumular nos meses de trabalho. Outros ficavam no seringal, onde alguns patrões aproveitavam a mão de obra disponível para ajeitar os varadouros (caminhos na mata), plantar alguma coisa, construir barracas ou armazéns, entre outros trabalhos. O próprio coronel Thaumaturgo de Azevedo, em seu Primeiro Relatório a frente da Prefeitura do Departamento do Alto Juruá, queixa-se da inatividade dos seringueiros nas épocas de chuvas:

*... raros são os proprietários de 'terras firmes', ou próprias para a cultura. De forma que os possuidores de alagadiços, no inverno, não dão trabalho aos extractores e estes preferem corroer-se na ociosidade, com o produto de cinco a seis mezes de colheita da seringa a occupar-se na pesca do pirarucu, na serragem de madeiras, na plantação de cacauzeiros à beira dos igarapés e no replantio da arvore da seringa e do cauchu, etc.<sup>51</sup>*

Durante o período de colheita do látex, entretanto, a vida do seringueiro era bastante trabalhosa. Acordava-se ainda no escuro, às vezes até às duas horas da manhã para começar o corte, que se dava em uma estrada diferente a cada dia - normalmente um seringueiro encarregava-se de duas ou três estradas de seringa. A temperatura mais baixa da madrugada ajudava a retardar o endurecimento do látex. A “estrada” era uma trilha na floresta ligando uma seringueira à outra, fazendo uma volta pela qual se retornava a um ponto próximo do inicial. A distância de uma árvore a outra, porém, não era nem pequena e nem regular, e normalmente as estradas eram compostas de aproximadamente 120 árvores, o que significava uma caminhada inicial de várias horas, entre 3 e 6 horas, para fazer as incisões na casca das *heveas* e colocar as tijelinhas abaixo do corte para que o leite caísse dentro. Muitas vezes o corte era feito bastante alto no tronco da árvore, obrigando o seringueiro a subir em um “mutá”, escada tosca, às vezes até uma altura de 3 metros. Depois que chegava ao ponto final, o seringueiro ia “quebrar o jejum” e pegar o balde para recolher o leite. Mais uma caminhada, de árvore em árvore, recolhendo o látex das tigelas. Ao final da trilha, sem demora era necessário passar ao processo de defumação da borracha: em um forno especial para a queima de lenha ou de cocos (cocão) para produzir fumaça e calor, o seringueiro ia a um só tempo girando um pau e derramando sobre ele o leite, que ao contato com a

<sup>51</sup> PREFEITURA DO ALTO JURUÁ. Relatório do Primeiro Semestre de 1906. Apresentado ao Exmo. Snr. Dr. Felix Gaspar de Barros e Almeida Ministro da Justiça e Negócios Interiores pelo Coronel do Corpo de Engenheiros Gregório Thaumaturgo de Azevedo. Prefeito do Departamento. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1906, p. 45.

fumaça e o calor se solidificava, formando uma “bola”, ou “pela” de borracha escura. Se o seringueiro tivesse mulher e/ou filhos(as), uma parte deste trabalho poderia ser realizado por eles, principalmente a coleta de cocos ou o corte de cavacos para produzir a fumaça, a colheita do leite e a defumação, ficando o trabalho do corte preferencialmente para o homem ou algum filho já crescido.



Barracão do Seringal Carlota, de Francisco Chagas do Valle, em 1905, quando da passagem da Comissão de Reconhecimento do rio Juruá.<sup>52</sup> Além dos trabalhadores, observa-se uma mulher e uma criança junto a uma das portas do Barracão.

A caminhada pelas estradas raramente se fazia sem o rifle ou arma de caça, para se proteger de índios e de animais, mas também para caçar algum animal que porventura cruzasse o caminho: veados, antas, porcos do mato, nambus. Se não caçasse nada, possivelmente o almoço do seringueiro seria a farinha de mandioca com um caldo feito de toucinho, charque ou pirarucu seco. Neste período diz-se que até a farinha de mandioca consumida no Alto Juruá vinha de Belém do Pará. Mesmo a caça,

tolerada pelos patrões ao contrário da agricultura, e que hoje é parte fundamental do modo de vida dos seringueiros, naqueles primeiros tempos não devia ser tão fácil para os “cabras”, recém-chegados de um ambiente tão diferente, do Nordeste seco e desmatado. Somente aos poucos é que puderam aprender toda a tecnologia da caça que hoje ostentam com orgulho: as preferências de local e comida de cada bicho, as horas mais propícias, as armadilhas e formas de atrair os animais. Alfredo Lustosa Cabral conta um caso interessante para ilustrar essa ignorância, sobre dois “brabos” que convidam os vizinhos “mansos”, seringueiros já experientes, para partilharem de seu jantar feito com os mutuns<sup>53</sup> que haviam caçado.

*Haviam matado dois mutuns. Estavam de festa. A panela fervia exalando cheiro agradável, tempero com pimenta e banha do Rio Grande do Sul. Um dos companheiros de minha barraca, que era ‘manso’, verificou as penas da ave de um dos lados da barraca. Não eram penas de mutum, e sim de urubu-rei. Tomamos somente uma xícara de café e voltamos à nossa residência. Os ‘brabos’ já tinham comido o primeiro, não desperdiçaram o segundo.*<sup>54</sup>

Entretanto Koster, em sua viagem pelo sertão nordestino, destacou a importância da caça para os sertanejos, tanto como fonte de alimentação quanto como lazer. Nos seringais do Acre, neste período inicial, a caça era quase a única forma de obter algum alimento fresco, além de constituir atividade muito apreciada, da qual gabavam-se os bons caçadores nas ocasiões em que se reuniam os seringueiros nos barracões.

A mortalidade dos seringueiros que migravam para a Amazônia em geral era muito grande e, segundo Castelo Branco, chegava à metade dos que vinham, em poucos anos.<sup>55</sup> A doença e os acidentes com animais, sem falar nas brigas e outros problemas, matavam muitos dos que vinham buscar fortuna nos seringais. Muita malária, chamada então de impaludismo, febre amarela, beribéri, “ferida brava” (leishmaniose), muita picada de cobra e acidentes com outros animais como onças e embates com índios. Além dos insetos, certamente as condições de alimentação deficientes dos seringueiros propiciavam o desenvolvimento destas doenças,

---

<sup>52</sup> MENDONÇA, General Belarmino . Reconhecimento do Rio Juruá. (1905). Rio Branco: Fundação Cultural do Estado do Acre, Belo Horizonte: Itatiaia, 1989. p. 312.

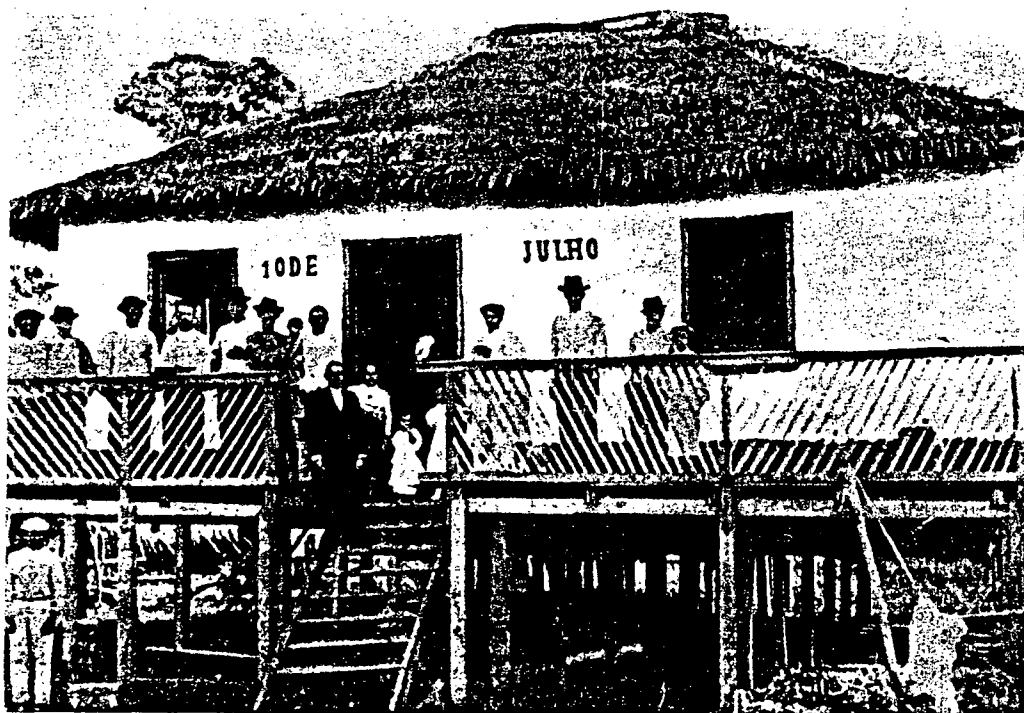
<sup>53</sup> Mutum é uma ave grande e de carne muito apreciada.

<sup>54</sup> CABRAL, p. 37.

<sup>55</sup> BRANCO, J.M.B.,\_Povoamento..., p. 152.

especialmente o beribéri (falta de vitaminas do complexo B). E sua ignorância dos recursos da floresta e de seus perigos só fazia agravar este quadro.

O seringal geralmente compreendia uma grande extensão de terra, bastante variável. À margem do rio que lhe dava acesso, normalmente ficava o Barracão, que podia ser apenas uma construção compreendendo a residência do proprietário, o armazém e o escritório, ou podia ser composto de várias construções separadas, incluindo, além das já mencionadas funções, ainda alojamentos para os empregados e seringueiros de passagem. Em torno do barracão não era raro que houvesse alguma criação de gado e porcos para alimentar o patrão e seus empregados, bem como para os dias de festa; e às vezes, um pomar e plantações de produtos alimentícios. Em alguns casos havia até casas de farinha para a produção de farinha de mandioca e engenhos para a produção de rapadura ou açúcar mascavo.



Barracão de seringal no Paraná da Viúva, também conhecido por Paraná dos Mouras. Foto de 1905, da Comissão de Reconhecimento do Rio Juruá, reproduzida por Barros. Na frente do barracão, sentados, possivelmente estão o patrão e sua esposa, cercados de empregados.<sup>56</sup>

Assim, além dos seringueiros e do patrão, viviam nos seringais alguns empregados “intermediários”: um guarda-livros que cuidava da contabilidade e das contas correntes dos seringueiros; empregados de balcão; mateiros e fiscais;

agricultores e trabalhadores nos engenhos; muitas vezes até um caçador e/ou pescador que se encarregava de fornecer gêneros à mesa do patrão. Era bastante comum que alguns destes empregados fossem acompanhados por suas esposas ou companheiras, que participava então dos trabalhos do dia a dia do seringal.

Saindo da margem do rio principal, encontravam-se de quando em quando, em distâncias variáveis, as barracas dos seringueiros, feitas de paxiúba (uma espécie de palmeira) e cobertas de palha, muitas vezes sem paredes. A barraca ficava entre as diversas estradas de seringa que constituíam a colocação daquele seringueiro. Muitas vezes havia uma ou duas barracas próximas umas das outras. Ou ainda era comum que dois seringueiros dividissem uma mesma barraca, mesmo que um deles fosse casado, como se vê em muitos dos processos judiciais que analisei.



Barraca de seringueiro.<sup>57</sup> Observa-se o telhado de palha, a altura do chão para evitar a umidade e os animais, o seringueiro voltando da estrada com a espingarda no ombro, trazendo o balde com o látex colhido e possivelmente um animal abatido no “sacotelo” (espécie de mochila). No Alto Juruá o rio só fica tão próximo da casa em dias de enchente, no restante do tempo há sempre um barranco que pode atingir de 3 a 5 metros de profundidade.

<sup>56</sup> BARROS, vol. II, p. 107.

<sup>57</sup> REIS, Arthur Cezar Ferreira. *O seringal e o seringueiro*. Rio de Janeiro: Serviço de Informação Agrícola, 1953. (Documentário da vida rural n° 5). p. 19.

Neste período, o seringal era basicamente uma unidade de produção de borracha, que importava praticamente tudo que era necessário para a subsistência dos que ali viviam, a não ser pela caça e pesca em horas vagas da atividade principal. Essas mercadorias, trazidas pelos vapores até o rio Juruá, e que deviam ser transportados em canoas movidas a remo ou “varejão” pelos rios menores e ainda, no dorso de mulas, bois ou mesmo homens, até os chamados “centros”, tinham um custo altíssimo.<sup>58</sup> Este esquema de comercialização então só se sustentava devido aos preços muito altos da borracha. A imposição das mercadorias constituía uma forma de impossibilitar aos seringueiros a acumulação de saldos favoráveis em suas contas com o patrão, e deste com as casas aviadoras; gerando um lucro ainda maior para estes últimos.

### *Franciscas, Clarindas, Joanas, Raimundas... As mulheres invisíveis*

Uma das questões que mais chama a atenção em todos os relatos sobre este período é a acentuada diferença de número entre a população masculina e a feminina na região dos altos rios. Os autores que escreveram sobre o período de implantação dos seringais e sobre a vida dos seringueiros são unânimes em afirmar que a presença feminina nos seringais era mínima ou então inexistente.

*..., no entanto, no período do grande assalto à floresta, da montagem dos seringais nos altos rios. Façanha realizada, em grande parte, pelo imigrante nordestino, não teve a assistí-la, e dela participar, a mulher. O nordestino repetia, dêsse modo, aquele episódio do Brasil nascente. Vinha só, e só tinha de atirar-se à selva para nela extrair o látex que os mercados europeus e norte-americanos solicitavam sôfregamente.*<sup>59</sup>

O próprio seringueiro Alfredo Lustosa Cabral, em suas já citadas memórias, afirma a escassez de mulheres na região:

*Não é de todo dispensável dizer, aqui, que eram muito difíceis, naquela época, as relações entre os dois sexos. Regiões havia, numa extensão de dez a doze propriedades, onde não se encontrava uma só dona-de-casa.*<sup>60</sup>

No entanto havia mulheres, como comprovam mesmo os inúmeros casos “extraordinários” sobre as relações entre homens e mulheres contados por vários

<sup>58</sup> Centro é como se chamam na região as colocações de seringueiros distantes da margem dos rios.

<sup>59</sup> REIS, p. 121 e 122.

<sup>60</sup> CABRAL, p. 73-74.

autores.<sup>61</sup> Em 1906, o Coronel Thaumaturgo de Azevedo, primeira autoridade brasileira na área, reportou a população total do Alto Juruá, incluindo Cruzeiro do Sul e o rio Tarauacá e seus tributários em 14.208 pessoas, das quais, 10.581 (74,5%) eram homens, e, portanto, apenas 3.627 (25,5%) mulheres.<sup>62</sup> Possivelmente, o que acontecia é que durante os primeiros anos de implantação dos seringais, cada vez mais para o alto dos rios, não houvessem ali mulheres. Nesta hipótese, somente quando se assentavam ali mais definitivamente os seringueiros resolviam casar-se ou encontrar companheiras.



Moradores do Barracão Liberdade quando da passagem da comissão de Reconhecimento do Rio Juruá em 1905. Observa-se a presença de pelo menos cinco mulheres sentadas a frente.<sup>63</sup>

<sup>61</sup> Ibidem. Ver também TOCANTINS, op. cit. e LIMA, Araújo. *Amazônia - A terra e o homem*. 3ª ed., Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1945, p. 261-271.

<sup>62</sup> PREFEITURA DO ALTO JURUÁ. Relatório do Primeiro Semestre de 1906 apresentado ao Exmo. Snr. Dr. Felix Gaspar de Barros e Almeida, Ministro da Justiça e Negócios Interiores pelo Coronel do Corpo de engenheiros Gregório Thaumaturgo de Azevedo. Prefeito do Departamento. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1906. p. 45. O Departamento do Alto Juruá foi criado em 1904, juntamente com o Departamento do Alto Purus e o Departamento do Acre, constituindo assim o novo Território Federal do Acre. Para cada Departamento foi designado um Prefeito com poderes amplos, inclusive de polícia, que deviam satisfações diretamente ao Ministro da Justiça e Negócios Interiores.

<sup>63</sup> MENDONÇA, p. 346.



Até hoje este período é lembrado pelos moradores da área através de histórias de festas onde havia apenas uma ou duas mulheres que eram assim obrigadas a dançar com cada um dos homens presentes, sendo que estes dançavam também entre si.

*É verdade. Eu não alcancei não, quando me entendi já tinha muita mulher. Mais que o meu pai alcançou ainda. Meu avô contava muito. Diz que teve festa de acontecer, fazerem uma festa e ter duas mulher. Três era, virge!, se era três mas tinha muita. Gente que era uma cavernada medonha, dança homem com homem, não tinha dama. Agora aquelas dama dançavam com todo mundo. (Risos)<sup>64</sup>*

É interessante como estas festas ficaram na memória local. Quando se pergunta sobre estes tempos “de primeiro”, é uma das histórias que quase todos contam, de festas onde havia poucas mulheres ou nenhuma. Esta lembrança também faz parte das memórias de Alfredo Lustosa Cabral, que descreve com riqueza de detalhes várias destas ocasiões.

*Apesar das amarguras cotidianas, tínhamos também algumas horas de alegria. Em noites de São João reunia-se o pessoal no barracão. [...] À noite, improvisavam-se danças animadas - schots, valsas, polcas, quadrilhas, polacas, até o dia amanhecer. Alguns traziam uma carapuça de pano à cabeça para se distinguirem como damas. Bebia-se a cântaros com cerrados tiros ao pé da fogueira. [...] De uma feita passamos o São João num seringal bastante distante do nosso. Fomos, por ser a festa grandemente concorrida. Havia nesta uma novidade séria - a presença de quatro mulheres. [...] Dançavam quatro mulheres bem maduras na idade e três em estado interessante muito adiantado. Sustentaram o baile até o dia amanhecer.<sup>65</sup>*

Mas esta não é a única lembrança que se tem deste período em que as mulheres eram raras. Uma das conseqüências desta “raridade” era a “disputa” pelas mulheres que havia. Segundo os moradores da região, o fato de haver “poucas mulheres” fazia com que os seringueiros que as tivessem devessem se preocupar mais com sua defesa. O Sr. Antônio de Paula nos contou um caso em que uma mulher foi tirada à força de sua casa por outro homem, prática que não era totalmente incomum:

*... onde é a área indígena, lá nas cabeceiras do Bagé, chegaram lá, subiram, parece que era Manuel Jerônimo o nome do homem, Manuel Jerônimo, então subiram na casa, ficaram olhando como quem quer alguma coisa, foi, foram s'embora, chegaram lá em meio de viagem, não era bem aquilo, aí voltaram. Chegaram lá,- olha, nós viemo aqui, nós vamo levar sua mulher. Aí foi o cidadão disse, se você quer levar, se ela quer ir*

<sup>64</sup> HOLANDA, Osvaldo Nogueira de. (Osvaldo Eufrásio) e SALLES, Elisiário. *Entrevista*. 12/06/95 com a participação de Ruy Ávila Wolff.

<sup>65</sup> CABRAL, p. 62.

*não tem nenhum problema, eu não vou brigar por causa da mulher, agora se ela não quiser ir aí a conversa é de outra maneira. Aí a mulher começou a chorar e ele, - arruma as tuas coisa e vambora. Com rifle, sabe, arma carregada. E o homem, ele era um cidadão de idade avançada, não teve outra alternativa senão ceder.*<sup>66</sup>

Os processos judiciais que encontramos no Fórum Municipal de Cruzeiro do Sul também, vez por outra, nos dão testemunho destas práticas, como no processo em que o seringueiro Manuel Ignácio da Silva é acusado de assassinar a José Soares de Souza com uma machadinha para ficar com sua mulher, que, entretanto, conseguiu fugir em uma canoa com seus dois filhos pequenos.<sup>67</sup>

“Ter” uma mulher em um seringal daquele tempo era como ter um objeto de luxo, que se podia comprar por quinhentos quilos de borracha, segundo o Sr. João Cunha<sup>68</sup>, de 81 anos, e que era necessário manter com trabalho redobrado, pois senão, como conta o Sr. Pedro Ribeiro, o patrão tirava e dava para outro:

*Mulher era pouca, não era assim não. Quando um cara casava com uma mulher e não dava conta, o patrão tomava e dava pra um que trabalhava.*<sup>69</sup>

Ainda segundo Arthur César Ferreira Reis:

*Os seringueiros, no seu infortúnio, encomendavam aos ‘patrões’ e estes às ‘casas aviadoras’, mulheres, como encomendavam gêneros alimentícios, utensílios, roupas, etc. Verdadeiras mercadorias, entravam nas contas, escrituradas pelos guarda-livros como quaisquer outros objetos de uso diário.*<sup>70</sup>

Porém as mulheres sempre tem os seus “poderes”, como diz Michelle Perrot, e portanto, nem sempre era tão simples “adquirir” uma mulher. Mesmo que existam variados relatos de casos de “compra” e “venda” de mulheres nordestinas e indígenas, bem como de índias “pegas” nas “correrias” organizadas contra grupos indígenas, os processos e relatos nos mostram que este tipo de aquisição dependia muito da mulher, de suas vontades, estratégias, amores.

<sup>66</sup> PAULA, Antônio Francisco de. *Entrevista* .19/05/1995, com a participação de Maria Gabriela Jahmel de Araújo.

<sup>67</sup> Fórum Municipal de Cruzeiro do Sul, Processo n ° 252 de 08/03/1906, Autos de Denúncia Crime. (Ficha 06.01)

<sup>68</sup> CUNHA, João e outros. *Entrevista* . 15/06/1995.

<sup>69</sup> SANTOS, Pedro Ribeiro dos. *Entrevista*. 28/11/1995. Este relato é corroborado pelo que faz Alfredo Lustosa Cabral: “Com a imprevidência característica de nossa gente, chegara a esse seringal conduzindo família composta da mulher, D. Julia, e dois gurus. (...)” Vivia endividado e adoeceu de ferida brava. Um dia o patrão sugeriu a um seringueiro de bom saldo que este pagasse a dívida e ficasse com a mulher. Fez a proposta para o doente que não teve alternativa senão aceitar, já que a família estava passando fome. CABRAL, p. 71-73.

<sup>70</sup> REIS, p. 123.

O processo judicial aberto em 20 de março de 1905 contra Anselmo José da Silva pelo assassinato de João Gonçalves da Silva, no seringal Belo Monte, no rio Tejo, ilustra muito bem tanto a efetiva existência de casos como o contado acima pelo Sr. Antônio de Paula, como as estratégias utilizadas pelas mulheres para escapar às contingências de sua situação.

O seringueiro Anselmo José Silva é acusado de matar seu vizinho, na casa de quem fazia as refeições, com o intuito de “ficar” com a esposa do morto, Mariana Ferreira de Araujo. Nas palavras do Promotor Público:

*No dia 04/09/1903 o denunciado que era comensal de João Gonçalves da Silva, casado com Mariana Ferreira de Araujo, tendo se enamorado desta, mas, vendo o empecilho que se lhe deparava aos seus desejos, resolveu por meio de uma emboscada, dar cabo da vida de Gonçalves e deu um tiro de rifle nas costas de Gonçalves, matando-o instantaneamente.*

Mariana Ferreira de Araujo, porém, não pretendia juntar-se ao assassino, que, segundo ela, para vingar-se, acusava-a de ser a mandante do crime. Ela, entretanto, pelo que se depreende do processo, defendeu-se fervorosamente, embora tenhamos que relativizar suas palavras, que foram transcritas por um escrivão:

*Acusa-a de mandar assassinar seu marido para ficar em companhia de semelhante fêra e por que motivo? Qual a razão de ato tão infame? Não lhe tratava bem o seu marido. Todos sabem que seu marido tinha uma vida honesta e sentia pela sua família a afeição que se pode dispensar a quem procede com honestidade. Que cabimento tinha ela interrogada para se sujeitar a Anselmo, que a primeira vista observa-se o tipo do homem asqueiroso que não fita de frente a ninguém. Como não saiu certo o seu maldito plano de assassinar covardemente ao seu marido e ficar de posse de sua pessoa, - divide hoje conjuntamente o seu crime com ela interrogada e com os seus inocentes filinhos. Perguntado se fora presa por alguém como sendo cúmplice da morte de seu marido? Respondeu que não, que apenas José Lourenço do Nascimento, lhe participara que logo que tivesse o parto desceria a presença do delegado de policia, conforme lhe ordenara o mesmo na Boca do Tejo por ocasião do tiroteio entre os peruanos e brasileiros. Nada mais disse.<sup>71</sup>*

Assim, apesar dos contornos violentos que estas relações assumiam, as mulheres não se portavam simplesmente como vítimas da situação. Talvez inclusive se possa afirmar que elas sabiam tirar algum proveito dela, já que com a “escassez” de mulheres, acabavam podendo “escolher” seus companheiros. É notório o número de

processos judiciais em que vemos as mulheres deixando de um marido ou companheiro que as tratasse mal, para logo juntar-se a outro<sup>72</sup>. Os processos são normalmente motivados pela vingança do marido, como no caso do assassinato de Antônio Simeão, seringueiro no Rio Tejo, ocorrido em 1901 mas cujo processo foi aberto apenas em 1906, de que é acusado Antonio da Motta Cavalcante. Uma das testemunhas relata os antecedentes do caso:

*Terceira Testemunha: Candido Ferreira Baptista , residente no lugar denominado São João, no rio Juruá. [...] "Respondeu que em mil novecientos e um sendo empregado da casa comercial de Pedro Gomes da Silva no lugar denominado Fortaleza, no rio Tejo, tinha sciencia de que Antonio Simeão era desavido com Antonio da Motta Cavalcante, por ter a mulher daquelle deixado-o e procurado a companhia deste que assim o fez devido aos maltratos infringidos por seu marido. Data dahi a intriga figadal de Simeão contra Cavalcante, [...]"<sup>73</sup>*

Por outro lado, a situação não era tão favorável assim às mulheres, pois ao improvisarem relações de gênero com números tão desiguais de homens e mulheres, estas acabam sendo tratadas como uma “mercadoria” rara, embora um tanto instável e sentimental, sujeita a “ataques de autonomia”. Se vemos as mulheres escolhendo companheiros, é muito difícil encontrar uma mulher sozinha no seringal, o que somente costumava acontecer no caso de viúvas que conseguiam apoio do patrão para permanecerem por perto do barracão, explorando com os filhos alguma estrada de seringa. Assim ela vinculava-se diretamente ao patrão e tornava-se sua dependente, ganhando a proteção e o “direito” de permanecer sozinha.<sup>74</sup> Ou então no caso de “patroas” viúvas que resolviam tocar o negócio por conta própria.

Há outros aspectos que devem ser levantados sobre esta situação de “escassez de mulheres”. Em primeiro lugar, porque os homens vinham sozinhos, em sua maioria, do Nordeste? Mulheres e crianças eram tão flagelados da seca como os homens. Porque não vinham junto? A resposta é que elas vinham junto para a Amazônia em muitos casos, como ficou claro nos relatos de viagem já citados. Porém,

<sup>71</sup> Fórum Municipal de Cruzeiro do Sul. Autos Crime, n ° 36, 1916. (Processo aberto pela primeira vez em 1905) (Ficha 16.04)

<sup>72</sup> Isto aparece com frequência também nas entrevistas, embora estas se refiram a um período posterior.

<sup>73</sup> Fórum Municipal de Cruzeiro do Sul. Autos Crime, n ° 90, 1906.

<sup>74</sup> “Antonia do Espírito Santo, 28 anos, cearense, viúva, residente no seringal Acuriá, analfabeta, disse que: cerca das 10hs da manhã do dia 11 do corrente, achava-se a depoente em sua casa que fica a pouca distancia do barracão do seringal Acuriá” Fórum Municipal de Cruzeiro do Sul, Processo n ° 2, 1910.

possivelmente, as famílias vinham em menor número para os altos rios, em regiões tão distantes como o Acre, permanecendo muitas vezes no Baixo Amazonas em Colônias Agrícolas ou em seringais.<sup>75</sup> Além disso, a migração era promovida pelas casas aviadoras e patrões de seringais, que iam até o Nordeste recrutar trabalhadores, financiando passagens e estadia durante a viagem e até o seringueiro conseguir produzir borracha. Não era interessante para estes investidores trazer mulheres e crianças, tendo que financiar seus custos de viagem. A princípio crianças e mulheres eram consideradas totalmente improdutivas para o seringal, já que não se dedicariam, teoricamente pelo menos, à colheita do látex. Além disso, a presença de crianças e mulheres, gerava a possibilidade e a necessidade de plantar alimentos, o que na maioria dos seringais deste período era proibido aos seringueiros, que deviam ater-se ao corte das *heveas* e a comprar todo o seu sustento no barracão, gerando assim maior lucro para o patrão. A citação a seguir ilustra este argumento. Trata-se de um trecho do romance Coronel de Barranco de Cláudio de Araújo Lima, em que se ouve a própria voz do Coronel Cipriano, o patrão:

*- No "Fé em Deus" (nome do seringal), fêmea? ... Não quero nem fêmea de bicho. Já ando meio danado com um cearense lá que se meteu a comprar uma mula. O senhor já pensou, Seu Albuquerque? Como é que um seringueiro vai trabalhar direito, cortar mesmo de verdade desde manhã cedo, com mulher parindo a tôda hora e cuidando de curumim? [...] Começa a relaxar no corte. E se dana logo a querer plantar porcaria, pra não comprar no barracão. No fim, o patrão é que se dana todo.*<sup>76</sup>

É que não se pode deixar de ver o caráter capitalista acirrado da empresa da borracha. No período de que estamos tratando, os preços subiam a cada safra em proporção assustadora.<sup>77</sup> O objetivo dos investidores, fossem eles exportadores, aviadores, comerciantes locais ou patrões de seringal, na rede de crédito e dependência tão bem desenhada por Bárbara Weinstein, era conseguir o maior lucro possível nessa verdadeira corrida do ouro negro. E para isso traziam os trabalhadores nordestinos, para fazer borracha e trocá-la vantajosamente por mercadorias em seus

<sup>75</sup> Sobre isto é interessante o trabalho de SILVA, Moacyr Fecury Ferreira da. Emigração Nordestina para a Amazônia em 1877: uma tentativa de colonização pela administração provincial. Rio Branco: Artes Gráficas Dois Oceanos, 1977. Ver também REIS, p. 121.

<sup>76</sup> LIMA, Cláudio de Araújo. Coronel de Barranco. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970. p. 65.

<sup>77</sup> Segundo Celso Furtado: "De 45 libras por tonelada nos anos quarenta [1840], o preço médio de exportação sobe para 118 libras no decênio seguinte, 125 nos anos sessenta e 182 nos setenta. (...) ... alcançado no triênio 1909 -11, a média de 512 libras por tonelada, ou seja, mais que decuplicando o nível que prevalecera na metade do século anterior." FURTADO, p. 156-157.

barracões. Não para livrar os nordestinos da seca, ou para construir algo de permanente na Amazônia. Por sua vez os nordestinos também vinham com um objetivo semelhante. Em sua maioria, não pretendiam estabelecer-se definitivamente na Amazônia. Vinham em busca de fazer fortuna, amealhar alguns cobres, para voltar a sua terra e lá se estabelecer abastadamente. É neste contexto que se inserem portanto as relações de gênero que serão improvisadas neste período nos seringais.

Quando falo de improvisar relações de gênero, quero dizer que, nos seringais, essas relações estavam por fora do esquema montado de produção e sociabilidade. Este esquema voltava-se inteiramente para a produção da borracha e para a vigilância e controle da mão de obra dos seringueiros em função desta produção. O seringal era visto como uma “fábrica”, tanto que é muito comum a utilização da expressão “fabrico da borracha” em textos da época. Os coronéis, proprietários de seringais, se faziam tratar como “industriais”. Nos jornais de Cruzeiro do Sul eram comuns notas como a que segue:

*Chegando do Grajahú, importante seringal a margem do Juruá, veio trazer-nos seus cumprimentos o inteligente industrial Coronel Benevides Barreto, que se fez acompanhar, na visita a esta folha, de seus filhos adotivos Agnaldo Jacumam e Adelia Barreto, duas meigas creanças que fazem a felicidade de nosso illustre visitante.<sup>78</sup>*

As mulheres e crianças não tinham lugar nesta fábrica, pelo menos no modelo, idealmente. Entretanto elas existiam e ocupavam posições as mais diversas, desde “mercadorias” e “privilégios” até a de operárias.

Era comum que elas exercessem, nos seringais, especialmente as tarefas consideradas “domésticas”: cozinhar, criar pequenos animais (galinhas e patos, por exemplo), limpar a caça, pescar (mariscar) e limpar os peixes, lavar roupa, entre outras. Neste período, a precariedade com que viviam os seringueiros em suas barracas, com a proibição da agricultura em grande parte dos seringais e a transitoriedade imposta pelas contingências do patrão ou pelo desejo de autonomia dos seringueiros, não possibilitava uma produção doméstica mais elaborada, como a que se verificará no período posterior de crise da borracha. Por outro lado, talvez a própria “escassez” de mulheres possa explicar em parte a construção deste modo de vida “precário”, baseado em uma comida pouco elaborada (caldo de carne ou peixe e

<sup>78</sup> O Cruzeiro do Sul, 26/07/1914. Anno IX, n ° 370. Acervo do Sr. Waldenor Jardim Alves Ferreira, Fórum Municipal de Cruzeiro do Sul.

farinha de mandioca), em casas muitas vezes sem paredes com muito poucos utensílios além de algumas panelas, um fogão de barro e redes de algodão. Entretanto estas casas, comidas, utensílios têm tudo a ver com a floresta, são “sustentáveis” em sua maioria, perfeitamente adaptados ao meio ambiente, exigindo porém razoável conhecimento deste ambiente e um trabalho de transformação que não pode ser desprezado.

Tratando de uma situação semelhante, uma situação de “fronteira” no Brasil colonial, Sérgio Buarque de Holanda chama atenção para o processo de “adaptação” dos portugueses ao Novo Mundo, que se defrontando com os indígenas em um meio ambiente totalmente diverso, deles absorveram padrões de conduta, técnicas e utensílios, diluindo-se assim sua cultura européia, nos primeiros tempos da colonização. Logo em seguida, porém, para o autor há um processo de recuperação do legado ancestral diluído nos primeiros tempos coloniais, em que se revalorizam os padrões, instituições e mesmo os utensílios europeus. É o caso, por exemplo, do sapato, que se é abandonado pelos bandeirantes dos primeiros tempos em função dos pés descalços indígenas, mais propícios a estar-se atravessando córregos e lamaçais e a não deixar rastros, logo são retomados por aqueles que podem arcar com seus custos como símbolo de status social.<sup>79</sup>

No caso das colônias alemãs do Sul do Brasil este processo é também visível: inicialmente uma adaptação aos usos da terra, forçada pelas contingências da sobrevivência e dos poucos recursos materiais. Aos poucos, porém, procura-se retomar a cultura germânica dentro do possível, adaptando comidas, casas, diversões, trabalhos, tornando-os o mais próximo possível do já conhecido e idealizado. E as mulheres tinham um papel fundamental nesta retomada cultural, pois esta passava principalmente por uma série de atividades domésticas.<sup>80</sup>

Entretanto parece que na região do Alto Juruá esse processo não se dá da mesma forma. É claro que subsistem até hoje muitos traços da cultura nordestina no modo de vida dos seringais. Mas, ali, a adaptação aos recursos da floresta, e seus

<sup>79</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. Caminhos e Fronteiras. 2ª ed. ilustrada. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975. p. 7 e 15-37.

<sup>80</sup> Ver sobre isso, entre outros, WILLEMS, Emílio. Assimilação e populações marginais no Brasil. Estudo sociológico dos imigrantes germânicos e seus descendentes. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940. Sobre o papel das mulheres neste processo ver: WOLFF, Cristina Scheibe. As mulheres da colônia Blumenau. Cotidiano e trabalho. 1850-1900. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1991. (Dissertação de Mestrado).

limites, foi mais forte que as motivações de se recriar materialmente as condições nordestinas. Neste aspecto, parece que tudo foi criado de novo, aproveitando-se somente aquilo que se aprendeu dos índios, e aquilo que era trazido como mercadoria, trocado por borracha. O elemento de status não era o que lembrasse o nordeste, mas o que se constituía “mercadoria”: alimentos enlatados, instrumentos de metal, perfumes, relógios, bebidas alcoólicas.

Da mesma forma, instituições tão fortes no Nordeste como o parentesco e seus laços, que se ligavam à posse da terra, profissões, casamentos, alianças e amizades e que constituíam no dizer de Marques, “*o modelo vincutivo essencial nas relações humanas no sertão*”<sup>81</sup>, neste primeiro período não eram tão fortes no Alto Juruá. Não quero dizer com isso que as relações de parentesco não contassem nas relações, pois eram importantes inclusive no recrutamento de migrantes para a empresa do látex. Mas no seringal, o vínculo era com o patrão e era basicamente mercantil. Era a fábrica de borracha. O parentesco retomará, porém, sua importância na vida dos seringueiros a partir da crise da borracha, como veremos no próximo capítulo.

Embora não fizessem parte visivelmente do esquema produtivo dos seringais, as mulheres neles exerciam diversas tarefas, que possibilitavam sua sobrevivência em um sistema do qual estavam excluídas idealmente.

É assim por exemplo, que no processo criminal em que é acusada de ser cúmplice do assassinato de seu marido, Joana Gomes de Freitas, 48 anos, natural do Rio Grande do Norte, declara ser de profissão “seringueira”, e que na hora da morte de seu marido “estava com seus três filhos colhendo leite de seringa quando ouviram um tiro”. O processo é datado de 1904, portanto em pleno período de maior ascensão do preço da borracha.<sup>82</sup> Também era bastante comum que as viúvas de seringueiros continuassem responsáveis por alguma estrada, junto com os filhos que ainda fossem pequenos, enquanto não encontrassem outro companheiro.

Num outro processo, em que Antonio Vieira de Souza é acusado de tentativa de assassinato de João Baptista Lopes quando este último tentava defender a esposa do primeiro da violência do marido, a esposa, em seu testemunho, acaba nos falando um pouco de seus trabalhos cotidianos: lavar roupa, cozinhar e fazer renda.

---

<sup>81</sup> MARQUES, p. 47.



*...perguntada qual seu nome, idade, estado, filiação, naturalidade e residência? Respondeu chamar-se Carminda Maria do Valle, de 14 annos de idade, cazada, filha de José Ferreira do Valle, natural do Pará e rezidente neste mesmo lugar. Perguntada como se tinha passado o facto relatado por Aprigio Saldanha da Gama? Respondeu que, estando ella em casa pela manhã cêdo, ainda quando o accusado seu marido a mandara lavar uma toalha, mas que nessa occasião ella respondente estava no quarto fazendo renda, e que respondera que ia botar o almoço no fogo e que depois ia lavar a toalha aproveitando essa occasião para levar a roupa toda que tinha para lavar<sup>83</sup> (grifos meus)*

Neste caso a maioria dos trabalhos era de cunho “doméstico”, embora a renda certamente pudesse ser vendida e também a roupa muitas vezes incluísse a de outros homens solteiros, que podiam pagar alguma coisa por este serviço. Assim deixavam de ser simplesmente trabalho doméstico não remunerado para serem uma fonte de renda importante para a família.

A categoria de “trabalho doméstico” tem escondido, ao longo da história, muitas formas diferentes de trabalho.<sup>84</sup> Basicamente, ela designa um tipo de atividade necessária para a vida, para a reprodução humana em seu sentido amplo; atividade que não é voltada para o mercado. Trata-se dos cuidados com a casa; a produção e manutenção de roupas para o uso da família; o preparo da comida; o cuidado de crianças, idosos e doentes; muitas vezes inclui ainda o cultivo de hortaliças e outros alimentos; a coleta de frutos; a criação de animais, sua alimentação, ordenha e outros cuidados; o artesanato de bens necessários como esteiras, cestos, cerâmica, sabão, banha, óleos diversos, velas, etc.. Desta forma, o “trabalho doméstico” acaba por ser responsável por grande parte da subsistência familiar, como têm demonstrado muitos estudos sobre o terceiro mundo.<sup>85</sup>

---

<sup>82</sup> Fórum Municipal de Cruzeiro do Sul, Processo n ° 33, 1904. (Ficha 04.02)

<sup>83</sup> Fórum Municipal de Cruzeiro do sul, Processo s/n °, 1908. (Ficha 08.01)

<sup>84</sup> HAKIKI-TALAHITE, Fatiha. Por uma problemática do processo de trabalho doméstico. In: KARTCHEVSKY-BULPORT, A. et alii. O sexo do trabalho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. p. 95-112.

<sup>85</sup> “Nas zonas rurais, tanto os homens como as mulheres estão relacionados com a agricultura, mas as mulheres são os principais produtores de alimentos para o consumo doméstico. Na África subsahariana as mulheres cultivam 80% dos alimentos destinados a suas famílias. Do trabalho das mulheres surge entre 70% e 80% dos cultivos para a alimentação que crescem no subcontinente indostânico, assim como 50% dos alimentos consumidos pelas unidades familiares da América Latina e do Caribe.” JACOBSON, Jodi L. Desarrollo y diferencias de género. In: BROWN, Lester, La situación en ele mundo. Un informe del Worldwatch Institut sobre desarrollo y medio ambiente. Buenos Aires: Ed. Sul Americana, 1993, p. 111-138, p. 121.

O número limitado de mulheres, neste período, no Alto Juruá, restringia por sua vez estas atividades, já que eram consideradas essencialmente femininas, e aumentava a dependência dos seringueiros em relação aos patrões e suas mercadorias. Como veremos no próximo capítulo, as atividades “domésticas”, e as mulheres que as realizavam, foram grandemente responsáveis pela sustentabilidade dos seringueiros na floresta, no período de crise do preço da borracha, quando as mercadorias se tornaram escassas.

Como ressaltam Louise Tilly e Joan Scott, mulheres, trabalho e família são categorias “inseparáveis” para entendermos a questão do trabalho feminino.<sup>86</sup> É somente no contexto das estratégias familiares que ganham sentido as diversas atividades exercidas pelas mulheres, e que elas podem ser vistas como “produtivas”. Colher coquinhos para defumar a borracha; colher o leite da estrada cortada pelo marido enquanto este vai caçar; criar galinhas que só são mortas em caso de extrema necessidade ou de alguma visita importante, costurar as roupas, etc., só passam a ser atividades importantes no momento em que vemos estes “pequenos trabalhos” como peças-chaves para a sobrevivência, e mesmo para a relação da família com o mercado, cujo sucesso dependia de um equilíbrio entre a venda de borracha e a compra de mercadorias. Quanto mais borracha fosse vendida e quanto menos mercadorias fossem compradas, maiores seriam as chances da família em obter alguma prosperidade.

Alfredo Lustosa Cabral também nos fala em suas memórias de diversas atividades exercidas por mulheres nos seringais, sempre destacando seu número exíguo. Na Foz do Mu (hoje Riozinho da Liberdade), o autor se recorda da segunda esposa do patrão, Francisco Freire de Carvalho, porque esta “criava muita galinha”, cujos gritos aborreciam o patrão a ponto de este mandar matá-las todas.<sup>87</sup>

Também havia mulheres que, normalmente por ficarem viúvas, encarregavam-se da administração dos seringais como foi o caso de Maria Rodrigues de Menezes, de 39 anos e mãe de 8 filhos menores e viúva do Coronel Tertuliano Telles de Menezes, importante personagem da política local.<sup>88</sup> Também possivelmente havia mulheres que cuidavam da administração dos seringais que estavam em nome de seus maridos e pais

<sup>86</sup> TILLY, Louise A. e SCOTT, Joan W. *Women, Work and Family*. 2ª.ed. New York: Methuen, 1987. (1978)

<sup>87</sup> CABRAL, p. 44.

mesmo durante a vida destes, em suas viagens a Manaus ou ao Nordeste, ou dividindo as tarefas desta administração.<sup>89</sup>

O trabalho das mulheres nos seringais era, entretanto, invisível. Em primeiro lugar pela própria invisibilidade da existência das mulheres neste período, já que é comum a afirmação de que “não havia mulheres” nos altos rios daquela época. Mas também porque a este trabalho vem sendo negado o estatuto de “importante”, “necessário”, “produtivo”, há longo tempo em nossa sociedade.<sup>90</sup> Tem sido não somente “esquecido”, mas até “escondido” como vergonhoso. O trabalho das mulheres parece diminuir os homens, que são responsabilizados pelo sustento delas, e as mulheres sentem-se então associadas a homens “incompletos”, incapazes de sustentá-las como deveriam. Pelo trabalho, sendo este reconhecido como tal, elas perdem sua identidade de mulheres. Foi entre risos que a Dona Raimunda me contou de uma mulher conhecida no rio Tejo, no tempo de sua infância, por ser seringueira:

*Aqui no Tejo mesmo tinha uma mulher chamada de ... Chiquinha Caboré que chamavam ela. [...] Era seringueira! Diz que era seringueira. Eu não vi ela, não alcancei ela não, nesse tempo eu era menina, mas sabia, eu morava no Jordão mas sabia o nome dessa mulher que cortava seringa. [...] ... ela tinha um homem na companhia dela, eu não sei se era o marido dela ou se era junto. Ele trabalhava na agricultura e ela era quem cortava.<sup>91</sup>*

É a Dona Débora Sylvia Lima Dene, filha de eminente seringalista, que assumiu os negócios do pai em diversos momentos, além de ser farmacêutica formada e ter uma farmácia própria, tinha que ouvir, vez ou outra, nas discussões com seu pai que “...com mulher de bigode, nem o diabo pode!”<sup>92</sup>

As relações entre homens e mulheres que se estabeleciam nesta sociedade movediça e cambiante dos seringais, eram perpassadas por atribuições de gênero que se relacionavam com as condições desta sociedade. Assim, ser homem era ser “seringueiro”, produzir muita borracha; ser forte, violento até, quando fosse tocada

<sup>88</sup> Fórum Municipal de Cruzeiro do Sul. Autos de Inventário. n.524 (iniciado em outubro de 1910 e terminado em março de 1914). Inventariante: Maria Rodrigues de Menezes; Inventariado: Cel. Tertuliano Telles de Menezes. Procurador João Craveiro Costa. Ficha n ° 2. 14.02

<sup>89</sup> Este tipo de trabalho foi largamente comentado e até exemplificado pela Sra. Débora Sylvia Lima Dene em entrevistas dos dias 21/07/1995 e 06/12/1995, somente que para um período posterior ao tratado aqui.

<sup>90</sup> LOBO, Elizabeth Souza. O trabalho como linguagem: o gênero do trabalho. In: COSTA, Albertina de Oliveira e BRUSCHINI, Cristina. Uma questão de gênero. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992. p. 252 -265.

<sup>91</sup> CONCEIÇÃO, Raimunda Gomes da. Entrevista . 03/03/1995.

sua “honra”. Ser mulher era “pertencer” a um homem, pai, marido ou companheiro. Este pertencimento podia ser mediado por alguma troca, doação ou mesmo por um “roubo”. Gayle Rubin analisa a questão da “circulação de mulheres”, de forma que ilumina bastante as relações das quais estamos tratando:

*A ‘circulação de mulheres’ é um conceito sedutor e poderoso. É atraente, na medida em que coloca a opressão das mulheres no interior do sistema social e não na biologia. Além disso, sugere que visemos, como primeiro locus da opressão feminina, a troca de mulheres, em vez da troca de mercadorias. Não é difícil encontrar exemplos etnográficos e históricos do comércio de mulheres. As mulheres eram dadas em casamento, tomadas nas batalhas, trocadas por favores, mandadas em pagamento de impostos, trocadas, compradas, vendidas. Longe de se limitar ao mundo ‘primitivo’ estas práticas parecem apenas tornar-se mais pronunciadas e comercializadas em sociedades mais ‘civilizadas’. Homens também são traficados, mas como escravos, trabalhadores, estrelas do atletismo, servos, ou outras posições sociais catastróficas, mas não enquanto homens. As mulheres são comercializadas também como escravas, servas e prostitutas, mas, ainda, simplesmente como mulheres.<sup>93</sup>*

No caso da sociedade dos seringais, elas eram “traficadas” *simplesmente como mulheres*. Assim uma mulher podia ser “encomendada”, “vendida”, “pega na mata”, “roubada” de seu pai. Nos processos de habilitação de casamento deste período existentes no Fórum Municipal de Cruzeiro do Sul, eram muito comuns os processos em que o noivo pedia ao juiz a dispensa de editais de proclamas pois havia raptado a noiva. Este é o caso de Raymundo Fernandes dos Santos de 25 anos e Francisca Umbelina da Conceição de 16 anos.

*Desejam justificar o casamento sem correr os editaes de proclamas, porquanto o noivo já estando com o seu casamento assim contractado e justo, negou-se obstinadamente sem motivo plausível o pai da nubente a dar o seu consentimento para tal fim, e que em tais condições elle nubente de commum accordo com a nubente raptou-a e depositou-a em lugar seguro, na casa de Benedicto José da Silva, cidadão casado e de bom conceito, que mora a quatro praias acima do lugar em que habita o alludido pai da nubente. Pedem o escrivão que o juiz julgando a justificação procedente servirá para supprir a necessidade dos editaes e do consentimento paterno, sendo isto por meio de alvará. O juiz do districto attendendo ás razões expostas, julgou procedente a presente*

<sup>92</sup> DENE, Débora Sylvia Lima. Entrevista, 21/07/1995.

<sup>93</sup> RUBIN, Gayle. *The traffic in women: notes on the political economy of sex*. In: REITER, R. Towards an anthropology of women. New York: Monthly Review Press, 1975. (tradução do Grupo de Estudos Feministas - mimeo - p. 11-12)

*justificação e mandou o escrivão passar a certidão requerida. Cruzeiro do Sul, 27/02/1906 Manoel Mendes da Costa Dória - Juiz<sup>94</sup>*

No entanto não eram todas as mulheres que se contentavam com “pertencer” a um homem: algumas preferiam ficar sozinhas ou escolher com quem ficar. Estas não desempenhavam os papéis que estavam sendo delineados para elas nas relações de gênero, e assumiam papéis informais. Este é o caso, por exemplo de Christina Candida de Jesus. Joaquim Cabral de Oliveira, viúvo de 30 anos, espalhou pelo seringal em que vivia, o Valparaíso, no rio Azul, afluente do Moa, que estuprara Christina, de 11 anos, querendo casar-se com ela. A menina porém, disse à polícia, onde foi parar o caso por queixa do pai da menor, que Joaquim estava inventando esta história para casar-se com ela, que não queria.<sup>95</sup> Dessa forma recusou-se a entrar no jogo que Joaquim armara para torná-la sua.

Da mesma forma, várias mulheres optavam pela “carreira” de prostituta, o que, porém, não excluía a possibilidade de casamentos ou uniões estáveis que podiam corresponder a períodos de “parada no meretrício”, ou mesmo acontecer paralelamente. É o que se depreende de vários processos envolvendo prostitutas de Cruzeiro do Sul, fenômeno aliás bastante urbano, pelo menos em seu aspecto mais aparente. Um dos processos mais interessantes é o inquérito aberto a partir do suicídio da meretriz Sílvia de Brito Tinoco, viúva, carioca, de 25 anos, conhecida por Alda Braga, em 1914. Nele ficamos sabendo que Alda, estando há um mês vivendo com o comerciante português Luiz Cunha em casa alugada por este, que também se responsabilizava por todas as despesas com sua manutenção, suicidara-se ao receber deste uma carta rompendo a relação. No processo estão anexas as cartas trocadas por eles, como a seguinte, última carta de Alda Braga:

*Sr. Luiz, Agora que sei a sua resolução definitiva pela última vez lhe escrevo para pela última vez lhe dizer que estou inocente, para lhe dizer que nunca o fiz juguete de coisa alguma, para lhe dizer que o que lhe disse na primeira carta que lhe escrevi já á tempos é que meu pobre coração sente e como priva; por si, pela sua ingratidão deixarei de viver pedindo-lhe para remeter minhas jóias minhas roupas e algum dinheiro que tenho em casa para o Sr. Fernando Correia de Guamá travessa Campos Sallles 26 A Belém Pará, lhe pesso também que mande anunciar nos jornais do Rio de Janeiro a minha morte para que meus parentes reclamem minhas filhas. Lhe pesso também que nunca se esqueça de quem tanto o amou que eu pela minha parte quando baixar a ultima morada*

<sup>94</sup> Fórum Municipal de Cruzeiro do Sul, Processo n ° 235, 27/02/1906.(Ficha 3.06.03)

*ahi mesmo se possível fôr ainda eide pensar em ti ainda heide te amar. Adeus...(assignado) Sylvia de Brito Tinôco, vulgo Alda Braga. Fica sabendo que morro innocente. Te peço que me faças o enterro e me acompanhe a ultima morada.*<sup>96</sup>

A carta mostra que Alda Braga valorizava a relação “conjugal” que acabara de conquistar e, apesar de todos a reputarem como uma mulher “perdida”, “prostituída”, “horizontal”, afirmava-se “inocente” da traição alegada pelo amante. Entretanto, como mostrou seu suicídio, não se considerava capaz de reverter o julgamento por outro meio menos radical. O fato de manter suas filhas em casa de uma “educadora” em Belém, e de deixar para elas jóias e uma soma em dinheiro, mostra que, apesar de essa não ser mais a época áurea das cidades que viviam em função da borracha, ainda era possível auferir algum lucro da prostituição. Mais interessante ainda é o fato de que Alda era carioca, e portanto provavelmente tenha migrado para Cruzeiro do Sul, alguns anos antes, em busca justamente da riqueza propalada em função do alto preço da borracha.

O papel formal que então se delineava para as mulheres daquela sociedade as associava então aos homens de sua família ou a um marido/companheiro, tal como acontecia no Nordeste e em outras partes do Brasil e do Mundo. Também prescrevia que deviam limitar-se às tarefas domésticas. As condições reais de sobrevivência nos seringais não permitiam, contudo, a manutenção destes padrões nas condutas; por outro lado, é possível que muitas mulheres simplesmente não quisessem seguir estes padrões, aproveitando a situação instável desta sociedade incipiente para assumir papéis informais.

Há uma contradição interessante nos escritos sobre a época. Vários autores destacam o “incômodo” que era ter uma mulher no seringal, pois estas apenas serviam para endividar mais o seringueiro e atrasar sua sonhada volta para a terra natal. É o caso de diversos romancistas e memorialistas como Alberto Rangel, Cláudio de Araújo Lima e Alfredo Lustosa Cabral, bem como de historiadores como Leandro Tocantins.<sup>97</sup> Porém outros autores, e até os mesmos já citados, em outras passagens, alertam para a importância da presença das mulheres nos seringais do Acre, alegando vantagens como a fixação do homem à terra, como coloca Craveiro Costa:

<sup>95</sup> Fórum Municipal de Cruzeiro do Sul, Processo n ° 250, 03/04/1906. (Ficha 06.04)

<sup>96</sup> Fórum Municipal de Cruzeiro do Sul, Processo n ° 411, 23/06/1914, Autos de suicídio. (Ficha 14.01)

... o povoamento do solo acreano, até bem pouco tempo, caracterizou-se pelo seu aspecto de nomadismo. O homem, assim lançado à terra, não se adaptava, não a cultivava, nela não se firmava, principalmente porque lhe faltava a segurança da propriedade estabelecida em leis garantidoras, em geral, não se acercava da família. Faltando-lhe esses liames, permanecia na região o tempo necessário à volta das chuvas na terra natal para onde regressava às primeiras notícias do bom tempo cearense.<sup>98</sup>

Ou então a “moralidade”, como acentua Antonio José de Araujo, em suas Cartas do Acre:

*Ainda assim, não são pouco numerosos os casos de adultério, incesto e crimes outros que se prendem à moralidade pundonorosa dos indivíduos e das nações, e não são elles para admirar, dadas as condições de existencia no Departamento, onde é enorme a desproporção entre o elemento masculino e feminino, este numa inferioridade espantosa, quando nas grandes cidades a nymphomania e o priapismo imperam de maneira que assombra. Em todo o caso, quanto mais se ascende na escala das abastanças, mais nítidas vão se desenhando as figuras das famílias e algumas existem que podem honrar qualquer sociedade.*<sup>99</sup>

Na verdade este segundo discurso aparece principalmente entre os autores e nas passagens em que estão preocupados com a construção do Território do Acre como uma unidade política, desprendendo-se um pouco da busca do lucro com a empresa da borracha. Também aparece com tons humanitários entre aqueles que seguem a escola de Euclides da Cunha deplorando as terríveis condições de vida nos seringais deste período. “Sobretudo isto, o abandono. O seringueiro é, obrigatoriamente, profissionalmente, um solitário.”<sup>100</sup>

A existência da mulher e da família, neste último discurso, traria “conforto” para o seringueiro triste e jogado em meio à “solidão da floresta”.

E se, num primeiro momento, no qual só importava o lucro estonteante da borracha, cujo preço subia cada vez mais, estes discursos não chegavam a ter ecos nas

<sup>97</sup> RANGEL, Alberto. *Inferno Verde*. Scenas e Scenarios do Amazonas. Genova: Cliches Celluloide Bacigalupi, 1908.; LIMA, op. cit; CABRAL, op. cit. ; TOCANTINS, op. cit.

<sup>98</sup> COSTA, p. 27.

<sup>99</sup> ARAUJO, Antonio José de. *Cartas do Acre*. Rio de Janeiro: Ty. do Jornal do Comércio, 1910. p. 69 (Carta escrita em 5/02/1908 - O autor foi Promotor Público no Alto Juruá e enviava cartas para um jornal na Bahia que foram reunidas neste volume) . Também é interessante o comentário do Coronel Gregório Thaumaturgo de Azevedo, ao apresentar dados populacionais em seu relatório: “Os que pensam que tirem as naturaes deducções da desproporção constatada entre homens e mulheres, reflectindo tambem sobre o pavoroso cancro do analfabetismo. Estes dois males explicam muitos disequilibrios moraes dos povoadores destas regiões.” PREFEITURA DO ALTO JURUÁ. Relatório do Primeiro Semestre de 1906. p. 45.

<sup>100</sup> CUNHA, *À margem* ..., p. 52.

práticas daqueles a quem eram dirigidos, os patrões, apontados sempre como responsáveis pela situação dos seringueiros, no momento em que o preço da borracha começou a baixar, eles foram levados em conta, como veremos no próximo capítulo.

Também parece que houveram tentativas isoladas de solucionar em parte este “problema”. Uma história contada em Cruzeiro do Sul pelo Sr. Waldenor Jardim Alves Ferreira, colecionador de documentos e conhecedor da história da região, conta que em 1905 as autoridades tentaram trazer para ali uma certa quantidade de mulheres, de Manaus, para equilibrar um pouco a população. A mesma história é contada por Alfredo Lustosa Cabral:

*Foi por isso, atendendo a tamanha irregularidade de vida, que, certa ocasião, a polícia de Manaus, de ordem do Governador do Estado, fez requisição nos hotéis e cabarés dali de umas cento e cinquenta rameiras. Com tão estranha carga, encheu-se um navio cuja missão foi a de soltar, de distribuir as mulheres em Cruzeiro do Sul, no Alto Juruá. Houve, dessarte, um dia de festa - a de maior pompa, que se tinha visto. Amigaram-se todas, não faltou pretendente. Contudo, umas não se deram com o clima, adoeceram e morreram. Outras conseguiram voltar a Manaus e, muitas, por fim, foram mais felizes... É que mais tarde, apareceu um sacerdote e as casou.<sup>101</sup>*

Também conta-se que para fixar um bom seringueiro os patrões faziam de tudo, inclusive trazer uma mulher para o mesmo.

*Antônio - Essa é uma história que contaram pra mim, eu não sou testemunha ocular desses fatos.[...] Mas contaram pra mim, né? que o pessoal trazia e às vezes se davam bem, se tornavam boas senhoras, boas esposas, mãe de família dedicada, sabe? E geralmente acontecia isso: os patrão chegavam lá e traziam qualquer mulher que quisesse vir, num sabe? voluntariamente. “Eu pago suas despesas lá e você vai ser mulher do fulano de tal, de meu serviço e que é muito bom.” Assim acontecia diversos casos.*

*Cristina - E daí ele trazia e debitava na conta do seringueiro a despesa?*

*Antônio - Exatamente, ele pagava a despesa. [...] as despesas todinha. Elas viajava que nem uma princesa e ele é que pagava tudo. E eles pagavam satisfeitos, sabe[...] Vinha do Nordeste, do Ceará, vinha aí de Manaus, Belém. Tinha muito desses casos aí que eles contam, do Nordeste.*

*Cristina - O senhor até falou que tinha uma mulher que o senhor conhecia que era assim. Como é que era o nome dela mesmo?*

<sup>101</sup> CABRAL, p. 74. A história do Sr. Waldenor foi contada em conversa oral, no dia 17/02/1995. A mesma história também é contada por BARROS, Glimes Rego. Nos confins do extremo oeste - a presença do Capitão Rego Barros no Alto Juruá (1912-1915). 2 vols. Rio de Janeiro: Biblioteca do



*Antônio - Era, pera aí ... Francisca. Não sei o sobrenome[...] sei que os filhos dela eram tudo de Souza.*"<sup>102</sup>

Também era importante a prática do aprisionamento de índias que eram depois “vendidas” aos fregueses, ou mesmo tomadas como companheiras pelos próprios homens que as aprisionaram.<sup>103</sup>

Numa região em que as distâncias eram muito grandes, entre os seringais, entre seringal e cidade, e até entre a colocação de cada seringueiro e o barracão, exigindo viagens que demoravam entre um e dez dias, a pé, de canoa ou de barco a vapor, um dado importante pode ser a distribuição espacial deste contingente limitado de mulheres. Se se pode confiar na estatística do primeiro prefeito do Departamento, as mulheres constituíam, como já nos referimos, um quarto da população. Porém é importante ressaltar que elas provavelmente não estavam “distribuídas” igualmente por todo o departamento.

Havia seringais, como o Aurora, em que as mulheres eram muito poucas (108 homens e 8 mulheres), mas em outros a diferença não era tão grande assim como no São Francisco do Ceará (38 homens e 22 mulheres).<sup>104</sup> Pela estatística detalhada apresentada pelo Prefeito percebe-se que nos seringais menores a diferença entre população masculina e feminina decresce em relação aos maiores. Isso certamente fazia bastante diferença no cotidiano da população de cada um desses seringais.

Em 1906, Cruzeiro do Sul acabava de ser fundada como “capital do Departamento do Alto Juruá” e contava com 546 pessoas - 386 homens e 160 mulheres.<sup>105</sup> Mas à medida que cresceu, tornando-se uma cidade, também concentrou-se ali uma população feminina certamente maior que a dos seringais. Assim, uma das atrações da cidade passava a ser justamente as mulheres, especialmente as “de vida fácil”. Alfredo Lustosa Cabral conta de sua passagem por Manaus, quando retornava ao Ceará, como a prostituição exercia um “fascínio” sobre os seringueiros:

*Escravizado oito ou dez anos na selva, sem relações com o sexo oposto, o seringueiro que chegava à cidade, não o deixava de frequentar [ao bordel El-Dorado]. A exploração era roxa. Muitos ali deixavam todo o dinheiro que haviam arranjado com*

---

Exército, 1993. (n.º 606). p. 143. O autor situa o fato no Governo Silvério Nery do Estado do Amazonas. E também por REIS, p. 123.

<sup>102</sup> PAULA, Antônio Francisco de. *Entrevista*. 19/05/1995, com a participação de Maria Gabriela Jahmel de Araújo e Ruy Ávila Wolff.

<sup>103</sup> Esta questão será melhor analisada no capítulo 3.

<sup>104</sup> PREFEITURA DO ALTO JURUÁ. Relatório do Primeiro Semestre de 1906. p.46.

*enormes sacrifícios. 'Lisos' - restava-lhes ir ao escritório do patrão implorar uma passagem no gaiola e retornar ao seringal de onde saíram.*<sup>105</sup>

Em seu romance “Certos caminhos do mundo - romance do Acre”, Abguar Bastos descreve cenas semelhantes na cidade de Rio Branco dos tempos dourados da borracha.

*Empresa é o lado do comércio. Antigo seringal elevado ao poderio de parte oriental da cidade. Pedação de terra livre, não se apega a preconceitos. Uma excitante vida noturna. Aos domingos funciona o cinema. Vêm-se marafonas enchapeladas nos camarotes e senhoras honestas, afrontadas, timidamente nas cadeiras de fila.*<sup>107</sup>



Cruzeiro do Sul em 1907 ou 1908, durante uma enchente do rio Juruá.<sup>108</sup>

Não há porque pensar que Cruzeiro do Sul fosse tão diferente. Entre 1906 e 1914 a cidade passou de 546 habitantes para 3598.<sup>109</sup> E adquiria ares de cidade, segundo Mauro Almeida:

*Exageros à parte, a área realmente cresceu de um simples posto de comércio comprado pelo Cel. Thaumaturgo em 1904 para uma cidade de 3000 habitantes em 1912. Na área urbana de Cruzeiro do Sul, um monumental boulevard de 30 metros de largura foi projetado. A cidade tinha uma escola, uma associação de trabalhadores, um tribunal*

<sup>105</sup> Ibidem, p. 42.

<sup>106</sup> CABRAL, p. 108.

<sup>107</sup> BASTOS, Abguar. Certos caminhos do mundo. (romance do acre). Rio de Janeiro: Hersen, s/d., p. 66.

<sup>108</sup> BARROS, Glimes Rego. Nos Confins do Extremo Oeste. A presença do Capitão Rego Barros no Alto Juruá (1912-1915). Vol. I, Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1993. p. 20.

<sup>109</sup> Ibidem, p. 168.

*(fórum), uma delegacia, uma loja maçônica e uma capela, e a partir de 1906 tinha um jornal que defendia a autonomia da região. Além disso havia uma serraria a vapor, duas fábricas de tijolos e telhas, energia elétrica, uma fábrica de gelo e mais ou menos 150 estabelecimentos comerciais pertencentes a comerciantes brasileiros e 'orientais' (libaneses, gregos e judeus).<sup>110</sup>*

Além destes “estabelecimentos comerciais”, certamente havia também bordéis - as tais “casas de pouca seriedade”, além de mulheres que exerciam a prostituição por conta própria e ao lado de outras atividades profissionais. Este é o caso por exemplo de Tertulina Souza, implicada em um processo criminal em 1909 por ter supostamente atirado em seu amante, e que é caracterizada no processo como sendo procedente de Alagoas, ter 19 anos, casada, costureira e meretriz.<sup>111</sup> As tais “casas suspeitas” aparecem em outro processo, de 1917, acidentalmente, quando se menciona um senhor “de nome Manoel Felix, cidadão da última camada da plebe: varredor de casa de pouca seriedade sem a menor ocupação lícita.”<sup>112</sup>

A vida na cidade era muito diferente da vida nos seringais, embora dependesse totalmente da produção da borracha, e muitos de seus habitantes se ocupassem de trabalhos ligados a esta produção, isso quando não eram mesmo seringueiros dos seringais que circundavam a cidade, ou quando não estavam somente de passagem.<sup>113</sup> Na cidade viviam os comerciantes, funcionários públicos, soldados e policiais, proprietários de seringais, empregados no comércio, além de uma grande gama de pessoas que se ocupavam de diversas atividades: alfaiates, costureiras, lavadeiras, sapateiros, prostitutas, entre outros. Havia ainda agricultores, caçadores e seringueiros que viviam na periferia da cidade explorando as terras e matas próximas.

É claro que essa diversidade de pessoas foi se instalando em Cruzeiro do Sul somente ao longo do tempo, à medida que esta crescia. E parece que junto com a crise do preço da borracha essa diversidade aumentou, na mesma proporção em que a riqueza parecia esvair-se, como veremos no próximo capítulo.

\* \* \*

<sup>110</sup> ALMEIDA, Mauro W. B., p. 17. (tradução minha)

<sup>111</sup> Fórum Municipal de Cruzeiro do Sul, Processo n ° 450, 1909. (Ficha 09.05)

<sup>112</sup> Fórum Municipal de Cruzeiro do Sul, Processo n ° 861, 1917. (Ficha 17.03)

<sup>113</sup> Outra razão muitas vezes alegada nas petições de justificação para que o casamento ocorresse sem que se decorresse o tempo necessário aos proclamas, era a pressa do noivo em retornar ao seringal para “tratar de negócios da sua profissão”.

Procurei mostrar, nas páginas anteriores, um pouco do processo de constituição da região do Alto Juruá como região produtora de borracha, e, principalmente, como participaram as mulheres neste processo inicial.

Parecia não haver lugar para as mulheres num “empreendimento de conquista da selva” como este que os autores atribuem aos nordestinos transformados em patrões e seringueiros. E se lemos os trabalhos e relatos escritos, se ouvimos as histórias contadas pela população que hoje vive na região do Alto Juruá, parece mesmo que elas não participaram deste empreendimento, coisa só de “cabra macho” que se internavam sozinhos nas matas, sofrendo além da fome, do medo, do impaludismo, a solidão e a saudade. Mas então como se encaixam as Carmindas, Marianas, Raimundas, Joanas e Franciscas que aparecem nos processos judiciais daquele período? E as poucas “damas” que eram obrigadas a dançar com cada um dos participantes das festas? E as índias que eram “pegas na mata” ? E as mulheres “encomendadas” de Manaus? Eram elas realmente “mercadorias”, “privilégios”, “estorvos”, simplesmente?

A da forma como olhamos para a história, buscando sempre os “personagens significativos” e os “fatos históricos”, é que pode nos impedir de ver essas mulheres como personagens da trama histórica da sociedade que se formava em torno da exploração da borracha na Floresta Amazônica. Como já disse Maria Odila L. da S. Dias sobre as mulheres pobres de São Paulo no século XIX: *“A memória social de suas vidas vai se perdendo antes por um esquecimento ideológico do que por efetiva ausência dos documentos.”*<sup>114</sup>

Mercadorias, privilégios, meras acompanhantes, objetos de disputa, eram alguns dos papéis desempenhados pelas mulheres nessa trama. Mas não se pode ignorar as outras facetas de suas vidas. Foram também participantes do esquema produtivo, através do trabalho na borracha, sozinhas ou repartindo com o marido e os filhos as múltiplas tarefas que ele envolvia; ou através de serviços, chamados “trabalhos domésticos”, que garantiam a subsistência, o conforto e a vida nos seringais, nas vilas e na cidade de Cruzeiro do Sul.

Por fora desse esquema produtivo corria a vida naquelas paragens. Eram as intrigas do dia a dia, adultérios, disputas de território e de força que eram o assunto

---

<sup>114</sup> DIAS, p. 13.

das conversas. Era para isso que se vivia, também, e não somente para “extrair o látex que os mercados europeus e norte-americanos solicitavam sofregamente”.<sup>115</sup> Foi por causa desta vida dinâmica, cotidiana, cheia de desafios colocados pelas novas relações sociais e pela relação que se estabelecia com a floresta, que os seringais sobreviveram de diversas maneiras, transformando-se em “unidades de produção agro-extrativista-florestal”, à grande crise que se abateu sobre o mercado da borracha a partir de 1913. Do contrário, se só importasse a produção do látex para o mercado em ascensão, todos teriam ido embora, a exemplo dos que realmente foram, durante o longo período de crise.

---

<sup>115</sup> REIS, p. 122.

## Capítulo 2

**... e não desapareceram...<sup>1</sup>**

### **A sobrevivência na floresta - 1913-1945**

Quando cheguei ao Alto Juruá, em fevereiro de 1995, a região passava mais um agudo período de crise. O preço da borracha, pago ao seringueiro lá nos altos rios, estava em cinquenta centavos de dólar, o que para um produtor que produzisse digamos 500 kg por ano, significaria um ganho de duzentos e cinquenta reais anuais, ou seja, na época, pouco mais de três salários mínimos. Existiam famílias que conseguiam produzir até mil quilos de borracha por ano, mas com o trabalho de mais do que uma “faca”, ou seja, mais de um trabalhador no corte da seringa.

Quando o Padre Constantin Tastevin chegou ao rio Tejo, em fevereiro do ano de 1913, o mesmo rio em que morei por alguns meses em 1995, deparou-se também com um quadro de miséria, causado pela recente crise do preço da borracha, que pela primeira vez atingia a região. Ao ler seu texto denominado “*En Amazonie*”, publicado em uma revista católica francesa, e que parecia ter o intuito de mostrar a dura vida de um missionário na Amazônia, não pude deixar de relembra também muitos momentos de minha estada no rio Tejo, especialmente as viagens que fazíamos eventualmente, saindo da Base de Pesquisa onde morávamos. Eu passei dez meses na região, o Padre Tastevin, nesta viagem, talvez tenha levado um mês, passando rapidamente pelos seringais e pela cidade de Cruzeiro do Sul, não permanecendo mais do que dois ou três dias em cada lugar.

Talvez esta passagem rápida pelos lugares seja a origem da forma como o Padre descreve a vida dos seringueiros, que parecem aos olhos do leitor como tristes, miseráveis, mesquinhos até em certas passagens. Relendo meu diário de campo não encontro essa imagem dos homens, mulheres e crianças com os quais convivi. Apesar

---

<sup>1</sup> Esta frase refere-se a Euclides da Cunha, que em certa passagem, como cito no capítulo anterior, comenta que os nordestinos, flagelados pelas secas, tinham a missão de “desaparecerem”, e ao invés disso construíram o território do Acre. “E não desapareceram. Ao contrário, em menos de trinta anos, o Estado que era uma vaga expressão geográfica, um deserto empantanado, a estirar-se, sem lindes, para sudoeste definiu-se de chôfre, avantajando-se aos primeiros pontos do nosso desenvolvimento econômico.” CUNHA, Euclides da. *À Margem da História*. Rio de Janeiro: Lello Brasileira, 1967, p. 49. Utilizo a frase para um outro contexto, posterior ao “desenvolvimento econômico” trazido pelos altos preços da borracha, quando novamente muitos autores consideram que aquelas pessoas e aquele território “desapareceram” nas brumas trazidas pela crise.

de passar por situações semelhantes às que o missionário descreve, as anotações que fiz durante todo o período em que vivi na região revelam hospitalidade, alegria, carinho, curiosidade, embora também uma grande desconfiança estivesse sempre presente.

As semelhanças que encontro entre a realidade que Tastevin descreve e a que presenciei na região se referem a muitos aspectos. As casas de paxiúba, cobertas de palha, chamadas por ele de “cabanas”, que mesmo se abandonadas servem de abrigo a todos os que estão em viagem pelo rio ou pela mata; a escassez de “mercadorias”, ou seja, produtos trazidos de fora da região, entre os quais café e açúcar; as dificuldades das viagens de canoa ou à pé. Há trechos em que parece que tivemos experiências muito semelhantes, como quando o autor descreve uma caminhada pela mata, entre a Restauração (que ele chama de Restaurant) e o Parana (que suponho ser o Paraná Machadinho):

*Que viagem! Durante os três dias que durou, quase não parou de chover.[...] Minha batina, encharcada de água, pesava sobre minhas espáduas como uma armadura de aço. Eu tive que atravessar quatro riachos com água até o peito. Uma vez eu perdi o pé e foi necessário nadar de batina. [...] Mais de cem vezes, tive que transpor, sobre uma estreita passarela formada de um tronco de árvore escorregadio, precipícios onde mais de um encontrou a morte. [...] No dia seguinte, eu partilhei, por volta das oito horas da manhã, um magro frango com cinco companheiros, e não encontrei mais nada para comer. Às cinco horas da tarde, caímos como esfomeados sobre uma goiabeira que uma boa alma plantou ali no passado, perto de uma cabana hoje abandonada, à margem de um curso d'água que tivemos que percorrer por uma hora, os pés dentro d'água até as panturrilhas, para chegar enfim em face de uma barraca aonde uma canoa pode nos dar passagem. [...] Jamais eu patinhei tanto em minha vida. [...] Jamais também eu caí com tanta frequência. [...] Enfim, cheguei às margens do Paraná. Eu fiz o efeito de um fantasma: as pessoas não queriam crer em seus olhos.”*<sup>2</sup>

Desde que li pela primeira vez este relato, não posso deixar de compará-lo a uma “varação” que fizemos entre o Machadinho e o Igarapé São João, acompanhando um dos pesquisadores da área de Biologia. Para se ter uma idéia, vou citar um trecho de meu diário de campo<sup>3</sup>:

<sup>2</sup> TASTEVIN, Pe. Constant. En Amazonie. Les Missions Catholiques. 56(9-11), 57 (20-23), 1914. p. 21. (trad. minha)

<sup>3</sup> Trata-se de uma caminhada que fizemos acompanhando o Professor Adão Cardoso, Biólogo da UNICAMP. Além dele estávamos eu, Ruy Ávila Wolff (meu marido e agrônomo contratado pela

*Sáimos do Machadinho no dia 02/05/95, às 13:15h. Caminhamos devagar, parando muito para descansar. O Adão sofria muito carregando o saco encauchado com as coisas dele. O Irineu carregava o rancho e mais algumas coisas. Eu carregava minha mochila azul e o Ruy a dele, que estava também muito pesada. O caminho estava bem ruim, cheio de lama, em muitas partes pisoteado por porcos. A primeira casa pela qual passamos foi a do Sérgio Ribeiro, e só paramos um pouquinho. Lá estava a mulher dele e alguns filhos. É uma colocação bonita, com um campo grande, plantações, árvores frutíferas, casa mais ou menos ampla. Depois andamos mais umas horas até chegar à casa do Zé di Luna. Ele estava viajando e as filhas informaram que a mãe estava na mata, cortando seringa. Quando estávamos chegando, paramos para descansar um pouco enquanto o Irineu se adiantava até a casa. Sentei num tronco e recebi minha primeira picada de formiga da viagem. Meu terror verdadeiro, em todo o trajeto, foram as “pontes”, feitas com troncos roliços atravessados nos igarapés. Neste primeiro dia cheguei a passar sentada por uma dessas pontes que era muito alta para se passar pelo igarapé e muito longa para que eu alcançasse a mão do Ruy no outro lado. [...] (No outro dia) Fomos até a Tiquara (colocação), chegando lá mais ou menos às 11:30 h, quando estava começando uma chuvarada. Até lá fomos bem, só que eu levei uns dois tombos, um de uma pontezinha que foi bem feio e me deu uma distensão na perna que me incomodou o resto da viagem. A visão da colocação Tiquara é impressionante. [...] A casa resume-se a uma cobertura de palha num quadrado de 3m por 3m de chão batido, sem fogão, sem nada. Lá na casa do Farias, comemos bolacha com leite condensado (nossa) e carne de caititu assado (oferecida pelo Farias). Esperamos a chuva passar lá. O Adão convenceu o Farias a ir junto com a gente. [...] Naquela noite dormimos na mata, na colocação Cachoeirinha. [...] Paramos numa estrada de seringa, mais ou menos aberta, penduramos nossas redes nas árvores. Trocamos de roupa, tirando a roupa molhada e colocando a de dormir. Comemos sardinha, farinha e bolacha. Tinha muito carapanã (mosquito). Só conseguimos dormir depois de instalar o mosquiteiro e, principalmente, depois de o Ruy dar uma camiseta para o Faria e colocar Repelex nele, pois até então o homem não parava de reclamar, bater nos mosquitos e falar, falar, falar. (... na outra noite...) Logo eles acharam a casinha abandonada, imersa na capoeira. O Bibom veio nos buscar. Tinha cana, que chupamos bastante e um fogão, que serviu para assar o resto do Jabá (charque) que havia. (No outro dia começamos a caminhar pelas margens do rio.) Tem partes escorregadias de pedra ou mesmo de um lodo que fica com um limo esverdeado por cima. Escorreguei várias vezes, bem como o Adão. Às vezes preferíamos nadar em um poço mais fundo do que enfrentar o lodo escorregadio das margens. [...] No quarto dia de caminhada chegamos finalmente a uma casa habitada, já no São João. Lá estavam a Dona*



*Francisca, suas filhas e noras que nos receberam muito desconfiadas, no início. As crianças fugindo do Adão com sua barba branca. Depois, feitas as apresentações e explicações, nos acolheram muito bem. Dona Francisca fez comida para nós. Enquanto os homens ficavam na sala conversando com as crianças e o filhos homens de Dona Francisca que chegaram de uma caçada, eu fui para a cozinha com as mulheres. Pedi para trocar de roupa, pois estava toda molhada, e para uma das meninas olhar se tinha mucuim (um pequeno carrapato) nas minhas costas. Ela me disse que elas estavam marcadas pelos mucuins, mas que eles já não estavam mais lá. Isso explicava as coceiras que eu estava sentindo. Vendo minha pele, os pés sem as meias encardidas e molhadas, as mulheres, moças e meninas (umas sete) comentavam: “Como ela é alvinha! Como será que agüentou! Parece pele de bebê (bebê)! Olha que pele fininha!”*

Num caso e no outro a crise ajuda a explicar a grande dificuldade encontrada nas viagens, já que as casas que encontrávamos (e que o Padre Tastevin encontrava) na jornada pelas cabeceiras de rios e igarapés estavam abandonadas. Com isso os caminhos não eram abertos há tempos, não encontrávamos abrigos à noite, não havia comida suficiente e nem mesmo panelas e fogões, muitas vezes, para cozinhar a comida que trazíamos. Era uma caminhada que mostrava o abandono das cabeceiras dos rios e dos “centros” (locais afastados das margens dos rios), onde a única produção possível era a da borracha, e onde as mercadorias eram mais difíceis de se obter.

O senhor José Rubens Pinheiro, que residiu quando jovem na região que atravessamos na varação, entretanto, a descreve de uma forma totalmente diferente. Pelos meus cálculos, ele deve ter vivido na região nas décadas de 1930 e 1940.

*Eu morava ali dentro do São João, naquele tempo era muita gente, aquele lugar era cheio de gente, tinha quatrocentas famílias. [...]ali morava gente antigamente, morava muita gente, lá era cheio. O seringal tá ficando assim, todo abandonado. [...]naquele tempo tinha muita mercadoria, tinha quatrocentas pessoas trabalhando nesse lugar. [...] Produzia vinte e três tonelada. [...]Só naquele depósito mesmo. [...]fazia muita festa, tinha muita gente né? dançavam muito, quase todo domingo faziam festa.<sup>4</sup>*

O que será então que aconteceu, na região dos seringais do Alto Juruá, entre 1913 e 1995, que permite descrições tão diferenciadas de uma mesma região? Apesar das dificuldades enfrentadas pelos seringueiros no início da crise, e mesmo de um certo “abandono” dos seringais neste primeiro momento, as pessoas que permaneceram, seringueiros e patrões, conseguiram criar uma nova forma de viver, ainda bastante

baseada na produção da borracha, mas que permitia uma certa independência do mercado para saciar as necessidades básicas. O certo é que eles não desapareceram...

### *A crise*

*Os planos do imigrante nordestino que seguia para a Amazônia seduzido pela propaganda fantasista dos agentes pagos pelos interesses da borracha, ou pelo exemplo das poucas pessoas afortunadas que regressavam com recursos, baseavam-se nos preços que o produto havia alcançado em suas melhores etapas. Ao declinarem estes de vez, a miséria generalizou-se rapidamente. Sem meios para regressar e na ignorância do que realmente se passava na economia mundial do produto, lá foram ficando. Obrigados a completar seu orçamento com recursos locais de caça e pesca, foram **regredindo** à forma mais primitiva de economia de subsistência, que é a do homem que vive na floresta tropical, e que pode ser aferida por sua baixíssima taxa de reprodução. Excluídas as conseqüências políticas que possa haver tido, e o enriquecimento fortuito de reduzido grupo, o grande movimento de população nordestina para a Amazônia consistiu basicamente em um enorme desgaste humano em uma etapa em que o problema fundamental da economia brasileira era aumentar a oferta de mão-de-obra<sup>5</sup>*

Para muitos autores que se debruçaram sobre a história amazônica, e talvez principalmente para aqueles que a evocaram como parte da História do Brasil, só houve um momento realmente significativo nesta história: o momento do auge da produção e do preço da borracha no mercado mundial, entre 1890 e 1912. A maior parte da produção historiográfica e até literária, sobre a região, refere-se a este período como se depois dele, por algum fenômeno inexplicado e mágico, ela simplesmente desaparecesse novamente nas brumas que cobrem as regiões desertas, levando consigo as dezenas de milhares de pessoas que para lá migraram do Nordeste brasileiro e de outras partes do mundo. Isso considerando-se já que os índios e caboclos que existiam na Amazônia há milênios ou séculos sempre foram considerados mesmo, por esta historiografia e literatura, como “partes da natureza”, tão envolvidos viviam com ela.

<sup>4</sup> PINHEIRO, José Rubens e SOUZA, Aldeni de. *Entrevista*. 08/05/1995.

<sup>5</sup> FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 6 ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964. p. 161. (grifo meu)

Para estes autores, e para a opinião pública formada a partir deles, a Amazônia, após o breve intervalo do “boom” da borracha, regrediu ao que era antes, um território cheio de mistérios e riquezas não exploradas, *tierra no descubierta*, numa reedição do mito do Paraíso Terrestre. E seus habitantes, mesmo aqueles descendentes dos nordestinos que trabalharam para fornecer a borracha dos pneumáticos e máquinas industriais, “regrediram à mais primitiva forma de subsistência”. A Amazônia voltou ao passado, passou a viver uma outra temporalidade, já vivida antes.

Entretanto, neste capítulo, pretendo tratar justamente deste período de “esquecimento”, mostrando como se construiu um modo de vida que permitiu a pessoas que eram, a princípio, produtores de borracha, viver em meio à crise do mercado deste produto. Um modo de vida diferente do anterior à exploração da borracha, pois conforme mostrou Bárbara Weinstein, as populações amazônicas nunca mais se acostumaram a um modelo de completa auto-suficiência, o que garantiu a preservação do sistema de aviamento, embora muito reduzido. <sup>6</sup> Na nova configuração social da região, as mulheres e crianças passaram a ter importância destacada, pois a diversificação das atividades necessárias à sobrevivência na floresta demandava o esforço de todos. Assim as relações de gênero, entre outras formas de relações sociais, sofreram grandes alterações em muitos de seus aspectos e adquirem grande relevância para a compreensão desta sociedade. A mudança das relações de gênero, de certa forma, garantiu a sustentabilidade do grupo de seringueiros na região do Alto Juruá.

Desde que foi descoberta pelos europeus, a borracha prestou-se a múltiplos usos: sapatos e capas impermeáveis, seringas, bolas para jogos, etc.. Porém, com a Revolução Industrial que se processou ao longo do século XIX, esta matéria prima passou a ocupar lugar estratégico para toda a indústria, já que foi usada na confecção das máquinas a vapor, entre outras, tornando seu funcionamento muito mais eficiente. Além disso, aos poucos, com o mercado dos pneumáticos para bicicletas e automóveis,

---

<sup>6</sup> WEINSTEIN, Bárbara. A Borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920). São Paulo: Hucitec- EDUSP, 1993. p. 276. Não quero dizer que antes do ciclo da borracha todas as sociedades amazônicas ainda vivessem esta auto-suficiência frente ao mercado capitalista, o que talvez somente seja verdadeiro para o período anterior ao século XVI, quando, através do estabelecimento de portugueses em vários pontos do curso do Rio Amazonas, passou a existir mercado para as chamadas “drogas do sertão” e para escravos que eram trocadas por instrumentos de metal, tecidos, aguardente, sal, armas, entre outras mercadorias que foram se tornando necessárias para índios, ribeirinhos e outras populações amazônicas.

a borracha adquiriu ainda maior visibilidade no mercado mundial.<sup>7</sup> Como diz uma música sempre cantada pelos seringueiros da Reserva Extrativista do Alto Juruá, nos dias de hoje:

*“Vamos dar valor ao seringueiro  
vamos dar valor a esta nação  
pois é com o trabalho desse povo  
que se faz pneu de carro e pneu de avião.  
Fizeram chinelinho, fizeram chinelão  
inventaram uma botina que a cobra não morde não  
tanta coisa da borracha que eu não sei explicar não  
encontrei pedaço dela em panela de pressão.”*<sup>8</sup>

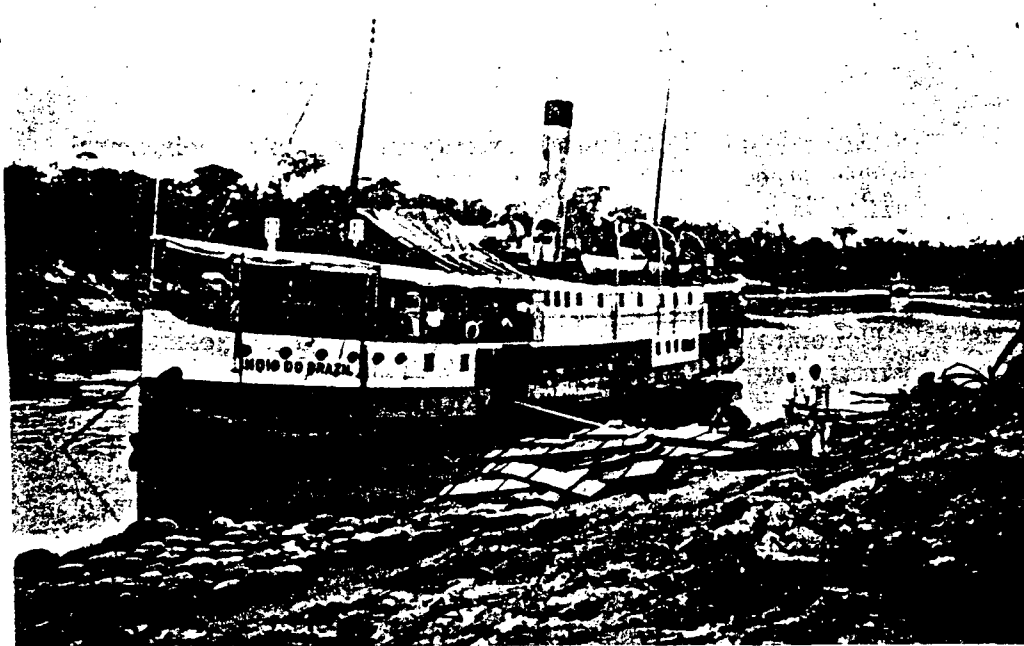
Cedo, portanto, os ingleses perceberam o valor estratégico da borracha, então somente encontrada, em sua espécie mais produtiva e de melhores características para a indústria - a *Hevea brasiliensis*, na Floresta Amazônica. Naquele período, início ainda do século XIX, a Grã-Bretanha era certamente o império mais poderoso da Terra, o império onde o sol nunca chegava a se por, como se dizia, pois possuía colônias ao redor de todo o planeta. Era também a maior potência industrial e comercial do mundo. Mas entre suas colônias não se encontravam terras que tivessem *Hevea brasiliensis*. O Brasil, onde se situava a maior parte do território das *Heveas*, embora mantivesse relações comerciais e diplomáticas privilegiadas com a Inglaterra, era um país independente desde 1822 e, ademais, mantinha também relações com outras potências industriais. Assim, ao se dar conta do grande valor da borracha, a Coroa Inglesa logo encontrou um meio de quebrar o controle brasileiro sobre o produto, já que mesmo a produção do Peru e da Bolívia teria que ser exportada através dos portos brasileiros: tratou de cultivá-la em suas colônias do oriente.

Segundo Warren Dean, a domesticação da *Hevea brasiliensis* foi um processo demorado e burocrático que levou cerca de 50 anos desde a obtenção dos primeiros espécimes pelo Jardim Botânico Real de Kew, na década de 1850, e o início da produção das primeiras *heveas* cultivadas no oriente, em fins da década de 1890. Personagens desta trama foram, entre outros, Clements R. Markham, funcionário do Ministério da Índia que pretendeu repetir com a borracha a façanha que já havia

<sup>7</sup> DEAN, Warren. A luta pela borracha no Brasil: um estudo de história ecológica. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Nobel, 1989. p. 32.

<sup>8</sup> Música recolhida na Reserva Extrativista do Alto Juruá (REAJ), junto ao Sr. José Virgílio de Andrade, mais conhecido como Zé do Lopes, em 1995.

realizado com a transferência da cinchona (planta de que se obtém a quinina, droga eficaz contra a malária) da Bolívia para a Índia. E Henry A Wickham, que, em 1876, conseguiu levar um grande carregamento de sementes de seringueiras para a Inglaterra.<sup>9</sup>



“O ‘Índio do Brasil’ - gaiola com 150 pés de comprimento e 33 de largura, em algum lugar do Alto Juruá, descarrega telhas de zinco e carrega borracha.”<sup>10</sup>

Essas sementes foram plantadas e replantadas, enxertadas e experimentadas até que se conseguiu plantá-las em escala comercial no Ceilão e, principalmente, na Malásia. O plantio era feito em fazendas no estilo *plantation*, utilizando-se a mão de obra extremamente barata dos trabalhadores asiáticos.<sup>11</sup> Ao contrário dos seringais nativos, onde as árvores produtoras situavam-se dispersas em imensas áreas de floresta e exigiam longas caminhadas dos coletores de látex, nas fazendas de cultivo asiáticas as árvores eram plantadas em fileiras, próximas alguns metros umas das outras, tornando o trabalho muito mais fácil de controlar e, portanto, muito mais produtivo e barato.

A borracha do Oriente começou a atingir o mercado em 1890, ainda em pequena escala, porém não demorou em ultrapassar a produção amazônica, a partir de

<sup>9</sup> DEAN, op. cit. , principalmente o capítulo “Prometeu às avessas, 1855-1876”, p. 29-49.

<sup>10</sup> BARROS, Glimes Rego. *Nos Confins do Extremo Oeste. A presença do Capitão Rego Barros no Alto Juruá (1912-1915)*. Vol. I, Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1993. p. 83.

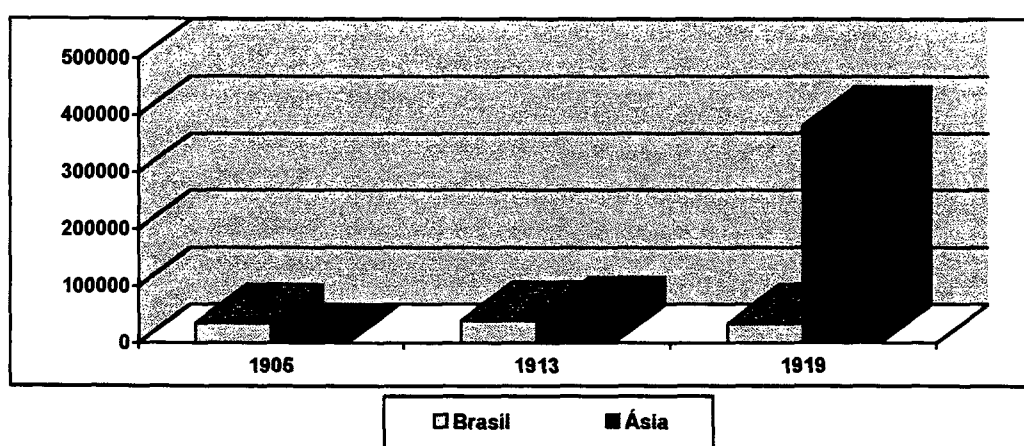
<sup>11</sup> Sobre este ponto é eloqüente o filme “*Indochina*”, direção de Régis Wargnier, França - 1992, cujo enredo acontece justamente em uma das regiões produtoras de borracha da Ásia Oriental.

1913. Como consequência da grande quantidade de borracha no mercado, bem como dos menores custos de produção da borracha oriental, o preço do produto começou a cair em grandes proporções.

A queda vertiginosa do preço da borracha fez desmoronar toda a estrutura montada sobre o comércio da borracha silvestre na Amazônia, e que somente conseguia sustentar seus lucros, divididos em diversos níveis, através do preço elevado do látex. Segundo Bárbara Weinstein, em 1910 houve uma alta sem precedentes no preço da borracha, o que levou muitos investidores a apostarem tanto nas plantações no oriente como na extração da borracha silvestre amazônica. O grande aumento da produção, porém, refletiu-se rapidamente no mercado, fazendo os preços caírem.<sup>12</sup> Para se ter uma dimensão do aumento da produção mundial, basta dizer que em 1905, por exemplo, o Brasil produzia 35.000 toneladas de borracha, enquanto a Ásia produzia 171 toneladas. Em 1913, a situação já estava bastante diferente: Brasil, 39.560 toneladas; Ásia, 47.618 toneladas; e em 1919, no Brasil mantinha-se a quantidade de 34.285 toneladas enquanto a Ásia assumia a assustadora produção de 381.860 toneladas de borracha, como se pode visualizar no gráfico abaixo.

**Gráfico 1**

**Produção de Borracha no Brasil e na Ásia, nos anos de 1905, 1913 e 1919.**



Fonte: Elaborado a partir de dados de Weinstein, p. 247.

<sup>12</sup> WEINSTEIN, p. 243.

As firmas aviadoras, que praticamente financiavam as safras de borracha, conseguindo, no período de ascensão de preços, lucros espantosos, foram as primeiras a sentir os efeitos da queda dos preços. A firma Mello & Cia, por exemplo, uma das maiores de Belém do Pará, que possuía vários vapores e a maior parte dos seringais do Rio Tejo, no Alto Juruá, bem como fornecia as mercadorias e comprava a produção de inúmeros outros seringais na região, foi a falência já em 1913, tendo sido então comprada por Nicolau & Cia.<sup>13</sup> E junto com as firmas aviadoras, os bancos, casas importadoras e exportadoras, comerciantes atacadistas, entre outros membros da cadeia comercial da borracha, também faliram ou tiveram que enfrentar uma longa e dura decadência em seus negócios.

A produção da borracha, contudo, não parou, e, na verdade, diminuiu muito pouco nos anos que se seguiram à crise. Isso demonstra que os seringais não desapareceram, que continuou a haver seringueiros e patrões, barracões, fiscais, comércio de borracha e mercadorias. Agora porém, a borracha não podia ser mais o único produto do trabalho do seringueiro, pois a queda dos preços reduzia muito a quantidade de mercadorias que se podia adquirir com a venda do látex ao patrão. Para Weinstein:

*Em consequência disso, os seringalistas e os comerciantes locais encontravam-se diante de um dilema. Em épocas de altos preços de borracha, sua estratégia básica havia sido manter o seringueiro o mais possível dependente deles, eliminando todos os outros contatos comerciais e desencorajando toda tentativa de auto-suficiência. Mas com os preços caindo a níveis de antes da expansão, já não era viável ao patrão continuar suprindo sua clientela de todos os bens que consumia. Não conseguir fazê-lo, porém, ameaçava aumentar a independência econômica e psicológica do seringueiro e podia, finalmente, levá-lo a deixar de uma vez a coleta de borracha. Em suma, o seringalista, ou comerciante, via-se dividido entre a necessidade de cortar os custos e as dificuldades de manter o controle de sua mão-de-obra.<sup>14</sup>*

Há muitos relatos de abandono de seringais pelos seringueiros neste período em toda a Amazônia. Na região do Alto Juruá, segundo Mauro W. B. Almeida, a Associação Comercial decidiu, em uma reunião de 1913, estimular a agricultura e o cultivo de seringueiras, bem como que os seringueiros pudessem comprar mercadorias

<sup>13</sup> Ibidem, p. 262-263. Ver também Fórum Municipal de Cruzeiro do Sul, Processo n.º 1438, Autos de Recurso Extraordinário impetrado por José Bonifácio Costa, cobrando uma promissória de Mello & Cia, e sendo recorrido por Nicolau & Cia. 15/09/1913. Ficha 2.13.06.

<sup>14</sup> WEINSTEIN, p. 272.

de quem quisessem, no caso de preços muito elevados por parte dos patrões ou em caso de falta de mercadorias nos barracões, como forma de procurar reter os trabalhadores nos seringais.

Foi nesta época que o Padre Tastevin percorreu o rio Tejo pela primeira vez. Conforme já foi salientado, em seu relato fica clara a miséria em que se encontravam seringueiros e empregados dos seringais.

*Toda a região sofria de uma escassez extrema. Não se comia mais que farinha e feijões, e este fraco alimento ameaçava se esgotar. Em certos lugares, não havia nem açúcar e nem café, o que deve parecer surpreendente no centro do principal produtor de café do mundo: mas é preciso lembrar que esta região é uma das regiões produtoras de borracha por excelência, onde todos os braços são ocupados na extração da preciosa goma. Tudo que se come, tudo que se bebe, tudo que se veste é importado pelos vapores fluviais dos grandes centros de comércio, Manaus e Belém. Assim quando, por uma ou outra razão, os vapores não chegam no tempo previsto, o espectro da miséria logo aparece.*<sup>15</sup>



Barracão do Seringal Fortaleza, no rio Tejo.<sup>16</sup>

Entretanto, a produção da borracha não declinou de uma hora para outra, o que significa que provavelmente este “abandono dos seringais” também não se deu repentinamente. Somente a partir da década de 1920 a produção de borracha

<sup>15</sup> TASTEVIN, Pe. Constant. En Amazonie. Les Missions Catholiques. 56(9-11), 57 (20-23), 1914. p. 20. (trad. minha)



amazônica, acompanhando a progressiva queda dos preços, desceu do patamar das 30.000 toneladas, chegando, nos piores anos da crise, 1931 e 1932, a 12.623 e 6.224 toneladas respectivamente. A tabela seguinte é interessante para ilustrar todo este processo:

**Tabela 1. Exportação de borracha silvestre amazônica, 1821-1947**

<i>Ano</i>	<i>Quantidade (t)</i>	<i>Preço libras/t</i>	<i>Ano</i>	<i>Quantidade (t)</i>	<i>Preço libras/t</i>
1821/1830	329	67	1921	17.493	72
1831/1840	2.314	72	1922	19.855	72
1841/1850	4.693	45	1923	17.995	100
1851/1860	19.383	116	1924	21.568	90
1861/1870	37.166	116	1925	23.557	206
1871/1880	60.225	183	1926	23.263	145
1881/1890	110.048	152	1927	26.162	107
1891/1900	213.755	209	1928	18.826	76
1901	30.241	283	1929	19.861	75
1902	28.632	256	1930	14.138	54
1903	31.717	308	1931	12.623	32
1904	31.866	350	1932	6.224	34
1905	35.393	420	1933	9.453	43
1906	34.960	401	1934	11.150	50
1907	39.490	374	1935	12.370	50
1908	38.206	308	1936	13.247	88
1909	39.027	484	1937	14.792	90
1910	38.547	655	1938	12.064	44
1911	36.547	412	1939	11.805	63
1912	42.286	380	1940	11.835	97
1913	36.232	285	1941	10.734	126
1914	33.531	206	1942	12.204	179
1915	35.165	200	1943	14.575	191
1916	31.495	240	1944	21.192	255
1917	33.998	224	1945	18.887	270
1918	22.662	174	1946	18.159	190
1919	33.252	188	1947	14.510	186
1920	23.587	106			

Fonte: BENCHIMOL, Samuel, *Amazônia: um pouco-antes e além-depois*. Umberto Calderaro: Manaus, 1977, p. 252. Apud: MARTINELLO, Pedro. *A Batalha da Borracha na Segunda Guerra Mundial e suas conseqüências para o Vale Amazônico*. Rio Branco: UFAC, 1988. (Cadernos da UFAC n.1) p. 48.

No início da crise, Barbara Weinstein chega a assinalar também a migração rio acima em direção ao Acre, que apresentou aumento populacional de 74.484 para 92.379 habitantes entre 1910 e 1920.<sup>17</sup> Esta migração provavelmente se dava na busca, pelos seringueiros, de áreas de seringueiras mais produtivas e por lugares que também oferecessem a possibilidade de castanhais, o que não era o caso do Alto Juruá.

O agravamento da crise, a partir da década de 1920, só fez acentuar o êxodo dos seringais. O Pe. Tastevin, em visita paroquial ao rio Murú (afluente do Tarauacá) em 1923, registra o seguinte comentário a este respeito:

<sup>16</sup> BARROS, vol. II, p. 104.

*Graças à baixa da borracha, os próprios brasileiros estão em vias de diminuição: tendo perdido a esperança de fazer fortuna, aqueles que podem retornam a sua terra de origem. O último recenseamento oficial, em 1920, acusava, diz-se, no Murú, uma população de 4000 almas; o que acabo de realizar com todo rigor, não acusa mais que a metade desta cifra. Em três anos, o Murú teria perdido 50% de sua população, e o êxodo continua.<sup>18</sup>*

Alguns anos mais tarde, em 1928, passando pelo Riozinho da Liberdade, afluente do Juruá, o mesmo autor reforçava a tendência de “esvaziamento populacional” da região.

*Malgrado isso [a malária endêmica], o Liberdade já foi, diz-se, bastante populoso. Certas propriedades como a Ceará, possuíram mais de 300 almas, das quais pelo menos 100 extratores de látex. A desvalorização da borracha, os maus-tratos de certos patrões que faziam surrar seus trabalhadores com cabos de fio de ferro, pouco a pouco rarefizeram a população.<sup>19</sup>*

Logo após, ele cita os dados populacionais recolhidos, nos quais o seringal Ceará aparece com 35 habitantes. Muitas destas pessoas, porém, podem ter se deslocado na própria região, para as margens do rio Juruá e as proximidades de Cruzeiro do Sul, por exemplo, locais em que a agricultura passava a ser a principal atividade desenvolvida. O Juiz Castello Branco, que viveu durante muitos anos na região, fala inclusive em um movimento de “vai e vem” entre seringal e cidade, além de uma tendência de compensação das perdas por emigração através do crescimento natural da população.

*Não deve haver diminuição, actualmente, da população do município, pois, si ella se reduz por um lado, com a saída de pessoas que se destinam ao sul do paiz, augmenta por outro com o nascimento de muitas creanças, facto esse que se não verificava há alguns anos atraz, tanto que, a principio, essa mesma população era composta somente de homens, que tractavam do fabrico de borracha, e pouco a pouco vieram chegando mulheres, de modo que de certo tempo para cá o augmento constante da população é real. Diminui a da capital, devido ao movimento que há das cidades para os seringaes e vice-versa, conforme a alta ou descida do preço da borracha.<sup>20</sup>*

<sup>17</sup> WEINSTEIN, p. 272.

<sup>18</sup> TASTEVIN, C. Le fleuve Murú: ses habitants - croyances et moeurs Kachinaua. *La Geographie*. XLIII(400-422), 1925. P. 419. (trad. minha)

<sup>19</sup> TASTEVIN, C. Le “Riozinho da Liberdade”. *La Geographie*. XLIX (205-215), 1929, p. 214. (tradução minha)

<sup>20</sup> BRANCO SOBRINHO, José Moreira Brandão Castello. O Juruá Federal. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo especial. IX(587-722), 1922.p. 717.

Comparando-se os censos demográficos do Território do Acre dos anos de 1920 e 1940, percebe-se que entre estes anos a população do território como um todo decresceu sensivelmente, de 92.379 pessoas para 79.768. Entretanto, no mesmo período, o número de mulheres aumentou, em todo o Acre, de 34.049 para 35.689. Mas o que mais chama atenção são os dados referentes ao município de Cruzeiro do Sul, pois ali houve um aumento da população como um todo. Se formos olhar novamente para a tabela, percebemos que as responsáveis por este aumento foram as mulheres! Enquanto a população masculina passou em vinte anos de 9.384 homens para 9.694, a população feminina subiu de 6.106 mulheres para 8.086, ou seja passou de um percentual de 39,41% da população do município para 45,48%.

**Tabela 2. População do Território do Acre por municípios em 1920 e 1940 discriminada por sexo.**

	1920			1940		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Cruzeiro do Sul	9.384	6.106	15.490	9.694	8.086	17.780
Rio Branco	13.210	6.720	19.930	9.048	6.990	16.038
Sena Madureira	13.118	8.023	21.141	6.703	5.798	12.501
Tarauacá	13.359	7.062	20.421	5.606	4.378	9.984
Feijó	-	-		4.597	3.552	8.149
Xapuri	9.259	6.138	15.397	4.737	3.856	8.593
Brasiléia	-	-		3.694	3.029	6.723
<b>Total</b>	<b>58.330</b>	<b>34.049</b>	<b>92.379</b>	<b>44.079</b>	<b>35.689</b>	<b>79.768</b>
<b>Vale do Purus</b>	<b>35.587</b>	<b>20.911</b>	<b>56.498</b>	<b>24.182</b>	<b>19.673</b>	<b>43.855</b>
<b>Vale do Juruá</b>	<b>22.743</b>	<b>13.168</b>	<b>35.911</b>	<b>19.897</b>	<b>16.016</b>	<b>35.913</b>

Fonte: Censos demográficos do IBGE de 1920 e 1940 em tabela elaborada pelo Geógrafo Carlos Walter Porto Gonçalves.

Para além do movimento populacional, no entanto, a queda do preço da borracha gerou uma verdadeira transformação social na Amazônia como um todo e na região do Alto Juruá, em particular. Esta transformação, encarada por muitos como uma regressão ao passado, um desaparecimento da região do mundo “moderno e civilizado”, constituiu-se na verdade na criação original de um modo de vida novo. Neste novo modo de vida não eram dispensadas totalmente as ligações com o exterior através da venda de borracha, madeira, couros e peles de animais silvestres, para citar

os principais produtos florestais, e da compra de mercadorias indispensáveis como sal, munição, armas, instrumentos metálicos para a extração da borracha, agricultura e lida doméstica, tecidos, remédios, entre outras. Mas a subsistência através da produção agropecuária em pequena escala e do extrativismo (caça, pesca e coleta) passou a ser a prioridade nos seringais. Segundo Mauro W. B. Almeida, antes dedicava-se 180 dias de trabalho por ano à produção de borracha, e na nova configuração dos seringais, apenas 90 dias, em média, eram destinados a esta produção.<sup>21</sup> A tese deste autor é a de que os seringueiros tornaram-se, a partir deste momento de crise, uma espécie de “campesinato florestal”, que alia a atividade de extração da borracha silvestre à agricultura, caça, pesca, criação de pequenos animais e extração de outros produtos florestais.<sup>22</sup> Aliás, o sucesso destas outras atividades em Cruzeiro do Sul pode ser verificado no aumento de sua população, em face do verdadeiro esvaziamento que ocorria no Acre como um todo.

Esta transformação também significou que os seringueiros e seringueiras que eram até 1912 peças-chaves do “progresso” da região amazônica, e mesmo do mundo industrial que consumia a borracha produzida por eles, tornaram-se aos poucos uma “população tradicional”. Este termo tem sido usado para designar populações de camponeses, pescadores, coletores e artesãos que mantêm uma grande dependência em relação ao território que ocupam, estabelecendo um modo de vida próprio. Segundo Diegues:

*As culturas e sociedades tradicionais se caracterizam pela*

- a) dependência e até simbiose com a natureza, os ciclos naturais e os recursos naturais renováveis a partir dos quais se constrói um modo de vida;*
- b) conhecimento aprofundado da natureza e de seus ciclos, que se reflete na elaboração de estratégias de uso e de manejo dos recursos naturais. Esse conhecimento é transferido de geração em geração por via oral;*
- c) noção de território ou espaço onde o grupo social se reproduz econômica e socialmente;*
- d) moradia e ocupação desse território por várias gerações, ainda que alguns membros individuais possam ter-se deslocado para os centros urbanos e voltado para a terra de seus antepassados;*

<sup>21</sup>, ALMEIDA, Mauro William Barbosa de. Rubber Tappers of the Upper Jurua River, Brazil. The making of a Forest Peasant Economy. Cambridge, 1992. Dissertation to the Ph. D. degree - University of Cambridge. p. 41.

<sup>22</sup> *Ibidem*.

- e) importância das atividades de subsistência, ainda que a produção de mercadorias possa estar mais ou menos desenvolvida, o que implica uma relação com o mercado;*
- f) reduzida acumulação de capital;*
- g) importância dada à unidade familiar, doméstica ou comunal e às relações de parentesco ou compadrio para o exercício das atividades econômicas, sociais e culturais;*
- h) importância das simbologias, mitos e rituais associados à caça, à pesca e atividades extrativistas;*
- i) a tecnologia utilizada é relativamente simples, de impacto limitado sobre o meio ambiente. Há reduzida divisão técnica e social do trabalho, sobressaindo o artesanal, cujo produtor (e sua família) domina o processo de trabalho até o produto final;*
- j) fraco poder político, que em geral reside com os grupos de poder dos centros urbanos;*
- l) auto-identificação ou identificação pelos outros de se pertencer a uma cultura distinta das outras.<sup>23</sup>*

Assim, estamos frente a um caso de transformação, em menos de um século, de uma população grandemente inserida no mercado, tanto através da produção de uma mercadoria, a borracha, como através do consumo de mercadorias industrializadas, em uma população com um modo de vida grandemente voltado à subsistência. De uma população adventícia, vinda de regiões bastante diferenciadas, que se torna conhecedora da “natureza e seus ciclos” e dependente de um território que reconhece como “seu”, a floresta.

O reconhecimento dos seringueiros como uma “população tradicional” tem grande importância no momento atual em que algumas Reservas Extrativistas foram criadas na Amazônia e no Acre em particular, incluindo uma na região do Alto Juruá.

A Reserva Extrativista visa, a um só tempo, a preservação do meio ambiente, das culturas tradicionais que reconhecem aquele meio como seu território e assegurar a posse deste território a esta população.

O momento mais importante para o entendimento do que é a região amazônica hoje, portanto, não é o curto período de auge do preço e da produção extrativa da borracha nativa, das grandes migrações de nordestinos para a região e da primeira configuração dos seringais. Para compreender a(s) Amazônia(s) de hoje, é imprescindível o estudo do que aconteceu com a crise da borracha e a transformação

<sup>23</sup> DIEGUES, Antônio Carlos. O mito moderno da natureza intocada. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 87-88.

dos modos de vida das populações que viviam na Amazônia para a construção das diferentes possibilidades que ali se concretizaram nos seringais, castanhais, buritizais, na margem dos rios e colônias agrícolas, a partir das populações adventícias e nativas e de seu relacionamento com o meio ambiente.

### *Famílias: grupos de sobrevivência e sociabilidade*

À medida que a crise se aprofundava, os autores que escreviam ainda sobre esta região *em vias de esquecimento*, passaram a ressaltar um novo elemento na configuração social: as famílias. Estes autores eram quase somente pessoas que viviam na região, realizando seus trabalhos ou por terem um cargo público e que, através desses trabalhos e cargos, podiam ter uma visão privilegiada dos efeitos da crise nos seringais. Entre eles destacam-se o Padre Tastevin, que percorria periodicamente o Juruá em suas “missões de evangelização”; o Promotor e Juiz José Moreira Brandão Castello Branco Sobrinho, que viveu algum tempo em Cruzeiro do Sul e também atendeu ao 2º termo da Comarca quando se localizava em Vila Thaumaturgo; e o professor, advogado, jornalista, autonomista<sup>24</sup> e líder maçom João Craveiro Costa.

O juiz Castello Branco, por exemplo, falando ainda do período inicial da ocupação, associa a fixação do “homem à terra”, a família, o desenvolvimento regional e a crise do preço da borracha:

*Além disso, faltavam dois fatores poderosos para fixar o homem à terra: a família e a agricultura, as quais só com a sucessão dos anos e dificuldades econômicas surgidas, foram se estabelecendo pouco a pouco, ensejando uma vida mais estável, concorrendo ambas para que o homem permanecesse mais tempo na região, ou mesmo aí ficasse definitivamente, impulsionando e firmando o seu desenvolvimento.*<sup>25</sup>

É claro que tal ponto de vista estava comprometido basicamente com a defesa do Governo Federal na região, em seu trabalho “civilizatório”, ao contrário do que diziam os autonomistas. Craveiro Costa, representante desta corrente política, embora concorde com o fato de que a agricultura “fixa o homem à terra”, aponta o descaso do

<sup>24</sup> O autonomismo era um movimento político importantíssimo na região e buscava a conquista de maior autonomia do território frente à União, e sua transformação em Estado da Federação. Havia um jornal autonomista que era publicado em Cruzeiro do Sul, e em 1910, uma junta autonomista chegou a depor o Prefeito do Departamento do Alto Juruá e permaneceu no posto por 10 meses.

<sup>25</sup> BRANCO, José Moreira Brandão Castello. O Povoamento da Acreania. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Vol. 250, jan-março de 1961, p.118-256, p.181.

Governo da União com a região que, segundo ele, tantos recursos propiciou à Federação através da arrecadação de impostos sobre a borracha:

*... os poderes federais não cuidaram dos meios ao seu alcance, de fixar ao solo essa população [...]. A fixação ao solo tem-se feito à revelia oficial e por efeito da crise comercial da borracha. Desde que o trabalho do seringueiro começou a não encontrar compensação convidativa, nos seringais iniciou-se a cultura da terra, que se cobre aqui e ali, pouco a pouco, de abundantes cereais e verdejantes pastagens. A população vai se tornando sedentária. Os seringais já não importam gêneros agrícolas, porque estão produzindo para o próprio consumo.<sup>26</sup>*

Como mostramos no capítulo anterior, não é que não houvessem absolutamente mulheres nos seringais em seu período de auge, mas o fato é que estas mulheres, especialmente as brancas, existiam em pequeno número, bastante desproporcional ao número de homens, e, principalmente, pouco participavam das relações comerciais que envolviam a produção da borracha, a não ser em casos especiais ou, às vezes como “mercadorias”.

Se num tempo em que a borracha tinha bom preço, até 1912 aproximadamente, o ganho do seringueiro lhe dava esperanças de voltar ao Nordeste, desencorajando agrupamentos familiares mais duradouros, a crise parece colocar o grupo familiar como uma condição de sobrevivência para os que optam por permanecer nos seringais. Como coloca o padre Tastevin, já em 1926:

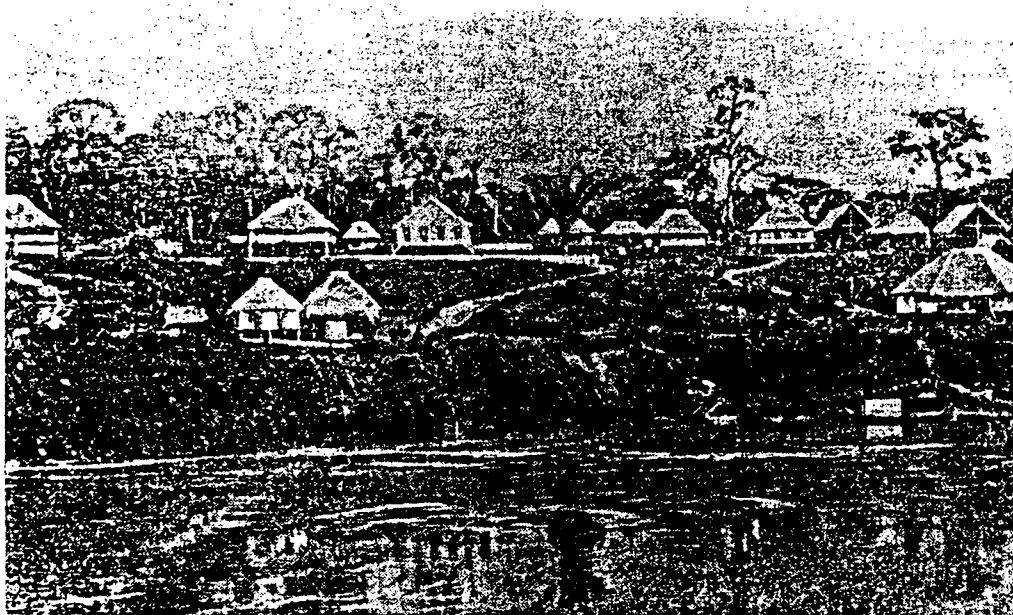
*A vida não é boa aqui senão para as famílias numerosas, aquelas em que enquanto os rapazes vão colher a goma nativa, o pai vai à pesca, a mãe e as filhas aos cultivos, à lavagem de roupas, à costura. Mas infeliz do homem isolado, sobretudo se ele vem a cair doente: sua vida não é mais que um longo martírio. Infeliz também daquele cuja família é muito pequena para vir em seu auxílio: ela não faz mais que aumentar sua carga.<sup>27</sup>*

Nesta nova configuração, em que era necessário, em primeiro lugar, produzir ou coletar aquilo que se ia comer para então preocupar-se com conseguir alguma renda que permitisse ter acesso a outras mercadorias (roupas, ferramentas, remédios, etc.) e a coisas essenciais como o sal e palitos de fósforo, por exemplo, o trabalho precisava ser diversificado e dividido entre os componentes dos grupos domésticos. Entretanto, apesar das palavras do Padre Tastevin transcritas acima, que dão a

<sup>26</sup> COSTA, João Craveiro. A conquista do deserto ocidental. 2 ed. São Paulo: Nacional; Brasília: INL, 1973. p. 28-29.

impressão de que os grupos familiares teriam uma divisão do trabalho padrão, bem como uma constituição de família nuclear (pai, mãe, filhos), parece-me que as relações domésticas, não eram assim tão uniformes.

Inegavelmente, o padrão da família nuclear composta a partir do casamento de um homem e de uma mulher existe, como imagem ideal, até mesmo nas florestas do Acre, embora certamente seja relativizado pela herança cultural nordestina, onde os grupos familiares extensos dão a tônica da organização social, bem como pela presença cultural indígena, que por mais que seja negada, não deixou de influenciar os costumes locais.



Vila Thaumaturgo, na Foz do Amonea, próximo à Foz do Tejo. Local em que, durante algum tempo, o Juiz Castello Branco Sobrinho exerceu sua magistratura.<sup>28</sup>

O que encontramos no Alto Juruá do período em estudo, porém, são muitas formas de convívio doméstico que incluem não só famílias nucleares e extensas, mas também relações de compadrio e “clientela”; avós que criam netos; homens que tem várias mulheres e mulheres que convivem na casa de mais de um homem (o que nem sempre implica num relacionamento sexual, mas normalmente implica na troca de serviços); mulheres sozinhas chefiando famílias; filhos(as) adotivos(as); dois ou mais

<sup>27</sup> TASTEVIN, C. Le Haut Tarauacá. *La Géographie*. T XLV, janvier-fevrier, 1926. p.34-54, p. 43. (trad. minha)

<sup>28</sup> Foto publicada pela primeira vez por BRANCO SOBRINHO, O Juruá Federal.... Apud: BARROS, vol. II, p. 95.



homens, sem mulheres, entre outras tantas formas. Vamos buscar alguns exemplos disso.

No processo crime n ° 01, de 25/08/1916, temos a história de Maria Victor, viúva, que morava com seus cinco filhos na casa de um compadre, o seringueiro João Francisco Barbosa. Além dela e de seus filhos, na mesma casa no seringal Timbaúba morava o seringueiro alagoano José Nogueira Barbosa, que, querendo casar-se com a viúva e não conseguindo seu intento, acaba por assassiná-la, cometendo logo após suicídio. Embora tendo terminado de forma trágica, este era um grupo doméstico bastante diferente do padrão de família nuclear: dois homens, uma mulher e cinco crianças, sendo que não havia laços de parentesco propriamente dito entre os homens e a mulher e os homens e as crianças. Certamente, porém, havia uma troca de serviços. A mulher e as crianças faziam os serviços domésticos, pescavam e ajudavam na agricultura, enquanto os homens cortavam seringa, caçavam, pescavam e faziam a “broca” dos roçados, ou seja, a derrubada e preparo da terra, considerado o trabalho mais pesado da agricultura local.<sup>29</sup>

Outros casos de moradia com compadres ou comadres em momentos de dificuldade (viuvez ou separação do casal) podem ser encontrados nas entrevistas que realizei na região. Dona Raimunda Gomes da Conceição, que teve ao longo de sua vida quatro companheiros (casou-se com dois deles, o primeiro e o último), conta que durante um período em seguida à morte de seu segundo companheiro, morou em companhia de sua madrinha, formando com a família desta um só grupo doméstico.<sup>30</sup>

O caso da D. Regina, mãe da D. Mariana, é um pouco mais *sui generis*. Após três uniões terminadas, duas pela morte dos companheiros e uma por maus tratos que sofria, a D. Regina primeiro ficou uns cinco anos na casa de um compadre, junto com o filho. Mas depois foi residir com um casal:

*Desse compadre dela, aí o meu pai foi buscar ela pra tratar da mulher dele. Aí ela morou três anos na casa dessa mulher. Era a mulher do meu pai. [...] Ela ficou boa, não sabe, mas daí ela não deixou mais ela sair de casa. Ela era uma mulher doente, aí ela disse pra ela, - Regina, agora você fica aqui dentro da minha casa. O Nascimento é muito mulherengo, ele gosta muito das mulheres dos outros, eu tenho medo de matarem o meu marido. Você não tem marido, você fica mais eu aqui dentro de casa. Tudo quanto você precisar, você tem. Do jeito que os meus filhos comerem e minhas filhas*

<sup>29</sup> Fórum Municipal de Cruzeiro do Sul, Processo n ° 01, 25/08/1916, Ficha 16.02.

<sup>30</sup> CONCEIÇÃO, Raimunda Gomes da. *Entrevista*. 03/03/1995

*vestir, você come e veste junto com minhas filhas. Ai ela adoeceu, [...]E a mulher doente, né. Ela não podia mais possuir mais homem na companhia dela. E o meu pai, queria uma mulher solteira dentro de casa, pra ele não tá assim atrás das mulher dos outros. Ai foi lá, ela foi pra vila, por lá ela morreu. Ai quando o meu pai chegou lá, a minha mãe já não tava mais querendo ficar na casa dele. Preferia mais era com a mulher.*<sup>31</sup>

Já no processo n ° 87 de 22/01/1918, que trata de um crime de assassinato no Rio Tejo, vemos um outro grupo doméstico: o do acusado, Joaquim Januário Pereira Filho, viúvo, seringueiro, de quarenta anos, que “pegou para criar” um casal de crianças índias, tendo logo se tornado “amante” da menina. O processo trata do assassinato de Raimundo Luiz da Silva, um vizinho e padrinho dos índios, que teria, na ausência de Joaquim, mantido relações sexuais com a menina, chamada Andreza, a força.<sup>32</sup>

No processo n ° 1033 de 26/07/1920, um seringueiro é condenado em primeira instância e depois absolvido na apelação pelo assassinato de outro, no seringal Lucânia. O motivo do crime teria sido o ciúme em relação a Maria Xavier, mulher casada com Pedro Jacinto Pereira, também seringueiro. No ano de 1915 o acusado, João Rodrigues de Souza morou com o casal em um seringal, tendo se tornado amante de Maria. No ano seguinte, retirando-se o casal deste seringal e colocando-se no Lucânia, foi morar com eles Antônio Marinheiro, que, segundo dizem as testemunhas do processo, também teria se tornado amante de Maria, gerando os ciúmes do amante anterior que o teria matado.<sup>33</sup> Como este processo há vários outros que se referem a seringueiros solteiros que residem na mesma barraca que um casal, ou, muitas vezes, em barracas vizinhas, fazendo as refeições junto com o casal. Isto implica que a mulher cozinhava, lavava as louças e roupas, cuidava em casos de doenças, cultivava algumas verduras, cuidava de pequenos animais (especialmente galinhas), carregava água, entre outros “serviços domésticos” também para este outro homem, além, é claro, de cuidar de seus filhos. Em “troca”, este seringueiro normalmente caçava, pescava e contribuía com mercadorias para a casa.

<sup>31</sup> NASCIMENTO, Maria Feitosa do. (D. Mariana). Entrevista com a participação de Silene, Milton Gomes da Conceição, Ruy Ávila Wolff. 14/11/1995.

<sup>32</sup> Fórum Municipal de Cruzeiro do Sul, processo n ° 87, 22/01/1918, Ficha 18.03.

<sup>33</sup> Fórum Municipal de Cruzeiro do Sul, processo n ° 1033, 26/07/1920, Ficha 20.02.

No processo n ° 860, de 14/04/1917, vemos uma família extensa, que morava isolada no “centro” Mucuripe do Seringal Santa Luzia.<sup>34</sup> Antes do assassinato que gerou o processo, viviam neste centro o acusado, Francisco Bernardo de Menezes, e seu genro (a vítima) João Antônio de Azevedo, vulgo Guabiru, acompanhados da filha e esposa Josephina de Azevedo Menezes, de 16 anos, da mãe da mesma e de seus irmãos.<sup>35</sup>

Ainda em outro processo, por ocasião da morte de sua esposa, Luiz Francisco de Barros entregou suas duas filhas menores ao seu sogro para que as criasse no Seringal Cruzeiro do Vale, em 1913. Em 1918 ele aparece na polícia dando queixa de que as meninas Josepha, de 11 anos e Francisca, de 10, haviam sido defloradas por seus tios Demétrio e Leonel, que viviam na mesma casa.<sup>36</sup> Ambos foram absolvidos da acusação, embora não saibamos o porque, já que o processo está bastante danificado. Sabemos entretanto que tanto Demétrio quanto Josepha casaram-se posteriormente com outras pessoas em 1925 e em 1920, respectivamente.<sup>37</sup>

A vida doméstica nos seringais era portanto dinâmica, sempre em transformação de acordo com circunstâncias diversas. Os casamentos e uniões informais podiam ser duradouros ou estender-se por apenas alguns anos, e os grupos de convívio incluíam mais pessoas do que a chamada “família nuclear”, ou mesmo que a “família extensa”, envolvendo também compadres e comadres (relação que, como tem sido demonstrado exaustivamente para o Nordeste Brasileiro, dissimula e torna aceitável a dependência e a dominação), filhos adotivos, “índios pegos na mata”, e mesmo colegas de trabalho em muitos casos.

O fato novo é que, ao contrário do momento anterior, do auge do preço da borracha, daí para a frente o grupo doméstico passou a representar bem mais do que uma forma de convivência ditada pela cultura trazida do nordeste, e do que uma possibilidade de aconchego e calor humano. A família passou a ser uma necessidade básica, para que fosse possível garantir a sobrevivência e a sustentabilidade.

Se antes a reprodução da mão de obra dos seringais era feita quase que exclusivamente através da migração de nordestinos para a Amazônia, agora, embora a

<sup>34</sup> “Centro” é uma colocação longe da margem do rio.

<sup>35</sup> Fórum Municipal de Cruzeiro do Sul, processo n ° 860, 14/04/1917, Ficha 17.02.

<sup>36</sup> Fórum Municipal de Cruzeiro do Sul, processo s/n °, 01/09/1919, Recurso Criminal, Ficha 19.13.

<sup>37</sup> Fórum Municipal de Cruzeiro do Sul, processo s/n °, 04/03/1920, Ficha 3.20.01 e processo n ° 78, 09/03/1925, Ficha 3.25.07. (Contratos de Casamento)

migração continuasse em menor escala, a reprodução não só da mão de obra, mas também dos grupos domésticos, precisava ser feita ali mesmo, da maneira mais natural possível. Os pais e os avós precisavam dos filhos e netos para sobreviver na velhice. Até o presente é muito comum encontrarmos avós que criam netos, o que, por um lado, facilita a vida dos pais que têm muitos filhos (normalmente são os filhos de alguma filha viúva ou que arrumou outro companheiro, ou mesmo de algum filho ou filha que se mantém solteiro), e por outro garante aos avós auxílio nas tarefas cotidianas e amparo na velhice, pelo menos até que aquele neto ou neta se case e forme outro grupo doméstico. Uma das casas que visitei na Reserva Extrativista do Alto Juruá, era de um casal de idade (para os padrões de lá): o Sr. José Caxixa e a D. Aci tinham, na época em que passamos por lá, um filho solteiro e três netos vivendo com eles, sendo que uma neta acabara de sair para se casar. O filho tinha 17 anos e estava se preparando para servir ao exército. Os netos eram um rapaz de aproximadamente 16 anos, uma mocinha de 11 e uma menina de 5 ou 6 anos. Além disso, o casal residia relativamente próximo a três de seus filhos casados, que lhes prestavam ajuda em alguns momentos, para fazer farinha por exemplo, e dividindo com eles alguma caça.

A organização dos grupos domésticos, entretanto, como já destacamos, foi feita de acordo com o que as circunstâncias permitiam, na base da “improvisação”, que por sinal é uma das características que marcam a configuração social brasileira, especialmente no que tange às relações de gênero.<sup>38</sup> A partir de uma população de nordestinos, predominantemente masculina, e de índios, foram se formando famílias com os padrões mais diversos. Para se ter uma idéia disso é possível recorrer aos processos de habilitação de casamentos existentes no Fórum Municipal de Cruzeiro do Sul. Estes só nos podem prover de uma pálida impressão do tipo de família que se formava então, já que o casamento civil era, pode-se dizer, até raro, além de restrito a uma só vez, não dando conta da diversidade de relações existentes. Porém, através destes processos percebe-se que, de maneira geral, a idade das noivas era bastante inferior à dos noivos. A tabela seguinte, dos processos de habilitação de casamento do ano de 1925, é um exemplo disso. A idade média das mulheres é de 21 anos e seis meses, enquanto que a dos homens é de 30 anos e 9 meses, ou seja, praticamente dez

anos a mais. Existem vários casos em que esta diferença é bem maior, ou então em que a diferença é invertida (especialmente no caso de casais mais idosos), sendo a mulher mais velha que o homem. Outro aspecto que deve ser levado em conta é que, segundo o próprio relato de várias mulheres que entrevistei, era muito comum que, na hora do casamento, noivas de 13, 14 e 15 anos mentissem sobre sua idade, aumentando-a, pois a lei somente permitia o casamento de mulheres com mais de 16 anos, a não ser em casos especiais como defloramentos, estupros e raptos.

### Quadro 2: Casamentos no Departamento do Alto Juruá no ano de 1925

Data	Nome 1	Idade 1	Nome 2	Idade 2
	Generoza de Souza Rodrigues	16	Virgilio Gonçalves de Oliveira	23
	Raymunda Nunes de Souza	20	Achilles Moraes Coutinho	32
03/01/25	Antonia Maria Sobreira	56	Lino Sobreira de Souza	52
07/01/25	Luiza Gomes de Normando	17	José Dantas da Silva	16
17/01/25	Clarice Rozas de Freitas	18	Aureliano de Souza Leal	25
19/01/25	Raymunda Thereza da Conceição	18	Luiz Marinho Falcão	22
21/01/25	Raymunda Ferreira da Conceição	18	Antonio Corrêa de Paula	29
21/01/25	Raymunda Ferreira da Conceição	18	Antonio Corrêa de Paula	30
23/01/25	Thereza Raymunda de Barros	22	Raymundo Soares de Senna	26
03/02/25	Afra Joaquina Pereira	21	Esperidião Rodrigues de Oliveira	25
06/02/25	Cecília Nepomuceno	21	Josias Prudente Lagos	30
10/02/25	Maria Salles do Amaral	24	Jorge Ferreira do Nascimento	37
14/02/25	Raymunda Maria Ferreira	21	José Francisco do Nascimento	24
16/02/25	Maria da Conceição Dias	22	Lourenço Teixeira de Mattos	31
19/02/25	Maria da Conceição Varella	17	Antonio Simão da Silva	22
25/02/25	Joaquina Maria de Jesus	15	José Queiroz de Oliveira	24
25/02/25	Leopoldina Ferreira Gomes	16	Pedro Raymundo de Oliveira	23
09/03/25	Maria dos Angelos de Pinho	19	Demetrio Bezerra Cazumba	26
12/03/25	Raymunda Ferreira dos Santos	17	Luiz Ferreira da Silva	22
23/03/25	Maria de Nazareth Ferreira	19	Francisco Coêlho Sobrinho	22
24/03/25	Francisca das Chagas Baptista	19	Antonio Tiburcio da Silva	26
30/03/25	Raimunda Valentina da Rocha	40	Luiz Maciel da Rocha	54
02/04/25	Maria Etelvina Corrêa de Oliveira	29	Manoel Felipe de Santiago	50
06/04/25	Julia Vidal de Araujo	17	Antonio Gonzaga Vinhorte	22
15/04/25	Francisca Abelina das Chagas	16	José Lino dos Santos	28
12/05/25	Alcinda Gomes de Lima	20	Francisco das Chagas Capanaua	25
12/05/25	Adalgisa Casimira da Rocha	17	Ismael Alves Bandeira	32
18/05/25	Raymunda Vieira da Motta	18	José Raymundo de Souza	28
20/05/25	Maria Ferreira do Nascimento	19	Francisco Pereira Maia	36
30/05/25	Androlina Maia dos Santos	22	Antonio Gonçalves de Oliveira	26
01/06/25	Joanna Rodrigues Pereira	22	Genesio Pereira do Nascimento	33
02/06/25	Maria Conceição Bezerra	16	Francisco Honorio de Britto	28
02/06/25	Raymunda Francisca do Nascimento	17	Manoel Corrêa Nepomuceno	22
13/07/25	Maria Nazareth Alves da Silva	21	Salvino Pereira dos Santos	29
15/07/25	Maria Julia de Moraes	18	Francisco Flores Têco	26

<sup>38</sup> DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX*. 2<sup>a</sup> ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

11/08/25	Maria José Ferreira	17	Augusto Carlos de Oliveira	22
12/08/25	Maria Marcolina de Oliveira	18	João Fernandes Ribeiro	27
17/08/25	Maria Faustina da Conceição	17	João Lopes da Silva	21
05/09/25	Maria Ribeiro de França	17	Antonio Pereira de Almeida	39
10/09/25	Raymunda Gomes de Freitas	17	José Grinaldo Ramires	38
25/09/25	Maria Alice de Queiroz	22	Francisco Ferreira de Mello	29
05/10/25	Eliza Maria da Conceição	19	Francisco Gomes de Carvalho	24
13/10/25	Idalina Maria das Neves	21	Sergio Gomes Ferreira	32
22/10/25	Nicéas Pinheiro da Costa	26	Clovis Pinheiro da Silveira	33
31/10/25	Alizia Bernardino da Silva	18	José Luiz da Silva	24
03/11/25	Maria Carmelita de Mello	29	Napoleão Prata de Mattos	35
07/11/25	Francisca Moreira Fernandes	42	Joventino Ferreira Braga	42
09/11/25	Anna Varella Rodrigues	16	José Pereira Damaceno	28
14/11/25	Elvira Maria Carneiro	17	Vicente Homem Silva	30
16/11/25	Eliza Alves da Silva	18	Raymundo Barboza Viveiros	37
16/11/25	Maria Joanna Diniz	27	João Pedro da Silva	34
21/11/25	Carolina Celestina de Moraes	16	Raymundo José Ramires	40
24/11/25	Rosa Maria de Aquino	34	Casimiro José dos Santos	35
01/12/25	Maria Ferreira Martins	17	Francisco Chagas do Nascimento	33
04/12/25	Clara Pereira do Carmo	23	Francisco Pereira do Nascimento	38
05/12/25	Maria José da Silva	16	João Vicente de Souza	30
08/12/25	Leovigilda de Souza Ribeiro	16	Carlos Bandeira da Silva	37
08/12/25	Maria Nazareth de Souza	16	Antonio Gomes Dantas	23
12/12/25	Marcosília de Souza Soares	43	Severino Vidal de Lima	33
12/12/25	Leonilia Theodora do Carmo	16	Virgilio Pereira Lima	29
15/12/25	Rita Maria do Espírito Santo	18	José Benedicto Lourenço	22
21/12/25	Escolastica Theodora do Carmo	17	Miguel Gomes da Silva	34
24/12/25	Laudilina Maria da Conceição	18	Lucas Ferreira da Silva	41
26/12/25	Perceida Marmão Falcão	65	João Marmão Falcão	59
26/12/25	Anna dos Santos Cabral	21	Arthur Ramos de Freitas	26
28/12/25	Francisca de Paula de Almeida	20	Antonio Ferreira de Araujo	58
Média de Idade		21 anos e 6 meses		30 anos e 9 meses

Quadro elaborado a partir dos processos de habilitação de casamento existentes no Fórum Municipal de Cruzeiro do Sul em 1995.

Outro aspecto que é possível verificar nestes processos, é que a maioria dos homens que se casavam neste período eram provenientes do Nordeste, enquanto boa parte das mulheres eram nascidas na região amazônica. Infelizmente muitos dos processos deixam de mencionar a proveniência dos noivos, o que torna impossível uma quantificação mais exata. Tratava-se porém de improvisar. Se não era possível encontrar uma companheira jovem e até meio aparentada, como parecia ser uso no Nordeste, o seringueiro unia-se com quem estivesse disponível. O Padre Tastevin conta um caso que deixa transparecer esse tipo de improvisação em sua viagem ao Rio Tejo, em 1913:

*Eu abençoei a união de um casal. Durante a cerimônia, o homem começou a chorar.*

*- Porque você chorava? Perguntei-lhe em seguida.*

*- Eu chorava pela minha sorte, respondeu ele, que quis que, longe de minha família, eu viesse a me casar aqui, já idoso, com uma mulher ela também idosa, enquanto eu poderia ter me casado outrora em minha casa, com uma moça de minha vizinhança.<sup>39</sup>*

Esgotadas as possibilidades de voltar à terra natal com um bom saldo, a opção que se colocava à frente dos seringueiros era a de improvisar na floresta um modo de vida novo, que apesar disto, não era mais visto como um período provisório, enquanto não se conseguisse o saldo para voltar ao Nordeste, e sim como uma forma de viver permanente. Talvez tenha sido isto que fez o seringueiro evocado pelo Padre Tastevin chorar: com o casamento, ele estava assumindo sua permanência na Amazônia e deixando de lado quaisquer ilusões de que poderia voltar ao Nordeste.

Os grupos domésticos passaram a ter grande importância na nova economia de sobrevivência. Durante o período de auge do preço da borracha, o seringal era a unidade econômica incontestável. Era o padrão que organizava toda a atividade econômica, inclusive a agricultura e pecuária que existia em muitos seringais, através de uma rede muito forte de vigilância e de uma rígida disciplina que incluía mesmo castigos físicos. Com a crise, aos poucos, os seringais sofreram grande enfraquecimento. Embora tenham se mantido como entrepostos de troca de borracha, madeira, peles e outros produtos florestais por mercadorias trazidas de outros lugares, os barracões adquiriram um papel diferente na vida do seringal. Agora, a unidade de produção era muito mais a família ou grupo doméstico do que o seringal como um todo, e o padrão perdeu muito de seu poder organizativo da produção, poder este que somente foi retomado, com o apoio do Estado, no período da Batalha da Borracha, a partir de 1943.<sup>40</sup>

### ***Novas atividades: viver na floresta***

Como era então a nova vida nos seringais? Como se passou a produzir e retirar da floresta grande parte do que se necessitava para viver? Em que medida realmente passou-se a uma “economia de subsistência”? Como estas transformações foram sentidas pelos seringueiros e seringueiras? Quais os novos papéis, formais e informais, assumidos pelas mulheres nesta nova configuração social? Estas são algumas das

---

<sup>39</sup> TASTEVIN, Pe. Constant. En Amazonie. Les Missions Catholiques. 56(9-11), 57 (20-23), 1914. p. 21. (trad. minha)

questões que se colocam a partir daquilo que já vimos sobre este período. Basicamente a resposta a todas é que nesse novo momento a floresta transformou-se para os seringueiros em algo mais do que o espaço, até mesmo hostil, das árvores de seringa: a floresta passou a ser o seu território.

A noção de território é bastante interessante para a compreensão da transformação por que passou a população de seringueiros dos Altos Rios Amazônicos no período que estamos analisando. Ela refere-se não só ao espaço ocupado por esta população, como também à natureza existente neste espaço, e, principalmente, à relação existente entre a população, o espaço e a natureza.<sup>41</sup> O tipo de relação que se estabeleceu entre os seringueiros e seringueiras e a floresta amazônica, nas regiões que eles ocuparam inicialmente para a exploração da borracha, fazendo desse espaço seu território, é que justifica atualmente que várias destas áreas sejam transformadas em Reservas Extrativistas. Esta relação caracteriza-se por uma dependência extrema, um conhecimento profundo e detalhado das potencialidades da floresta e por uma forma de utilização dos recursos que permite a reprodução sem a destruição dos mesmos. ✕

Segundo a análise do geógrafo Carlos Walter Porto Gonçalves, cujo trabalho liga-se mais aos seringueiros do Purus, este período de “crise” seria marcado por uma territorialidade dividida entre patrões e seringueiros, que teria se seguido à “territorialidade seringalista” que havia marcado o período de expansão da produção de borracha. Para este autor, o completo domínio do território pelos seringueiros somente se concretizou a partir da década de 1980 com a criação das Reservas Extrativistas e a fundação, portanto, da “territorialidade seringueira”.<sup>42</sup>

Efetivamente, no período de expansão, a floresta era o território da borracha, e esta era dos patrões, que mais tarde vieram a ser chamados de seringalistas, a partir da década de 1930. Para os seringueiros aquele era um terreno provisório, como uma mina de ouro a que acorrem os garimpeiros em busca da fortuna, era a “Califórnia”, o sonho do ouro negro. Era o deserto, o desconhecido, o “inferno verde” de que fala

---

<sup>40</sup> ALMEIDA, Mauro W. B., p. 50.

<sup>41</sup> Segundo Diegues, citando Godelier: território “... pode ser definido como uma porção da natureza e espaço sobre o qual uma sociedade determinada reivindica e garante a todos, ou a uma parte de seus membros, direitos estáveis de acesso, controle ou uso sobre a totalidade ou parte dos recursos naturais aí existentes que ela deseja ou é capaz de utilizar. Essa porção da natureza fornece, em primeiro lugar, a natureza do homem como espécie, mas também: a) os meios de subsistência; b) os meios de trabalho e produção; c) os meios de produzir os aspectos materiais das relações sociais, os que compõem a estrutura determinada de uma sociedade (relações de parentesco, etc.)” DIEGUES, p. 83.

<sup>42</sup> Comentário pessoal do Prof. Carlos Walter Porto Gonçalves, em novembro de 1996.



Alberto Rangel. Com a crise, os que escolheram ficar na floresta, ou que não tiveram outra opção pois estavam presos às dívidas com os patrões, passaram a se apropriar da floresta e de seus recursos, à medida também em que os patrões foram ficando mais “fracos” e que não podiam sustentar sua parte no acordo anterior: fornecer tudo que era necessário à vida do seringueiro em troca da borracha que este produzisse.

Assim, no período da crise, os seringueiros construíram uma nova relação com a floresta, marcada por uma diversificação de suas atividades. Reduziram o tempo dedicado à extração de látex (tempo que variava conforme as oscilações de preço da borracha) e passaram a realizar outras atividades com maior regularidade como a caça, a pesca, a agricultura, o artesanato e a extração de outros produtos florestais como madeiras, óleos vegetais, fibras de cascas de árvores, cipós, entre outros.

A agricultura realizada na região a partir deste período, dava-se praticamente da mesma forma que a atual. A limpeza da área é feita com a derrubada das árvores maiores e a queimada, sendo a área aproveitada durante alguns anos, em torno de quatro ou cinco, e depois abandonada. Não se usa arado e nem adubação, contando-se com a fertilidade natural da terra. Planta-se nesse roçado o feijão, a mandioca (chamada de “roça”, talvez por ser a “roça” por excelência), o milho, bananas e cana de açúcar, principalmente. Outro tipo de plantação é feita nas praias do rio na estação seca, onde se planta feijão, melancia, jerimum, amendoim e milho, com muito pouco trabalho para limpar o terreno, e aproveitando os resíduos orgânicos deixados pela enchente do rio.

Assim como na agricultura, toda a família participa dos trabalhos da farinhada, ou seja, da fabricação da farinha de mandioca, que era e continua sendo a base da alimentação local. Neste período também muitos produziam o açúcar gramixó, como se chama na região o açúcar mascavo, através da moagem manual da cana de açúcar e do cozimento do caldo em fornos a lenha. A tecnologia usada era muito rudimentar, e, com a exceção do motor hoje utilizado tanto na moagem da mandioca quanto na da cana, igual à praticada ainda no momento atual.

É interessante notar que, no período que estamos estudando, praticamente toda a energia e força utilizadas na realização das atividades, agricultura, transporte da borracha e outras cargas, fabrico da farinha e do açúcar, era humana. A única energia animal de que se tem notícia era a dos comboios de bois ou burros que transportavam borracha e mercadorias entre os barracões ou depósitos e os “centros”. Estes

comboios pertenciam aos patrões e aos poucos foram se extinguindo, permanecendo como prática usual, porém, em vários seringais por bastante tempo ainda “... *ai os burro tudo morreram e ficou nós mesmo pra carregar. Os burro carregam as borracha, carregam tudo nas costas*”, como disse o Seu Joaquim Cunha.<sup>43</sup> O gado bovino, entretanto, nesta região, foi quase uma exclusividade dos patrões e de poucos seringueiros. Como diz o Sr. Etelvino Farias, “...*o boi é a criação do rico*”, enquanto o porco, a galinha e o pato, são do pobre.<sup>44</sup> Até hoje os seringueiros não costumam usar a força motriz dos animais que tenham, mesmo os que moram em centros, o que os obriga a carregar grandes pesos nas costas. O motor, na canoa ou na casa de farinha, é a única alternativa utilizada por aqueles que conseguem comprar.

Alguns patrões organizavam verdadeiras fazendas em seus seringais ou em áreas nas quais não houvessem seringueiras. Foi o caso, por exemplo do Cel. Mâncio Lima, dono de diversos seringais, que segundo sua filha, Débora Sylvia Lima Dene, chegou até a viajar a Minas Gerais para copiar um modelo de banheiro carrapaticida e comprar gado de raça, para instalar em sua fazenda Barão do Rio Branco. Nesta fazenda, além da criação de gado, Mâncio Lima fazia agricultura com a mão de obra dos índios Poyanawa, que ele atraiu para a fazenda.

*Justamente a sede, que era em Barão do Rio Branco, que hoje é reserva indígena, era uma fazenda modelo. Uma vez ele foi ... porque meu pai nunca ficou, assim, nunca se limitou naquele trabalho da borracha. Ele tinha aquela fibra de nordestino e ele sempre ia ao sul do país, numa das vezes ele foi visitar uma fazenda, no ... em Minas Gerais, pra justamente trazer um modelo de um banheiro carrapaticida.*<sup>45</sup>

Entretanto este tipo de iniciativa era muito rara entre os patrões, que em muitos casos se retiraram dos seringais com a crise e aplicaram seu capital em outros negócios, ou então foram viver nas cidades de onde administravam, através de “gerentes”, o comércio da borracha de seus seringais. Ainda, segundo Mauro Almeida, alguns patrões locais tornaram-se proprietários de terra empobrecidos, comerciantes itinerantes, seringueiros ou formaram pequenas fazendas de gado nos seringais.<sup>46</sup>

<sup>43</sup> CUNHA, João e outros. *Entrevista*. (Fala do Sr. Joaquim Cunha)15/06/1995.

<sup>44</sup> *Ibidem* (Fala do Sr. Etelvino Farias).

<sup>45</sup> DENE, Débora Sylvia Lima. *Entrevista*, 21/07/1995. Ver também: LIMA, Sílvio Rodrigues e LIMA, Rubens Rodrigues. *Em memória de Mâncio Lima*. Brasília, s/ed., 1984. (Apresentação do Senador Jorge Kalume).

<sup>46</sup> ALMEIDA, Mauro W. B., p. 42.

Na maior parte dos casos, a agricultura foi uma iniciativa dos próprios seringueiros, realizada em pequena escala e com mão de obra familiar. Nas regiões próximas a Cruzeiro do Sul, às margens do Juruá e do Môa, muitos passaram a dedicar-se quase que exclusivamente à pequena agricultura mercantil para o abastecimento da cidade.

Segundo Castello Branco Sobrinho, em seu texto publicado em 1922:

*Com o declínio do preço da borracha, a população dedicou-se mais à agricultura, que vai prosperando bastante, principalmente nas margens do rio Môa e nas imediações da cidade de Cruzeiro do Sul. O município produz com abundância arroz, farinha de mandioca, café, assucar (typo mascavo e rapadura), feijão de varias qualidades, inclusive o preto e mulatinho, milho, tabaco, batata doce, algum algodão, etc., não importando mais farinha branca, milho e feijão. [...] A produção referida chega para seu consumo, sobrando para a exportação. [...] A importação de generos de primeira necessidade tem decrescido muito de uns oito anos para cá<sup>47</sup>*

A partir deste período, nos processos de habilitação de casamentos e nos próprios processos criminais, encontramos muitas vezes a categoria de agricultor, quando perguntada a profissão da pessoa envolvida no processo.



Mulheres colhendo arroz no Município de Cruzeiro do Sul, na década de 1950.<sup>48</sup>

A agricultura era uma atividade de homens, mulheres e crianças. A “broca”, ou limpeza do terreno era feita, idealmente, pelos homens. Esta era considerada a tarefa

<sup>47</sup> BRANCO SOBRINHO, O Juruá Federal. p. 707.

<sup>48</sup> GUERRA, Antônio Teixeira. Estudo Geográfico do Território do Acre. Rio de Janeiro: IBGE, 1955. p. 228. (Foto de Tibor Jablonsky, do C.N.G.)

mais pesada. Como na região costuma-se usar o sistema de pousio, com a utilização de cada terreno por no máximo 4 ou 5 anos seguidos, as brocas são freqüentes e envolvem realmente um trabalho considerável já que é preciso derrubar as árvores maiores e queimar o mato restante. Normalmente estas “brocas” são feitas em regime de “adjunto”, ou seja, convida-se os vizinhos para ajudar, e em troca ajuda-se estes em suas próprias “brocas”. Estes adjuntos servem também de pretexto para festas, ao final do dia de trabalho.

A Dona Aci, moradora da Reserva Extrativista do Alto Juruá, filha de cearenses, conta que sempre gostou de trabalhar no roçado, mas quem fazia as brocas e derrubadas era o marido:

*É, eu dava a vida pra trabalhar, eu deixei de trabalhar no roçado faz um ano, eu é que zelava, peguei um puxado, aí deixei de trabalhar no roçado. O sol que judiava muito. Plantava roça, plantava milho. Meu marido ia só mesmo pra brocar e derrubar, eu que cuidava.<sup>49</sup>*

Já a D. Calô, que ficou viúva muito cedo e resolveu não mais encontrar um companheiro, criando seus filhos com seu trabalho na seringa e no roçado, além de ser uma famosa parteira em toda a região do rio Tejo, tinha até mesmo que derrubar e brocar os terrenos em que plantava:

*Calô- Cortava. Plantava roçado, encoivarava, derrubava.*

*Gabriela- Derrubava?*

*Calô- Derrubava, capoeira eu derrubava.*

*Gabriela- Por isso que quase todos os roçados a senhora faz em capoeira?*

*Calô- Não, depois que os menino começaram a crescer botava em mata bruta.*

*Cristina- Ah tá, depois que os meninos começaram a crescer começaram a ajudar.*

*Calô- Foi.*

*Cristina- No início a senhora é que tinha que...*

*Calô- Eu cortava, eu mariscava, eu fazia tudo.<sup>50</sup>*

Assim, mulheres e crianças ocupavam-se principalmente com os outros serviços que a agricultura envolvia: plantar, limpar, cuidar para que pássaros e outros animais não comessem as sementes, colher, carregar as colheitas, etc.. As crianças eram peças chaves para que o serviço rendesse. Dona Esmeralda é que nos conta sobre sua infância:

<sup>49</sup> MELO, Francisca Nobre de. (D. Aci). *Entrevista*. 28/03/1995.

<sup>50</sup> MOURA, Calorinda Pereira de. (D. Calô). *Entrevista*. Com a participação de Maria Gabriela Jahmel de Araújo. 14/06/1995.

*É sim senhora, brincava... que nós quando era pequeno nós brincava, agora depois de nós se formar nós não tinha mais tempo de brincar não, era trabalhando no roçado, limpando, brocando de terçado e cortando seringa.*<sup>51</sup>

Mesmo a extração da seringa, como se pode ver nos depoimentos acima, não era uma exclusividade dos homens. Mulheres e crianças participavam ativamente desta atividade que continuava a ser uma das poucas alternativas de acesso dos seringueiros ao mercado, através do sistema de aviamento que se manteve por todo o período.<sup>52</sup>

Dona Esmeralda continua contando como era:

*Nós saía de manhãzinha e vinha chegar da mata uma hora da tarde, até duas horas nós chegava, era enxada pesada, era todo serviço, nós era, depois que nós passemos prá seringa aí era na seringa. Eu vou contar até hoje, a primeira vez, o primeiro dia de corte que nós fumo cortar, nós não tiremo um caneco de leite. Nós não tiremo um caneco de leite. Desse leite condensado nós num tiremo. Cortemo uma estrada todinha, todinha, nós saímo cinco hora e viemo chegar onze hora, cortando a estrada todinha, papai disse: -vocês não cortaram. - Cortemo. -Amanhã vou mandar o José mais vocês. Nós e José corremo a estrada todinha tava cortada, mas num tiremo um caneco de leite. Nós fazia só arranhar a casquinha da seringa. Aí foi que o Zeca andou ensinando nós, pronto. Aí não precisou morrer de ajudar nós, que era só de rapaz que tinha em casa era ele, era só o José.[...] Era três, duas pela uma perna [da estrada] e outra por outra mais outro menino que.. um irmão que nós tinha do tamanho desse menino aí que andava com a espingarda*

*Cristina- E encontrava bicho?*

*Esmeralda- Se encontrasse nós atirava, matava.*<sup>53</sup>

Dona Raimunda, também cortava seringa, inclusive com uma conta separada da do marido,

*Eu cortava e vendia pro patrão, pros marreteiros né? Que nesse tempo eram chamado de regatão, né? Mas a minha borracha era separada da conta lá do meu marido. [...] É, eu tinha minhas duas voltas de estrada. Mas não fazia muita coisa não que era prá lá, era ruim de leite, me lembro até que dava três lata de leite. Eu fazia que dava prá comprá roupa fazendo prá mim, pros meus filhos, pra comprar uma rede. E a borracha nesse tempo era quase que nem agora.*<sup>54</sup>

<sup>51</sup> MELO, Esmeralda Barbosa de. *Entrevista*. 27/04/1995. A expressão “se formar”, refere-se a crescer, formar corpo. Pode ser a partir de uns dez ou doze anos, mais ou menos.

<sup>52</sup> Ver WEINSTEIN, p. 276.

<sup>53</sup> MELO, Esmeralda Barbosa de. *Entrevista*. 27/04/1995. “Perna” refere-se a um dos lados da estrada de seringa: duas meninas entravam por um lado da estrada (uma perna) e duas pelo outro, encontrando-se na metade da estrada.

<sup>54</sup> CONCEIÇÃO, Raimunda Gomes da. *Entrevista*. 03/03/1995.

Ou seja, ela diz que a borracha, no tempo em que ela cortava, servia para comprar poucas coisas: roupas para os filhos e para ela, uma rede... O preço estava como o do momento da entrevista: muito ruim. Calculo, pela idade da D. Raimunda, já com 81 anos, que isto tenha ocorrido entre o final da década de trinta e o início da década de quarenta, coincidindo com o período mais agudo da crise, já que ela diz que cortava seringa quando tinha "...uns trinta anos".

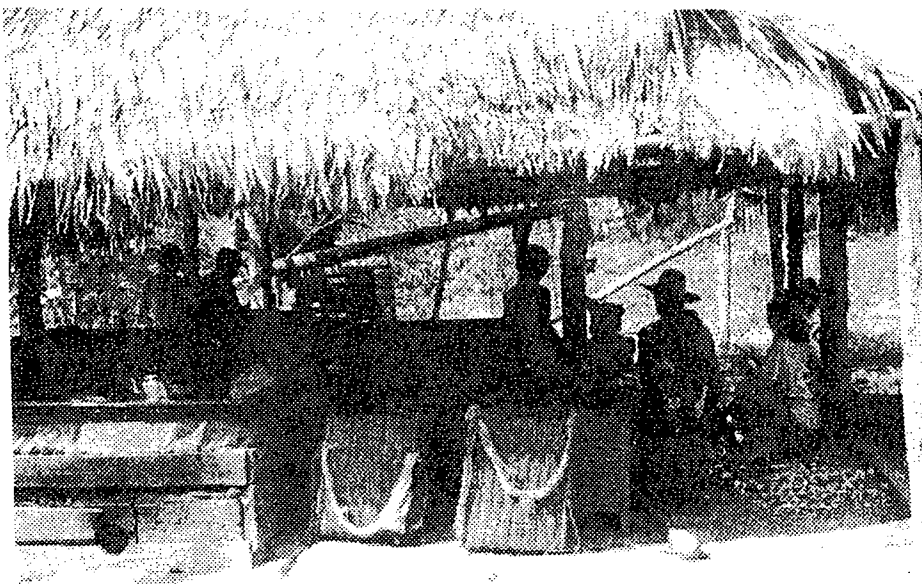
O corte da seringa, pelo que pude perceber, podia ser uma atividade para um período da vida de uma mulher, enquanto fosse solteira ou não tivesse filhos, atividade que seria retomada em caso de viuvez ou separação do marido. Era a única forma de obter as mercadorias necessárias à sobrevivência com algum conforto. Dona Mariana, em entrevista concedida a Mariana Pantoja Franco, deixa bastante clara esta questão.

*Eu cortava porque eu não tinha pai, não tinha irmão, não tinha quem me desse nada, desde novinha que toda vida eu tive invocação de cortar seringa, gostava mesmo do trabalho da seringa, eu cortei seringa nove anos. Com nove anos de idade eu comecei a cortar e eu cortei seringa nove anos. Primeira colocação eu cortei dois anos, no outro seringal eu cortei sete anos. Quando eu me casei eu ainda cortei seringa um ano. Ai depois eu abandonei de cortar seringa, foi o tempo que eu saí gestante da primeira filha, aí deixei...<sup>55</sup>*

Na fabricação de farinha, a importância do trabalho feminino e infantil também era muito acentuada, assim como é ainda hoje. Para fazer farinha é preciso juntar gente pois todas as etapas devem ser realizadas em um só dia ou, no máximo, dois: arrancar a mandioca, raspar, lavar, ralar, prensar e torrar. Isso sem falar da água que normalmente precisa ser carregada do rio ou de uma cacimba até a "casa de farinha". E se hoje, com a força do motor a gasolina para ralar a mandioca, já é extremamente trabalhoso, imagine-se há algum tempo atrás, quando não havia motor, e a mandioca tinha que ser ralada à mão ou então a "bola" (ou caititu - uma peça de metal que serve para ralar a mandioca), tinha que ser girada através de uma manivela... Embora normalmente o controle do processo de produção da farinha seja feito por um homem, que é quem determina as quantidades, as tarefas de cada um e o "ponto" de torrar a farinha, mulheres e crianças arrancam, raspam a mandioca, lavam, carregam água. Possivelmente, quando era preciso ralar à mão, também elas ralassem. Agora, com o motor, ralar mandioca é muito perigoso e alguém meio sem experiência pode perder

<sup>55</sup> NASCIMENTO, Maria Feitosa do (D. Mariana). Entrevista concedida a Mariana Pantoja Franco. Setembro de 1994.

um dedo no processo. Mesmo assim, rapazinhos e mocinhas também participam desta tarefa.



#### A farinhada.<sup>56</sup>

Em uma de nossas viagens pela Reserva Extrativista pudemos presenciar uma farinhada na casa de farinha do Antônio Caxixa, um ativo agricultor local. Ele estava fazendo farinha em sociedade com seus irmãos para vender na cidade de Cruzeiro do Sul. Como a farinha era “boa”, isto é, regular, clara, amarelada e limpa, esperava ganhar algum dinheiro com isso, apesar de sua colocação se localizar em um ponto de difícil acesso devido a uma grande cachoeira existente no rio alguns quilômetros abaixo. Como a família de Antônio limitava-se a sua mulher (que estava grávida de oito meses naquele momento) e um filho de 2 anos, além dos dois irmãos, vieram também ajudar três meninas (entre os 10 e 13 anos): uma filha de um dos irmãos, uma filha de uma outra irmã e outra menina, filha de um vizinho. O trabalho que coube a elas, pelo que pude observar, era carregar água em sacos emborrachados e panelas (em torno de 20 litros de cada vez) desde o rio, a uma distância de uns 400 metros, raspar a mandioca e lavá-la. Os três homens arrancavam a mandioca, carregavam-na (a casa de

---

<sup>56</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE/ PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL. *A cidade de Cruzeiro do Sul - Revisitando o Juruá*. Rio Branco: Gráfica Estrela, 1994. p. 80.

farinha ficava em meio ao roçado), ralavam com o motor, cuidavam do fogo e da torrefação da farinha.<sup>57</sup>

A farinha de mandioca, ou simplesmente farinha, é a base de toda a alimentação local. Quando querem demonstrar a diferença entre os tempos “de primeiro, no tempo de Mello e Cia” e os períodos posteriores, as pessoas mais idosas costumam dizer que “vinha farinha de baixo, farinha d’água que o povo comprava.”<sup>58</sup> Como diz o Seu Etelvino:

*Então muito homem que vinha pra cortar seringa, no tempo de Mello & Cia vieram uma companhia muito rica. Vinha de tudo de tudo, farinha açúcar tudo, milho vinha tudo aqui pra dentro. Pra cá. Ai vinha o pessoal pra cortar seringa. Vinha tudo animado.*<sup>59</sup>

E vários autores destacam a melhoria do padrão de vida, e da saúde dos seringueiros, proporcionada pela substituição da farinha velha e mofada vinda do Baixo Amazonas pela farinha nova produzida na região, bem como pela substituição de outros alimentos, como o feijão, milho, e especialmente a carne fresca, ao invés do charque (jabá), peixe seco e conservas anteriormente consumidas.<sup>60</sup> Resta saber como os próprios seringueiros consideraram esta mudança em sua vida.<sup>61</sup>

Em um primeiro olhar sobre a questão, parece que esta “melhoria” não foi exatamente experimentada pelos seringueiros desta forma, pelo menos não foi assim que ficou registrada em sua memória. Para muitos, o tempo bom foi o tempo da borracha com bom preço, quando vinha de tudo para os barracões e não havia falta de mercadorias. Quando tudo chegava através dos vapores que atracavam na Foz do Tejo. É Seu Pedro Ribeiro quem conta:

<sup>57</sup> Diário de campo, dias 28 e 29/03/1995.

<sup>58</sup> NASCIMENTO, Maria Feitosa do. (D. Mariana). *Entrevista* com a participação de Silene, Milton Gomes da Conceição e Ruy Ávila Wolff. 14/11/1995.

<sup>59</sup> CUNHA, João e outros. *Entrevista*. 15/06/1995.

<sup>60</sup> Entre eles: ANDRADE, Onofre de. *Amazonia. Esboço histórico, Geographia Physica, Geographia Humana e Ethnographia do Rio Juruá*. Maceió: off. Graph. Da Casa Ramalho, 1937. p. 114 e seg.; COSTA, p. 28-29.; LIMA, Cláudio de Araújo. *Coronel de Barranco*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970. p. 243; TASTEVIN, C. Le Haut Tarauacá. *La Geographie*. T XLV, 1926. p. 34-54. e \_\_\_\_\_ Le fleuve Muru. *La Geographie*, T. XLIII, 1925, p. 400-422. ALMEIDA, Mauro W. B., p. 39-40.

<sup>61</sup> Thompson mostra em seu estudo da formação da classe operária inglesa como os trabalhadores sentiram-se depreciados e descontentes com a substituição do trigo, como alimento básico acessível para seu poder de compra por batatas, apesar de os dados estatísticos demonstrarem que essa substituição possibilitou melhores condições de vida para a classe. Ver: THOMPSON, E. P. Padrões e experiências. In: *A formação da classe operária inglesa*. II A maldição de Adão. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p. 179-224.



*Eu não alcancei. Agora meus pais alcançou. Isso, eu não era nem nascido nessa época, que houve crise mesmo. De uns patrão sair fazendo quinzena no seringal com uma caixa de linha, de costura, e ainda voltar com linha. Uma caixa de espoleta e ainda voltar com espoleta. Isso eu não alcancei mas papai falou muito. [...] Pois é, era difícil a vida antigamente era difícil. Já teve aí uns anos que eu não alcancei, no tempo de Melo e Cia, aí era bom, eu não alcancei, nessa época era bom. O cara carregava um barco desse de mercadoria, aí saia, se alagasse era só desgotar, voltar pra trás e carregar de novo. Aqui nessa Foz do Tejo, Cruzeiro do Sul, isso já andou lancha aqui, navio, chegou até aqui.*

*Cristina- Até aqui na Boca do Tejo?*

*Pedro- Sim, ali na Vila Thaumaturgo, ali ancorava três navio.*

*Cristina- Era grande ali a Vila naquela época?*

*Pedro- Não era grande mas era mais situação do que agora. As condições tava melhor. Agora vem alguma balsinha pequena. Ali vinha ancorar de três navio. Eu não alcancei, não conheci, alcançar ainda alcancei mas não cheguei foi ver aí, né? Que eu era criancinha, né. Mas o [...] era meu parente, disse muitas vezes pra mim. De ancorar de três navio ali, de passar uma semana, duas, ancorada ali. Ali já foi animado, antigamente.<sup>62</sup>*

Os momentos de crise e de fatura eram medidos mais que tudo pela possibilidade de acesso às “mercadorias”, que assumem a qualidade de “fetiches”, tal como destaca Mariana Pantoja Franco em trabalho sobre período mais atual.<sup>63</sup> Talvez, no isolamento em que vivia o grupo dos seringueiros frente à cidade, as “mercadorias” fossem as únicas ligações entre eles e “o mundo civilizado”; a posse de mais “mercadorias” poderia ser, assim, uma forma de participar mais daquele mundo exterior. Mais do que o dinheiro em si, numa sociedade em que o que realmente contava era o crédito, as “mercadorias” que se podia adquirir davam a medida deste crédito e tornavam-se sinal de prestígio: prestígio para o patrão que tivesse seu “barracão” cheio, prestígio para o seringueiro “bom de leite”, que conseguia acesso a elas. É isso que faz o Seu João Cunha comparar a crise atual da borracha com momentos de crise do passado:

*Eu me lembro quando abaixou o preço né, tava de quinhentos réis, o que a gente queimava era sernambi, que nem eu vinha dizendo pra vocês, né, a gente chegava naquelas casas, tudo preto de fumaça de sernambi, pra mó de se alumiar, botava o*

<sup>62</sup> SANTOS, Pedro Ribeiro dos. *Entrevista*. 28/11/1995.

<sup>63</sup> FRANCO, Mariana Pantoja. Seringueiro e cooperativismo: O fetichismo das “mercadorias” nos seringais do Alto Juruá. in: MEDEIROS, Leonilde et. al. (org.) *Assentamentos Rurais: uma visão multidisciplinar*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1994. p. 187-203.

*sernambi num pau, todo o dia com o sernambi aceso, não era assim, porque o querosene não era assim, sempre tinha uma coisinha, [...] aquela garrafa de querosene. Quem conta coisa ruim aqui é eu, que sou o mais velho de todo mundo. O pessoal diz, tá ruim. Tá nada, rapaz! Tá é beleza, hoje em dia. Ruim, ruim já passou. A ruindade aqui já passou.*<sup>64</sup>

Embora, no dizer de Mauro Almeida, “...não há relatos de seringueiros que morreram de fome como resultado da crise da borracha, em contraste com as secas do sertão nordestino”<sup>65</sup>, a falta de mercadorias é tida como uma situação de grande declínio do nível de vida pelos seringueiros. Dona Mariana exemplifica isto com a falta do sal, nos anos mais agudos da crise ( período entre-guerras):

*Eu era pequena naquele tempo. Eu tenho pouca lembrança. Quando nós era pequeno, a mamãe fervia aquele saco que vinha com sal, ficava aquela água, ficava bem limpinho, colocava aquela água de sal nas garrafas. Matava uma caça, caça grande, a pessoa só comia ali, aquela carne seca aí o resto assava todinho assim. Se fosse no verão, retalhava aquela carne bem fininha todinha e botava no sol insossa, se fosse no inverno, pegava, escalava aquelas banda de carne, assava bem assadinha. Quando tava assada, cortava pra por no fogo. Quando a comida tava cozida, a gente tirava aquela comida, colocava aquela colher de água de sal no prato. No tempo que o meu pai contava e minha mãe que a borracha não dava dinheiro. Ninguém trabalhava em agricultura. Quando eu nasci, eu era pequena e me lembro. Queimava sernambi, queimava aquela andiroba do mato ... Agora a minha sogra, que ela é mais velha do que eu ela conta tudo isso.*<sup>66</sup>

E se não houve mortes relacionadas à fome, durante a crise, o Seu Etevlino Farias conta que o pai dele morreu em consequência de uma dor de garganta, pois não havia naquele momento como conseguir nenhum tipo de remédio:

*...aí começou a doer a garganta, ele chegou em casa aí de noite pegou febre, febre, febre mesmo, amanheceu o dia com febre. Aí não tinha remédio. Nesse tempo morria tudo assim mesmo. Não adiantava de nada, muito difícil ter algum remédio. Os patrão, era num tempo que era uma crise medonha. A borracha tinha diminuído o preço, tava numa crise medonha. Não tinha nada, nada, nada. Então eu acho que ele morreu mesmo é por isso, porque não tinha medicamento, vixe, mas era difícil.*<sup>67</sup>

Isso adquire atualidade no momento em que estive na região, pois com a criação da Reserva Extrativista e a saída de muitos dos antigos “patrões” que ainda

<sup>64</sup> CUNHA, João e outros. *Entrevista*. 15/06/1995.

<sup>65</sup> ALMEIDA, Mauro W. B., p. 43. (trad. minha)

<sup>66</sup> NASCIMENTO, Maria Feitosa do. (D. Mariana). *Entrevista* com a participação de Silene, Milton Gomes da Conceição e Ruy Ávila Wolff. 14/11/1995.

subsistiam na área, bem como com a falência naquele momento da cooperativa proposta pelos seringueiros para o abastecimento da Reserva de mercadorias, o acesso a esses bens estava limitado pela existência de pequenos comerciantes itinerantes ou locais, que pela própria escassez de produtos acabavam praticando preços abusivos. Muitos dos entrevistados falam sobre isso, e embora não queiram voltar a sujeitar-se a patrões, sentem a falta deles no abastecimento das mercadorias.

*Porque tinha de um tudo, toda mercadoria tinha , tudo que a senhora precisasse tinha. Pá todo canto que a senhora corresse tinha muita mercadoria. E muito medicamento. Tudo tinha. E hoje em dia a gente chega num posto desse, se chega lá, se a senhora vai atrás de uma pílula não tem, se vai atrás de um remédio que está com necessidade, diz não tem, tudo é sacrifício do pobre, D. Cristina. É muito sacrifício. Que nem eu agora com esse ... doente do jeito que to, fui à vila atrás de remédio, pá mim, e me responderam que não tinha nem uma pílula, nem um calmante. Desse jeito não pode, como é que pode ser bom? Não pode, D. Cristina, não pode ser bom. Que de primeiro não, de antigamente, no tempo que eu era mais nova e nós morava lá em cima se a senhora sentisse uma dor de cabeça ia na casa do patrão, a senhora levava de um tudo que a senhora quisesse do medicamento, do que precisasse, mas se quisesse tinha do calmante a injeção. E tinha remédio fortificante e tudo.<sup>68</sup>*

Durante o período da crise, os seringueiros e seringueiras adquiriram maior autonomia frente aos patrões, especialmente nos seringais situados nos pontos mais longínquos, nas cabeceiras dos rios, devido à própria incapacidade dos patrões em abastecer completamente os seringueiros. Porém não houve uma extinção total do sistema de aviamento, que ficou reduzido a poucas mercadorias de troca, mas mercadorias essenciais. Além do comércio das mercadorias, os patrões continuaram a cobrar renda dos seringueiros, tradicionalmente 33kg de borracha por “estrada”. Em muitos lugares os patrões mantinham-se fortes, apesar das dificuldades, apelando para a violência nos casos de insubordinação dos seringueiros.<sup>69</sup> Era o caso do Seringal Liberdade, situado no Riozinho da Liberdade, que segundo Tastevin, em 1929, era também chamado, pelas más línguas, de “Riozinho da Escravidão”:

*As más línguas diziam que se deveria antes chamá-lo “Riozinho da Escravidão” em razão do jugo muito duro que faziam pesar sobre seus trabalhadores os proprietários*

<sup>67</sup> CUNHA, João e outros. *Entrevista* . 15/06/1995.

<sup>68</sup> MELO, Esmeralda Barbosa de. *Entrevista*. 27/04/1995.

<sup>69</sup> WEINSTEIN, p. 274.

*do seringal [factorerie] Liberdade, mas hoje em dia, que a morte fez mudar os proprietários, desejemos que o Riozinho da Liberdade esteja assim bem nomeado.*<sup>70</sup>

A violência, porém, era limitada pela reação dos seringueiros que também podia assumir contornos violentos, com assassinatos, incêndios de barracões e expulsão de patrões e gerentes.<sup>71</sup>

Para muitos patrões e comerciantes a atividade madeireira se colocou como alternativa rentável ao comércio exclusivo da borracha. Eles organizavam equipes de extração, ou compravam dos seringueiros a madeira nobre existente em suas colocações. Em um inquérito policial de 1942, realizado em Vila Thaumaturgo, o acusado de matar três índios, Wilson Batista do Monte declara-se de profissão “aguanista”, ou seja, extrator de “aguanos”, como são conhecidas na região as árvores de mogno, de grande valor comercial.<sup>72</sup> Neste processo pode-se observar como funcionava o sistema de extração, em que um encarregado chefiava uma equipe de trabalhadores que ficava um tempo determinado em uma região, normalmente à margem de algum rio ( no processo citado eles estavam à margem do Igarapé São João) para facilitar o transporte das toras de madeira. Durante este período, a equipe retirava a madeira nobre existente que estivesse próxima o suficiente do rio para ser carregada, e depois transportava a madeira em balsas até Cruzeiro do Sul.

Para os seringueiros, novas atividades impuseram-se como alternativas para a obtenção de alguma “mercadoria” nos barracões. Entre estas a principal, nos altos rios da bacia do Juruá, foi sem dúvida a da caça com o objetivo de vender as peles dos animais, as quais ganhavam valor no mercado externo para a fabricação de roupas, adereços e outros objetos. Os patrões trocavam as peles, de acordo com suas cotações no mercado, por um crédito que podia ser retirado em mercadorias.

*“Cristina- Vendiam muito couro de caça é?*

*Oswaldo- Vendiam, vendiam. Antes, muito pra trás, a borracha o preço muito baixo, o couro dava muito dinheiro sabe. Ai então muitos deles caçavam muito e matavam caça pra vender o couro, se envolviam com isso.*

*Ruy- Qual era o couro que valia?*

*Oswaldo- Couro de queixada, couro de porquinho...*

<sup>70</sup> TASTEVIN, C. Le “Riozinho da Liberdade”. *La Geographie*. XLIX (205-215), 1929, p. 206. \*trad. minha)

<sup>71</sup> WEINSTEIN, p. 274-275. Ver também ALMEIDA, Mauro W. B., p. 35-36. Este tema será melhor trabalhado no capítulo 4.

<sup>72</sup> Fórum Municipal de Cruzeiro do Sul, Autos de Inquérito Policial, n ° 2, 09/02/1942, Vila Thaumaturgo. Ficha 42.07.

*Elisiário- Veado...*

*Oswaldo- ...Veado, onça.*

*Ruy- É mesmo? E vendiam pra fazer o que?*

*Oswaldo- Vendia pra fora. Ninguém sabe o que ia ser feito desse couro daí. O patrão pegava e vendia. Embarcavam, era embarcado o couro nesse tempo. Pois é, o couro era marcado o nome do freguês, aí o patrão levava aquele couro, quando vinha o embarque, aí que vinha o preço pro freguês.*

*Elisiário- Pra conta corrente.*

*Oswaldo- A borracha e o couro. Mas foi indo, foi indo, foi indo, até que foram acabando com esse negócio de caçar pra vender o couro.[...] Meu pai contava que teve um homem um dia assombrou-se na mata devido matar muita caça e o Raimundo topava um bando de queixada e metia bala, matava, mas era muita. Aí metia a faca e tirava só o couro. Ficava lá a carne todinha. Aí um dia ele assombrou-se na mata. Um bando de queixada, ele ouviu o estrondo, lá vem, lá vem, lá vem, estrondando. Que quando só viu rebuliço dali a pouco um bando de queixada mas tudo tirado o couro(riso). Aí não aliviou-se não, tirou, foi embora, aí ele andou uns tempos aqui meio abestado (risos). Pois é,...”<sup>73</sup>*

Agora os padrões comerciavam também com madeiras, peles, óleos vegetais (como copaíba e andiroba), além da tradicional dupla borracha/mercadorias de abastecimento. Para a firma Nicolau & Cia, de Belém do Pará, que com a bancarrota de Mello & Cia comprou os seringais do rio Tejo e vários outros no Alto Juruá, as peles e madeiras assumiam, ao lado da borracha, importante volume comercial.<sup>74</sup>

Para os seringueiros e seringueiras este período foi de um intenso aprendizado sobre a floresta e seus recursos. Se no Baixo Amazonas era possível contar com a experiência das populações ribeirinhas (chamadas também de caboclas), nos altos rios a única experiência anterior à dos seringueiros era a dos índios, com os quais os seringueiros normalmente não mantinham relações muito amistosas. Certamente, porém, apesar do massacre físico e cultural a que foram submetidos os índios em toda a região, os seringueiros assimilaram muitos de seus conhecimentos e tecnologias para o aproveitamento dos recursos da floresta. Esta assimilação, como veremos no próximo capítulo, muitas vezes se deu através das uniões entre seringueiros e índias, e vice-versa.

<sup>73</sup> HOLANDA, Osvaldo Nogueira de. (Osvaldo Eufrásio) e SALLES, Elisiário. *Entrevista*. 12/06/95 com a participação de Ruy Ávila Wolff.

<sup>74</sup> ALMEIDA, Mauro W. B., p. 38.

A caça e a pesca eram atividades normalmente toleradas pelos patrões, mesmo nos tempos em que a borracha valia muito. Com a queda do preço, entretanto, e a diminuição da possibilidade de adquirir carne-seca, peixe seco, conservas, toucinho e banha, a caça e a pesca tornaram-se fundamentais para a sobrevivência nos seringais. Embora sejam vistas como atividades “masculinas”, especialmente a caça, as mulheres participavam e participam delas de várias maneiras.

Há muitos tipos de pesca na região do Alto Juruá. Na verdade, o termo regional para a atividade é “mariscar”. No rio Juruá, em alguns dos seus afluentes mais caudalosos e em certos lagos é possível encontrar o Pirarucu e outros peixes grandes que são capturados com o uso de arpões. Há a pesca com redes, com tarrafas, de mergulho (através de físgas - pedaços de pau com um grande anzol na ponta) e a pesca de anzol. Há ainda a pesca com o “tingui”, droga usada pelos índios para paralisar os peixes, muito mal vista pelos seringueiros, que temem pelo envenenamento da água. A tarrafa e o anzol são os instrumentos da pesca cotidiana, feita para obter o jantar daquele dia. Essa pescaria cotidiana é muitas vezes realizada pelas mulheres e crianças, munidas de caniços, linhas e anzóis, em busca dos pequenos peixes que farão o caldo ficar mais saboroso.<sup>75</sup>

A caça é considerada essencialmente masculina, o que não impede de as mulheres também “matarem algum bicho” quando surge a oportunidade, quando os homens da casa estão ausentes, ou quando são “mulheres que caçam”. Durante o corte da seringa, por exemplo, a mulher podia se deparar com animais, como já nos contou D. Esmeralda em trecho já citado. Matar paca, no roçado, com o uso do terçado (facão), também é bastante comum entre as mulheres que conheci na Reserva Extrativista do Alto Juruá. E há ainda episódios como o contado por Ivanilde Gomes de Souza em seu diário:

*Hoje não tinha nada para comer e eu disse “mamãe, hoje nós vamos comer uma porca [de casa]”. Ela disse “se não aparecer nada nós vamos comer ela”. Foi tirar umas varas para fazer uma cerca e os cachorros correram atrás de uma cotia e a acudaram*

<sup>75</sup> Sobre a participação de mulheres na pesca em Tarauacá ver: SOUZA FILHO, José Higino. O trabalho vence tudo. Brasília: do autor, 1992. p. 54-55. Após contar de várias mulheres que pescavam no “Lago da Intendência”, em Tarauacá, antiga Vila Seabra, o memorialista conta: “Por último deve ser mencionada, também aqui, a figura de D. Alice, esposa do vaqueiro João Anastácio. Portadora de uma surdez só comparada à das pedras e com toda sua vida dedicada ao marisco, para o que, diariamente, deixava a casa ao amanhecer e só voltava no final da tarde.”(p. 55)

*num oco de um pau. E minha mãe cortou o pau com o machado e matou a cotia de terçado, e nós não matamos a porca porque apareceu uma cotia. (janeiro, 1995)*

*Hoje é domingo. Papai está para Cruzeiro [do Sul] e não tinha nada para nós comer. Mamãe disse “vamos mariscar [pescar]”, e eu e a Dalva dissemos “então vamos”. Nós saímos para mariscar eram oito e meia da manhã, e nós fomos mariscar num igarapé chamado Igarapé do Oito, e antes de nós chegarmos lá nós vimos um rastro de uma onça que tinha passado bem de manhãzinha. Mamãe já ficou com medo e ela disse “Ivanilde, nós voltamos ou não?”. Eu disse “nós já viemos até aqui, vamos para frente”. E tinha os rastros dos porcos do mato bem perto do rastro da onça. Os porcos tinham passado naquele instante, e um cachorro que andava mais nós correu atrás de um porco. Correu, correu e acuou. Mal nós escutávamos o latido dele e nós saímos atrás do cachorro e andamos, andamos (...) Mamãe pensava que era a onça e quando nós chegamos lá era um porco, estava dentro de um balseiro. O cachorro latiu “au, au, au”, e o porco era batendo o queixo “teco, teco, teco”, e quando o porco viu a mamãe, correu mais e acuou-se mais na frente. E mamãe correu e ela matou o porco, deu um tiro mesmo no toco da orelha. E mamãe trouxe até a metade da viagem e eu trouxe até em casa, e pesou 11 quilos. Quem tirou o couro do porco foi a Preta. E não deu para nós mariscar porque já estávamos muito cansadas. Mas a mamãe antes de ver o porco ela estava com medo de ser uma onça! Quando nós viemos chegar em casa era uma e trinta da tarde. Nós chegamos, almoçamos e quando terminamos de almoçar fomos buscar o nosso gado que estava lá para a casa do tio Tião, e chegamos quase à noite.<sup>76</sup>*

É preciso ressaltar que a situação acima não é muito comum na região, mas que ela acontece em várias famílias, especialmente quando as filhas mais velhas são mulheres, havendo poucos ou nenhum filho homem em idade de caçar, e em casas onde a ausência do marido/pai é freqüente ou permanente.

Além da caça e da pesca, com todo o saber que estas atividades envolvem sobre os melhores lugares, as comidas de que cada animal gosta, os horários, formas de atrair os animais com assobios, poços mais profundos nos rios, etc. , os seringueiros tiveram que aprender o uso das enviras (fibras de cascas de árvores) e cipós para amarrar e fazer cestos; das diversas palmeiras que são aproveitadas na construção das casas, das ervas medicinais para curar as doenças; das melhores madeiras para fazer canoas; das frutas nativas para complementar a alimentação, ou seja, aprender a usar os recursos da floresta para substituir aquilo que antes normalmente era comprado com a borracha.

<sup>76</sup> Apud FRANCO, Mariana Pantoja. Histórias da Ivanilde no Alto Juruá. *Revista Cadernos de Pagu*. Unicamp, 1997. (no prelo)

Em uma pesquisa publicada em 1992 e realizada na Reserva Extrativista Cachoeira, na Bacia do Rio Acre, as pesquisadoras Karen A Kainer e Mary L. Duryea, da Universidade da Flórida, encontraram mais de 150 espécies vegetais sendo utilizadas por mulheres seringueiras, entre espécies nativas e cultivadas. Entre os usos destas espécies as autoras destacam a alimentação, bebidas, temperos, remédios, alimentos de animais, lenha e materiais de construção, além de usos diversos como cestaria, cosméticos, utensílios domésticos, vassouras, entre outros.

É importante notar que estas são as espécies utilizadas pelas mulheres, e não incluem as utilizadas exclusivamente pelos homens em seus afazeres. Sobre estes conhecimentos diferenciados as autoras colocam:

*Embora diferenças de gênero existam em relação ao cultivo e à colheita das plantas, elas nem sempre são firmemente delineadas e, às vezes, variam entre os domicílios. Portanto, de modo geral o cultivo e a colheita das plantas dependem da localização da planta. A floresta tende a ser o domínio do homem, e embora as mulheres às vezes vão para a floresta, elas raramente se aventuram a sair só. Deste modo, a borracha, os materiais de construção, e frutas da floresta são normalmente coletados pelos homens, que também possuem maior conhecimento que as mulheres das plantas medicinais da floresta.<sup>77</sup>*

Embora esta pesquisa tenha sido realizada na atualidade, ela reflete o grau de aprendizado sobre a floresta realizado pelo grupo dos seringueiros ao longo do século em que vivem neste ambiente, apesar de também demonstrar o uso de espécies trazidas do Nordeste, em longas viagens de navio e barcos menores, cultivadas ali nos quintais.

O conhecimento e as práticas culturais nordestinas mesclaram-se nas regiões dos altos rios com as práticas e conhecimentos indígenas. Os curadores são um bom exemplo desta mescla, nem sempre perceptível se analisarmos um só deles. Curadores são pessoas, homens e mulheres, que curam doenças através de rezas e da administração de remédios caseiros como chás, unguentos e simpatias.

Há curadores cuja matriz é sem dúvida a do Nordeste, repetindo as mesmas rezas, práticas e chás que no Ceará. É o caso por exemplo, hoje, da dona Ozélia, que entrevistei e presenciei. Embora não tenha gravado as palavras da reza, o

---

<sup>77</sup> KAINER, Karen A e DURYEA, Mary L. Aproveitando a sabedoria das mulheres: o uso de recursos florísticos em Reservas Extrativistas. Publicado em inglês em 1992, sob o título "Tapping women's knowledge: a study of plant resource use in extractive reserves. *Economic Botany*, 46 (4): 408-25. (Tradução: Acervo PESACRE, Rio Branco/AC)



procedimento por ela usado para “rezar” uma menina que tinha “espinhela caída”, foi praticamente o mesmo descrito por Florival Seraine como usado no Ceará:

*Mais antiga é esta indicação do Barão de Studart, em Usos e superstições Cearenses: para curar ou levantar a espinhela caída, que, ao ver do povo nada mais é que o apêndice xifóide, usa o homem folk suspender o doente à bandeira de uma porta, e o rezador, apalpando-lhe o corpo, diz três vezes:*

*Quando Deus andou no mundo*

*Três cousas deixou*

*Arcas e ventos*

*E espinhela levantou.<sup>78</sup>*

Na entrevista, Dona Ozélia me contou como aprendeu a rezar, com sua mãe e um seu padrinho, também cearense:

*...a minha mãe era parteira muito boa, era rezadeira também, aí eu... aí eu dizia que eu com fé em Deus, Jesus me dá... do jeito que a mamãe foi, eu quando era bichinha, mocinha nova, aí eu dizia assim: - Eu tenho muita fé em Deus que quando eu tivé grande eu vou pegá, eu tenho tanta vontade Jesus de... em rezá [...]Aí foi, nós tinha um padrinho que era o Chico Domingo, aí ele era do Ceará também, tinha vindo do Ceará, aí vieram bater e morava lá na casa da mamãe dele, ele sabia lê e sabia de muita oração, eu dizia: - Meu padrinho, copeia essa oração pra mim? Ele dizia: - Pra que afilhada? Eu digo: - Mas eu queria, e pelejava até que ele copiava.<sup>79</sup>*

Dona Esmeralda também, embora seja filha de uma índia, contou-me que aprendeu tudo o que sabe com uma sua comadre, velha parteira, cearense.

*Quem me ensinou, foi uma velha, uma madrinha minha de fogueira. Ela já morreu. Ela era parteira. [...]Cearense. Era cearense.<sup>80</sup>*

Já a Dona Mariana, também filha de uma índia com um cearense, aprendeu foi com a mãe, e por isso usa mais ervas da mata, nativas no lugar, pelo menos em alguns casos.

*Ah, acompanhava muito [a mãe], quando era moça. Mas a gente quando é moça não vai nem lá, né? Mas eu via ela mandar fazer aqueles remédio assim, [...]Fazia remédio assim, pra tratar das pessoas quando tavam doente. Como eu tava dizendo, fazia remédio assim pras mulheres ganhar neném. [...]Mas os da mamãe eram da mata. E até eu digo que eu pego os filhos das mulher mas não dou não, remédio do mato. Eu dou pras minhas filhas, agora pras minha filhas [...] eu dou remédio do mato, agora*

<sup>78</sup> SERAINE, Florival. Folclore Brasileiro. Ceará. Rio de Janeiro: FUNARTE, s/d. p. 48.

<sup>79</sup> NASCIMENTO, Ozélia Bezerra do. Entrevista. 25/10/1995.

<sup>80</sup> MELO, Esmeralda Barbosa de. Entrevista. 27/04/1995.

*pras outras eu não dou não. Que Deus o livre, se chegar a morrer eles dizem - Foi a cabocla que matou! Que deu remédio do mato e envenenou! Por isso eu não dou.<sup>81</sup>*

Porém além das ervas da mata, a Dona Mariana usa também rezas e ervas cultivadas no quintal, usadas também no Nordeste. Misturam-se aí, numa mesma pessoa, as duas matrizes culturais predominantes na região, fazendo desta mescla algo novo, uma nova forma cultural de tratar as doenças e problemas comuns.

Outro curador muito famoso é o Seu João Cunha. E este é um caso bastante especial pois embora use as rezas tradicionais do Nordeste, de onde vieram seus pais, o Seu João é um profundo conhecedor dos remédios da mata.

*João- É, lá em casa tem dia que não tem nem um canto pra armar a rede, porque é gente demais. Canso de contar vinte e tantas pessoas lá em casa. Pessoal do Bagé, do Riozinho...*

*Cristina- E desde novo também que o Sr. aprendeu a curar as pessoas?*

*João- Com dezessete anos.*

*Cristina- Era novinho mesmo!*

*João- Era. (Risos)*

*Cristina- E o Sr. aprendeu com quem?*

*João- Eu, as rezas com a minha mãe.*

*Cristina- E as plantas foi aprendendo aos poucos?*

*João- Foi.<sup>82</sup>*

Embora não conte sobre como aprendeu os remédios da mata, o Seu João também ficou conhecido por saber preparar o “Cipó”, ou Ayahuasca, hoje chamado por muitos de Daime, que é um chá que mistura duas plantas nativas e que tem um efeito alucinógeno, muito usado por todos os grupos indígenas da área em rituais. Por isso suponho que muito do conhecimento da mata do Seu João tenha uma matriz indígena.

O conhecimento construído sobre a floresta e seus recursos, ao longo do tempo em que o grupo dos seringueiros se estabeleceu na região do Alto Juruá, tem portanto

<sup>81</sup> NASCIMENTO, Maria Feitosa do. (D. Mariana). *Entrevista* com a participação de Silene, Milton Gomes da Conceição e Ruy Ávila Wolff . 14/11/1995.

<sup>82</sup> CUNHA, João e outros. *Entrevista* . 15/06/1995. Além desta entrevista, pude observar, durante uma viagem de canoa, o Seu João Cunha realizar algumas rezas, em pessoas que faziam a canoa parar, ao longo do rio, para que ele aliviasse seus males. Além das rezas o Seu João recomendava chás e até remédios de farmácia. Também conversei sobre o caso do Seu João com a antropóloga Maria Gabriela Jahmel de Araújo, que esteve na Reserva Extrativista por alguns meses em 1995, e que, embora não seja responsável pela interpretação que faço, me propiciou algumas informações e explicações sobre o caso.

estas duas fortes matrizes culturais, a nordestina e a indígena, mas o resultado da mescla é original.

### *A batalha da borracha : o Estado e o negócio da borracha*

A Batalha da Borracha foi um grande investimento feito em conjunto pelos governos do Brasil e dos Estados Unidos, na região amazônica, com o objetivo de produzir borracha silvestre para suprir os Aliados (Bloco liderado pela Inglaterra, França, Estados Unidos e União Soviética), durante a Segunda Guerra Mundial, deste produto estratégico para a guerra. Com a invasão japonesa dos seringais do Oriente, e a posição do Japão junto à Alemanha e Itália, os estoques de borracha dos Aliados começaram a diminuir muito, e a produção brasileira naquele momento não era suficiente para a demanda. Para aumentar essa produção em pouco tempo era necessário muito mais que o aumento do preço, e a Batalha da Borracha foi um esforço verdadeiramente grande neste sentido, que envolveu não só a injeção de recursos na região amazônica mas a criação de instituições como o Banco de Crédito da Borracha, a CAETA (Comissão Administrativa de Encaminhamento de Trabalhadores da Amazônia), a SAVA (Superintendência do Abastecimento do Vale Amazônico), o SESP (Serviço Especial de Saúde Pública), entre outras; a mobilização de milhares de migrantes nordestinos rumo à Amazônia, e toda uma série de acordos entre Brasil e Estados Unidos, chamados de “Acordos de Washington”.<sup>83</sup>

As conseqüências desta “batalha” para a vida nos seringais foram muitas, embora não se tenha alterado significativamente o modo de vida, os hábitos, a forma de se trabalhar e entender o mundo. Em primeiro lugar houve uma valorização da borracha que se refletiu em seu preço. Tentou-se também generalizar o uso da faca malaia ao invés da machadinha em todos os seringais, buscando o aumento da produtividade. E principalmente, foram transportados milhares de nordestinos, os chamados “soldados da borracha”, para os seringais, abrindo-se novas estradas e seringais ainda não explorados. Também se estabeleceu um monopólio estatal sobre o comércio da borracha, com garantia de preço pelo Estado, financiamentos e outros

---

<sup>83</sup> O livro de MARTINELLO, Pedro. A “Batalha da Borracha” na Segunda Guerra Mundial e suas conseqüências para o Vale Amazônico. Rio Branco: UFAC, 1988. (Cadernos UFAC n.1) faz uma análise detalhada da Batalha da Borracha.

incentivos aos “seringalistas”, que moldou as relações nos seringais, e as relações políticas na região amazônica por longo tempo. O subsídio do preço da borracha só foi extinto completamente em 1985,

A forma de encaminhamento dos novos migrantes aos seringais agora obedecia a um contrato padrão e a uma série de medidas que visavam aparentemente assegurar alguns direitos aos seringueiros, e muitos aos patrões, agora chamados de “seringalistas”.<sup>84</sup> Havia um serviço de saúde e higiene, um “kit” composto de rede, sandálias, prato, copo, etc., e até treinamento para os futuros seringueiros em Belém do Pará. É o Sr. Zé Paraíba, que veio em 1944, que nos conta deste treinamento:

*Nós tivemos instrução em Belém. Em Belém nós estivemos 2 meses em Belém. todo dia vinha aquele estagiário naquela seringueira, seringueira vermelha, aí aquelas turmas aprendia a cortar. Quando nós viemos já sabia cortar.*<sup>85</sup>

Foi organizada toda uma propaganda para atrair os migrantes, que eram recrutados em suas cidades ou vilas no Nordeste. Além das vantagens pecuniárias, havia outras que eram prometidas pelo governo: isenção do serviço militar obrigatório, pagamento de pensão à família em caso de morte ou invalidez, contrato de dois anos, entre outras. O Sr. Zé Paraíba nos fala de como foi “recrutado”:

*Eu resolvi vim pra cá pelo seguinte: porque lá a vida é muito apertada mesmo, muito... o povo lá sofre. as terras já cansadas, né, ninguém tem a terra pra trabalhar, as terras tudo já cansadas. e nós ouvia falar que aqui no Amazonas era um lugar muito farto, bom, aí quando chegou esses homens alistando gente pra vim pro Amazonas, né, aí o pessoal se animaram, aí vinham. Agora tem muita pessoa que diz que eles diziam assim que tinha seringa pendurada. Esses que eu vi não, eles diziam assim, eles explicavam pra nós: pessoal, no Amazonas o camarada pra ganhar 50 cruzeiros no Amazonas não é preciso ser muito trabalhador não. Isso aí eles falavam a verdade, porque nesse tempo o quilo da borracha custava 10 cruzeiros, né, e o camarada nas estrada ruim tirava 5 latas de leite, dava 50 cruzeiros, e o camarada que trabalhasse muito, tirasse 10, ganhava 100, né? E lá [no Nordeste] se ganhava 5 cruzeiros por dia.*<sup>86</sup>

Naquele tempo realmente era possível ao seringueiro que trabalhasse muito retornar a sua terra em alguns anos com algum dinheiro no bolso. Dona Aci nos conta de seu primeiro marido que veio do Ceará em 1943, provavelmente através do

<sup>84</sup> Ver as cláusulas do contrato no Anexo II de MARTINELLO, p. 367-368.

<sup>85</sup> CONCEIÇÃO, José. (Zé Paraíba). *Entrevista*. 12/03/1995.

<sup>86</sup> *Ibidem*.

programa de recrutamento da “Batalha da Borracha”, e que dez anos depois retornou ao Ceará, embora deixando aqui mulher e filhos que não quiseram acompanhá-lo:

*Chegou aqui pra trabalhar, pra ver se ajuntava alguma coisa. Chegou aqui, se ajuntou. Ficou dez anos aqui. [...] Levou dinheiro, isso era seringueiro! Trabalhador! Mas era seis dias por semana que ele cortava. Trabalhador que fazia medo.*<sup>87</sup>

É claro que nem todos puderam ou quiseram voltar. Segundo Pedro Martinello, o número de pessoas vindas para a Amazônia e Mato Grosso na Batalha da Borracha foi de 55.339, dos quais “... 36.289 eram homens aptos para o corte da seringa e 19.059 eram dependentes (crianças, mulheres e anciãos).”<sup>88</sup> O mesmo autor mostra que ao final da “Batalha”, em 1946, a imprensa divulgava denúncias de que teriam morrido 23.000 dos migrados para a Amazônia, o que mesmo sendo um número exagerado, levanta a questão de que muitos realmente morreram vitimados pela malária, avitaminose, acidentes com cobras e animais, e principalmente pela falta de assistência nos seringais, onde sempre foi difícil obter medicamentos e cuidados médicos. Por outro lado houve aqueles que optaram ficar pela Amazônia, como o Sr. Zé Paraíba:

*- E daí por que que o Sr. não voltou para lá?*

*- Por que achei muito bom. Achei bom, aí me casei, constituí família [...] pessoal bom, achei muito bom o Acre.*<sup>89</sup>

A grande questão é que, apesar de ganhar com a seringa muito mais dinheiro do que poderia obter no Nordeste, o seringueiro aqui era obrigado a gastar muito mais com a sua subsistência, pois qualquer mercadoria era vendida nos barracões a um preço muito maior do que nas cidades, às vezes 200% mais caro. Além disso, a troca não era normalmente mediada pelo dinheiro, o qual o seringueiro somente obtinha ao final do período de corte, se lograsse ter saldo em sua conta corrente, na qual eram debitadas suas compras no barracão e creditada a borracha produzida. Isso se o patrão ainda se dispusesse a pagar o saldo, pois são muitos os relatos de brigas entre patrões e seringueiros que cobravam seus saldos. O monopólio que o patrão manteve nessa troca com os seringueiros, reforçado pelo contrato padrão imposto pelos órgãos governamentais na Batalha da Borracha, e a incompetência destes mesmos órgãos na fiscalização dos abusos, garantia essa troca desigual que fazia com que fosse difícil

<sup>87</sup> MELO, Francisca Nobre de. (D. Aci). *Entrevista*. 28/03/1995.

<sup>88</sup> MARTINELLO, p. 313-314.

<sup>89</sup> CONCEIÇÃO, José. (Zé Paraíba). *Entrevista*. 12/03/1995.

para um seringueiro libertar-se da eterna dívida com o patrão. É preciso ressaltar entretanto que no Alto Juruá, onde a produtividade era bastante grande, sempre havia os seringueiros que conseguiam algum saldo, à custa de muito trabalho e privações. A maioria, porém, preferia uma vida mais confortável ao saldo. Segundo o Sr. Zé Paraíba, o saldo somente era conseguido “*passando miseravelmente*”, e comprando mercadorias na cidade ou de regatões, o que trazia embutido o risco de ser expulso de sua colocação pelo patrão.

Com a valorização da borracha, a agricultura certamente perdeu um pouco da importância vital que tinha adquirido no período de crise, porém a agricultura de subsistência tinha vindo para ficar. Segundo Pedro Martinello, as autoridades que dirigiram a “Batalha da Borracha”, procuravam inculcar uma “nova mentalidade” nos seringalistas: “...o seringal moderno e ideal não era só o que produzia o látex, mas o que era auto-suficiente em gêneros para a sua própria subsistência”.<sup>90</sup> Filosofia que vários seringalistas que sobreviveram à crise já apregoavam há muitos anos, como o Coronel Mâncio Lima, por exemplo.

Normalmente porém, nos altos rios, a agricultura foi iniciativa dos próprios seringueiros, realizada nos mesmos moldes dos períodos anteriores, produzindo principalmente a farinha de mandioca, feijão, milho, bananas, às vezes arroz, jerimum e melancia, somente para a subsistência da família. Embora o contrato padrão de trabalho dos seringueiros exigisse uma semana de 6 dias dedicados ao corte da seringa, o que possibilitaria a exploração de 3 estradas por seringueiro, a existência das famílias continuava possibilitando a pequena agricultura de subsistência. Dona Aci nos conta que durante toda sua vida, os roçados eram tarefa dela:

*Eu que plantava, eu que zelava. [...] e plantava roça, e plantava milho. Meu marido ia só mesmo pra brocar e derrubar. Eu que cuidava. Daí eu já tinha filho, mas deixava em casa, ia pro roçado, até que as mais velhas ficaram grandes e aí ficavam cuidando dos mais novos...Eu achava bom trabalhar no roçado.*<sup>91</sup>

Outra questão interessante, que diferencia este novo surto migratório do anterior, é que desta vez não vieram apenas jovens homens solteiros. Estes eram a maioria, certamente, mas o número de famílias ou pelo menos casais não pode ser desconsiderado. Já mostramos os números citados por Pedro Martinello, e, nas

<sup>90</sup>MARTINELLO, p.183.

<sup>91</sup> MELO, Francisca Nobre de. (D. Aci). *Entrevista*. 28/03/1995.

entrevistas que fizemos na Reserva Extrativista do Alto Juruá, evidencia-se o fato da chegada de várias famílias ou casais nessa época. O Sr. Zé Paraíba confirma:

*Teve deles que veio com família, né? Às vezes vinha aquelas famílias, 4, 5 filhos. Do Ceará. Mas da Paraíba, vinha casado mas trazia só a mulherzinha mesmo. Agora do Ceará veio muita família.<sup>92</sup>*

Na região do Alto Juruá, a dinamização da produção não se deveu unicamente à vinda de seringueiros do Nordeste neste período, mas também a um retorno à atividade do corte da seringa de muitas pessoas que nos tempos de crise se dedicaram a outros trabalhos. Possivelmente, até pessoas que haviam se mudado para cidades como Cruzeiro do Sul, neste período retornaram aos seringais. Muitas mulheres também se dedicaram ao corte da seringa neste período, seja como auxiliares de seus pais ou maridos, seja com uma conta corrente própria junto ao patrão, independente da do marido, como foi o caso da Dona Raimunda Gomes da Conceição. As viúvas de seringueiros também muitas vezes eram obrigadas a assumir as estradas dos maridos para possibilitar a sobrevivência dos filhos. Estas práticas, no entanto, já apareciam nos períodos anteriores.

Foi assim com a mãe da D. Ozélia, que tendo ficado viúva, assumiu o lugar do marido nas estradas de seringa:

*Cortavam, papai quando morreu, nós era pequenininha, só tinha a Dinha e a Nalia que era moça e a Joana e o resto pequeno, era eu, a Du, o Val, o Zico, o Val tudo pequeno, aí a mamãe foi nesse tempo foi cortar, cortar mais as mais véias. [...]fazia bem de comprar o sabão, o sal, o querosene, dava pra comprar café que a mamãe era muito viciada, não passava sem café de jeito nenhum e pimenta do reino também que ela não comia se não fosse temperada, o alho, ela não comprava porque todos os anos ela plantava muito alho que cuidava de alcançar o outro quando ela plantava o outro mas a pimenta e o café e roupa pra nós, tudo ela comprava a custo dela cortar. [...] ela tinha conta com o patrão e o patrão ainda confiava, vendia mais a ela porque sabia que ela fazia mas a minha mãe ainda cortou, isso aí eu me lembro bem e conto memo, às vezes eu digo: - Hoje em dia não é muito fácil porque quando uma mulher fica viúva, aí se aposenta logo pra cuidar dos filhos, nós não, de primeiro a mamãe ainda cortou seringa pra acabar de criar nós.<sup>93</sup>*

Podemos dizer que a Batalha da Borracha reforçou em muitos aspectos o modo de vida dos seringais, trazendo novamente uma valorização da borracha, novos

<sup>92</sup> CONCEIÇÃO, José. (Zé Paraíba). *Entrevista*. 12/03/1995.

<sup>93</sup> NASCIMENTO, Ozélia Bezerra do. *Entrevista*. 25/10/1995.

migrantes e padrões revigorados por lucros certos e controle da máquina estatal que passou a garantir, a partir deste momento, uma política para o mercado da borracha que favorecia a esta elite. O tempo da crise e da autonomia para os seringueiros estava acabado, e os padrões agora podiam contar com fortes aliados nos seus conflitos com os seringueiros: o governo e a polícia.

### *Gênero e sustentabilidade*

O período de crise do preço da borracha, como venho tentando mostrar, foi fundamental para a criação de um modo de vida dos seringueiros na floresta. De extratores de borracha, mão de obra transumante entre a seca do nordeste e a possibilidade da fortuna, os seringueiros passaram a ser uma “população tradicional”, apegada a seu território, vivendo em seu próprio ritmo de sincronia com a floresta. Este fenômeno, entretanto, ocorreu de forma particularmente interessante, pois envolveu também a transformação das relações de gênero na região amazônica, transformação esta que esteve ligada com a “sustentabilidade” dos seringueiros.

Falar de sustentabilidade é sempre um pouco arriscado, na medida em que é um conceito que gera grande polêmica e que tem muitas interpretações. Os seringueiros conseguiram, porém, demonstrar ao mundo seu direito de continuar buscando uma convivência sustentável com a floresta, através da luta política pela criação das Reservas Extrativistas.<sup>94</sup> No embate entre os seringueiros, que queriam manter a floresta em pé, e assim garantir sua sobrevivência física e cultural, e as empresas agropecuárias e madeireiras que, nas décadas de 1970 e 1980, especialmente, transformaram imensas áreas de floresta em pastagens, em muitas áreas da Amazônia Brasileira, os seringueiros passaram a ser conhecidos mundialmente como “defensores da floresta”. Realizados principalmente na região de Xapuri e Brasiléia, no Acre, os “Empates”, nos quais os seringueiros colocavam-se à frente das árvores ameaçadas de corte, deram visibilidade global a esta luta, cujo maior divulgador e líder foi o seringueiro e sindicalista Chico Mendes.<sup>95</sup> Infelizmente, a fama mundial e a pressão da opinião pública não foram capazes de impedir seu assassinato. A efetiva criação de

---

<sup>94</sup> GONÇALVES, Carlos Walter Porto. Amazônia: ecologia, democracia e soberania. Contribuição para uma reflexão crítica. *GEOSUL*, n. 8, 2º semestre de 1989. P. 48-77.



diversas Reservas Extrativistas, áreas em que a preservação do meio ambiente deve ocorrer sem a exclusão da população que tradicionalmente as ocupavam, e das quais a Reserva Extrativista do Alto Juruá foi a primeira, só veio a constituir-se uma oportunidade histórica de demonstrar a sustentabilidade do modo de vida dos seringueiros.

As condições para esta sustentabilidade foram construídas historicamente, ao longo dos quase 130 anos em que a atividade de extração do látex vem sendo desenvolvida de forma sistemática na região dos altos rios amazônicos. Foi no período de crise do preço da borracha, quando a migração se tornou menos intensa e a volta para o Nordeste muito mais difícil, que se constituiu uma verdadeira forma de convivência dos seringueiros com a floresta, com o aproveitamento dos diversos recursos desta para a sobrevivência. Neste momento também, viver na floresta passou a depender de estratégias familiares, envolvendo homens e mulheres em múltiplas tarefas, e por isso a sustentabilidade, ali, foi, e é, também, uma “questão de gênero”.

Muito se tem discutido atualmente sobre o papel das mulheres na preservação do meio ambiente, e a proposta ecofeminista coloca, no dizer de uma analista “...as mulheres como interlocutoras privilegiadas com os demais sistemas de vida, assinalando-as como os sujeitos prediletos do resgate ecológico e, portanto, da salvação do planeta e da espécie.”<sup>96</sup> Uma grande defensora desta proposta, Vandana Shiva, tem se empenhado em demonstrar como, na Índia, as mulheres têm tido um papel fundamental na preservação das florestas, já que cabe a elas a obtenção de alimentos de subsistência para as famílias, o que conseguem de maneira sustentável nos bosques.

*Em matéria de silvicultura e agricultura, a proteção e conservação da vida e da natureza são tarefas femininas; com este trabalho as mulheres sustentam a vida humana assegurando o suprimento de alimento e água. Por este motivo, as camponesas são as que sentem mais intensa e concretamente a destruição da integridade dos ecossistemas florestais.<sup>97</sup>*

<sup>95</sup> ANTONACCI, Maria Antonieta. Cultura, trabalho, meio ambiente: estratégias de “empate” no Acre. *Revista Brasileira de História*. Vol. 14, n° 28, 1994. p. 247-267.

<sup>96</sup> MAIER H., Elizabeth. Por un análisis bisexuado de la problemática ecológica. *Relaciones*. Estudios de Historia y Sociedad. n° 60, vol. XVI, otono de 1994. México. Publicado por el Colegio de Michoacán, p. 95-121, p.117. (trad. minha)

<sup>97</sup> SHIVA, Vandana. *Abraçar la vida*. Mujer, ecología y supervivencia. Madrid: horas y HORAS, 1995.(1988).p. 111. (trad. minha)

A mesma autora mostra como, também na Índia, a Revolução Verde e a indústria da madeira têm colocado homens e mulheres em campos antagônicos, já que os primeiros, mais inseridos no mercado capitalista, são seduzidos pela possibilidade de ganho de salários ou da produção agrícola para o mercado, o que não se reflete necessariamente em melhoria da qualidade de vida para a família, enquanto as mulheres, preocupadas prioritariamente com o bem estar familiar, procuram manter suas atividades extrativas e, como consequência, preservar o meio ambiente. Além disso, Vandana Shiva chama a atenção para a distinção entre pobreza e privação, questionando a idéia de desenvolvimento que procura transformar os modos de vida tradicionais, em nome da qualidade de vida:

*É útil separar uma concepção cultural que considera pobreza a subsistência, da experiência material da pobreza que resulta do desposuimento e da privação. A pobreza percebida culturalmente, não necessariamente é autêntica pobreza material: as economias de subsistência que satisfazem as necessidades básicas mediante o auto-abastecimento não são pobres no sentido de estar privadas de algo. [...] se considera pobres às pessoas que comem milho nativo (cultivado pelas mulheres) em vez dos alimentos preparados que se produzem e distribuem comercialmente e os vendem certas firmas dedicadas a negócios agrícolas que operam em todo o mundo. Se considera pobres se vivem em casas construídas por elas com materiais naturais como o bambu e o barro em vez de viver em casas de cimento [...] A subsistência como pobreza percebida culturalmente, não necessariamente implica uma baixa qualidade material de vida.<sup>98</sup>*

Apesar de concordar em muitos pontos com Vandana Shiva e reconhecer a importância de seu trabalho de divulgação dos movimentos das mulheres camponesas da Índia, discordo da proposta ecofeminista quando esta coloca que a proximidade entre mulheres e natureza seria uma consequência “natural” de sua função reprodutiva: os homens também são parte da natureza e também tem sua função no processo reprodutivo. A diferença, ou melhor, as diferenças, são muito mais a nível cultural do que biológico, e portanto, também existem muitas diferenças entre as mulheres indianas e as mulheres brasileiras, por exemplo, e entre as mulheres brasileiras da classe média urbana e as mulheres brasileiras dos seringais do Acre. E assim, como já demonstraram Karen Kainer e Mary Duryea para seringais do rio Acre, as mulheres dos seringais estão menos envolvidas que o homens com as plantas da floresta, ao

---

<sup>98</sup> Ibidem, p. 40. (trad. minha)

contrário das camponesas indianas e seus companheiros, analisados por Shiva, a partir dos quais a autora infere uma maior proximidade das mulheres em geral com a natureza.<sup>99</sup>

Outro ponto em que discordo frontalmente de Vandana Shiva é que em muitas passagens, esta autora, no afã de mostrar as contradições e “malefícios” do “desenvolvimento capitalista androcêntrico”, acaba por idealizar as “sociedades tradicionais”, tanto do ponto de vista de sua relação com a natureza como da perspectiva das relações de gênero. Parece que ela considera justo que as mulheres permaneçam como provedoras de 80% ou mais das necessidades de subsistência das famílias, enquanto os homens podem se dedicar a participar do mercado capitalista, ou possam até não participar de nada “produtivo”, do ponto de vista das famílias. Não há questionamento algum quanto às relações de gênero, mais ou menos opressivas, nestas sociedades, supondo-se seu equilíbrio e complementaridade. O capitalismo, muito mais recente que a maioria destas culturas, é visto como o único vilão, que veio desequilibrar as relações entre homens e mulheres e entre sociedade e natureza.

Uma outra forma de relacionar gênero e meio ambiente tem sido a questão demográfica, aliás, segundo Elizabeth Maier, até a década de 1980, esta teria sido a única leitura “bissexuada” do tema.<sup>100</sup> As mulheres, como responsáveis pela reprodução humana, foram, nesta perspectiva, responsabilizadas pela degradação ambiental decorrente do “excesso populacional”, tornando-se alvo das mais diversas políticas de contenção da natalidade, incluindo a esterilização forçada em muitos casos. A proposta feminista dos direitos reprodutivos, longe ainda de se concretizar em todo o “Terceiro Mundo”, pode ser resumida nas palavras desta autora:

*Por isso tem-se assinalado que a problemática da reprodutividade terá que compreender-se junto a outras variáveis como: 1) a divisão sexual do trabalho e seus sustentáculos ideológicos em cada forma precisa de organização produtiva; 2) a relação entre pobreza e fertilidade humana e a função sócio-econômica dos filhos. Assim, pode-se vislumbrar outras vias de resolução da preocupante relação entre recursos naturais e população, que não descensem exclusivamente no controle do corpo feminino, mas que assimilem o aspecto de regulação natal em uma proposta integral muito mais ampla de resignificação de gênero, abarcando por igual a ambos*

<sup>99</sup> KAINER, Karen A. e DURYEA, Mary. Op. cit.

<sup>100</sup> MAIER H. , p. 100.

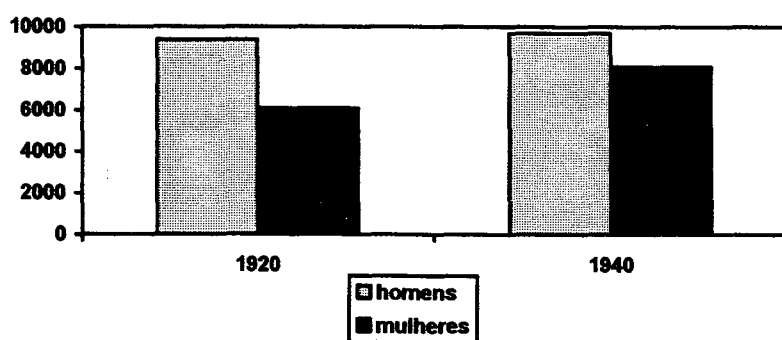
*os sexos e baseando-se na modificação da atual divisão sexual de trabalho e de seus suportes ideológicos.*<sup>101</sup>

Com certeza, a questão da reprodução foi uma das transformações mais importantes, no período de crise da borracha, trazida pelo aumento da população feminina na região do Alto Juruá. Ela se relaciona com a “sustentabilidade”, na medida em que para sobreviverem na nova configuração dos seringais, os seringueiros passaram a constituir famílias extensas, como já discutimos acima. Ainda hoje as famílias dos seringueiros são formadas por um grande número de filhos, ainda que este número seja limitado por uma alta taxa de mortalidade infantil.<sup>102</sup> Famílias com dez ou mais filhos são muito comuns, e isso deve ser entendido no contexto da importância econômica e social dos filhos para a família.

Por outro lado, no período mais agudo da crise da borracha, Cruzeiro do Sul foi o único município do então Território do Acre que teve algum aumento populacional. Este aumento, porém, deveu-se quase exclusivamente ao aumento do número de mulheres, o que sugere que muitas delas vieram de fora do Município. De 39,41 % da população total em 1920, as mulheres passaram a 45,48% em 1940, como se vê no gráfico abaixo<sup>103</sup>.

**Gráfico 2**

**População de Cruzeiro do Sul em 1920 e 1940**



<sup>101</sup> Ibidem, p. 104. (trad. minha)

<sup>102</sup> Por exemplo, o município de Mâncio Lima, que fazia parte de Cruzeiro do Sul no período estudado, foi considerado pela UNICEF no ano de 1996 como tendo o segundo maior índice de mortalidade infantil do Brasil.

<sup>103</sup> Fonte: IBGE, censos demográficos de 1920 e 1940, em tabela elaborada pelo geógrafo Carlos Walter Porto Gonçalves.

O aumento da população, ainda que em uma pequena proporção, comparado à diminuição da população total do Território (de 92.379 pessoas em 1920 para 79.768 em 1940), indica que em Cruzeiro do Sul a superação dos efeitos da crise se deu de forma um pouco mais eficiente que em outros locais, fato explicável possivelmente por um maior sucesso agrícola da região, brindada com várzeas que facilitam esta atividade. Vários autores da época citam inclusive números de exportação de produtos agrícolas como farinha de mandioca, café e arroz.<sup>104</sup> Essa produção agrícola, como já foi comentado, liga-se mais uma vez à formação de famílias como grupos de produção e sociabilidade, já que este tipo de produção dificilmente seria levada a efeito por homens isolados e somente em casos excepcionais foi realizada sob a direção de proprietários de seringais de uma maneira mais sistemática.

Mesmo não considerando as mulheres como “interlocutoras privilegiadas com a natureza”, o que estou tentando demonstrar é que a mudança nas relações de gênero, e na proporção populacional de homens e mulheres no Alto Juruá, no período de crise da borracha, propiciou a criação da convivência “sustentável” dos seringueiros com a floresta. Portanto, ao se pensar políticas de desenvolvimento para a região, nos dias de hoje, não se pode esquecer esta perspectiva. Investir somente nos homens, como se estes fossem os únicos responsáveis pela produção agrícola e extrativa, pela conservação ou degradação dos recursos ambientais e pela manutenção das famílias, poderia comprometer seriamente o sucesso destas políticas.<sup>105</sup>

---

<sup>104</sup> BRANCO SOBRINHO, O Juruá Federal. p. 707; ANDRADE, Onofre de. Amazonia. Esboço histórico, geographia physica, geographia humana e ethnographia do Rio Juruá. Maceió: off. Graph. Da Casa Ramalho, 1937. p. 126.

<sup>105</sup> Sobre isso é importante a argumentação de Jodi L. Jacobson: “Implicitamente, na teoria e na prática do desenvolvimento econômico convencional, se assumem tres aspectos que são influenciados pelas diferenças de sexo (e que reforçam os preconceitos). A primeira assertiva é que em toda comunidade, homens e mulheres se beneficiarão por igual do crescimento econômico. A segunda é que o incremento dos ingressos dos homens vai melhorar o bem estar de toda a família. A terceira é que, no seio das unidades familiares, as cargas e os benefícios da pobreza e da riqueza se distribuirão equitativamente sem distinções de sexo. Desgraçadamente, nenhuma destas afirmações é correta.” JACOBSON, Jodi L. Desarrollo y diferencias de género. In: BROWN, Lester. La situación en el mundo. Un informe del Worldwatch Institut sobre desarrollo y medio ambiente. Buenos Aires: Ed. Sul Americana, 1993. p. 111-138, p. 113. (trad. minha)

### *Tempo, memória e território*

Neste capítulo, a questão da temporalidade é central. Por um lado, ele procura descrever um período em que, empurrados pela crise do preço da borracha, os seringueiros tiveram que refazer seus modos de vida, criando uma nova forma de viver na floresta, muito mais dependente dos tempos determinados pela natureza e mais autônoma. Por outro lado, para descrever este período, fiz todo um trabalho de ir e vir no tempo, em que ao passo em que busco fontes do passado (como os autores que escreveram textos contemporâneos ao período estudado e os processos judiciais), utilizo fontes do presente, como a memória das pessoas que vivem na região e a minha própria vivência lá, observando os usos, as práticas e ouvindo as histórias que me contaram.

Assim, creio que cabem aqui algumas reflexões sobre a questão da temporalidade, da memória e do território, na medida em que estas noções guiaram a análise que faço do período em estudo. Este período, como já afirmei, foi um momento de transformação fundamental para o entendimento da realidade social da região. É nele que podemos encontrar respostas para questões colocadas hoje pela experiência da Reserva Extrativista do Alto Juruá, pois, se com a Batalha da Borracha houve uma significativa redução da autonomia até então conquistada pelos seringueiros frente aos patrões, e a borracha passou a ser novamente o centro da economia regional, a experiência da crise já moldara novas formas de viver e entender o mundo. Foram elas que, a meu ver, instrumentalizaram a luta dos seringueiros pelo território que hoje consideram seu, através da criação das Reservas Extrativistas, quando viram-se ameaçados de expulsão.

Este ponto de vista é reforçado pela análise de Mauro W. B. de Almeida sobre conflitos entre patrões e seringueiros no rio Tejo, no início da década de 1980, quando a idéia de Reserva Extrativista ainda nem sequer havia sido aventada na região. O autor cita vários exemplos que mostram diferenças básicas de como seringueiros e patrões viam seus direitos e obrigações no seringal:

*A visão dos seringueiros sobre as regras é consistente com a situação do período anterior à guerra. A interpretação dos patrões tem um tom pós-guerra, presumindo um monopólio estatal sobre o comércio da borracha.<sup>106</sup>*

---

<sup>106</sup> ALMEIDA, Mauro W. B., p. 71, nota 3.

Assim, embora os patrões tenham mudado de postura no período após a 2ª Guerra Mundial, respaldados pelos financiamentos dos bancos oficiais, pelo monopólio do Estado sobre o comércio da borracha que lhes garantia a compra da produção a um preço vantajoso, e pela polícia, os seringueiros continuaram pensando o território e a borracha como seus. Segundo Almeida:

*Para eles, 'o seringueiro que não está em débito, que pagou pelos direitos à estrada e outras contas, é dono da borracha'. Os seringueiros não protestam contra tais pagamentos, mas afirmam o princípio de que uma pessoa livre de dívidas e com a renda paga é livre para vender e comprar tanto quanto é livre para ir e vir como desejar.<sup>107</sup>*

Este tipo de pensamento dos seringueiros pode não ter nascido no momento da crise, e sim anteriormente, especialmente nas cabeceiras dos altos rios, onde costumava-se utilizar o sistema da borracha embarcada, explicado magistralmente por Craveiro Costa em um processo de inventário:

*Conhece V. Ex. o metodo rotineiro seguido na extração da goma elastica em todo o Departamento. Não ha entre o proprietario e o extratôr um contrato de trabalho, nem este recebe pagamento pelo serviço de extração. Chegado ao seringal o freguez supre-se de generos no barracão, a credito, e entrega-se à faina da borracha. O produto que adquire durante os mezes de trabalho, é embarcado por conta do extratôr e o liquido da venda desse produto levado à credito da dívida contraída. Sendo assim, a borracha não pertence ao proprietario do seringal, é do seringueiro, que a entrega para pagamento do débito contraído com o proprietario pelas mercadorias fornecidas, entrega que raramente salda a dívida. [...] É praxe invariavel na região que, quando o proprietario embarca parte do fabrico em seu nome, é por a ter comprado ao extratôr, fora nesse caso rarissimo, a borracha é expedida em nome do seringueiro, que se sujeita aos azares comerciais, podendo ser o produto da venda em Manaus ou Belém escriturada em seu crédito. A inventariante segue a rotina geral: a borracha será embarcada por conta de seus fregueses, cumprindo-lhe acrecentar que raros são os que se sujeitam ao preço que lhe arbitrar o proprietario, pois todos a querem expedida e vendida nas praças avaliadoras, em seu nome.<sup>108</sup> (grifo meu)*

Neste processo, Craveiro Costa está defendendo os interesses de uma viúva, herdeira de um seringal, cuja demora em inventariar os bens do falecido marido levou a que o juiz ordenasse o embargo de todos os bens, inclusive a borracha a ser

<sup>107</sup> Ibidem, p. 70.

<sup>108</sup> Fórum Municipal de Cruzeiro do Sul. Autos de Inventário. n.524 (iniciado em outubro de 1910 e terminado em março de 1914). Inventariante: Maria Rodrigues de Menezes; Inventariado: Cel. Tertuliano Telles de Menezes. Procurador João Craveiro Costa.

embarcada. Entretanto, apesar da borracha “pertencer ao seringueiro”, ele era, no primeiro momento, obrigado a fazer todas as suas compras no barracão do patrão, e só podia sair do seringal após saldar a dívida. Com a crise, como já vimos, muitos patrões não conseguiam suprir os seringueiros daquilo que necessitavam, ou mesmo abandonavam os seringais, fazendo com que crescesse o comércio itinerante dos regatões, e criando a idéia de que o seringueiro devia vender a borracha para quem pudesse suprir suas necessidades.

O patrão que não consegue suprir os seringueiros, é bastante desconsiderado. O Seu João Cunha tem uns versos que mostram isso, sobre um gerente do Seringal Restauração, conhecido por Manuel Banha:

*O Manuel Banha era o nosso gerente ali da Restauração  
ele não tinha que vender nem uma barra de sabão  
O Manuel Banha tava ali, que nem o ferreiro da casa do cão  
Quando ele tinha o ferro mas tava faltando o carvão  
e quando tinha a linha mas tava faltando o botão.  
Inda chamou a policia pra acabar com o regatão.[...] <sup>109</sup>*

É também a partir deste momento de crise, que os seringueiros passam a estabelecer maiores vínculos com a floresta e a se transformarem, além de extratores de borracha, em caçadores, pescadores, coletores e agricultores, fazendo da floresta um território cheio de demarcações (as estradas de seringa de fulano, os lugares onde há caça, os lugares onde há açaí, o lago de ciclano, etc.). Eles começam a grafar a terra, a marcar a terra, a “geografar” este território, no dizer de Carlos Walter Porto Gonçalves, colocando marcas, nomes, símbolos e maneiras de se ocupar o espaço, a partir dali convencionadas. Neste novo território reforçam-se também as demarcações de gênero, em que o espaço da floresta, associado à caça e à extração do látex principalmente, é representado como sendo “masculino”, e a casa e o quintal, femininos. Entretanto, nos seus depoimentos, as mulheres que entrevistei pareceram ter também grandes conhecimentos sobre a floresta, além de frequentá-la em atividades tidas como masculinas, como o corte de seringa e até, em alguns casos, a caça.

Através deste processo de “geografar” seu território, durante os longos anos da crise, construiu-se uma identidade de grupo, o dos “seringueiros”, nos embates com outros grupos como os “patrões”, os “caboclos” (índios), os “regatões”, além dos

<sup>109</sup> CUNHA, João e outros. *Entrevista*. 15/06/1995.



habitantes das cidades próximas. E identidade e memória são inseparáveis. É através de uma memória social destes embates com outros grupos que se cria a identidade social do grupo. No caso dos seringueiros esta “identidade social” pode ser pensada em termos de uma identidade de classe, nos termos propostos por Thompson:

*A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. [...] ... a classe é uma relação, e não uma coisa.<sup>110</sup>*

Mas a criação desta identidade social também tem seus componentes étnicos, já que, em relação aos índios, apesar de toda a miscigenação, o grupo dos seringueiros costuma se diferenciar, expressando seu preconceito, como diz a D. Calô: “*Nunca gostei de caboclo.*” E para justificar isso conta histórias sobre traições feitas por índios, feitiços e maldades:

*Ali pra cima tinha uma cabocla que matou um pessoal tudinho com feitiço. Não sei nem porque ela fez isso não. Ela morreu.<sup>111</sup>*

Portanto é também no confronto com outro grupo, o dos “caboclos”, que se dá a criação da identidade social dos seringueiros.<sup>112</sup> Um confronto perpassado por uma série de conflitos e de relações que vamos analisar com mais detalhe no próximo capítulo.

A identidade social é fundamentada no discurso e nas práticas cotidianas do grupo, em sua memória coletiva. Como diz Halbwachs,

*Mas nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos, e com objetos que só nós vimos. É porque, em realidade, nunca estamos sós.<sup>113</sup>*

Essas lembranças, instituídas em algumas histórias que todos repetem, sob a forma “de primeiro era assim... eu não vi, mas meu pai me contava sempre...”, dão consistência a esta memória coletiva, e forma à experiência social que funda a identidade do grupo dos seringueiros. Entre estas histórias encontram-se os relatos da violência dos patrões; das correrias (massacres) contra os índios; das festas em que não

<sup>110</sup> THOMPSON, E. P. A formação da classe operária inglesa. Vol. I. A árvore da liberdade. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p. 10-11.

<sup>111</sup> MOURA, Calorinda Pereira de. (D. Calô). Entrevista. Com a participação de Maria Gabriela Jahmel de Araújo. 14/06/1995.

<sup>112</sup> SEYFERTH, Giralda. Nacionalismo e identidade étnica. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1981. p. 6.

<sup>113</sup> HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo: Vértice, Ed. Revista dos Tribunais, 1990. p. 26.

havia mulheres e os homens dançavam uns com os outros; da crise profunda dos anos 30, quando se tinha que cortar um palito de fósforo em quatro para economizar; das caçadas e encontros com onças e mapinguaris<sup>114</sup>

Através destas lembranças, materializadas em entrevistas e conversas de cozinha, em torno da lamparina acesa, à noite, depois de comer o caldo de peixe com farinha, é que se dá a possibilidade de traçar uma linha para um horizonte de interpretação. O encontro da historiadora com aquele que rememora, é também um encontro de temporalidades diversas, de territorialidades diferentes, mas é passível de interpretação através da fusão de horizontes.<sup>115</sup>

No caso do tema deste capítulo, a sobrevivência e a criação de um modo de vida dos seringueiros e seringueiras no período entre 1913 e 1945, este encontro de temporalidades se deu de maneira especial, pois, quando cheguei à região do Alto Juruá, em fevereiro de 1995, a região vivia também uma grande crise, causada pela retirada do governo federal do negócio da borracha, e pela conseqüente queda de preços. Além disso, a criação da Reserva Extrativista tinha tirado de cena a figura do patrão, criando uma situação para os seringueiros que se aproximava muito daquela lembrada pelos mais velhos como a pior crise já vivida. Memória, território e temporalidade são noções chaves para a compreensão destes dois momentos: a crise presente e a crise passada, e talvez, sejam também as chaves para entender o enigma já colocado por Euclides da Cunha no início do século, antes mesmo que a crise iniciasse: porque não desapareceram?

---

<sup>114</sup> Mapinguari é uma lenda local, sobre um bicho enorme, com pegadas redondas, cheiro horrível, e que vários seringueiros dizem já ter encontrado na mata. Alguns cientistas procuram nesta lenda indícios da existência atual de uma espécie de preguiça gigante cujos fósseis foram encontrados no Rio Juruá.

<sup>115</sup> HEKMAN, Susan J. Hermenêutica e Sociologia do Conhecimento. Lisboa: Edições 70, s/d, p. 156.

### Capítulo 3

## Índias e Seringueiros

### Gênero e Etnia

Uma das histórias que mais chamou minha atenção ao longo do tempo em que estive recolhendo relatos orais na Reserva Extrativista do Alto Juruá foi a história da captura de índias, nas correrias, para serem “amansadas” e tornarem-se mulheres dos seringueiros. Apesar de negada pela literatura<sup>1</sup>, a relação conjugal entre índias e seringueiros parece ter sido muito importante na configuração social da região do Alto Juruá, e é uma relação que coloca muitas questões para o presente da Amazônia.

Nas entrevistas e relatos contemporâneos, as uniões entre índias e seringueiros são normalmente explicadas pela falta de mulheres “brancas”, pois os nordestinos vinham quase sempre sozinhos em busca da fortuna que lhes permitiria voltar à terra natal em situação privilegiada. Como a fortuna não era tão fácil, iam ficando e acabavam se estabelecendo nos altos rios, tendo muitas vezes como companheiras, mulheres índias.

As histórias que pude recolher ao longo da pesquisa sobre esta relação complexa em que matizes de gêneros e de etnias dão o tom do jogo das hierarquias, dominações e resistências, são muito variadas. Através delas é possível refletir sobre o preconceito e os estereótipos sexistas e racistas presentes no cotidiano atual da região amazônica. São estereótipos que refletem uma fina diferenciação social, pois estão presentes ao longo de toda a escala sócio-econômica da região de formas diversas, e, em particular, dentro de um mesmo nível sócio-econômico, o dos “despossuídos”. O preconceito étnico contra os índios e seus descendentes mestiços torna-se tanto mais interessante para a análise, quando se procura concretizar uma “Aliança dos Povos da Floresta”, na busca política pelos direitos e pela sobrevivência, física e cultural, de índios, seringueiros, castanheiros, ribeirinhos e outros grupos da Amazônia.

As relações entre índios e migrantes nordestinos no Alto Juruá parecem ter um padrão duplo e simultâneo de confronto e assimilação. O massacre dos índios pelas

---

<sup>1</sup> Segundo Reis, por exemplo, os seringueiros... “Não encontraram, todavia, como aqueles colonos do Brasil quinhentista, a mulher indígena a que se procurasse ligar. As tribus indígenas não cederam as suas ‘cunhãs’. E só esporadicamente houve o caso das ligações com elas, sem maiores compromissos

famosas correrias realizadas nos primeiros tempos da ocupação da área pelos seringueiros, além é claro das doenças trazidas por estes e que matavam (e matam) aldeias inteiras, é uma história que tem sido contada por antropólogos e historiadores do Acre e da Amazônia. Ela assume contornos culturais e ecológicos, pois ao matar os índios, mataram também seu conhecimento da floresta. Mas, apesar de tudo, os índios estão aí, até agora, sobreviveram, como demonstram as três áreas indígenas existentes em torno da Reserva Extrativista do Alto Juruá, contra todos os prognósticos de escritores e antropólogos. Como coloca Roberto da Matta, em sua autocrítica sobre o livro em que, entre outras coisas, ele previa o desaparecimento dos Gaviões do Médio Tocantins, uma área também de extrativismo:

*... é preciso não esquecer que os índios estão há décadas morrendo na Etnologia Brasileira e no entanto a realidade parece ser bem outra: apesar de todos os decretos (do Governo e dos etnólogos), apesar de todas as tragédias, crises, doenças, espoliações, perda de terras; enfim, de tudo o que de pior pode acontecer a um grupo humano, os índios estão aí. Os Gaviões ai estão: vivos e esperançosos pois souberam enterrar os seus mortos e enfrentar suas doenças. Tiveram a paciência para deixar passar o pior momento e descobriram seu lugar no ventre da nossa sociedade que deles tudo buscou tomar. Contrariamente a toda a minha ciência, sobreviveram. E mais: também não se integraram como sertanejos regionais; muito pelo contrário: continuam sendo Gaviões, ativando sua identidade cultural na sua especificidade que hoje podem reproduzir com menos insegurança. São índios, são Gaviões.<sup>2</sup>*

Por outro lado, ocorreu também um processo de assimilação dos índios, tanto física quanto culturalmente, à vida dos seringais do Alto Juruá. Vários grupos tornaram-se (ou foram obrigados a tornar-se) seringueiros ou trabalhadores agrícolas, sem, no entanto, se confundirem com os “cearenses”; muitas mulheres foram “amansadas” e se tornaram mulheres de seringueiros, muitas crianças foram adotadas por “cidadãos”. E ainda, muito do conhecimento da floresta e das formas de sobrevivência nela, bem como outros “bens culturais”, magias, festas, relações de parentesco, etc., foram apropriados pelos seringueiros.

Esta dinâmica complexa entre confronto e assimilação, que a meu ver é muito bem representada nas relações conjugais entre índias e seringueiros, é o objeto deste

---

*para o futuro.*” REIS, Arthur Cezar Ferreira. O seringal e o seringueiro. Rio de Janeiro: Serviço de Informação Agrícola/ Ministério da Agricultura, 1953. (Documentário da vida rural n.º 5) p. 122.

<sup>2</sup> DA MATTA, Roberto. Prefácio à segunda edição. In: LARAIA, Roque de Barros e DA MATTA, Roberto. Índios e Castanheiros. A empresa extrativa e os índios do Médio Tocantins. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. p. 32.

capítulo, numa tentativa de “historiar” um modo de vida que se criou na região ao longo deste século de conflito e convivência. Nem simples relato da catástrofe, nem uma descrição do grupo dos “caboclos” que, como uma fotografia, “congelasse” o grupo no momento da pesquisa. Em muitas etnografias, este momento tem sido tomado como se representasse todo o passado do grupo, afinal seriam populações “tradicionais”, sujeitas a uma tradição que se repete em “ciclos”. O futuro para estes grupos, num trabalho como este, seria invariavelmente o desaparecimento, seja físico, através do massacre ou de doenças, seja cultural, através da modificação dos caracteres descritos pelo contato com os “brancos”, já que esta perspectiva toma a cultura, e portanto a identidade, como algo dado, pronto e acabado, e que depois de perdido não pode ser retomado.

Diferentemente disto, acredito que a cultura seja algo sempre renovado, refeito, recriado, e que, apesar do massacre, muito destas sociedades têm sobrevivido nos seringais do Alto Juruá, e não só nas Áreas Indígenas que hoje rodeiam a Reserva Extrativista, nas quais vários grupos têm procurado retomar sua sobrevivência em comum e preservar e reavivar suas “tradições”.<sup>3</sup>

A Antropologia tem dedicado muitos estudos ao contato dos povos indígenas ou tradicionais com a civilização ocidental, ou contatos “interétnicos”. Foram elaboradas várias propostas teóricas para explicar e compreender estes contatos, entre as quais a da “situação colonial”, elaborada na década de 1950 por Georges Balandier; a da “fricção interétnica”, elaborada por Roberto Cardoso de Oliveira a partir da década de 1960 e utilizada em inúmeros estudos na sociedade brasileira; e ainda a noção de “encapsulamento”, proposta por F. Bailey em 1969.<sup>4</sup> Este capítulo certamente não ambiciona um estudo como este, geralmente da perspectiva de um grupo indígena específico, a partir de todo um trabalho etnográfico.

Guardadas as devidas proporções, neste capítulo procuro o que resultou do confronto de índios e seringueiros no Alto Juruá, e, em especial, como se deu este confronto nos casos em que índias e seringueiros formaram grupos familiares e

<sup>3</sup> Ao redor da Reserva Extrativista do Alto Juruá encontram-se quatro Áreas Indígenas demarcadas: A I Kaxinawá do Rio Breu, A I Kampa do Rio Amônia (Ashaninka) e A I Jaminawa Arara do Rio Bagé, e A I Kaxinawá do Rio Jordão, sem falar de outras AIs próximas a Cruzeiro do Sul.

<sup>4</sup> Para uma discussão detalhada destas propostas teóricas, ver OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. “O nosso governo”: os Ticuna e o regime tutelar. São Paulo: Marco Zero; Brasília: MCT/CNPq, 1988. Especialmente o capítulo I: Os Obstáculos ao Estudo do Contato. (Agradeço a Edilene C. de Lima esta indicação.)

conjugais.<sup>5</sup> Para isso utilizei as fontes documentais que venho apresentando ao longo desta tese: entrevistas orais, bibliografia, relatos, processos judiciais. Mas também foi especialmente importante minha vivência na região no ano de 1995, pelas observações sem as quais seria impossível a compreensão de muitas das entrevistas e dos documentos.

### *As correrias*

O número de grupos indígenas existentes na região do Alto Juruá antes da chegada dos primeiros exploradores dos altos rios é uma incógnita. Sabe-se que eram muitos, e que pertenciam aos grupos lingüísticos Pano e Aruaque em sua maioria. José M. Brandão Castelo Branco, no artigo “O gentio acreano”, cita os seguintes grupos para os vales do Juruá e do Tarauacá: *Nauas, Amauacas, Jaminauas, Remus, Capanauas, Araras ou Tachinauas e Catuquinas, subdivididos estes em Caxinauas, Iskinauas, Rumunauas e Chipinauas; Imukuimins, Ivavós, Colinas ou Kurinas, Contanauas, Chussinauas e Canamaris*, “... sendo que houve outros grupos cujos nomes não foram conservados.”<sup>6</sup> O Padre Tastevin, talvez por tomar o Juruá desde sua Foz no Solimões e também por reportar-se a fontes mais antigas, cita ainda mais nomes, chegando a 33 tribos diferentes.<sup>7</sup>

O processo de aniquilação destes grupos foi longo e se iniciou ainda no século XVIII, quando, segundo o Padre Tastevin, as vilas do Solimões costumavam prover-se de escravos no Juruá:

*Nós sabemos, pelo relato muito completo e muito exato de Francisco Sampaio, intendente geral da Capitania do Rio Negro em 1775, que as vilas do Solimões costumavam se suprir de índios para seus trabalhos no Juruá.*<sup>8</sup>

Durante o século XIX, porém, vários exploradores costumavam estabelecer relações de troca com diversos grupos, em busca de cacau, salsaparilha, baunilha, óleo

<sup>5</sup> SAHLINS, Marshall. *Ilhas de História*. Rio de Janeiro: Zahar, 1990. Este autor busca a perspectiva histórica dos havaianos (nativos) e de como perceberam a chegada dos brancos, interpretando este momento não como a desintegração da sociedade nativa, mas como um momento de grandes transformações históricas naquela sociedade.

<sup>6</sup> BRANCO, J. M. Brandão Castelo. O gentio acreano. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Vol. 207, Abril-Junho de 1950, p. 3-78. p. 9-10.

<sup>7</sup> TASTEVIN, C. Quelques considérations sur les indiens du Juruá. *Bulletin et Mémoires de la Société d'Anthropologie de Paris*, Séance du 6 Novembre 1919, p. 144-154. (trad. minha)

<sup>8</sup> *Ibidem*, p. 145. (trad. minha)

de copaíba, e, mais para diante, borracha.<sup>9</sup> A febre da borracha, a partir de 1870, trouxe para a região do Alto Juruá, dois novos personagens em busca da goma elástica: os “*caucheros*” peruanos e os seringueiros brasileiros.

Os caucheiros eram geralmente peruanos que se especializaram na busca da *castilloa elastica*, conhecida como caucho, árvore que produz grande quantidade de látex, cuja técnica de extração é o corte da árvore, retirando-se de uma vez toda a sua seiva. Esta “técnica” fazia dos caucheiros nômades em busca de territórios ainda não explorados, já que sua passagem arrasava as árvores de caucho em toda uma área. Estes caucheiros utilizavam como mão de obra os índios da região, além de matarem tribos inteiras que não colaborassem em seus propósitos ou somente para poderem explorar livremente o território escolhido naquela temporada de coleta. Segundo Aquino e Iglesias:

*A passagem dos caucheiros pela região do Alto Juruá foi marcada pela violência extrema com as populações nativas. Nas suas perambulações pela floresta, comumente promovidas nos meses da estação seca (maio a setembro), os caucheiros promoviam correrias contra as populações indígenas, procurando dizimá-las e amedrontar os seus integrantes para forçá-los a abandonar seus locais de moradia. Por outro lado, índios eram capturados e escravizados para desempenharem diferentes tarefas durante as expedições (às vezes até caírem mortos por esgotamento físico e maus-tratos) e/ou para serem vendidos nos tambos e nos centros urbanos mais próximos. Os caucheiros frequentemente se aproveitavam de tradicionais conflitos intertribais, aliando-se a uma das partes, fornecendo-lhe armamento, munição e outros produtos industrializados para que realizasse correrias e escravizasse membros das populações derrotadas.<sup>10</sup>*

Os caucheiros peruanos ficaram com a fama de cruéis exterminadores de índios, fama alimentada por autores como Euclides da Cunha, no contexto da disputa do território acreano entre brasileiros, peruanos e bolivianos, que os descreveu com detalhe e sua habitual força de expressão no livro “À margem da história”:

<sup>9</sup> TOCANTINS, Leandro. *Formação histórica do Acre*. Vol.1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL; Rio Branco: Governo do Estado do Acre, 1979. p. 110.

<sup>10</sup> AQUINO, Txai Terri Valle de e IGLESIAS, Marcelo Piedrafita. *Kaxinawá do Rio Jordão*. História, território, economia e desenvolvimento sustentado. Rio Branco: Comissão Pró-Índio do Acre, 1994. p.7-8. Tambos eram entrepostos comerciais onde se trocava o caucho por mercadorias.

*“E os caucheiros aparecem como os mais avantajados batedores da sinistra catequese a ferro e fogo, que vai exterminando naqueles sertões remotíssimos os mais interessantes aborígenes sul-americanos.”<sup>11</sup>*

Neste discurso os caucheiros são *“...um caso de mimetismo psíquico de homem que se finge bárbaro para vencer o bárbaro.”<sup>12</sup>* A tarefa da civilização caberia aos nordestinos, transformados na floresta amazônica em seringueiros: *“... para o caucheiro um domador único, que o suplantará, o jagunço.”<sup>13</sup>* Tastevin também chama a atenção para os caucheiros, como exterminadores de índios, classificando-os, em um de seus textos de “semi-civilizados” (*demi-civilisés*).<sup>14</sup>



Caucheiro peruano (à direita de roupa branca) com “seu” grupo de índios “campa” (ashaninka).<sup>15</sup>

O estabelecimento dos seringais foi acompanhado de sangrentos conflitos com os índios. O discurso predominante sobre isto, tanto na literatura como na memória

<sup>11</sup> CUNHA, Euclides. Os Caucheros. In: Um Paraíso Perdido. Ensaios, estudos e pronunciamentos sobre a Amazônia. (Org. por Leandro Tocantins). 2 ed. São Paulo: José Olympio, 1994. p. 64-75, p. 65.

<sup>12</sup> *Ibidem*, p. 71.

<sup>13</sup> CUNHA, Euclides da. Contra os caucheiros. In: *op. cit.*, p. 11-14, p. 14. (Originalmente publicado em O Estado de São Paulo, SP, 22 mai. 1904.)

<sup>14</sup> TASTEVIN, R. P. Constant. Chez les indiens du Haut-Jurua. Missions Catholiques, t. LVI: 65-67; 78-80; 90-93; 101-104. p. 79.

<sup>15</sup> BARROS, Glimedes Rego. Nos Confins do Extremo Oeste. O alvorecer do poente acreano. Vol II. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1993. p. 61.



oral, justifica a matança de índios pelas ações dos mesmos, que, segundo os seringueiros, roubavam os seus pertences e muitas vezes os atacavam em suas estradas de seringa. É o que conta o Padre Tastevin sobre o rio Murú, da bacia do Tarauacá:

*O Murú tornou-se domínio incontestável dos seringueiros: eles o conquistaram pelo trabalho e pelas armas. Pelo trabalho eles transformaram a floresta virgem, que para os índios não era mais que um vasto território de caça, em uma verdadeira fábrica de produzir borracha. Quanto às armas, os índios os forçaram a se servir delas por seus roubos repetidos e pelos seus assassinatos, cometidos geralmente em circunstâncias de covardia, de ferocidade, de traição e de abuso de confiança revoltantes.<sup>16</sup> (grifo meu)*

O Sr Antônio de Paula, hoje presidente da Associação dos Seringueiros e Agricultores da Reserva Extrativista do Alto Juruá, que morou muito tempo perto da área indígena do Bagé, coloca a questão nos seguintes termos:

*"[...] os índios foram muito perseguidos, muito massacrados aqui na região, o motivo era o seguinte: eles se achavam é... como donos da região, porque na verdade pertencia a eles. Ninguém tira deles, era deles, porque aqui não tinha outra pessoa senão o índio. Então eles, quando as pessoas chegavam pra tirar seringa, fazer as estradas, eles se afastavam aí... até que chegou o ponto deles resistirem, sabe? Nós não estamos no que é nosso? Então! [...] Brigavam por coisa que era dele... [...] Então roubava. Chegava aqui nos tapiri, onde o pessoal estava fazendo estrada ou até cortando seringueira, chegava e roubava tudo, escondia na mata porque não podia carregar. Aí tinha aqueles homens que eram, chamados chefe de correria, sabe? Mobilizava pessoas, né? Dúzias de homens armado de rifle, arma automática de repetição, não sabe? E o pobre do índio só com arco, levava desvantagem nisso, sabe? Até saber sabia atirar, mas não tinha arma, quando tinha era quando furtavam..."<sup>17</sup>*

As expedições de matança e apresamento de índios eram chamadas de correrias. Eram organizadas por profissionais contratados pelos patrões dos seringais e muitas vezes os seringueiros participavam delas. Ao mesmo tempo em que justificam a existência dessas expedições, as pessoas, hoje, mantêm uma imagem sangrenta das mesmas:

*João- Eu não vi não, mas o meu pai contava muito, o pessoal que fazia correria. Tinha um homem chamado Joaquim Nonato, ele fazia muita correria. Era todo aleijado, os caboclo, atiraram nele, quebraram o braço dele, aí.*

*Cristina- Mas ele era contratado, o patrão contratava ele pra fazer correria?*

<sup>16</sup> TASTEVIN, C. Le fleuve Murú. *La Géographie*. T. XLIII, 1925, pp. 400-422. p.418-419. (tradução minha).

<sup>17</sup> PAULA, Antônio Francisco de. *Entrevista*. 19/05/1995, com a participação de Maria Gabriela Jahmel de Araújo e Ruy Ávila Wolff.

*João- Era. O patrão que pagava depois. Ai o caboclo batia numa linha do seringal, fazia aqueles roubo medonho, deixava só a casa limpa, que carregava tudo, que caboclo quando rouba é assim quando a casa ... tinha deles que ainda botava fogo na casa. Carregava tudo, chegava só via a parede, mais nada. Ai ele batia no rastro dele, andava não sei quantos dias, na mata.<sup>18</sup>*

\*\*\*

*Mariana- Mas devia ser muito feio. Matava um horror de índio assim, diz que faziam uma morte medonha que o sangue cobria os pés.<sup>19</sup>*

\*\*\*

*José Rubens- Tinha lá e tinha no verão eu tenho uma irmã mais véia que passava a noite na porta da sala e o papai ia lá na porta da cozinha com o rifle nas pernas e nós comia e não podia dormi com medo dos índios entrá em casa e invadir, mexiam assim no meio das canas, por dentro das canas, faziam tantas escamotagens, ainda me lembro, era arremedagem de toda qualidade de bicho, ainda me lembro disso tudinho, era perigoso, tinha índio mesmo. Andaram matando gente, mataram uma mulher aqui dentro do Caipora, até os filhos dela ainda moram aqui em cima, os índios eram assim, mataram muita gente, os índios naquele Jordão todos os anos matavam... ainda tem. [...] Ah, tem muita gente que pega né? Pegaram muito índio, o Felizardo, o... ...o Marcelino, finado Leonardo, tudo era matador de índio. [...]pegavam a maloca e metiam balas pra cima e não deixavam ninguém, às vezes traziam as caboclas, algum caboquinho pequeno, as caboclas traziam.<sup>20</sup>*

As descrições de correrias, ouvidas em 1995 da memória de antigos moradores do Alto Juruá assemelham-se em tudo com a descrição de Tastevin, escrita na década de 1920:

*Nada de mais fácil que acabar com uma tribo incômoda. Reúne-se 30 a 50 homens, armados de carabinas de repetição e munidos cada um de uma centena de balas; e, à noite, cerca-se a única cabana, em forma de colmeia de abelhas, onde todo o clã dorme em paz. À aurora, à hora em que os índios se levantam para fazer sua primeira refeição e seus preparativos de caça, um grito combinado dá o sinal, e os assaltantes fazem fogo todos juntos e à vontade.<sup>21</sup>*

Muitas vezes essas correrias eram também feitas com o auxílio de tribos inimigas daquelas a que se queria exterminar. Nesses casos os brancos não precisavam nem “sujar as mãos de sangue”: bastava entregar à tribo “amiga” as armas de fogo que

<sup>18</sup> CUNHA, João e outros. *Entrevista*. 15/06/1995.

<sup>19</sup> NASCIMENTO, Maria Feitosa do. (D. Mariana). *Entrevista* com a participação de Silene, Milton Gomes da Conceição e Ruy Ávila Wolff. 14/11/1995.

<sup>20</sup> PINHEIRO, José Rubens e SOUZA, Aldeni de. *Entrevista*. 08/05/1995.

a tornavam superior no combate. Os Ashaninka, conhecidos na região como “Kampas”, eram utilizados principalmente contra os Amahuaka, segundo Margarete K. Mendes:

*A relação dos Ashaninka com os patrões brancos, sugerida no depoimento de Irori, foi pautada por um interesse específico: utilizar estrategicamente a inimizade tradicional entre Ashaninka e Amahuaka. Para os brancos, a vinda dos Ashaninka era um benefício, já que eles formaram um batalhão único em uma guerra para a qual os brancos não tinham preparo algum. Os patrões, por sua vez, ao fornecerem armas e munições, fortaleciam a autoridade dos Kuraka em um contexto de guerra que era para os Ashaninka o prolongamento de uma rivalidade contra inimigos tradicionais. Os Ashaninka, povo de ethos marcadamente guerreiro, estavam fazendo guerra contra seus inimigos tradicionais. Além disso, recebiam em troca os almejados manufaturados, pelos quais cativos de guerra podiam ser trocados.<sup>22</sup>*

Outro exemplo disso é citado por Elsje M. Lagrou, sobre os Kaxinawá do Iboiçu, que teriam sido usados por Felizardo Cerqueira (um conhecido “amansador de índios”) para exterminar os Papavo do Tarauacá.<sup>23</sup>

Apesar destes relatos, e da “superioridade” que as armas de fogo conferiam aos brancos nesta guerra pelo território, os índios resistiam como podiam através de emboscadas e, principalmente, escondendo-se em locais cada vez mais recônditos nas matas. Muitos brancos também morreram nessa guerra, tanto nas “batalhas” conhecidas por correrias, como em ataques que os índios faziam a seringueiros solitários em suas andanças pelas estradas e mesmo em suas barracas. O medo que os seringueiros nutriam dos índios não era infundado, e não é a toa que na capela da Restauração, no rio Tejo, atual Reserva Extrativista do Alto Juruá, há uma grande estátua de São Sebastião, que morreu alvejado por flechas. Sobre este medo e as formas como eram organizadas as correrias, um testemunho muito valioso é o de Alfredo Lustosa Cabral, que viveu na região entre 1897 e 1907.

De uma feita, esse memorialista nos conta que os índios katukina tinham atacado uma barraca de quatro seringueiros, no rio Tejo, e que devido ao incidente os três patrões da área combinaram uma correria. A expedição durou três dias, mas só

<sup>21</sup> TASTEVIN, C. Le fleuve Murú. *La Geographie*. T. XLIII, 1925, p. 400-422. p. 418-419. (tradução minha).

<sup>22</sup> MENDES, Margarete Kitaka. *Etnografia Preliminar dos Ashaninka da Amazônia Brasileira*. São Paulo: USP, 1991. (Dissertação de Mestrado). p. 42.

<sup>23</sup> LAGROU, Elsje Maria. *Uma etnografia da cultura Kaxinawá. Entre a cobra e o Inca*. Florianópolis: UFSC, 1991. (Dissertação de Mestrado em Antropologia Social).

encontrou rastros de índios. Nesse meio tempo, outro patrão encontrou os índios e tentou exterminá-los:

*... foram surpreendidos com uma notícia desoladora: João Batista, proprietário do seringal São Francisco, próximo aos nossos, à frente de oito homens, teve a ousadia de perseguir os katukinas. Localizou-os e travou luta com os mesmos. Viu-se forçado a recuar com seus companheiros e, ao transpor um igarapé, caiu varado por flecha mortífera. Enquanto o sepultavam na areia do riacho, faziam disparos à toa para afugentar o inimigo.[...] Após o enterro do cadáver, correram espavoridos para o barracão São Francisco, gastando, ainda, três dias na viagem, arrependidos de se terem envolvido em tão desastrosa empresa.<sup>24</sup>*

Ou seja, duas expedições foram frustradas, uma por não encontrar os índios, melhores conhecedores do território, e a outra por perderem mesmo a batalha com os índios. Por outro lado, esta correria não tinha sido organizada por um profissional, como mais tarde passou a ocorrer. À medida da ocupação maior deste território, foram surgindo homens que se especializaram na “arte” da correria e que, por conhecerem melhor os costumes indígenas, obtinham maior sucesso em suas investidas. Em todo o caso esse exemplo mostra que os índios não ficavam passivos frente aos ataques dos brancos, e que resistiram de várias formas, às vezes inclusive obtendo algum sucesso.

O mesmo autor faz uma descrição de uma correria mais organizada:

*Como dissemos noutra parte, a dez horas calculadamente de viagem, na margem oposta do rio, de frente ao seringal Redenção, moravam os katukinas. Atacaram uma barraca de seringueiro no lugar Primavera, próximo do nosso. Mataram três pessoas e roubaram o que haviam encontrado. De pronto foi organizada uma correria. Era preciso ação pronta, decidida, urgente. Compunha-se de vinte homens com trezentos cartuchos Winchester cada um. Redenção forneceu quatro rapazes, o resto foi arranjado em outros seringais. Penetrando na mata, foram dar com as malocas depois de terem andado quase três dias. Roçado enorme, cheio de lavoura, num planalto, e no centro o barracão semelhante a circo de cavalinhos, tendo duas portas, coberto de palha, salientando-se um mastro com lugar para sentar-se o espia que descortinava grande parte do roçado. Tomaram chegada às seis da tarde, hora em que o selvagem costuma estar em casa reunido. Dormiram a certa distância do aceiro. Às cinco da manhã, avançaram formando cerrado tiroteio. Aos gritos alarmantes saíram os índios correndo por uma porta e outra e, nesse momento, os tiros certos dos atacantes punha-os por terra. A mortandade foi grande mas escafederam-se muitos. Aproximando-se do barracão conseguiram prender uns quinze colomis de oito a dez*

anos. Os novinhos deixaram. Voltaram conduzindo macaco, papagaio, arara, mutum, jacamim, arcos, flechas, maqueiras, etc. Cada um que trouxesse uma novidade. Muitos, ao se pôr em contato com essas coisas, vomitavam e as deixavam pelo mato, tal era o almisque. No regresso, os prisioneiros começaram a gritar demais, sendo preciso abandoná-los, deixando-os à toa, perdidos. Outros praticavam selvageria destampando a cabeça dos inocentes com balas. Assim a maloca inteira deslocou-se para lugares distantes sem mais voltar a massacrar os trabalhadores dos seringais dali.<sup>25</sup>

O saldo das correrias, além da “tranquilidade” dos seringueiros, eram muitos mortos, especialmente os homens; algumas meninas, mulheres e crianças pequenas capturadas.

### *De índias a seringueiras*



Grupo de Kaxinawá dos Rios Envira e Tarauacá. (BARROS, vol. I, p. 128)

<sup>24</sup> CABRAL, Alfredo Lustosa. Dez anos no Amazonas (1897-1907). 2ª ed. Brasília: s/ ed., 1984. (1949), p. 40-42.

<sup>25</sup> *Ibidem*, p. 61-62.



Jovem Amahuaca do Alto Juruá, em estado adiantado de gravidez. Foto tirada em 1905 pelos membros da Comissão de Reconhecimento do Rio Juruá, chefiada pelo General Belarmino Mendonça.<sup>26</sup>

A captura de mulheres parece ter sido uma prática muito comum nessas correrias. O Sr José Rubens é que conta:

*José Rubens- [...]as caboclas traziam.*

*Cristina- Traziam e o que faziam com elas?*

*José Rubens- Se juntavam com outros cearenses. Começou mais de caboclos aqui, o cearense vinha do Ceará, vinha solteiro aí se juntava, não tinha mulher, esses pegador de caboclo, amansador trazia as caboclas e se juntava, tem muito cara aí que se ajuntou com cabocla, os cearenses com cabocla.... daí foi aumentando mais.[...]Vendia, os caras que trazia essas caboclas da mata, vendia trocava por rifle.[...] Eles traziam mais e trocavam por rifle, vendiam mais para os patrão. [...] Comprava, trocava por rifle, espingarda, aí vendia pros seringueiros (risos).<sup>27</sup>*

<sup>26</sup> MENDONÇA, Belarmino. Reconhecimento do rio Juruá, 1905. Belo Horizonte: Itatiaia; Acre: Fundação Cultural do Estado do Acre, 1989. (Coleção reconquista do Brasil. 2 série; v. 152). p. 344.

<sup>27</sup> PINHEIRO, José Rubens e SOUZA, Aldeni de. Entrevista. 08/05/1995.

Quem “pegava” uma “cabocla” na correria podia ficar com ela para si ou vendê-la para o patrão, que então a revendia para um outro seringueiro. O preço variava, e podia ser o de uma espingarda, ou, segundo o Sr. João Cunha, uma das pessoas mais idosas que encontrei na região, quatrocentos a quinhentos quilos de borracha, o que equivalia à produção anual de um seringueiro médio (um “bom seringueiro”, nos altos rios, chegava a produzir até uma tonelada de borracha).

Após o apresamento era necessário “amansar a cabocla”, para o que muitas vezes utilizavam-se de práticas bem pouco, digamos, “civilizadas”, tais como amarrá-las e amordaçá-las. É o que conta, entre risos, o Sr. João Cunha:

*era um pau, que as cabocla usavam um pau na boca que era pra não morder, um pau na boca (risos). Botava aqui, aí ela mordida só o pau que tava na boca, mas não mordida gente, (risos) Elas saíam da mata assim, com um pau na boca delas e amarrada.<sup>28</sup>*

Ou como conta a D. Mariquinha:

*[...], eu conheci um velho que ele diz que amansou uma cabocla, ele foi fazer correria e pegou uma cabocla bonita, chegou e amarrou no canto do quarto, todo dia ele levava comida pra ela e a cabocla não queria nada, ela mesma contava que ele levava café né, aquele negócio preto assim e mexia com branco e aí levava.... Ela não sabia o que que era. [...] Aí torrava ovos né e levava e ela não queria, ela passou cinco dias, diz ela que sem comer e sem beber, aí que ela viu que morria mesmo e ele não soltava, ela começou a comer. [...] Inté que um dia, ele foi cortá e ela fugiu, quando ele chegou tinha fugido, tinha carregado tudo dele, ele juntou gente e foi atrás, tava na derradeira vez que ela fugiu, ela ainda fugiu três vezes, essa foi a derradeira vez.<sup>29</sup>*

Quando ouvimos uma história assim, a primeira reação é a revolta. Ouvi uma ainda mais sórdida, sobre uma índia que, não conformada com o cativo, fugia para a mata repetidas vezes. Em uma delas teria subido em uma palmeira de murmurú, que tem grandes espinhos pontiagudos. Seu perseguidor não teve dúvidas: pegou um machado e começou a derrubar a palmeira, até que a índia, não vendo outra saída, desceu e se entregou novamente.<sup>30</sup> Mas o que espanta mais é o modo como as pessoas contam estas histórias, com naturalidade, como algo um tanto excepcional, que não costuma acontecer, mas sem indignação, como anedotas das quais costumam rir. Elas se identificam (mesmo as mulheres) com o seringueiro que “pega” a índia, e não com a índia, na maioria das vezes, mesmo muitas delas sendo também descendentes de índios.

<sup>28</sup> CUNHA, João e outros. *Entrevista*. 15/06/1995.

<sup>29</sup> NASCIMENTO, Maria Pereira do (D. Mariquinha) e NASCIMENTO, Francisco Epifânio (S. Epifânio). *Entrevista*. Com a participação do Sr. José Virgílio de Andrade.

Conversei com duas mulheres filhas de índias “pegas na mata”. Uma delas evitou falar sobre o assunto e suavizou bastante a história da mãe. A outra, entretanto, demonstrou outra forma de encarar sua origem, mostrando até certo orgulho por ser “índia” (embora seu pai fosse cearense), e também deixando claro o preconceito a que está sujeita por ser identificada como “cabocla”.

Vou deixar que Dona Mariana conte a história de sua mãe, D. Regina, para depois analisá-la:

*É. O rapaz pegou, aí na correria ele pegou ela. Aí ele disse para esse chefe, o Joaquim Paraíba. Joaquim, eu peguei uma cabocla, uma indiazinha, e essa indiazinha eu vou ficar com ela. Aí ele disse -é, cê pegou? - Peguei. - Cadê? - Lá está, acolá. Mais os outros índios, os índios mansos, não sabe. Aí ele chamou ela. Ele olhou. - Pode ficar, foi ocê que pegou. Só que quando chegar lá, ela é muito pequeninha, quando chegar lá, você deixa ela numa casa. Aí ele disse - Ora, vou levar pra casa do meu patrão, Cajazeira. Lá eu vou pedir pra Dona Maroca ficar com ela. Aí chegou, na casa do Cajazeira. Com dois anos, o velho Cajazeira disse, Maroca, já tá bom de entregar essa cabocla pro Paraíba. Ela disse, - ah, tá bom. Entregaram pra ele. Ele levou ela pro centro. Aí quando foi, ela passou dois anos mais ele. Aí teve um menino, um meninozinho. Aí ele morreu, o menino. Aí ela tava gestante de novo, aí ele morreu, ela ficou só.[...] Que não tinha sorte a minha mãe. [...] Ela se ajuntou-se com o primeiro que pegou ela, o rapaz, aí quando tava com dois anos aí ele morreu, ela ficou só, aí se ajuntou-se com um cearense, aí passou cinco anos mais esse cearense, aí ele era muito malvado pra ela, judiava muito, ela deixou. Aí foi e ficou na casa desse compadre dela, esse velho, aí passou bem dois anos com esse compadre dela, todos dois era cearense. Aí tinha um rapaz, pernambucano, aí se engraçou-se dela, foi lá, foi ela morar mais ele, ela disse que queria. Aí quando tava um ano mais ele aí ela teve um menino, aí mandaram uma carta de Pernambuco pra ele, mataram o irmão dele. Aí ele trabalhou esse outro verão, e quando foi no fim desse verão aí ele baixou pra ir visitar a mãe dele. Quando chegou lá, aí ele fez um dano medonho na família do pessoal que mataram o irmão dele. Aí lá vem ele pro Amazonas de novo, pro Amazonas. Quando ele chegou no porto de Manaus, no dia que ele desembarcou do trem, pra no outro dia pegar o navio que era pra vir s'embora, aí mataram ele.*

*[...] Ela tratava muito do pessoal, quando tava doente, com mato, não sabe? Essas coisas. Ela conhecia muito mato. Todo mundo gostava dela, mandava chamar ela pra fazer remédio, tratar, pessoas baleado, doente, [...] nos pés, tem uma doença feia que o povo chama boubá né, aí o pessoal pegava e ela foi quem tratou do pessoal tudinho daqui.*

---

<sup>30</sup> História contada pelo Sr. José Virgílio de Andrade em conversa informal, não gravada.



*Cristina- Ela sabia, esses conhecimentos que ela tinha de mato ela já sabia lá dos índios?*

*Mariana- Era. Do tempo que vivia na mata, era pequena mas uma menina deste tamanho (aponta uma das netas, com uns 11 anos), mostra as coisas sabe de tudo né. Pois bem, quando pegaram ela era menina assim, aí no outro ano que começaram a nascer peitinho que entregaram. Eu sei que ela contava isso pra mim.*<sup>31</sup>

Quando se ouve um relato assim, a impressão que se tem da questão da captura das índias é um pouco diferente dos relatos anteriores. Embora a violência da captura e do “amansamento” continuem, neste relato a índia aparece também como sujeito, não somente como objeto da captura, mas também alguém que sofre, que deixa um homem, que junta-se com outro, que tem filhos, que aprende e exerce um ofício (no caso o de curandeira e parteira). Se perdemos esta perspectiva, caímos em uma vitimização da mulher indígena, que não oferece nada para o futuro, pois fala somente de derrotas, de subjugação e de esquecimento. Fazemos com elas mais uma violência. Ao contrário, pensar estas mulheres também como sujeitos, que interagem com outros na sociedade dos seringais, pode nos trazer muitos elementos novos para a compreensão desta sociedade.

No relato acima, D. Mariana conta resumidamente uma parte da vida de D. Regina, uma índia, “pega na mata”, em uma correria, por um seringueiro, com o intuito de fazer dela sua “mulher”. Ele a captura, mas como ela parece ainda muito menina, o “chefe” da correria sugere que a deixe na casa de uma família para que chegue em uma idade aceitável para a relação conjugal. É interessante notar que o costume de “casar” muito cedo era uma característica não só no seringal (e ainda hoje vêm-se meninas muito novas, de 14, 15 anos “fugindo” ou mesmo casando-se com a anuência dos pais)<sup>32</sup>: pelo que pude apurar sobre os índios da região, na cultura destes era também comum o “casamento” de meninas de 13 anos ou até menos.<sup>33</sup> A diferença etária, porém, certamente contribuía para uma ainda maior desproporcionalidade na relação

<sup>31</sup>NASCIMENTO, Maria Feitosa do. (D. Mariana). *Entrevista* com a participação de Silene, Milton Gomes da Conceição e Ruy Ávila Wolff. 14/11/1995.

<sup>32</sup> Casar, aqui, não significa necessariamente passar por todo o procedimento civil e religioso. “Fugir”, que para muitos é o mesmo que “roubar a moça”, é uma prática comum na região e significa que, normalmente após uma festa, a moça sai com o rapaz e iniciam sua vida conjugal com uma relação sexual, mesmo que seus pais sejam contrários à união.

<sup>33</sup> BRANCO, J. M. B. C. p. 51e 52, sobre os Poianauas e Kaxinauas; TASTEVIN, C. *Quelques considerations ...*, p. 149, sobre Kanamaris, Katawisis e Kurinas, por exemplo.

entre índias e seringueiros, pelo menos nessa primeira experiência conjugal da índia com o seu captor ou com aquele a quem fosse entregue.



Segundo Castello Branco sobrinho, a índia Marianna (Mariruni) seria a última sobrevivente da tribo dos “náua”.<sup>34</sup>

Depois, como mostra a continuidade do relato, ela acabava por ter mais chance de escolher um companheiro, ou ficar sozinha, deixando aqueles que a tratavam mal e juntando-se com quem simpatizasse, ou ainda exercendo um ofício e contando com a proteção de compadres. No caso da D. Regina, o ofício de parteira e curandeira propiciou uma rede de relações que deve ter lhe proporcionado um pouco mais de autonomia. Segundo Dona Raimunda, sogra de D. Mariana, as índias “pegas na mata” geralmente tinham esta possibilidade de escolher seus companheiros, assim como as outras mulheres, como ela própria, filha de cearenses, que deixou o primeiro marido que a maltratava:

<sup>34</sup> BRANCO SOBRINHO, O Juruá Federal ... p. 601.

*É, mas os cariu, os brasileiros, ficavam com elas. Tinha era muito brasileiro junto com cabocla. Era muito deles... se acostumavam. Aqueles que ou...se ajuntava assim e era o companheiro era ruim pra elas, elas deixavam. [...] Deixavam e se ajuntavam com outro. Não ia mais pro mato não.<sup>35</sup>*

Voltar para a mata não era mais uma opção possível. As índias sabiam muito bem que mesmo que encontrassem seus parentes de novo, em pouco tempo seu destino seria o mesmo, ser caçada e aprisionada. Dona Mariana, em entrevista a Mariana Pantoja Franco, conta que quando sua mãe foi capturada, junto com uma irmã, elas procuraram fugir, mas foram aconselhadas a não tentar mais por sua madrasta, também capturada:

*Ai a cabocla velha cortou giria para elas: “minhas filhas, o que foi que vocês fizeram que deixaram esses bichos pegar nós? Olha o meu estado”. Ai elas dizem que choraram lá perto da madrasta delas, ai disseram que eles tinham pegado elas por isso. Elas iam fugir, elas disseram assim: “nós viemos, mas nós vamos se embora”. Ai a madrasta disse para elas: “minhas filhas, não vão mais se embora, nós não tem mais ninguém, mataram tudo do nosso pessoal, mataram tudo, tudo, tudo, e não escapou nem os pequenininhos, mataram com a ponta de faca, sacudia e aparava com a faca. Mataram tudinho, não deixou ninguém.<sup>36</sup>*

Para confrontar estes relatos da memória com documentos de época contamos com uns poucos processos judiciais que envolvem índias. Em um deles, aberto em 1904, ficamos sabendo que um morador do Rio Tejo, Joaquim Januário Pereira Filho, viúvo de 40 anos, teria “pego para criar” um casal de índios. Algum tempo mais tarde, a índia Andreza teria se tornado sua “amásia”. Um seringueiro vizinho, entretanto, Raimundo Luís da Silva, embora fosse casado, achou-se também no direito de ter relações sexuais com a moça, forçando-a, o que deu motivo a Joaquim para assassiná-lo.<sup>37</sup> Quando da reabertura do processo, em 1918, porém, o réu Joaquim não foi encontrado, tendo uma testemunha afirmado que havia morrido no Tarauacá. De Andreza não sabemos nada, mas por certo encontrou outro companheiro.

O que este processo nos propicia é a confirmação de que havia índias “pegas em correrias”, no caso, além de uma menina, o seringueiro havia pego também um

<sup>35</sup> CONCEIÇÃO, Raimunda Gomes da. *Entrevista*. 03/03/1995. Cariu é como os índios da região chamam os “não índios”, que, na verdade, não são necessariamente brancos.

<sup>36</sup> NASCIMENTO, Maria Feitosa do (D. Mariana). *Entrevista concedida a Mariana Pantoja Franco*. Setembro de 1994.

<sup>37</sup> Fórum Municipal de Cruzeiro do Sul, Processo n° 87, reaberto em 22/01/1918. (Inquérito policial iniciado em novembro de 1904, Vila Thaumaturgo, Processo aberto em 31/01/1905) Ficha 18.03.

menino. Ambos viviam com ele e formavam um grupo familiar. A diferença de idade da índia e do seu “amásio” também chama a atenção. Ela devia ser recém púbere já que Joaquim, segundo o processo, teria esperado algum tempo após a captura para manter relações sexuais com ela, e este tinha 40 anos. No entanto, como vimos em capítulo anterior, esta diferença etária era comum não só em casos de uniões de seringueiros com índias, mas também entre seringueiros e filhas de nordestinos.

Outro processo trata do assassinato de um índio, chamado Manoel Sardinha, que passava por uma praia com uma índia, tendo seus assassinos a intenção de apoderar-se da mesma.

*André Avelino de Souza, no dia 05/09/1906 pelas 16 h, assassinou com um tiro de espingarda o índio Manoel Sardinha, no lugar "Prainha", no Rio Tejo. O seringueiro André estava indo defumar com seus companheiros Francisco Alves de Souza e Manoel Ivo; quando passou em frente à barraca um casal de índios que os cumprimentaram dizendo - "Boa Tarde", no que Francisco convidou seus companheiros para perseguirem o casal de índios, que desciam a pé o Rio Tejo, e matarem o índio para poderem ficar com a índia para eles. Manoel Ivo não concordou, saindo André e Francisco em perseguição dos índios. No caminho Francisco, arrependido da proposta, desistiu da perseguição e André não quis voltar, continuando a perseguir os índios, alcançando-os e a índia conseguiu fugir entrando na mata. Pelas 5:30 da tarde volta André com 2 espingardas, sendo que uma delas pertencia ao índio e mais um saco encauchado, com mantimentos que levava a índia. Na manhã seguinte André convidou seus companheiros para enterrarem o índio, o que foi feito.<sup>38</sup>*

Matar o índio para ficar com sua companheira pareceu aos seringueiros algo que podia ser feito sem maiores problemas, o que de fato ocorreu com a impunidade que a morosidade judiciária propiciou aos assassinos. Só não contavam com a destreza da índia que conseguiu fugir de seus perseguidores. Fatos como este, porém, mais uma vez, não estão relacionados somente a índios, pois também há casos semelhantes em que um “cearense” é morto ou ameaçado de morte em função do roubo de sua mulher.

Mas como será que era a relação destas índias com os “carius”? Como será que se dava esta “passagem” da cultura indígena para a cultura ocidental? Até que ponto elas realmente “tornavam-se” ocidentais e até que ponto criavam novas formas culturais?

<sup>38</sup> Fórum Municipal de Cruzeiro do Sul, Processo n.º 34 de 26/01/1916. ( Inquérito policial aberto em 1906, tendo saído o processo do cartório apenas em 1916, quando o réu não foi encontrado)

Temos algumas pistas. Embora estas mulheres fossem integradas à força na sociedade dos seringais, elas mantinham muito de seu conhecimento, costumes, hábitos alimentícios, crenças, passando-os para seus filhos e disseminando-os no novo modo de vida que se criava, especialmente após o início da crise do preço da borracha. Tastevin, em suas andanças pelo Alto Juruá, procurava entrar em contato com estas índias, pois elas podiam ajudá-lo a entender as línguas indígenas que tanto lhe interessavam.

*Na viagem, eu casei uma índia Capanaua com um Branco. Ela me forneceu um vocabulário de sua língua, que é falada pelas numerosas tribos nauas dos arredores: Jaminauas, Cachinauas, Contanauas, Aranauas, Chipinauas, etc. [...] Aprendi desta mulher uma particularidade interessante: todos estes índios têm horror do sal. Fazem dez anos que ela vive em companhia de um branco e não pôde até este dia se habituar à cozinha salgada. Ela faz todos os dias duas comidas: uma para ela, em que não entra nada de salgado, e uma para seu marido.<sup>39</sup>*

Através deste relato, ficamos sabendo que estas mulheres não perdiam sua língua, apesar de muitas serem incorporadas aos seringais ainda muito jovens. Só que não passavam esta língua para os filhos. D. Mariana conta que sua mãe, embora soubesse a língua de sua tribo, os Neanauas, tendo sido “pega” ainda pequena, não a ensinou à filha:

*Ela não tinha muita lembrança assim do mato, sabe? Mas muitas coisas ela contava. Agora só o que a minha mãe nunca me ensinou foi falar na linguagem deles. Nunca me ensinou, eu não sei.<sup>40</sup>*

Em compensação, mantinham muitos hábitos e costumes indígenas, como no caso a que o Padre se refere, o consumo de sal.<sup>41</sup> Embora não passassem sua língua adiante, várias índias aproveitavam-se de conhecimentos aprendidos entre os índios para sobreviver nos seringais. O Padre Tastevin fala que encontrou “feiticeiras” índias no Jordão e no Tarauacá:

*Eu encontrei no Jordão e no Tarauacá duas mulheres que dedicavam como feiticeiras ao comércio dos Espíritos. Eram todas as duas viúvas de um Kachinaua que tinha*

<sup>39</sup> TASTEVIN, Pe. Constant. En Amazonie. Les Missions Catholiques. 56(9-11), 57 (20-23) 1914. p. 22. (trad. minha)

<sup>40</sup> NASCIMENTO, Maria Feitosa do. (D. Mariana). Entrevista com a participação de Silene, Milton Gomes da Conceição e Ruy Ávila Wolff. 14/11/1995.

<sup>41</sup> Em sua etnografia dos Katukina, a antropóloga Edilene Coffaci de Lima menciona que estes consideram tanto o sal como o açúcar nocivos a saúde. Cf. LIMA, E. C. Katukina: História e organização social de um grupo Pano do Alto Juruá. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1994. (dissertação de mestrado).

*morrido recentemente entre os Jaminaua do S. Luiz. A mais jovem bebia o honi como um homem, e passava grande parte da noite na floresta, não longe do campo. Escutava-se ela conversar, cantar, assobiar, e os cabelos se arrepiavam. Conseguiu conquistar um homem casado no Jordão, que repudiou sua mulher para se unir a ela. Era uma bela e gorda índia.<sup>42</sup>*

Da mesma forma, a mãe de D. Mariana exercia os ofícios de parteira e curandeira, tendo lhe ensinado muitos de seus “remédios da mata”.

O Padre Tastevin, neste relato fala também do *honi*, beberagem hoje conhecida na região como “cipó”, “ayahuasca” ou “Daime”, que consiste num chá feito de um cipó e uma folha da mata com propriedades alucinógenas. Era, e é ainda, bebido pelos índios das diversas tribos da região, com finalidades rituais. Embora em alguns destes grupos o consumo não seja proibido às mulheres, elas se abstém de bebe-lo por medo. Da mesma forma observamos na região, entre os seringueiros, que raras são as mulheres que bebem o cipó, embora muitos homens o façam. Elas falam que têm medo de ver coisas que não gostariam, como cobras e feras. Além disso para elas é mais difícil deslocar-se à noite para os encontros dos que bebem o cipó, pois tem que cuidar dos filhos.

### ***A floresta como despensa***

Muitos são os recursos da floresta, usados no dia a dia dos seringais do Alto Juruá. Diversas espécies vegetais são usadas para a alimentação; remédios; construção de casas; alimentação de animais domésticos; confecção de cordas, esteiras, cestos e outros utensílios; combustível; cosméticos; construção de canoas, entre outros usos.<sup>43</sup> Como já vimos no capítulo anterior, estes recursos tornaram-se muito importantes para a vida dos seringais, especialmente a partir da crise do preço da borracha, em 1912, quando as mercadorias manufaturadas e importadas precisaram ser substituídas por produtos da região.

<sup>42</sup> TASTEVIN, Pe. C. Le Haut Tarauacá. *La Geographie*. T. XLV, janvier-fevrier, 1926, p. 34-54.; 158-175 p.174.

<sup>43</sup> Ver KAINER, Karen A e DURYEY, Mary L. Aproveitando a sabedoria das mulheres: o uso de recursos florísticos em Reservas Extrativistas. Publicado em inglês em 1992, sob o título “Tapping women’s knowledge: a study of plant resource use in extractive reserves. *Economic Botany*, 46 (4): 408-25. (Tradução: Acervo PESACRE, Rio Branco/AC)

Para os índios, o uso dos recursos florestais certamente foi se aperfeiçoando ao longo dos séculos de convivência com a floresta. Os diversos povos indígenas têm interagido com esta floresta de formas diversificadas mas sustentáveis, inclusive plantando ou favorecendo o crescimento de espécies que lhes são úteis, domesticando plantas, ou mesmo praticando a extração simplesmente, mas numa escala em que normalmente a reposição dos espécimes coletados pode se dar sem maiores problemas de forma natural. Como será então que pessoas de outras regiões, especialmente do nordeste do país, vindos de lugares com condições naturais tão diferentes, puderam criar uma intimidade tão grande com a Floresta Amazônica, nestes cem anos de existência dos seringais?

Em parte, esta “intimidade com a floresta” foi criada a partir do próprio trabalho do seringueiro, em sua lida diária, percorrendo as “estradas” abertas na mata e aos poucos conhecendo as plantas, os animais, o solo, os rios e igarapés, as épocas de chuva e seca. Porém, certamente, aprenderam muito com os “caboclos” - índios e mestiços - que cedo foram incorporados aos seringais como caçadores, agricultores, seringueiros e mateiros, no caso dos homens, ou como mulheres de seringueiros.

Alfredo Lustosa Cabral conta sobre os “mariscadores”, especialistas na pesca, contratados pelos patrões para fornecer peixe ao Barracão:

*O mariscador do seringal Nova Esperança, no Juruá, onde estive, chamava-se João Francisco. Era um caboclo simpático, de dezoito anos presumíveis, fumador e tocadour de harmônica. Ganhava trezentos mil réis por mês, com outras vantagens - refeição, tabaco, fósforos, etc. Sustentava o barracão, diariamente, de peixe e caça, em abundância. Almoçava-se, jantava-se e ceava-se peixe. Desconfiado como era, tornava-se necessário tratá-lo com desvelo, do contrário ia-se para outro seringal, onde era acolhido, estimado e querido.<sup>44</sup> (grifo meu)*

Da mesma forma, este costume dos patrões nos é confirmado por Francisco Peres de Lima, como sendo usado em todo o Acre:

*O patrão, por mais rico que seja, dispondo de recursos para a subsistência de sua gente, tais como criação de gado, de porco, de galinhas, de patos, de gansos, de carneiros e até de animais selvagens domesticados, não dispensa de ter um ou mais caboclos experimentados na arte da caça e da pesca. Geralmente esses homens são familiarizados com os animais do mato, conhecendo todos os seus pormenores.*

<sup>44</sup> CABRAL, Alfredo Lustosa, p. 117.

*Arremedam os seus assovios, os seus berros, os seus uivos, sabendo até, com certa precisão, o lugar onde os mesmos andam e repousam.*<sup>45</sup> (grifo meu)

Assim como eram especialistas na pesca ou na caça, esses “caboclos” podiam sê-lo na agricultura. José Coutinho de Oliveira escreve seu livro sobre o folclore amazônico colocando histórias na boca de um personagem, Pedro Cachinauá, inspirado segundo o autor em personagem real. Pedro Cachinauá era empregado de um patrão, Coronel Xirico, que confiava nele para saber as épocas e técnicas de plantio, bem como para realizar a tarefa com presteza: *“Xirico tinha mais confiança na experiência do gentio do que na ciência dos doutores”*.<sup>46</sup>

Assim também, diversos objetos de cestaria, muito usados na região, são oriundos de técnicas indígenas, embora existam os reconhecidos como feitos pelos “cariu”, certamente com técnica já trazida do Ceará. Foi D. Mariana que me explicou isso, quando perguntei-lhe com quem ela tinha aprendido a fazer as esteiras e cestas que costuma fazer. Ela me disse que havia aprendido com sua mãe, que era índia, mas somente coisas de palha de ouricuri.<sup>47</sup> E que os cariuzos faziam painéis e outros tipos de cestos de cipó, que sua mãe não sabia fazer.<sup>48</sup>

O que estou tentando mostrar é que o modo de vida criado nos seringais a partir, principalmente, da crise de 1912, quando a necessidade fez com que os seringueiros tivessem cada vez mais que tornar-se conhecedores da floresta, fazendo dela sua “despensa”, é grande devedor de técnicas, práticas, conhecimentos e crenças indígenas. E que isto também é o resultado da convivência dos seringueiros com índios e índias, que se tornaram parte da população dos seringais através de várias formas, que vão desde sua captura em correrias até a incorporação de tribos inteiras aos seringais.

Outro domínio, em que parece que a tecnologia e as crenças indígenas foram bastante incorporadas pelos seringueiros, é o da caça. A caça é uma atividade considerada essencialmente masculina, tanto nas culturas indígenas quanto nos

<sup>45</sup> LIMA, Francisco Peres. *Folclore Acreano*. Rio de Janeiro: Tipografia Batista de Souza, s/d. p. 97.

<sup>46</sup> OLIVEIRA, José Coutinho de. *Folclore Amazônico*. Lendas. Vol. I. Belém: Ed. São José, 1951. p. 15-16.

<sup>47</sup> A palmeira ouricuri está associada aos índios também de outras formas. O Geógrafo Carlos Walter Porto Gonçalves relatou que em trabalho de campo no rio Ouro Preto, Rondônia, os seringueiros lhe falaram que onde se encontra ouricuri é terra boa de se plantar pois era terra onde os índios plantavam. Comunicação oral em 05/07/1997.

<sup>48</sup> NASCIMENTO, Maria Feitosa do. (D. Mariana). *Entrevista* com a participação de Silene, Milton Gomes da Conceição e Ruy Ávila Wolff. 14/11/1995.



seringais, embora de vez em quando se ouça falar de mulheres que caçam ou caçaram, e absolutamente todas as mulheres que entrevistei tinham alguma aventura ligada a caça ou a encontros com onças para contar. Entretanto, há todo um conjunto de crenças ligadas à caça, bem como procedimentos que cabem às mulheres: depois que a caça é trazida para casa, ela é das mulheres que limpam, cozinham e distribuem a carne.<sup>49</sup> Lendo textos que falam destas crenças e das tecnologias indígenas, reconheci muitas práticas que observei no Alto Juruá entre os seringueiros. Para os Katukina, grupo Pano formado provavelmente de remanescentes de vários grupos “nauas” anteriores à conquista, por exemplo:

*As causas da falta de sorte na caça são sempre incertas, uma das explicações possíveis é terem-se mantido relações sexuais com mulheres menstruadas. Uma outra relaciona-se ainda às mulheres e ao sangue. Segundo os Katukina, as mulheres podem acabar com a sorte do caçador pisando sobre o sangue ou enterrando pedaços de um animal que ele tenha abatido e urinando sobre o local. [...] Quando os homens retornam da caça, são as mulheres, esposas ou mães quem limpam, preparam e distribuem a carne. Primeiramente elas queimam o pêlo e limpam o animal. Após colocarem a carne para assar ou cozinhar, imediatamente elas lavam o chão da casa nos locais onde há sangue. Assim fazem para evitar que alguma mulher possa pisar sobre o local e comprometer o desempenho como caçador de seu marido ou filho. Porém, resta sempre a possibilidade de darem um pedaço de carne a alguma mulher que possa enterrá-lo.<sup>50</sup>*

Entre os seringueiros do Alto Juruá, mesmo aqueles que tem ascendência exclusivamente “cearense”, há semelhanças muito grandes com estas práticas. Eles acreditam que um caçador possa estar “panema”, ou seja, sem sorte na caça por motivos normalmente relacionados às mulheres tais como que uma mulher pise sobre o sangue da caça, ou que dê um pedaço desta para um cachorro, entre outros.<sup>51</sup> Para “tirar a panema” recorrem também aos conhecimentos indígenas.<sup>52</sup> Uma das formas de aliviar esta má sorte é usar o que chamam de “injeção de sapo”. Aquino e Iglésias

<sup>49</sup> Apesar disso, como me alertou Mariana Pantoja Franco, muitas vezes os homens se encarregam de tirar o pelo, o couro e esquarterar a caça maior como veados, macacos e caititus.

<sup>50</sup> LIMA, Edilene Coffaci, p. 80.

<sup>51</sup> Devo as informações sobre isso especialmente a José Virgílio de Andrade (Zé do Lopes), Antônio Caxixa e Pedro Gomes do Nascimento, em conversas informais durante minha estada na REAJ, em 1995.

<sup>52</sup> Entretanto, a noção de panema, e mesmo a palavra panema, pode ter chegado à região através da migração nordestina, já que Florival Seraine se refere a ela em seu estudo de Folclore cearense. SERAINE, Florival. Folclore Brasileiro. Ceará. Rio de Janeiro: FUNARTE, s/d. p. 12. Cita a palavra panema como uma contribuição indígena ao vocabulário cearense.

contam que os Kaxinawá do Jordão usam esta “injeção de sapo” no ritual de iniciação de seus jovens, o *nixpú pimá* :

*... todos os jovens beberam muita caiçuma de milho verde ralo e depois tomaram injeção de sapo, que consiste em injetar na corrente sanguínea, através de leves queimaduras na pele dos braços, ou na barriga, , um pó amarelado de um veneno de um sapo denominado kempú. O uso deste veneno, [...] além de inebriar seus participantes, provocava-lhes muitos vômitos. Justificavam os Kaxinawá do Jordão que a injeção de sapo é importante não só para retirar o nixpú que ficou no estômago dos participantes, mas também para lhes dar muita saúde e disposição para as tarefas de trabalho que terão a responsabilidade dali em diante. No contexto das atividades de caça, essa injeção de sapo é ainda utilizada para retirar panema , ou má sorte, de muitos caçadores enrascados, ou seja, que vão caçar seguidas vezes, mas não matam nenhuma caça.<sup>53</sup>*

Além disso, dizem que algumas mulheres mais velhas, especialmente algumas descendentes de índios, sabem como tirar panema, através de vários rituais. O folclorista Francisco Peres de Lima se refere às “mandingueiras” que tiram panema a força de banhos de ervas e raízes.

*“Quando alguém está panêma toma um banho de casca de *envirataia* ou de raiz de *paxiubinha*, com uma cuia, molhando os braços e as pernas ou então leva uma surra com um cipó de mato, numa sexta-feira. Também usam difumar o panemento com ninho de *caurê*, posto sobre brazas ou com erva de *crajirú* queimada. Esta cura tem que ser feita em jejum. Não se pode beber, comer nem falar. Se não dá resultado, a mandingueira faz outra cura e se esta não tirar a *panêma* o caçador fica *sarú*, nunca mais matará caça, ficará pesado para toda a vida.”* (negrito do autor, grifo meu)<sup>54</sup>

Talvez as mulheres possam “tirar” a panema, afinal, segundo a maioria das crenças, são elas que “colocam”, comendo a caça estando menstruadas ou grávidas, pisando no sangue, enterrando ossos no fogão, etc. De certa forma, é a elas que “pertence” o produto da caça. Elas recebem o animal morto e o transformam em alimento para a família e para seus parentes ou vizinhos. E isto acontece tanto entre os índios como entre os seringueiros. Quando os homens (maridos, irmãos, filhos) chegam com a caça, as mulheres limpam os animais queimando o pelo, tirando o couro e as vísceras, cortando a carne segundo todo um conhecimento de que parte serve para

<sup>53</sup> AQUINO, T. T. e IGLÉSIAS, M. P., p. 99-100.

<sup>54</sup> LIMA, Francisco Peres de, p. 101. Sobre isto ver também WAGLEY, Charles. Uma comunidade amazônica: estudo do homem nos trópicos. Trad. De Clotilde da Silva Costa. 3 ed., Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1988 (1953). p. 96-97.

o que. Partes são cozidas com caldo, assadas sobre as brasas (raramente) e outras são “retalhadas”, ou seja, cortadas em fatias finíssimas que são salgadas e secas ao sol para serem posteriormente consumidas. Isso, é claro, se for uma caça grande, pois se forem “embiaras”, pequenos animais ou aves, são comidas de uma vez, normalmente em caldos. Geralmente a caça maior é dividida entre vizinhos, que podem ser ou não parentes, em acordos que variam: metade, um quarto... A isso chama-se “vizinhar” a caça, e requer reciprocidade. É uma instituição bastante interessante, pois nem sempre todos têm a mesma sorte na caça todos os dias. Afinal, como diz o ditado: um dia é da caça, outro é do caçador.

Outra questão importante sobre a caça, e que também aproxima índios e seringueiros, é a importância que se dá à carne de caça como alimento. No tempo em que morei na Reserva Extrativista do Alto Juruá isto ficou bastante claro em várias situações. Numa delas ouvimos o filho de um vizinho dizer, ao final da tarde, que estavam o dia todo sem comer. Ficamos assustados, pois tratava-se de uma família com umas seis crianças, duas adolescentes e dois adultos. Interrogando melhor o menino, ficamos sabendo que eles tinham comido sim: macaxeira, banana, leite. Mas não tinham comido carne de nenhuma espécie, e isto era o mesmo que “não comer nada”. Outro vizinho nos afirmou muitas vezes, espantado com nossas refeições muitas vezes vegetarianas, que até comia carne de porco, galinha ou boi, mas só em caso de necessidade, pois gostava mesmo é de carne de caça. Comer sem carne, para ele, também não é comer. Eles comem peixes, mas o peixe não tem o mesmo prestígio da caça.

Para os índios da região, a caça e a carne obtida através dela têm também uma importância muito grande. Segundo Edilene C. Lima, para os Katukina:

*A carne é o item da dieta mais apreciado por todos. Aconteceu algumas vezes de faltar carne por 2 ou 3 dias, todos reclamavam e embora estivessem se alimentando com macaxeira, batata-doce e banana, afirmavam: 'faz três dias que não como nada'.<sup>55</sup>*

Para os Kaxinawá do Jordão, segundo Aquino e Iglésias, embora hoje o equilíbrio seja a questão chave para o “viver bem”, o que implica em pesos semelhantes para as várias atividades: caça, pesca, agricultura, extração da borracha, coleta e artesanato, a carne de caça também é muito valorizada.

---

<sup>55</sup> LIMA, E. C., p. 80.

*Quando os Kaxinawá não viviam em contato com o mundo dos seringais, a caça era considerada a maior paixão de um homem, só comparável ao sexo. Era através da caça e de sua habilidade como caçador que o homem **huni kuin** alcançava prestígio e status social dentro de sua comunidade. Um homem era considerado generoso quanto maior fosse a quantidade de carne que sua(s) esposa(s) distribuía(m) entre as distintas famílias extensas de sua aldeia.<sup>56</sup>*

Depois que passaram a trabalhar para patrões brancos como seringueiros, os Kaxinawá incorporaram as “mercadorias” (manufaturados e alimentos importados) como signos de prestígio maior que a caça. Entretanto, a caça é tão importante para os seringueiros hoje, que muitas famílias mudam de colocação em função da maior abundância deste recurso, e para ser considerado um bom marido um homem deve trazer caça regularmente para casa.

### **Índios-seringueiros**

Não eram somente mulheres que eram capturadas em correrias. Era comum também trazer-se meninos para “amansar”, ou ainda, através de diversos meios, colocar aldeias inteiras no serviço da borracha ou em outros tipos de serviço, especialmente quando a borracha perdeu parte de seu valor que a justificava como produto exclusivo da região. Na região do Alto Juruá foi bastante comum o aproveitamento de grupos indígenas como mão de obra nos seringais, diferentemente da região do Rio Acre, onde tal prática não ocorreu de forma significativa.<sup>57</sup>

Os Kaxinawá do Jordão são um exemplo desta prática. Os Kaxinawá, que se autodenominam *Huni kuin*, pertencem ao grupo lingüístico Pano, e são o grupo indígena mais numeroso da região. A história de sua transformação em índios-seringueiros começou com um patrão um pouco diferente dos demais, chamado Ângelo Ferreira, que possuía vários seringais no rio Tarauacá. Segundo Aquino e Iglésias:

<sup>56</sup> AQUINO, T. T. e IGLÉSIAS, M. P. , p. 116-117.

<sup>57</sup> Sobre isto são interessantes duas passagens do livro *A Gazeta do Purus* : “Em 1918 ainda restavam alguns indígenas no Alto Purus, Iaco e Chandles, embora os do Aquiri já estivessem praticamente extintos.” p. 147; e na página 148 o autor se remete a informações do Documento *Os Servos de Maria na Prelazia do Acre, de Villani e Barbero*, Rio de Janeiro, 1926: “A Prelazia do Acre, em 1926, informava, que sob sua jurisdição religiosa estavam 40 mil civilizados de Rio Branco, Xapuri e Brasiléia e os 18 mil civilizados e 2 mil índios de Sena Madureira ...”. LOUREIRO, Antônio José Souto. *A Gazeta do Purus*. 2 ed. Manaus: Imprensa Oficial, 1986.

*Diferentemente dos demais patrões do rio Tarauacá, o cearense Ângelo Ferreira procurou incorporar os membros de populações indígenas (Kaxinawá, Yawanawá, Rununawa, Iskinawa) em seus seringais localizados nas margens do Tarauacá e nos igarapés Lupuna e Apuanã. Além de trabalhar com brasileiros e poucos peruanos, Ângelo Ferreira começou a utilizar os índios na realização de tarefas necessárias ao funcionamento de seus seringais (por exemplo, fornecer peixe e carne de caça, fazer transporte de mercadorias e borracha). Os Kaxinawá trabalharam também na abertura de varadouros, ramais e rodagens que Ângelo Ferreira mandou abrir para ligar seus seringais do rio Tarauacá a outros localizados nos rios Gregório, Acuráua e Murú.<sup>58</sup>*

Após o assassinato de Ângelo Ferreira, em 1909, por um de seus arrendatários, Felizardo Cerqueira levou uma parte dos índios que trabalhavam com o antigo patrão para o rio Iboiçu, e de lá, após vários percalços, para o rio Jordão. Felizardo Cerqueira passou a utilizar os Kaxinawá para afugentar outros índios da região, prestando assim serviços para os patrões locais, até que começou a gerenciar o seringal Revisão, nas cabeceiras do rio Jordão. Lá os Kaxinawá tornaram-se também seringueiros e realizavam todos os trabalhos do seringal.

Felizardo Cerqueira é uma figura emblemática no Alto Juruá. Ele costumava tatuar no braço de cada índio ou índia a seu serviço as iniciais de seu nome, FC, o que se por um lado parece algo como “marcar o gado”, tinha também a finalidade de fazer com que os índios fossem reconhecidos como “mansos”, e não fossem importunados pelos seringueiros. Ele tinha também várias mulheres indígenas, e vários filhos com elas, criando assim com os Kaxinawá uma série de relações de parentesco. Era considerado pelos índios como um “bom patrão”. O seguinte depoimento de um Kaxinawá, citado por Aquino e Iglésias, é bastante revelador:

*Felizardo Cerqueira amansava caboclo, dava mercadoria para nós caboclo. Agradava o velho, o menino. Felizardo e Ângelo Ferreira amansava caboclo pra trabaiá pra ele. Nós tudo aqui trabalhamos com Felizardo. Ele dizia que tinha pra mais de oitenta filho com as cabocla. Eu mesmo ele me ajudou a fazer. Felizardo amansava caboclo e depois botava a marca (FC) pra saber que era dele, que foi ele que amansou. [...] (Sueiro Sales Cerqueira, velho shaneibú Kaxinawá do rio Jordão)<sup>59</sup>*

A mãe de D. Mariana chegou a trabalhar um ano no seringal de Felizardo:

*No ano que a minha mãe trabalhou com esse homem que foi se embora pro Ceará que mataram ele, minha mãe trabalhou um ano com esse homem, no seringal dele (Felizardo). Quer ver, ele tinha a finada Raimundinha, a Mariquinha, Santaninha,*

<sup>58</sup> AQUINO, T. T. e IGLÉSIAS, M. P., p. 9-10. Ver também BRANCO, J. M. B. C., 1950, p.16-17.

*Ditosa, Nega, Elvira, Ritinha, um monte de cabocla, tudo era dele, sete cabocla. Ai essas caboclas se engraçaram dos freguês dele, dos empregados dele, a Rita, a mãe daquela Esmeralda casou-se com o toqueiro, Cearense. A Mariquinha se ajuntou-se com o Antônio Belarnuto, e a Ditosa ajuntou-se com o Delcio do Mato.*

*C- Mas ai esse Felizardo ele deixava, ele não achava ruim que elas se juntassem?*

*M- Não. Se se engraçasse e se o cara também quisesse, ... Ai foi essa Santaninha se ajuntou-se com um Cearense chamado Imediato.*<sup>60</sup>



Grupo de Kashinawá. As roupas possivelmente foram impostas pelo fotógrafo.<sup>61</sup>

Segundo Aquino e Iglésias, a diferença entre Felizardo e outros brancos que tomavam índias como suas mulheres, é que este respeitava os costumes indígenas, favorecendo os familiares delas e estabelecendo vínculos com as famílias. Os brancos, em geral, não agiam assim, como coloca Elsjé Lagrou:

*Quem casa com uma mulher tem compromissos com relação aos sogros e aos cunhados; trabalha com e para eles, mora com ou perto deles e compartilha sua caça com a família da mulher. O Inca, por sua vez, casava com uma mulher huni kuin, levava-a para sua aldeia e não queria mais saber dos parentes dela. Assim fizeram os brancos, peruanos e brasileiros, desde os primeiros contatos. Enquanto possuidores de preciosidades e de metal, os huni kuin procuravam aliar-se a eles, mas estes logo se*

<sup>59</sup> AQUINO, T. T. e IGLÉSIAS, M. P., p. 12.

<sup>60</sup> NASCIMENTO, Maria Feitosa do. (D. Mariana). *Entrevista* com a participação de Silene, Milton Gomes da Conceição e Ruy Ávila Wolff. 14/11/1995.

<sup>61</sup> BARROS, vol. I, p. 129.

*mostravam tão insociais quanto o tinham sido os Inca; yauxi nawa [forasteiro sovina] também.*<sup>62</sup>

Após a saída de Felizardo, que foi morar em Ipixuna, os Kaxinawá continuaram no Jordão trabalhando em diversos seringais e inclusive gerindo um deles por muitos anos. É importante notar que, nesta história, os índios somente se tornaram seringueiros no período de crise da borracha, realizando, na época do auge dos preços, trabalhos periféricos à produção do látex, como a caça, a pesca, o transporte, as correrias. Após a crise, tornou-se mais difícil para os patrões trazerem mão de obra nordestina, e muitos seringais tiveram que incorporar os índios como seringueiros.

Uma explicação para a preferência dos patrões pelos seringueiros nordestinos é que estes, além de produzirem muito mais borracha por se dedicarem, naquele primeiro momento, exclusivamente ao corte da seringa, ainda consumiam toda a sua subsistência em forma de mercadorias que compravam dos patrões. O patrão ganhava na compra e venda da borracha, na renda cobrada pelas estradas de seringa e ainda nas mercadorias que vendia ao seringueiro. Os índios, entretanto, jamais abandonavam seus roçados, a caça e a pesca como atividades de subsistência, precisando assim de muito menos mercadorias, e produzindo muito menos borracha por dedicarem tempo a estas atividades essenciais para a manutenção de suas famílias. Segundo Aquino:

*... os patrões que trabalhavam com seringueiros índios eram tidos como aventureiros que não dispunham de muitos recursos e eram obrigados a tolerar o índio e seu modo de vida, ainda que produzindo menos borracha (já que não podia substituí-lo por nordestinos), seja por que as relações com os seringueiros índios contava sempre com a mediação dos chefes dos grupos.*<sup>63</sup>

Este certamente não foi o caso do chefe político Mâncio Lima que utilizou a tribo dos Poianawa, na Fazenda Rio Branco, em trabalhos principalmente ligados à agricultura e a pecuária, na região também do Alto Juruá. Não se tratava de um aventureiro, ou de alguém sem recursos, mas de um proprietário de vários seringais, que tinha muitos seringueiros nordestinos trabalhando para si, mas que acreditava na importância da diversificação da produção local. Para a agricultura e pecuária não seria viável a utilização de mão de obra importada do nordeste, e assim o emprego de índios se justificava e tornava a atividade possível. Entretanto, após o início da crise da

<sup>62</sup> LAGROU, Elsje Maria. p. 17.

<sup>63</sup> AQUINO, Terri Valle. Kaxinawá: de seringueiro “caboclo” a peão “acreano”. Brasília: UnB (Dissertação de Mestrado em Antropologia), 1977.

borracha, até mesmo este grande proprietário passou a utilizar os índios na sua extração.

Porém houve também muitos casos de incorporação individual, como foi a do segundo marido da Dona Raimunda:

*Esse era caboclo mas tinha sido pegado bem pequenininho né? Foi criado junto com os cariu. [...] era novinho, trouxeram ele da mata numa correria que fizeram né? Pegaram ele.*<sup>64</sup>

Seu nome era Pedro, e para “juntar-se” com ele Dona Raimunda enfrentou forte resistência de toda a sua família: pai, irmãos e madrinha. Entretanto, como ele era um “bom seringueiro” e um bom companheiro, foi adquirindo respeito e consideração:

*Aí depois que a minha madrinha viu que ele era bom pra mim, eu vivia bem vestida, [...] pros cantos, eu tinha de tudo, ele era trabalhador. Ai ela se chegou. Ela gostava dele, chamava de meu filho. Gostava dele mesmo.*<sup>65</sup>

Na documentação oficial de que dispomos também é possível encontrar vários casos destes, em que uma criança indígena é “pega na mata”, em uma correria geralmente, e depois entregue a alguém que “cuida dela” até que cresça. É muito interessante o conteúdo de uma carta de Gustavo Farnese, Juiz de Órfãos da Comarca do Alto Juruá, sobre a situação destes índios no Departamento:

*Cruzeiro do Sul, 23 de julho de 1907.*

*Prezado mestre e am<sup>o</sup> Excia. Snr. Conselheiro Affonso Penna. [...]*

*Quanto à indios também tenho tomado providencias, na qualidade de Juiz de Orphãos. Preocupa-me a sôrte delles. Escravizal-os, aproveitar os seus serviços e até matal-os são factos contados frequentemente aqui. Os indios de varias malócas disseminadas no departamento conservam seus habitos primitivos e interessantes. Geralmente arredio ao peruano, que os perseguio mto.*

*Quanto aos indios menores que se acham em poder de pessoas, que não os tratam com carinho, convenientemente e com amor deliberei entrega-los ao Dr. Bueno afim de educal-os e emprega-los nas officinas, onde adquirem uma aprendizagem proveitosa e os distraem. Elles gostam de machinismos. Os que ali aprendem folgadamente são chamariz de outros. Cada um tem a sua soldada, alimento, vestuário, medico, etc.*<sup>66</sup>

O Dr. Bueno, a quem Farnese se refere é o Sr. Antônio Manuel Bueno de Andrada, chefe da Comissão de Obras Federais no Território do Acre, responsável

<sup>64</sup> CONCEIÇÃO, Raimunda Gomes da. *Entrevista*. 03/03/1995.

<sup>65</sup> *Ibidem*.

<sup>66</sup> Arquivo Nacional, Arquivo Afonso Pena, Caixa 20, (correspondência recebida). Agradeço a Manuela Carneiro da Cunha que gentilmente me cedeu a transcrição desta carta em meio a outras referências documentais.



pela execução de diversas obras de infra-estrutura no Território, a partir de sua criação. Entre os processos civis do Fórum Municipal de Cruzeiro do Sul encontrei um em que justamente um índio menor, é entregue ao chefe da comissão de obras para ser “educado”:

*O Juiz de Distrito do Alto Jurua, disse que: Chegando ao meu conhecimento que o Sr. José Ambrosio de Oliveira, tem em seu poder um índio menor de nome Adão Poranga, seja intimado para, no prazo de 5 dias, apresentar o referido menor a este juízo, a fim de ser entregue ao chefe da Comissão de Obras Federais.<sup>67</sup>*

Outra notícia que Gustavo Farnese nos dá nesta carta, e que podemos verificar também nos relatórios do Prefeito do Departamento, Thaumaturgo de Azevedo, é que o prefeito instituiu, como parte da Caixa Econômica Juruense, uma “Caixa dos Índios”, a qual, entre outros pontos, regia-se pelos seguintes regulamentos:

*Art.11. A Caixa dos Indios tem por fim arrecadar, guardar, administrar e restituir as quotas estipuladas no art. 37 da Lei do Trabalho do Departamento.*

*# 1.º Os patrões dos indios menores de 10 annos pagarão 5\$ mensaes e 10\$ dahi até á maioridade, por trimestres adiantados, a título de salário.*

*# 2.º Feito o pagamento á Caixa, os patrões receberão uma caderneta em que se irão lançando as quantias entradas.*

*# 3.º Dessa caderneta constara o nome, a idade, a residencia e a occupação do indio, que somente em pessoa poderá levantar o depósito, perante duas testemunhas idoneas, quando se emancipar.*

*# 4.º Não será em caso algum permittido aos indios fazerem levantamentos parciaes de seus depositos.<sup>68</sup>*

Na época do relatório, esta caixa já dispunha de alguns recursos, segundo o Coronel Thaumaturgo. Ou seja, através deste decreto, e daquele citado como “A Lei do Trabalho”, reconhecia-se que crianças índias, mesmo menores de 10 anos, podiam ser empregadas nos serviços dos seringais, agricultura ou domésticos por patrões “brancos”. Além disso, os seus salários não lhes seriam pagos diretamente, sendo recolhidos a uma caixa da Prefeitura e, eventualmente, cumpridas todas as condições legais, recebidos após a maioridade pelo interessado.

<sup>67</sup> Fórum Municipal de Cruzeiro do Sul, Processo n° 368, 01/08/1907. (Ficha 2.07.08)

<sup>68</sup> PREFEITURA DO ALTO JURUÁ. Relatório do Primeiro Semestre de 1906, apresentado ao Exm. Snr. Dr. Felix Gaspar de Barros e Almeida, Ministro da Justiça e Negócios Interiores pelo Coronel do Corpo de Engenheiros Gregório Thaumaturgo de Azevedo, Prefeito do Departamento. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1906. p. 156.

**Quadro3: Processos de pedido de tutela de menores índios - 1904-1945.**

data	nr	pedido de	menor	idade	tutela
21/12/05	192	Tutela	Gustavo	8	Raymundo Machado Freire
18/01/06	215	Tutela	Maria Philomena e João	-	Antônio Joaquim de A. Pimentel
05/04/06	251	Tutela	Antônio	10	Francisco de Castro Lima
10/05/06	262	Tutela	Cope Pereira	11	Geraldo das Mercês Pereira
26/05/06	265	Tutela	Francisco	9	Antônio Nunes
26/05/06	266	Tutela	Paulo	11	José Victorino de Menezes
01/08/07	367	Tutela	Pedro Falundo de Oliveira	-	Porphirio Ponciano de Oliveira
16/09/09	0	Tutela	Iracy	-	José Lourenço do Nascimento
02/05/11	0	Tutela	Rita	-	João Ribeiro Brasil Montenegro
31/08/11	546	Tutela	Francisco Dias de Carvalho	7	Luiz Francisco Dias
04/11/11	566	Tutela	Sabino	6	João Corrêa de Senna Júnior
26/03/12	573	Tutela	Antônio Naua do Juruá	-	Antônio Sabino de Mello

Fonte: Fórum Municipal de Cruzeiro do Sul., Processos Civis: 1904-1945.

Possivelmente, não eram muitos os patrões que chegavam a declarar a existência de índios menores entre seus empregados. Muito menos ainda os que pediam a tutela legal de algum destes menores. Na pesquisa que realizamos entre 1904 e 1945 somente encontramos poucos casos, que estão no Quadro 3, sendo na sua maioria referentes a meninos. Certamente estes casos constituem uma parcela muito insignificante comparados aos relatos sobre pessoas que “criaram” ou “amansaram” crianças indígenas no Alto Juruá.

Portanto, apesar de todo o discurso que, na região do Acre liga “trabalho” aos nordestinos, e que concebe os “caboclos” como “preguiçosos” e indolentes, já que o trabalho por excelência nestas paragens é o corte da seringa, não há dúvidas de que, pelo menos na região do Alto Juruá, os diversos grupos ou indivíduos indígenas participaram de uma forma ou de outra da indústria extrativa da borracha, bem como sustentaram diversas outras atividades, como a agricultura e a pesca, por exemplo, sem as quais se tornaria praticamente impossível a sobrevivência na área após o início do período de crise do preço do látex.

***Cearenses e caboclos***

“Caboclo” é uma palavra muito usada no Alto Juruá. Ela pode designar os índios em geral, inclusive sendo acompanhada dos adjetivos “brabo” ou “manso”, dependendo se são índios “civilizados” ou “selvagens”, e também, muitas vezes, é

usada para classificar indivíduos ou famílias de ascendência indígena que vivem nos seringais. De qualquer forma, sempre tem conotação pejorativa.



Grupo de índios, Kaxinawá, de Tarauacá, fotografado por Tíbor Jablonski, na década de 1950.<sup>69</sup>

A categoria “caboclo” é utilizada em toda a Amazônia brasileira, e aparece sempre na literatura que busca descrever a região. Aurélio Pinheiro, por exemplo, em seu livro publicado em 1937, “À Margem do Amazonas”, busca caracterizar os “tipos sociais” existentes na região amazônica, entre os quais destacam-se “o seringueiro” e “o caboclo amazonense”.<sup>70</sup> Para este autor, o “caboclo” é o resultado do cruzamento entre índios e brancos, e caracteriza-se principalmente pela sua “desambição”. Por conhecerem como ninguém a floresta, os caboclos foram utilizados como guias e mateiros, abrindo para seringueiros e seringalistas os caminhos da mata:

*E em troca dessa enorme riqueza elle, o grande martyr da feroz invasão, o desbravador inglório recebeu uma roupa de mescla, um terçado e uma centena de promessas!*

<sup>69</sup> Apud: GUERRA, Antônio Teixeira. Estudo Geográfico do Território do Acre. Rio de Janeiro: IBGE, 1955. p. 69.

<sup>70</sup> PINHEIRO, Aurélio. À margem do Amazonas. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937. (Brasiliana vol. 86).

*Apenas. Nem crédito no barracão do açambarcador, nem os utensílios para a extracção do látex - porque sem ambições, sem vaidades, sem desejos de riqueza, sem a esperança de voltar às terras do Nordeste, sem entusiasmos para aquella luta infrene na floresta - nunca poderia ser um legítimo seringueiro. Seria um intruso, um inutil, um canhestro repudiado ou devorado pela horda implacavel, sua missão terminara...<sup>71</sup>*

Sandoval Lage, no livro “Quadros da Amazônia”, também volta e meia se refere ao “caboclo” como o “homem autóctone” que se contrapõe ao “forasteiro”, o descendente de índios e brancos que, ao contrário do cearense que chega pensando em fazer fortuna, nada ambiciona a não ser viver tranquilamente, aceitando os limites que a exuberante natureza amazônica impõe.

*E assim, amplia-se sempre essa atoarda infame de que o homem amazônico é preguiçoso, e indolente, é amigo da rede e do descanso, quando êle é apenas um desajudado, vítima das endemias e da agressividade da terra em que nasceu, mas com muito mais capacidade de trabalho do que muitos outros nascidos em climas saudáveis.<sup>72</sup>*

O “caboclo” é sempre, nestes textos, comparado ao “cearense”. Ele é o ribeirinho que vive da pesca, da caça, da agricultura de subsistência, de algum trabalho extrativo sazonal, contrastando com o cearense, migrante nordestino que se dedica exclusivamente à extração da borracha e da castanha, em busca de fortuna que lhe permita voltar a sua terra natal. Se, por um lado, é tido como indolente, afeiçoado à cachaça e às festas, por outro todos admitem seu grande conhecimento da floresta e dos rios. Também faz-se distinção, nos textos citados, entre o caboclo e o índio. Este último é tido como praticamente desaparecido, o que se explica pelo fato de estes autores ocuparem-se principalmente de áreas da margem dos grandes rios, como o próprio Amazonas, das quais por esta época, os índios haviam sido expulsos há muito tempo.

Entretanto, não é exatamente este o sentido da palavra caboclo no Alto Juruá. Não é de um “tipo” característico que se fala, quando alguém se refere a uma pessoa como sendo “cabocla”. Trata-se mais de expressar uma relação social. Charles Wagley, que estudou uma comunidade do Baixo Amazonas na década de 1940, descreve assim o uso desta categoria:

<sup>71</sup> *Ibidem*, p. 65.

<sup>72</sup> LAGE, Sandoval. *Quadros da Amazônia*. Prefácio de Victor do Espírito Santo. 1944. p. 274.

*Assim como a gente da cidade tem uma tendência a considerar Itá uma sociedade homogênea de camponeses de aldeia, a Gente de Primeira de Itá também costuma classificar todos os que lhe ficam abaixo na escala social de 'o povo' ou 'caboclos'. Por sua vez, a Gente de Segunda da vila demonstra sua superioridade sobre toda a população rural, chamando-a de 'caboclos', termo que, entre os lavradores, é reservado aos seringueiros da ilha que consideram inferiores. E, finalmente, esses seringueiros se sentem ofendidos quando são chamados de 'caboclos', pois não fazem distinção entre si próprios e os lavradores.*<sup>73</sup>

E ainda esclarece em uma nota:

*Os seringueiros da ilha empregam o termo 'caboclo' para designar os índios de tribos que habitam as cabeceiras dos afluentes do Amazonas. O 'caboclo' amazônico só existe, portanto, no conceito dos grupos de posição mais alta quando se referem às pessoas de posição mais baixa.*<sup>74</sup>

De maneira geral, pelo que pude observar em 1995, no Alto Juruá e mesmo na cidade de Cruzeiro do Sul, “caboclo” serve tanto para designar genericamente os índios como para marcar as hierarquias sociais, como mostra Wagley em outra época e outra situação. A palavra é usada como um substantivo para se referir aos índios, e como uma espécie de adjetivo, por exemplo, para se referir a uma criança travessa, ou a um homem ou mulher de forma pejorativa. E ela carrega ainda um sentido relacional, pois se opõe a outra categoria: cearenses ou “carius”. Do ponto de vista dos índios, normalmente se coloca esta oposição: caboclos x carius. É assim que D. Raimunda, que teve um companheiro índio, explicou-me: “*Os caboclo chamava os brasileiros cariu.*”<sup>75</sup>

Aquino, que estudou o grupo Kaxinawá do Rio Jordão, coloca a questão da seguinte forma:

*Já as categorias 'caboclo' e 'cariu' são marcadas por forte ideologia étnica, que discrimina radicalmente o primeiro em detrimento do segundo.*

*A identidade do 'cariu' só é definida em contrapartida à identidade do 'caboclo'. São termos complementares que se implicam mutuamente para que possam adquirir significado. O termo 'cariu' é a identidade de todos os brasileiros da área que mantenham vinculação com a extração da borracha e o termo 'caboclo' é usado para designar, indiscriminadamente, todos os remanescentes e descendentes dos diversos grupos indígenas da região: 'Falou cariu já sabe, quer dizer os brasileiros que vivem*

<sup>73</sup> WAGLEY, Charles. p.121.

<sup>74</sup> Ibidem, p. 121, nota 2.

<sup>75</sup> CONCEIÇÃO, Raimunda Gomes da. Entrevista . 03/03/1995.

*por esses seringais todinho. Se falou caboclo aí pode ser esses Kaxinawá, esses campá, esses culina... ”<sup>76</sup>*

Ainda segundo este autor, são atribuídas aos “caboclos” as seguintes qualificações negativas: Preguiçoso, vagabundo, irresponsável, sem ambição, inconstante, ocioso, ladrão, sem futuro, traiçoeiro, vingativo, desconfiado, selvagem, infantil, feiticeiro, cachaceiro, animal.<sup>77</sup>

Nas entrevistas que realizei, muitas destas qualificações foram repetidas. D. Mariquinha, residente na vila Restauração, falou:

*O pai de papai foi matador de índio, foi o pecado que Deus perdoou.*<sup>78</sup>

Dona Calô, antiga parteira e rezadeira, perguntada se já havia feito parto de alguma índia respondeu:

*Nunca fiz parto de cabocla não. Nunca gostei de caboclo.*<sup>79</sup>

E justifica sua afirmação contando uma longa história de traição e assassinato.

A entrevista que fiz com D. Mariana é muito interessante pois conta a história de uma índia capturada em uma correria, que era a mãe da entrevistada. A história é narrada assim de um ponto de vista bem diferente das outras narrativas que obtive, pois nesta a narradora se identifica com os “caboclos” o tempo todo. Ela faz parte de uma família que valoriza a origem indígena, com uma consciência incomum, para a região, da importância da “Aliança dos Povos da Floresta”. Um dos filhos da D. Mariana e do Sr. Milton (que é filho de uma cearense e de um índio - num caso um pouco raro de inversão na relação índia-seringueiro), chega mesmo a visitar periodicamente as aldeias indígenas próximas à Reserva Extrativista, mantendo contatos e amizades com os índios, que considera como seus “parentes”.<sup>80</sup> A certo ponto da entrevista D. Mariana esclarece seu ponto de vista:

*- O Cristina, eu vou lhe dizer, minha filha, que aqui, é pouca gente que não tem sangue do índio. Pessoa assim, como eu, essa menina (aponta para uma neta). Eu, a minha mãe era índia pura. Meu pai já era do Ceará. As minhas filhas já são índias, porque eu já sou casada com outro índio, né? Agora os filhos deles, já são índios. Porque eu sou índia aqui do Acre, e o pai deles é índio amazonense, desses menininhos (falando dos*

<sup>76</sup> AQUINO, Terri Valle. *Kaxinawá: de seringueiro “caboclo” a peão “acreano”*., p. 73-74.

<sup>77</sup> *Ibidem*, p. 74-76.

<sup>78</sup> NASCIMENTO, Maria Pereira do (D. Mariquinha) e NASCIMENTO, Francisco Epifânio (S. Epifânio). *Entrevista*. Com a participação do Sr. José Virgílio de Andrade.

<sup>79</sup> MOURA, Calorinda Pereira de. (D. Calô). *Entrevista*. Com a participação de Maria Gabriela Jahmel de Araújo. 14/06/1995.

*netos que estavam em volta, filhos de Silene e Luiz). Mas tudo são índio né?, é por isso que eu digo, não tem tanta gente que não tem sangue índio aqui. Pouca gente mesmo.[...] <sup>81</sup>*

E quando conta de sua experiência como parteira, ela mostra o preconceito que existe contra os “caboclos”:

*Mas os [remédios] da mamãe eram da mata. E até eu digo que eu pego os filhos das mulher mas não dou não, remédio do mato. Eu dou pras minhas filhas, agora pras minha filhas [...] eu dou remédio do mato, agora pras outras eu não dou não. Que Deus o livre, se chegar a morrer eles dizem - Foi a cabocla que matou! Que deu remédio do mato e envenenou! Por isso eu não dou.*

*Cristina- Por que o pessoal acha que do mato é veneno?*

*Mariana- É. Agora as minhas filhas, tá essa daí que diga, quando tá nos oito mês, todo dia tomam sumo do mato, remédio do mato. Todo dia. Tem parto que graças a Deus não demoram, três horas de sofrimento e tá a criança. Mas pros outros eu não dou não. <sup>82</sup>*

Os “cariu” se autodenominam “cearenses”, pois a grande maioria dos migrantes nordestinos que chegaram à região vieram deste Estado. A categoria “cearense” engloba então todos os migrantes nordestinos e quase se confunde no discurso das pessoas da área com “seringueiro” e “trabalhador”. É possível ver isto claramente em algumas das entrevistas que fiz. Assim Dona Maria Genoca se diz cearense, embora tenha nascido no Acre:

*Era cearense, meu pai era cearense, a mamãe também era cearense.[...] Eu ainda sou cearense porque sou filha de cearenses (risos). <sup>83</sup>*

A mesma senhora, identifica “cearense” com “cariu”, em outra passagem, falando sobre a “mistura” de índios e “carius” no rio Jordão

*Caboclo misturado com cariui, ali mesmo só a comadre Mariana né, o pai da comadre Mariana era cariui né, cearense, o pai da comadre Mariana mas a mãe dela era cabocla, cabocla mesmo, eles pegaram ela de cachorro, ainda vi ela, ainda alcancei ela. <sup>84</sup> (grifo meu)*

<sup>80</sup> Conversas informais com Osmildo Silva da Conceição na Reserva Extrativista do Alto Juruá no ano de 1995.

<sup>81</sup> NASCIMENTO, Maria Feitosa do. (D. Mariana). Entrevista com a participação de Silene, Milton Gomes da Conceição e Ruy Ávila Wolff. 14/11/1995.

<sup>82</sup> Ibidem.

<sup>83</sup> NASCIMENTO, Nilza Maria do. (D. Maria Genoca) Entrevista. 16/11/1995.

<sup>84</sup> Ibidem.

E Dona Aci fala de seu primeiro marido, um cearense vindo como “soldado da borracha”. Embora fosse beberrão e a maltratasse, o cearense era “seringueiro”, ou seja, “trabalhador”, e conseguiu juntar dinheiro para voltar ao Ceará:

*Levou dinheiro, isso era seringueiro, trabalhador, mas era 6 dias por semana que ele cortava. Trabalhador que fazia medo.*<sup>85</sup>

Ouvi essa expressão: o fulano é seringueiro, com um certo acento na palavra seringueiro, em várias ocasiões no sentido de expressar o quanto o sujeito era “trabalhador”.

E ainda havia outras expressões para designar os migrantes nordestinos: brabo (para o recém chegado), manso (para aquele que já estava habituado à vida na floresta) e arigó, na época da batalha da borracha:

*Que antigamente, no tempo que vinha cearense, os primeiros que vieram pra cá, que o governo exportou, dava o nome de brabo, agora de quarenta pra cá é que começou outro apelido de arigó. Mas os premeros, nossos pais se dava o nome de brabo aos cearenses, que eles chegavam aqui e não conheciam nada. O governo exportou muita gente pra cá pro Acre. De navio de vim de mil pessoa. Agora eu não alcancei, que eu já sou filho dessa gente.*<sup>86</sup>

Na verdade, tanto fazia o Estado de onde viesse o migrante, sendo do Nordeste era chamado de cearense:

*Aí foi lá que um cearense também, pernambucano, aí se engraçou dela.*<sup>87</sup>

Isto reforça a idéia de que as categorias “caboclo” e “cearense” se elaboram a partir do contato entre índios e nordestinos na Amazônia, são identidades étnicas que se forjam neste confronto e que escolhem, dentro do repertório cultural a que tem acesso, traços de identificação. Como coloca Giralda Seyferth:

*... os termos ‘etnicidade’ e ‘grupo étnico’ só se aplicam a situações de contato entre pessoas de grupos diversos, o que leva diretamente ao problema específico da identidade étnica e dos símbolos que a tornam manifesta. [...] Os processos de identificação - isto é, a utilização e manipulação de categorias étnicas em diversos contextos de relações sociais - vão determinar a emergência da identidade étnica a partir das oposições entre indivíduos ou entre grupos de diferentes etnias.*<sup>88</sup>

<sup>85</sup> MELO, Francisca Nobre de. (D. Aci). *Entrevista*. 28/03/1995.

<sup>86</sup> SANTOS, Pedro Ribeiro dos. *Entrevista*. 28/11/1995.

<sup>87</sup> NASCIMENTO, Maria Feitosa do. (D. Mariana). *Entrevista* com a participação de Silene, Milton Gomes da Conceição e Ruy Ávila Wolff. 14/11/1995.

<sup>88</sup> SEYFERTH, Giralda. *Nacionalismo e identidade étnica*. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1981. p.6.



É necessário, porém, atentar para o caráter hierárquico da oposição “caboclo”/ “cearense - cariu”, pois os caboclos são sempre colocados com qualidades negativas, mesmo por seus próprios descendentes, muitas vezes. Por outro lado, conforme alertou o Prof. Carlos Walter Porto Gonçalves, chamar os índios de “caboclos” é retirar-lhes mais uma vez sua identidade enquanto índios, e chegou a ser uma estratégia da elite acreana para tentar negar aos grupos indígenas remanescentes o seu direito a terras demarcadas em Áreas Indígenas: ora, se não mais existem índios e sim “caboclos”, ou seja, descendentes de índios com brancos, como estes grupos podiam reivindicar terras?

Durante o período de conquista da região pelos caucheiros e seringalistas, bem como durante todo o período que antecedeu a possibilidade de luta no plano legal por terras indígenas, que somente puderam ser reivindicadas a partir de alguns regulamentos na década de 1970 e, mais concretamente, da constituição de 1988, possivelmente era mais cômodo declarar-se “caboclo” do que “índio”, já que o caboclo participava de alguma forma da sociedade dita “civilizada”, enquanto o “índio”, o “caboclo brabo”, este estava totalmente excluído e tinha como único destino a morte.<sup>89</sup> É assim que encontrei um inquérito policial, datado de 1942, em que o denunciante do crime, o homicídio de três índios, em primeiro lugar, perguntara ao delegado de polícia se matar índios constituía crime.<sup>90</sup> Ao que parece, ele denuncia o “crime” não por ter se indignado com o mesmo, mas por vingança do pretense autor do mesmo. Em todo o caso, como costumava acontecer, o inquérito não chega nem ao menos a virar um processo judicial: é arquivado.

Entretanto, hoje, com a possibilidade real dos grupos indígenas de manterem suas terras e direitos, muitos grupos retomam aspectos de suas culturas e reafirmam seu caráter indígena, reivindicando suas identidades diferenciadas: nem caboclos e nem simplesmente “índios”, mas Kaxinawá, Katukina, Ashaninka, Poianawa, Jaminawa, Arara, etc. ... Afinal, como mostra Manuela Carneiro da Cunha, as comunidades

---

<sup>89</sup> Sobre esta questão também pode ser interessante a comparação com grupos da Amazônia Peruana, que se reivindicavam mestiços, embora mantivessem muitos caracteres culturais indígenas, como forma de busca de um status “melhor” na sociedade nacional peruana. GOW, Peter. Of Mixed Blood. Kinship and History in Peruvian Amazonia. Oxford: Clarendon Press, 1991.

<sup>90</sup> Fórum Municipal de Cruzeiro do Sul. Comarca de Cruzeiro do Sul, Vila Huamaitá. Autos de Inquérito Policial. n. 2, 09/02/1942.

étnicas podem ser “...formas de organizações eficientes para a resistência ou conquista de espaços ...”<sup>91</sup>

### ***Gênero e Etnia***

De certa forma, gênero e etnia são conceitos que nasceram de um mesmo esforço, o de afastar-se de idéias e estereótipos que fazem da biologia o determinante de relações sociais. Sexo e raça, já não serviam para expressar o conteúdo cultural, movediço, instável, continuamente reinventado de relações sociais entre homens e mulheres, homens e homens, mulheres e mulheres, e entre brancos, negros, amarelos, vermelhos, e tantas outras “cores”. Gênero e etnia são também conceitos relacionais, ambos, só fazem sentido num contexto de relações sociais entre pessoas que se diferenciam, confrontando formas diferentes de identidade. Identidades que se constroem nestas relações de confronto e de convivência.<sup>92</sup>

As relações entre índias e seringueiros na sociedade dos seringais do Alto Juruá no final do século passado e primeira metade deste, sintetizam, por assim dizer, os confrontos de gêneros e etnias naquele momento e lugar. É uma relação emblemática, e talvez por isso as histórias de “caboclas pegadas na mata” sejam sempre lembradas nas memórias que pude recolher: elas contém elementos de violência, contrastam “caboclos” e “índios”, homens e mulheres, e mais, muitas das pessoas que vivem hoje na região são filhos e netos destes seringueiros e índias. Estas histórias fazem parte, então, da memória destas pessoas, memória como aquilo que constitui a identidade. Como dizia o Sr. José Rubens:

*Começou mais de caboclos aqui, o cearense vinha do Ceará, vinha solteiro aí se juntava, não tinha mulher, esses pegador de caboclo, amansador trazia as caboclas e se juntava, tem muito cara aí que se juntou com cabocla, os cearenses com cabocla... daí foi aumentando mais.*<sup>93</sup>

A riqueza de pensar em termos de “gêneros” e de “etnias”, ao invés de pensar em termos de raças e sexos, é justamente esta dimensão relacional. E relação, embora

<sup>91</sup> CUNHA, Manuela Carneiro da. Etnicidade: da cultura residual mas irreduzível. In: Antropologia do Brasil. São Paulo: Brasiliense/ EDUSP, 1986. p. 97-108, p. 99.

<sup>92</sup> Conferir DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Novas subjetividades na pesquisa histórica feminista: uma hermenêutica das diferenças. Estudos Feministas. Vol.2, n.2, 1994: 373-382. E CUNHA, Manuela Carneiro da. Op. cit.

<sup>93</sup> PINHEIRO, José Rubens e SOUZA, Aldeni de. Entrevista. 08/05/1995.

implique em jogos de poder e hierarquias, sempre pressupõe dois atores (no mínimo), dois pólos ativos.

Eu poderia simplesmente falar da violência exercida “sobre” os índios e índias, “sobre” as mulheres índias em particular, ou então, como tantos já fizeram, apenas justificar esta violência pela necessidade de “desenvolvimento e civilização” da região amazônica. Mas não se trata disto simplesmente, e sim de buscar no cotidiano destas relações os papéis informais, as improvisações, a resistência de mulheres e homens, de índias e seringueiros. Como propõe Maria Odila L. da S. Dias:

*“Impõe-se a necessidade de documentar a experiência vivida como possibilidade de abrir caminhos novos. Outras interpretações de identidades femininas somente virão à luz na medida em que experiências vividas em diferentes conjunturas do passado forem gradativamente documentadas, a fim de que possa emergir não apenas a história da dominação masculina mas sobretudo os papéis informais, as improvisações, a resistência das mulheres [...]”<sup>94</sup>*

Estas improvisações e resistências das mulheres “caboclas pegadas na mata” do Alto Juruá, foram parte da configuração dos modos de vida dos seringais da região. Elas resistiram ao “amansamento”, reagiram muitas vezes à violência, trouxeram costumes, idéias e técnicas indígenas para os grupos familiares a que se integraram a partir da captura; cortaram seringa, plantaram, caçaram, fizeram toda a sorte de serviços e artesanatos. Perderam o contato com sua parentela e estabeleceram outras ligações. Não passaram a seus filhos a sua língua, mas passaram o estigma de “caboclos”. E junto com os cearenses, nesta relação de confrontos, raivas, amores e amizades, construíram uma maneira de viver que mescla elementos das culturas indígenas com elementos nordestinos, bem como novas criações culturais, improvisações no cotidiano de convivência com a floresta.

---

<sup>94</sup> DIAS, Maria Odila L. da S. , *Novas subjetividades...*, p. 374.

## Capítulo 4

### A linguagem da violência

#### *A briga da cachoeira*

*A briga da cachoeira, não era de brincadeira,  
o cara que não queria brigar, saíram muitos na carreira,  
Ainda tinha o Valdemiro, que era muito resolvido,  
Quando ele ouviu zoar, foi um remo no pé do ouvido,  
O major esse ninguém fala, que esse tava dentro do trecho,  
cabra sentaram-lhe a faca, que arrancando-lhe o queixo.  
Daí saiu o Chico do Cairara, sujo que nem um porco,  
os cabra sentaram-lhe o terçado,  
ainda tiraram um pedaço da orelha e o couro do pescoço.  
Ainda tinha o Joãozinho, chamado João Timóteo,  
com um machado na mão todo cheio de terremoteo,  
os cabra sentaram-lhe a faca que era mesmo que um serrote.  
Aí o Antônio saiu correndo, que saiu fazendo barranco,  
os cabra correram atrás até entrar na taboca.  
Mas lá ainda tinha um regatão (daqueles Calila)  
Ainda tinha um regatão, que isso era meio assombrado,  
quando foi na hora da razão, ele correu que nem um novinho'  
quando foi na hora da briga, tava do outro lado do rio.  
O Chagas Farias tava dormindo, tava um pouco embriagado,  
quando ele se acordou-se foi com a faca do lado.  
o pessoal todo aquietando ele tava um pouco enraivado.  
(agora eu vou dizer onde é que eu tava)  
A briga da cachoeira, eu não posso contar,  
que eu tava lá no Cruzeiro, muito longe de lá.  
(Sr. João Cunha)*

A sociedade dos seringais do Alto Juruá (AC) era atravessada pela violência em praticamente todos os níveis de relações sociais. A violência marcava a autoridade, o controle, mas também a resistência e a revolta, e assumia o papel de uma linguagem, com a qual muitas coisas eram ditas, e que não se diziam de outra maneira. Ela era a linguagem utilizada entre patrão e seringueiro, entre patrão e “regatão” (comerciante ambulante), entre homens e mulheres, adultos e crianças, e acontecia também horizontalmente. Por outro lado, o monopólio da violência era reivindicado pelo Estado que se instalou na região a partir de 1904, especialmente através da ação judicial e policial. As relações de gênero, entretanto, parecem ser um aspecto privilegiado do social para se analisar a violência, pois gênero e poder costumam estar

sempre ligados nas relações sociais.<sup>1</sup> E, no caso do Alto Juruá, poder e violência andam de mãos dadas. Talvez até porque este poder se sinta sempre ameaçado de alguma forma.

O poder dos coronéis de barranco, como eram chamados os patrões dos seringais que detinham também algum poder político, condicionava-se ao preço da borracha e ao crédito que este patrão tinha nas grandes casas comerciais de Manaus e Belém, ou mesmo, com o passar do tempo, na praça de Cruzeiro do Sul. Além disso, o controle destes patrões sobre a mão de obra dos seringais era marcado por grandes ambigüidades: o seringueiro era ao mesmo tempo autônomo e escravo. As revoltas dos seringueiros, normalmente violentas e arrasadoras, com incêndios, mortes e saques, geravam grande insegurança para os gerentes, patrões e suas famílias.

A situação de “fronteira” é particularmente propícia à violência como linguagem das relações sociais. Até 1904 não havia autoridade constituída no Alto Juruá, como em todo o território que veio a ser chamado de Acre. Depois deste ano, as autoridades passaram a ser nomeadas no Rio de Janeiro, capital da República, de onde as ordens, os pagamentos e muitas vezes os próprios funcionários, eram mandados em uma viagem que durava em torno de dois meses. Com a chegada da linha telegráfica, em 1912, a comunicação passou a ser um pouco mais fácil. Em 1920, a estrutura administrativa alterou-se novamente, ficando a sede do território em Rio Branco, no vale do Acre, o que não significou exatamente um grande avanço pois, naquela época, sem os aviões que hoje fazem o transporte entre Rio Branco e Cruzeiro do Sul, tinha-se que descer o Juruá até o Solimões, e de lá subir o Purus e o Acre até atingir Rio Branco, numa viagem que também podia durar meses, dependendo das condições dos rios e da época do ano, se de seca ou de chuva. Assim, toda a administração, inclusive a da justiça, se fazia morosa e difícil, acrescida das dificuldades colocadas pelos transportes fluviais e pela inacessibilidade de muitos seringais.

Esta situação propiciava a “justiça feita pelas próprias mãos”, na qual o que conta são os costumes e a cultura local, que ditam aquilo que é “justo” e o que é “reprovável”, e por outro lado, o poder de fogo, a força bruta, a capacidade de reunir

---

<sup>1</sup> SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação e Realidade, Porto Alegre, 16(2): 5-22, jul/dez. 1990, p. 14.

apoios. Como esclarece Hannah Arendt, a violência necessita de implementos e por isso liga-se sempre com vantagem ao poder.<sup>2</sup>

A cultura que foi se fazendo no Alto Juruá, através da mistura de tantos elementos nordestinos, indígenas, portugueses, árabes, além daqueles que uma camada culta procurava disseminar através da escola, do aparato judiciário e dos jornais, em sua resultante mais aparente, ligava a violência à masculinidade. Em certas situações, um homem que se prezasse só poderia reagir com violência, sob pena de alijar-se da masculinidade, fosse ele seringueiro, patrão, funcionário público, agricultor, comerciante ou jornaleiro. Dessa forma, a violência era uma linguagem perpassada pelo gênero, um código de masculinidade. Mas também era exercida pelas mulheres, de forma, digamos, menos respaldada nos costumes e mesmo nas leis que consideravam justa a violência que servisse para salvaguardar a “honra”, e portanto também a masculinidade, de um homem.<sup>3</sup>

### *Seringueiros e patrões*

A linguagem da violência acompanha as relações sociais da sociedade dos seringais, e estava presente na relação entre patrão e seringueiros. Os seringueiros eram submetidos a uma disciplina de trabalho bastante rígida, normalmente explicitada nos chamados “regulamentos de seringais”.<sup>4</sup> As fugas e outras infrações, como o corte que expusesse a seringueira a perigo ou a mistura de outros materiais à borracha para que aumentasse seu peso, eram punidas através de multas ou de violência física. Após

<sup>2</sup>ARENDDT, Hannah. Sobre a violência. Trad. André Duarte. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994. p. 13-14.

<sup>3</sup> O que entendo por masculinidade concorda basicamente com o trabalho de Miguel Vale de Almeida sobre a masculinidade em uma aldeia portuguesa. Para este autor: “... a masculinidade hegemônica é um modelo cultural ideal que, não sendo atingível por praticamente nenhum homem, exerce sobre todos os homens um efeito controlador, através da incorporação, da ritualização das práticas da sociabilidade cotidiana e de uma discursividade que exclui todo um campo emotivo considerado feminino, e que a masculinidade não é simétrica da feminilidade, na medida em que as duas se relacionam de forma assimétrica, por vezes hierárquica e desigual. A masculinidade é um processo construído, frágil, vigiado, como forma de ascendência social que pretende ser.” ALMEIDA, Miguel Vale de. Senhores de Si. Uma interpretação antropológica da masculinidade. Lisboa: Fim de Século, 1995. p. 17.

<sup>4</sup> Um exemplo de regulamento é transcrito por BENCHIMOL, Samuel. Romanceiro da Batalha da Borracha. Manaus: Imprensa Oficial, 1992. p. 97-110. Trata-se do “Seringaes de Octávio Reis. Regulamento interno para 1934 e annos a seguir, até nova deliberação.” Entretanto o autor adverte: “Esse Regulamento representa a visão do ‘Barracão’ e do ‘Coronel’, mas de um barracão e de um

1904, muitas vezes a polícia concorria para a punição destes “crimes”, especialmente o de vender borracha para outros que não fossem o patrão daquele seringal.<sup>5</sup> Algumas vezes os patrões proibiam a agricultura, embora a caça e a pesca fossem geralmente toleradas.<sup>6</sup>

Sobre este tipo de punição física a infrações ao regulamento do seringal os relatos orais abundam, quase sempre se referindo a um tempo muito antigo, anterior à década de 1930, que eles chamam de “tempo da escravidão”, como contam alguns velhos moradores do Alto Juruá:

*Etelvino Farias- Era uma vida mais ruim do mundo no tempo da escravidão, era o seringueiro era uma desgraça.*

*João Cunha- Agora nesse tempo que pegava o freguês e botava lá no sol e amarrado num toco, tinha até um canto lá de amarrar, e dava uma surra no cara, e Deus abençoe.*

*Cristina- Mas botava assim e batia no cara?*

*João Cunha- Deus o livre. Dava uma surra e depois dava um banho com água de sal.<sup>7</sup>*

Dona Raimunda também conta destes castigos físicos e ainda se refere à prática de mandar matar o seringueiro que tivesse saldo a reclamar no barracão do patrão:

*De premero era... os patrão trazia os freguês como quem fosse... cachorro! (risos) Porque os freguês, muito deles, coitadinho, ele [...] quando tava atrás de tratar-se de ir-se embora pro Ceará, quando ia atrás do dinheiro ele mandava matar né?*

*C- Era mesmo?*

*R- Era. Antigamente dizem que era assim. O meu marido cansou de contar. Eu mesmo não alcancei, mas meu marido se cansou de contar pra mim, um monte de vezes. Mandava era matar, pobre[...] outros açoitavam, já tinha um mourãozinho enfiado no*

coronel humanos, isto porque havia também, ao mesmo tempo, em contraste com eles, o ‘Barracão-do-Tronco’ e o ‘Coronel-do-Trabuço’.” p. 96. (grifos do autor).

<sup>5</sup> Esta prática de a polícia concorrer para a punição de seringueiros considerados infratores dos regulamentos dos seringueiros era bastante comum até bem recentemente, como se verifica na entrevista realizada com o Sr. Zé Paraíba: “Quer ver quando, foi 60, 66. Eu fui lá no Tarauacá, aí quando cheguei lá tinha um brabo, era um cara, era um nordestino. Tava numa questão porque tinha vendido um princípio pra um outro patrão. Aí foi comprar mercadoria ele disse que não vendia não, só quando ele trouxesse a borracha. Ele foi, cortou dois dias, fez um principiozinho, foi no patrão vizinho. Aí o cara veio dar parte dele na delegacia, aí eu já tinha visto ele conversar com o delegado, né, de Tarauacá, aí com pouco tempo foram buscar o seringueiro, pobre, estropiado. O patrão já tava lá, na delegacia, esperando ele.” CONCEIÇÃO, José. (Zé Paraíba). *Entrevista*. 12/03/1995.

<sup>6</sup> ALMEIDA, Mauro William Barbosa de. *Rubber Tappers of the Upper Juruá River, Brazil*. The making of a Forest Peasant Economy. Cambridge, 1992. Dissertation to the Ph. D. degree - University of Cambridge.

<sup>7</sup>CUNHA, João e outros. *Entrevista* . 15/06/1995.

*meio do terreiro prá mó de mandar amarrar os pobre e açoitar. Eu mesmo não alcancei. Meu marido era mais véio do que eu doze anos, esse derradeiro.*<sup>8</sup>

A violência física do patrão contra os seringueiros evoca sempre a imagem do escravo açoitado pelo senhor, e soma-se aos aspectos que tornavam os primeiros tempos dos seringais em “tempos de escravidão” para os seringueiros: a dívida sempre crescente que cerceava o livre ir e vir do seringueiro, a proibição de vender borracha a outros comerciantes, a fiscalização do corte com multas para os que procediam irregularmente, etc.. Nesse sentido é interessante lembrar que os primeiros seringais amazônicos foram fundados ainda no tempo em que a escravidão era legal no Brasil. E que os seringais do Alto Juruá, foram em sua maioria iniciados na década de 1890, ou seja, apenas alguns anos após a Abolição da escravidão. Neste período os castigos físicos faziam parte também da rotina das escolas, do exército e da marinha, por exemplo. Mesmo nas “modernas e civilizadas” fábricas de São Paulo, era comum ainda o uso destes castigos com os operários. Portanto não é de se estranhar o uso deste tipo de sanção disciplinar nos seringais. O “tronco” e os assassinatos de seringueiros que tinham saldo não eram exclusividade do Alto Juruá, como mostram as entrevistas citadas por Benchimol com migrantes em Manaus, como a de Cezar Barbosa de Lima, proveniente de Fortaleza, mas antigo seringueiro no rio Acre:

*Eu só tenho pena é desse pessoal que vem acossado pela seca e que estão chegando agora. Pensam que vão ter liberdade trabalhando no seringal. Eles mal sabem que o seringueiro é um cativo. Trabalham de dia e de noite como um cachorro, sem descanso. [...] Eu peguei no meu tempo ainda o tronco. Seringueiro que fugia já sabia. O patrão mandava açoitar sem piedade. [...] Agora parece que a coisa está diferente, não tem aquela sujeição daqueles tempos.*<sup>9</sup>

Além da memória, outras fontes nos trazem testemunhos da violência praticada por patrões contra seringueiros. O Padre Tastevin, em suas incursões pelo Alto Juruá, vez por outra se refere a esta violência, como no caso do Riozinho da Liberdade:

*As más línguas diziam que se deveria chamá-lo “Riozinho da Escravidão” em razão do jugo muito duro que faziam pesar sobre seus trabalhadores os proprietários do seringal [factorerie] Liberdade, ...*<sup>10</sup>

E mais adiante:

<sup>8</sup> CONCEIÇÃO, Raimunda Gomes da. *Entrevista*. 03/03/1995.

<sup>9</sup> BENCHIMOL, Samuel. p. 155-156.

<sup>10</sup> TASTEVIN, C. Le “Riozinho da Liberdade”. *La Geographie*. T. XLIX, n. 3-4, 1929, p. 205-215, p. 206. (trad. minha)



*A desvalorização da borracha, os maus-tratos de certos patrões que faziam surrar seus trabalhadores com cabos de fio de ferro, pouco a pouco rarefizeram a população.<sup>11</sup>*

Nos processos judiciais do Fórum de Cruzeiro do Sul também se encontra alguns testemunhos deste tipo de violência, tendo-se em conta, entretanto, que possivelmente ela chegava a ser denunciada em raros casos. Um dos processos, por exemplo, trata de um mateiro que espancou um seringueiro enquanto o levava “preso” para o barracão (sede do seringal) por este cortar as seringueiras de maneira irregular.

*“Maria Armezinda de Albuquerque, 19 anos, amazonense, casada eclesiasticamente, doméstica, residente no seringal Miritizal, analfabeta, disse que: no dia 17 do corrente, pelas 3 horas da tarde, achava-se no barranco do Juruá buscando água, quando chegaram a sua barraca que fica perto do barranco, Miguel Claudio, mateiro do seringal Miritizal e José Benedicto de Oliveira; [...] que Miguel Claudio trazia Benedicto preso do centro do seringal afim de apresenta-lo ao Coronel Zeferino Ramos; que não sabe porque motivo; que sabe que Miguel Claudio espancara Benedicto.*

Outras testemunhas disseram ainda que:

*...por não ser Benedicto entendido no mister de seringueira, por não sabe-las cortar, foi proibido de extrair a goma elástica, e a despeito de saber dessa proibição do mateiro, continuou a cortar as seringueiras pelo que Miguel Claudio, na qualidade de fiscal do seringal e responsável pelos abusos dos fregueses, o despediu; sabendo da insistência de Benedicto, foi a sua procura.<sup>12</sup>*

Como fica claro neste processo, os patrões contavam com empregados especializados na fiscalização do trabalho dos seringueiros, e que muitas vezes encarregavam-se de punir “os abusos dos fregueses”. Os mateiros, além disso, normalmente eram encarregados de abrir as estradas de seringueiras. Detinham um conhecimento muito grande sobre a floresta e seus caminhos e tinham este papel de “zelar” pelas seringueiras, para que não se exaurissem devido ao corte errado ou abusivo. Afinal, não se poderia matar a galinha dos ovos de ouro, mesmo em tempos em que estes ovos não estavam valendo muito no mercado. Muitas vezes, ainda, estes mateiros eram especialistas em fazer “correrias” para “espantar” os índios das imediações dos seringais.

Outro expediente contado por uma de minhas entrevistadas era a administração de “sal amargo”, um poderoso purgante, a todos os seringueiros que se dissessem

<sup>11</sup> Ibidem, p. 214. (trad. minha)

doentes e parassem de trabalhar, em um dos grandes seringais da região. Segunda ela, o sal amargo foi um “santo remédio” e raramente aparecia um doente depois que começou a ser usado sistematicamente. O fiscal passava por todas as barracas dos seringueiros, praticamente todas as semanas, se não houvesse produção, este fiscal interpellava o seringueiro e, no caso de este reclamar de “doença”, o que era bastante comum numa região em que a malária e a hepatite são endêmicas, o mesmo fiscal cuidava para que o seringueiro tomasse o purgante. É claro que, segundo a mesma entrevistada, isto não se aplicava quando fosse possível perceber que realmente o sujeito estava doente.

Entretanto os cearenses que vinham para a Amazônia não estavam habituados a castigos físicos em seu cotidiano de trabalhadores livres e, numa sociedade escravista, ser tratado “como um escravo”, era extremamente degradante e gerava grande revolta. A emigração para a Amazônia era uma opção para o sertanejo nordestino, estivesse ou não fugindo da seca, e ligava-se a um sonho de riqueza e autonomia: trabalhar na borracha renderia a fortuna e a possibilidade de voltar ao Estado natal rico, ou pelo menos abastado, em condições de comprar uma fazendola, ou de se estabelecer como autônomo numa das cidades. Samuel Benchimol, em seu *Romanceiro da Batalha da Borracha*, no qual utiliza muitas entrevistas realizadas em Manaus, em 1942, com imigrantes nordestinos que iam e vinham entre os seringais e o Nordeste, destaca este espírito de independência do migrante nordestino.

*João Garcia não quer voltar. : ‘Para que voltar para a terra dos outros? Lá só se vive na sujeição do dono das terras. Quero trabalhar para mim. Não gosto de viver alugado.’ Esse espírito de liberdade e independência é geral entre eles. [...] O sistema de trabalho dos seringais deve ter sido criado em virtude dessa influência. O seringueiro é um tipo de trabalhador único, talvez, no gênero. É proprietário e não possui as estradas. É um homem livre e, no entanto vive durante muito tempo escravizado. [...] Essas duas expressões, ‘freguês’ e ‘patrão’ têm muito valor. O primeiro fala em termos econômicos, em razão da dependência dos aviamentos. O freguês não vê sociologia, mas economia - ‘meu patrão’. Este fala em termos sociológicos, num simulacro de liberdade que lisonjeia - ‘o freguês manda’. Os papéis às vezes se invertem. Quando o seringueiro se revolta, mata, esfola o patrão. Este, então, inventou um meio de suplício - o tronco. O homem torna a reagir: ‘Coronel, um homem livre não se põe no tronco, mata-se’. Ainda ninguém explicou a origem desse*

<sup>12</sup> Fórum Municipal de Cruzeiro do Sul, Processo n ° 1236, 04/11/1925, Autos de Apelação Criminal. (Ficha 25.12)

*instrumento de tortura para o seringueiro, revoltoso e fujão, utilizado nos primeiros tempos da conquista e exploração dos seringais. Talvez tenhamos aí algum resíduo de influência africana importada com os negros maranhenses e os escravos cearenses que vieram para os seringais nas primeiras levas.*<sup>13</sup>

Temos pelo menos um processo judicial em que há o testemunho do uso do tronco para a tortura de um seringueiro. No caso, o motivo alegado para isso era o assédio dos patrões do seringal Sobral, Alfredo e Tertuliano Telles de Menezes, à esposa do seringueiro. O processo, porém, não acusa estes patrões, e sim o próprio seringueiro, que é julgado pelo assassinato de sua esposa.

*Maria Etelvina da Conceição, 30 anos, solteira, cearense, disse que Antonio não é má pessoa, disse que é moradora do barracão do senhor Tertuliano de Menezes e que viu e assistiu o justificante, por ordem dos senhores Tertuliano Telles e Alfredo Telles ser açoitado no pátio do barracão onde ficava amarrado com uma corrente no pescoço, nú da cintura para cima; que estas torturas e açoites repetiram-se por diversos dias, e que o justificante dormia no pátio, na mesma posição, isto é, amarrado e com os braços para cima; que é exato que os patrões do justificante perseguiram-no por causa da mulher dele justificante; que as senhoras dos patrões do justificante tinham muito ciúmes da mulher deste e que faziam vigiar a casa em que residiam o justificante e sua mulher; que ela testemunha sabe destes fatos, porque residia no barracão do senhor Tertuliano e presenciava todos estes fatos; que conhece as testemunhas que depuseram no processo e que sabe que elas eram capangas do senhor Tertuliano Telles de Menezes; que estas mesmas testemunhas eram os encarregados de açoitar e torturar o justificante da maneira que acima declarou. 3 testemunhas confirmaram as declarações acima.*<sup>14</sup>

Apesar de o seringueiro ter sido absolvido da acusação de assassinato de sua esposa, não foi aberto nenhum outro processo, seja para identificar os verdadeiros assassinos, seja para julgar a violência cometida contra o seringueiro, que por sinal passou vários anos na cadeia, esperando o julgamento.

A contradição inerente à condição de seringueiro, ao mesmo tempo autônomo, dono de sua borracha e do seu tempo, solto no meio da floresta, e escravo, servo da dívida contraída ao patrão, garantida com sua vida, tornou a questão dos castigos físicos tão recorrente na memória regional sobre os primeiros tempos de exploração dos seringais. O tronco e os assassinatos de seringueiros que vinham reclamar seus

<sup>13</sup> BENCHIMOL, Samuel. p. 42-43.

<sup>14</sup> Fórum Municipal de Cruzeiro do Sul, Processo n ° 282, 09/04/1907 e n ° 401, 28/10/1928. Autos de Crime. ( Ficha 07.05)

saldos são os signos mais fortes dos “tempos da escravidão”, sempre evocados nas lembranças dos mais velhos e na memória coletiva que coloca para os mais jovens a necessidade de a todo instante afirmar sua autonomia de “seringueiro liberto”, agora que, pelo menos nas Reservas Extrativistas, não existe mais “patrão”.

Com efeito, essa “independência”, e vontade de “autodeterminação” são características marcantes ainda hoje de boa parte dos seringueiros, como pude observar durante minha estada na Reserva Extrativista do Alto Juruá. Um seringueiro conhecido nosso, por exemplo, interessava-se pela possibilidade de criar pacas e cotias em cativeiro de forma sistemática, aliviando assim a pressão sobre a caça na sua área. O agrônomo conversou com ele, propondo o envio de um projeto a alguma entidade que se interessasse em financiar o início da experiência, ao mesmo tempo em que a mesma serviria para um estudo sobre o cativeiro de animais silvestres. Entretanto o seringueiro não aceitou a proposta. Ele queria que o dinheiro do projeto viesse diretamente para suas mãos, que decidiria como utilizá-lo, sem a mediação da Associação de Seringueiros e sem uma determinação de rubricas nas quais os recursos estivessem previamente destinados. Seu discurso aproximava-se muito daquele descrito por Benchimol, encontrado entre os migrantes cearenses da década de 1940.

Nem tudo, porém, eram espinhos na relação entre seringueiros e patrões. Ao patrão interessava a fidelidade do seringueiro, materializada na troca exclusiva da borracha por mercadorias em seu barracão, bem como lhe interessava a permanência do seringueiro em seu seringal, o que lhe poupava o investimento de trazer mais migrantes nordestinos. Assim, procurava estabelecer laços de compadrio e paternalismo com estes seringueiros, sempre lhe possibilitando crédito para compras urgentes, auxiliando algumas vezes em casos de doença, promovendo festas nos dias santos. Estas relações variavam muito de seringal para seringal e dependiam de vários fatores.

Além disso, a violência não tinha como único sujeito o patrão. E isso é muito importante ser dito, pois existe na historiografia uma tendência de vitimizar o seringueiro, colocando-o em uma posição sempre passiva e dependente, o que sempre gera mais passividade e dependência. As revoltas, individuais ou coletivas, dos seringueiros não tem nada de pacíficas. Depor um gerente na mira de uma arma, exigir o saldo na ponta da faca ou atear fogo no “barracão” eram atos que aconteciam com certa frequência. No Fórum Municipal de Cruzeiro do Sul é possível documentar

algumas dessas revoltas, como a dos seringueiros do Seringal Restauração, que expulsaram o gerente no ano de 1916. O processo trata, na verdade, da denúncia feita do delegado de polícia e de dois “praças” terem espancado um seringueiro com golpes de sabre quando do momento da “reposição” do tal gerente em seu posto, apoiado pela ação policial.<sup>15</sup>



Harmonia, na Boca do Moa, próximo ao Seringal Florianópolis, de Francisco Carlos de Oliveira.<sup>16</sup>

Temos também o caso do seringueiro Seraphim Moreno da Silva, que, revoltado com o valor da renda cobrada pelo Coronel Francisco Carlos de Oliveira em seu seringal ameaçou-o com uma faca:

*Terceira Testemunha: "Francisca Alves do Nascimento, de quatorze annos de idade, natural deste Município, solteira, doméstica, residente no seringal Florianópolis sabendo assignar o nome, [...] respondeu que, no dia vinte e quatro do mez proximo passado, cerca de tres horas da tarde achava-se a depoente em casa de residencia do Cel. Francisco Carlos de Oliveira, onde fôra em companhia de Emilia Francisca das Chagas fazer uma visita a esposa do referido Cel. quando apareceu Seraphim Moreno da Silva, que entabolou conversa com o mesmo Cel. sobre o facto do pagamento da renda do seringal onde Seraphim acha-se collocado; que o seringal referido é de propriedade do Cel. Francisco Carlos de Oliveira, onde trabalha Seraphim, que da conversa surgiu uma discussão pelo motivo de Seraphim não se conformar com o preço*

<sup>15</sup>Fórum Municipal de Cruzeiro do Sul, Processo sem capa, sem número, 1916. (Ficha 16.03)

*da renda exigida pelo mencionado Cel., que no calor da discussão, na ocasião em que o Cel. Francisco Carlos de Oliveira levantava-se da cadeira onde se achava sentado, sua mulher temendo que elle fosse se agarrar com Seraphim, segurou-o, juntamente com a depoente; que nessa ocasião Seraphim dissera: "soltem elle que eu quero botar abaixo a patente desse coronel de merda na ponta da faca"; que viu embaixo da blusa de Seraphim uma faca no momento em que o mesmo dissera estas palavras, a qual não chegou a tirar da bainha, que em seguida o Cel. Francisco Carlos de Oliveira, dirigiu-se para o interior da casa, retirando-se Seraphim para o porto que ficava fronteiro a referida casa; [...]*<sup>17</sup>

Estas ameaças podiam também ter caráter coletivo, e gerar medidas exemplares, como no caso relatado a seguir, em que um gerente chegou a matar um seringueiro revoltoso, acusado de incentivar a revolta de outros, tendo sido absolvido no processo, por legítima defesa.

*No lugar "Acuriá", no dia 11/01/1910, o gerente do mesmo lugar de nome Antonio Caetano de Abreu, sentindo-se ameaçado de desrespeito e de ser agredido por varios seringueiros sob a sua administração, capitaneados por Alexandre Antonio Cordeiro, viu-se o indiciado na emergencia de despedir o último. Mandando o indiciado chamar a Alexandre Antonio afim de entregar-lhe as contas, resultando daí talvez uma luta, que teve por desenlace a morte do referido Alexandre pelo indiciado que lhe disparou um tiro de rifle.*<sup>18</sup>

E ainda há casos de desespero, como o de Antônio Juvêncio, seringueiro que, por razões não mencionadas no processo, incendiou o escritório e outras casas da sede do seringal Triunfo e foi considerado doente mental.<sup>19</sup>

A violência fazia parte das relações entre patrões e “fregueses” constantemente, como uma parte não declarada do contrato, como uma linguagem do não dito, como um argumento final e irrefutável, mas que podia ser utilizado pelos dois lados. No caso dos patrões podia ser sempre perdoado em nome da ordem, da legítima defesa, da defesa da propriedade, e no caso dos seringueiros era sinal do desespero, era um suicídio honroso, mas sempre existia a possibilidade da fuga pela mata para um lugar em que ninguém o conhecesse.

<sup>16</sup> BARROS, Glimesdes Rego. Nos Confins do Extremo Oeste. Vol I. A Presença do Capitão Rego Barros no Alto Juruá (1912-1915). Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1993. p. 223.

<sup>17</sup> Fórum Municipal de Cruzeiro do Sul, Autos de inquérito policial, n ° 164, 02/07/1925. (Ficha 25.04)

<sup>18</sup> Fórum Municipal de Cruzeiro do Sul, Autos de crime. N ° 2, 18/01/1910. (Ficha 10.04)

<sup>19</sup> Fórum Municipal de Cruzeiro do Sul, Autos de recurso criminal, n ° 413, 06/02/1923. (Ficha 23.05)

Não se deve, entretanto, esquecer da dimensão de gênero dessa violência entre patrões e subordinados. A violência faz parte, nesta sociedade, da constituição da masculinidade. Os patrões e seringueiros devem reagir “como homens”, ou seja, através do uso da força física e da violência, mesmo em se tratando de negócios. O exemplo já citado do Coronel Francisco Carlos de Oliveira que se levanta, tentando agredir o seringueiro que vem reclamar do valor da renda, bem como a reação do seringueiro, desafiando o Coronel com uma faca e insultando-o, denota isso. Mas fica ainda mais claro em uma passagem da entrevista de D. Débora Sylvia Lima Dene, filha do famoso Coronel Mâncio Agostinho Lima, contando da briga deste coronel com um seringueiro:

*Porque ele via que os outros produziam e ele não. [...] “E sei que não corto mais nenhum dia.” Aí Zé Agostinho chegou lá e disse: “Mâncio, o negócio tá muito ruim.” [...] “O negócio não tá bom, não. Fulano, seringueiro, disse que não ia cortar mais nenhum dia.” Aí o Mâncio, meu pai foi: “Vamos lá, Zé, vamos lá.” Daí quando chegou lá ... meu pai também não era ... ele, ele sabe, ele tinha naquele tempo, era um tal rifle que chamava Winchester, era um rifle americano que tinha uma plaquinha amarela bem, assim, acima do rifle e eles pegaram a canoa e foi lá com meu tio. Quando o meu tio chegou lá, mas meu pai não usou a arma, o tio Zé Agostinho, pra você ter uma idéia, ele nunca, nunca ... quando chegou lá ele encontrou o cara lá em cima com a espingarda, apontando para o meu pai. Mas o meu pai, Cristina, era tão destemido ... o Zé Agostinho diz que chegou, por dentro, apavorado, né. Aí meu pai saltou da canoa e enfrentou, que ele tinha aqueles olhos verdes ... azuis, era azuis os olhos dele, mas, assim, de impressionar. Quando ele botava o olho em cima de um, era .... Sabe como é? [...] Ele botava o olho no seringueiro e assim: “Baixa essa arma! Você não atira!” E não atira, não atira e subindo pra encontrar com o seringueiro. Aí o Zé Agostinho disse ... Seu Zé Agostinho disse: “Oh Débora, eu morrendo de medo que esse homem podia matar o meu irmão.” Aí, quando foi, de repente, o seringueiro ...*

*Cristina - Baixou.*

*Débora - Foi. A única vez que houve uma vi... assim, uma tentativa de violência. Não foi. O seringueiro queria reagir. [...] Meu pai tinha compromisso com as casas aviadoras, as que vendiam a mercadoria. Ele tinha compromisso, porque aquilo só saía no fim do ano: a borracha era produzida no verão, embarcava no inverno. E ele tinha compromisso. E um só queria levantar a turma? Aí foi obrigado a fazer isso.<sup>20</sup>*

O que Dona Débora ressalta é a importância de seu pai demonstrar coragem, autoridade, ser “destemido”. Este destemor colocava-se ao lado da potencialidade de

<sup>20</sup> DENE, Débora Sylvia Lima. *Entrevista*, 21/07/1995.

exercer a violência, afinal ele foi acompanhado de seu irmão ao encontro do seringueiro, o qual bem sabia que se atirasse no Coronel, certamente não escaparia de seus empregados e familiares. Mas principalmente, o fato de o coronel ir pessoalmente desafiar o seringueiro, mostrar coragem e destemor, teve o significado de impor respeito, de dar um exemplo para todos os seringueiros e de demonstrar a “hombridade” do Coronel. Em outra passagem, sobre o mesmo assunto, isto fica ainda mais patente.<sup>21</sup>

*Aí o meu pai então ele fazia isso, o meu pai nunca deu uma, uma... como é? Uma espadada em nenhum! Nunca! Agora ele fazia isso, combinava com Zé Agostinho, fazia aquela coisa como ele sabia fazer: - Seu bandido você vai pagar, não sei o quê, não sei que. Ai tá, aí o Zé Agostinho vinha de lá e : - Mâncio não faça uma coisa dessa! Apaziguar, é verdade pura, isso eu assisti, pra apaziguar. - Toma a benção aqui já do Zé Agostinho! Toma benção aqui o Zé Agostinho, porque senão você agora ia pegar. Era assim, te juro! Nunca eu vi o meu pai bater em ninguém.[...] Agora era um homem, era um homem corajoso, ele não tinha medo de nada.<sup>22</sup>*

Para se fazer respeitar como patrão era preciso “ser um homem”, ou seja, apresentar características que eram vistas como parte da “masculinidade”: coragem, destemor, determinação. E isso implicava em usar a violência como um recurso, ou seja, no momento em que falhassem os outros meios de dominação, a violência tinha que ser utilizada, sob pena de prejudicar aquelas características.

Entretanto, era possível que uma mulher assumisse a gestão de um seringal, principalmente se o seu marido não possuísse estas “características”, como foi o caso de uma certa Olga, do Japurá:

*... ah! de mulher administrar seringal eu conheci a minha pessoa, uma outra chamada Olga, Olga.....o nome dela era chamada(pensa), duas irmãs a Olga e a irmã dela que eu não me lembro o nome e as três, nós éramos administradoras de seringal. Eu imposta pelo meu pai pela necessidade que ele teve, ir viajar. Ela não, era casada com um homem que era assim, assim, não tinha energia e elas assumiram com o marido dentro de casa.[...] Manobrava, dava ordens, caça, não caça com cachorro, ...<sup>23</sup>*

Entretanto logo que a mulher começava a se destacar como “patroa”, lá vinham os rumores de que era “paraíba”, de que andava com revólveres, de que era “valente”.

<sup>21</sup> É interessante notar que a entrevistada estava empenhada em demonstrar que seu pai não fora um homem violento, e que não maltratava os índios que trabalhavam para ele, conforme teria sido denunciado na época da transformação da Fazenda Rio Branco em área indígena dos Poianaua.

<sup>22</sup> DENE, Débora Sylvia Lima. *Entrevista*, 06/12/1995.

<sup>23</sup> DENE, Débora Sylvia Lima. *Entrevista*, 21/07/1995.



Dona Débora, minha entrevistada, assumiu os seringais do pai durante uma safra quando este teve que ausentar-se, assim como mais tarde assumiu depois que seu pai faleceu. Naquela época ela ainda era solteira, mas já formada em Farmácia em nível superior, e já tocava seu próprio negócio na cidade.

*As quatro mandonas, eu levei fama de andar com revolver na cintura, mentira, nunca andei, eu tenho até medo de pegar em arma. Uma vez a gente parece que tava num baile aqui em Cruzeiro do Sul, quando chega um oficial do exército e veio me tirar pra dançar, um tenentinho bonitinho veio me tirar pra dançar. Ele disse assim: - Você que é Débora? Filha de Mâncio Lima? - Sim. - Prazer em conhecê-la. - Conhece o Carmo Vieira?- Sim, conheço muito amigo da minha família. - Você anda armada assim pra fazer..? - Meu pai estava no Rio, ele veio aqui fazer uma passeio, não sei se foi numa dessas viagens da FAB e foi à festa e lá me tirou pra dançar... [...] E lá ele puxou com a conversa que eu era a pessoa que andava com o revolver na cintura, eu disse: - Olha, de fato eu fiquei administrando os seringais de meu pai mas nunca andei armada, então ele quis me chamar mulher paraíba, você sabe como é mulher paraíba? - Negativo, eu andava pelas matas, fazia quinzena, mas nunca andei armada, era um tenente bonito eu já estava assim querendo paquerá-lo mas quando ele veio com essas conversa, eu não quis mais dançar com ele, metido a besta.<sup>24</sup>*

Andar armado significava estar capaz de exercer a violência. É uma prerrogativa masculina na região, tanto que ouvi vários relatos sobre moças e mulheres que iam para a mata, cortar seringa ou a caminho de algum lugar e que, para se protegerem, levavam um menino, mesmo que pequeno, de seus doze ou catorze anos. O menino é que levava a arma. Além das entrevistas, eu mesma testemunhei muitas vezes meninos na posse de armas de fogo, se bem que normalmente usadas para a caça. Nos próprios processos judiciais é bastante excepcional encontrar algum em que uma mulher tenha empunhado uma arma de fogo.<sup>25</sup>

<sup>24</sup> Ibidem.

<sup>25</sup> Como no caso relatado a seguir: “ O Adjunto do Promotor Público deste termo, vem perante V. Exc. denunciar Cecília Calixto pelo fato delituoso que passa a expor: Em a tarde de 19/02 último, cerca das 17 horas, no seringal Restauração, no Rio Tejo, no lugar denominado "Cordeiro", deste termo, Cecília Calixto assassinou com um certo tiro de "carabina Winchester"(rifle) a Antonio da Rocha Sobrinho, na ocasião em que este lutava com seu marido Juvenal Calixto. Pela leitura do presente inquérito está provado que Antonio da Rocha Sobrinho e Juvenal Calixto empenharam-se em luta quando chegou precipitadamente munida daquela arma Cecília Calixto tomando a resolução desesperadora de por termo a vida de Antonio da Rocha Sobrinho, que procurava subjugar seu marido Juvenal Calixto desfechando-lhe um tiro cujo projétil atingiu o olho direito causando morte instantânea.” Fórum Municipal de Cruzeiro do Sul, Processo n. 1288 de 02/08/1927, Vila Taumaturgo. (Ficha 27.29)



Na foto, começando pela esquerda, Margarida Pedreira, Georgina Pires, Débora Sylvia Lima e Nenen Lustosa, damas da sociedade cruzeirense, duas das quais consideradas “mandonas”.<sup>26</sup>

Para se lembrar da idade de um filho, na época em que aconteceu certo fato que estava narrando, Dona Raimunda, uma senhora hoje aposentada em Cruzeiro do Sul, mas que viveu muito tempo no Alto Juruá, aponta a arma que ele usava na época:

*Ah, eu cortei seringa muitos anos, eu comecei a cortar seringa esse Milton era menino. Menino que a arma que ele carregava era uma espingardinha de pau, assim. Andava em frente e ele atrás atirando em gafanhoto, borboleta (risos).<sup>27</sup>*

Em outra passagem, ela conta de um encontro com uma onça na mata. Ela levava apenas um terçado e a faca de seringa, mas estava acompanhada de um filho adolescente que tinha uma espingarda de espoleta. Foi o menino que atirou, mas foi a mãe que traçou toda a estratégia:

*Ai ele ia atrás de atirar, eu digo, se você atirar atire seguro, que se você atirar a cachorra vai querer entrar e a bicha vai matar a cachorra, se atirar nela atire no pé, vê se atira no pé do ouvido ou então dentro do olho. Até que foi indo e a cachorra não*

<sup>26</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE/ PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL. “A cidade de Cruzeiro do Sul - Revisitando o Juruá.” Rio Branco: Gráfica Estrela, 1994. p. 101.

*deixava, quando ela vinha a cachorra digo... eu fico pastorando nessa boca aqui e você vai pra aquela lá, e quando a cachorra, ela der um chego na cachorra que a cachorra pular pra trás, então você atira, senão vai chumbar a cachorra, cachorra atrevida que era medonha, queria pegar. Assim que ele pôde atirar, atirou, a cachorra quis entrar ele não deixou cachorra entrar. Também, o tiro que ele tinha dado nela! Mas[...], aí ele queria enfiar a mão pra puxar, digo, Não enfia a mão de jeito nenhum! Cê sabe lá se essa bicha tá morta ou morta-viva. E se esse troço tiver vivo não vai lhe pegar aí de jeito nenhum, deixa a fumaça passar que dentro do buraco a fumaça fica toda, peguei um galho de mato abanando, abanando e abanando até que clareou. Cutucou com a boca da espingarda. Parece que tá morta. E o sacrifício pra nós tirar essa onça desse buraco! Mas foi um sacrifício. Ele menino ainda, eu nesse tempo era fornida mesmo, era forte, mas pelejamos, pelejamo até que tiremo. E não era grande não, não era grandona não. Era de bom tamanho, o couro já dava a altura de um homem. Pintada.<sup>28</sup>*

A mulher sabia como e quando atirar. Possivelmente usava a arma em várias ocasiões. Encontrei inclusive relatos de mulheres que costumavam caçar diversos tipos de animais, atividade normalmente considerada masculina. Mas ter uma arma de fogo é um “atributo” dos homens, ter um revólver na cintura ou empunhar um rifle era quase uma acusação de “machona” para uma mulher. Um rifle, uma espingarda, armas que serviam para a caça e para a “proteção” contra os índios e animais ferozes, era considerado uma necessidade básica de um seringueiro, um objeto de grande valor. No início da exploração dos seringais, quando havia poucas mulheres e elas constituíam “artigos” passíveis de compra, uma espingarda podia ser o preço de uma mulher.<sup>29</sup>

Não é de se estranhar portanto que uma patroa que andasse de revólver na cintura fosse considerada uma mulher “valente”.<sup>30</sup> Era o caso de uma proprietária no rio Tejo, mãe de uma destacada senhora da sociedade de Cruzeiro do Sul, Margarida Pedreira. Segundo a Dona Débora:

*A mãe dela, dizem no seringal, que ela andava com um revólver na cintura, dominadora mesmo, [...] A mãe da Margarida Pedreira, você pergunte no Tejo.*

<sup>27</sup> CONCEIÇÃO, Raimunda Gomes da. *Entrevista*. 03/03/1995.

<sup>28</sup> *Ibidem*.

<sup>29</sup> CUNHA, João e outros. *Entrevista*. 15/06/1995.

<sup>30</sup> Na região o termo valente não significa apenas corajoso, mas também é usado para se referir a alguém que fica irado, bravo, alguém que quer brigar. O dicionário Aurélio define valente nestes termos: “[Do lat. *valente*, ‘que vale, que tem força’] Adj. 2 g. 1. Que tem valor ou valentia; audaz, corajoso, intrépido. 2. Que tem força; forte, vigoroso. 3. Ativo, enérgico. 4. Rijo, resistente. 5. Válido, eficaz; remédio *valente*. S. m. 6. Homem esforçado ou corajoso. 7. V. valentão.” FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, s/d, p. 1438.

*Cristina- Vou perguntar.*

*Débora- Você se informe direitinho. Andava armada e era quem manobrava aquilo direitinho, tinha uma porção de filhos,[...]”<sup>31</sup>*

Perguntei, no rio Tejo, para a D. Maria Genoca, sobre esta senhora, e foi ela quem lhe deu o adjetivo de “valente”:

*Mas pra certas pessoas, mas pra muitos ela era boa porque às vezes tem gente que não é bem bom né, mesmo às vezes abusa né, mas eu ouvi falar muito nisso mas eu não conheci ela e nem quero ver mais, nem quero conhecer, já faz muitos anos que ela morreu...*

*Cristina- Mas contavam alguma história dela assim?*

*Maria Genoca- Ah, eu só ouvia falar que ela era muito positiva, tinha muita gente que não gostava dela, ela mandava no seringal, mandava em tudo mas nesse tempo também eu era muito nova, naquele tempo e a gente quando é nova não liga nada né bichinha? [...]*

*Cristina- O que é ser valente?*

*Maria Genoca- Valente é assim: uma pessoa que merecia não era? Quando merecia, diz que ela era valente.*

*Cristina- Ela brigava?*

*Maria Genoca- Diz que brigava, corria quando precisava, diziam isso num sabe, que ela era assim, eu não sei não, se alguém dissesse alguma... não podia falar não, eu acho que ela é enterrada ali, eu acho que ela é enterrada ali no Iracema, penso eu né?”<sup>32</sup>*

E como a mãe, a filha tornou-se não só uma proprietária de seringais e comerciante de sucesso, como também tornou-se líder política, na década de 1940. Segundo Dona Débora Lima Dene:

*Margarida Pedreira, um gênio, foi uma líder aqui, muito bem conceituada, dentro da política ela era tão atrevida, que esses magistrados não eram brincadeira não, atacavam mesmo, os seringalistas que pesavam por qualquer coisa, eram atacados ela... aí o que que ela fazia, quando ela tava dentro da política ela pagava um desses caras assim pra ir jogar bomba lá na varanda da casa do juiz e eles sabiam que era ela<sup>33</sup>*

Ao assumir o que era visto como “função masculina”, a administração de seringais e outros negócios, a política, as mulheres eram vistas como “masculinizadas”,

<sup>31</sup> DENE, Débora Sylvia Lima. *Entrevista*, 21/07/1995.

<sup>32</sup> NASCIMENTO, Nilza Maria do. (D. Maria Genoca) *Entrevista*, 16/11/1995.

<sup>33</sup> DENE, Débora Sylvia Lima. *Entrevista*, 21/07/1995.

e uma das características desta masculinização era a capacidade de reagir violentamente, inclusive com o uso de armas de fogo, como faria um “homem”.

### *Honra & ciúmes, violência na conjugalidade*

A sociedade que vai se formando nos seringais do Alto Juruá e em Cruzeiro do Sul, no período estudado, é uma sociedade caracterizada pelo imprevisto, pelo novo, pela mudança constante, ao sabor das migrações, do preço da borracha, da intervenção do Estado. É uma sociedade de “fronteira”, não só no sentido geográfico, mas também dentro daquele significado elaborado por Sérgio Buarque de Holanda para o Brasil Colonial:

*Fronteira, bem entendido, entre paisagens, populações, hábitos, instituições, técnicas, até idiomas heterogêneos que aqui se defrontavam, ora a esbater-se para deixar lugar a produtos mistos ou simbióticos, ora a afirmar-se, ao menos enquanto não a superasse a vitória final dos elementos que se tivessem revelado mais ativos, mais robustos ou melhor equipados.<sup>34</sup>*

Esta situação de fronteira traz especificidades para as relações de gênero na Amazônia. Maria Ângela D’Incao, ao estudar estas relações na Amazônia atual, principalmente em regiões de garimpo e de grandes obras governamentais que atraem grande contingente de migrantes, também se refere à região como uma “fronteira”.

*Um outro ponto que não poderíamos deixar de mencionar é que as situações sociais de grande mobilidade espacial parecem ser propícias para comportamentos de exceção e excessivos, não só porque reúnem distintas éticas e, igualmente, distintos hábitos culturais, mas também porque, nas situações sociais que se caracterizam por serem de fronteira, isto é, de passagem de muitos, de busca de posições econômicas e sociais e de lutas, as mais variadas, trazem a possibilidade e a perspectiva de controles sociais fracos e onde tudo acaba podendo ser: não só crimes por motivos de terra, mas também comportamentos abusivos em outras dimensões, não permitindo a constituição de bases estáveis para a vida em todos os seus aspectos inclusive e, especialmente, nos aspectos políticos, econômicos e sociais.<sup>35</sup>*

Esta perspectiva privilegia a figura do migrante que vai para a Amazônia em busca de riquezas ou salários compensadores, sempre com a esperança de voltar, como ocorreu com os seringueiros em uma outra época. Porém, não pode ser vista como a

<sup>34</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. Caminhos e Fronteiras. Edição Ilustrada. Rio de Janeiro: José Olympio, 1957. p. VI.

perspectiva de todos os que vivem lá permanentemente, já há muitos e muitos anos. Sobre esta situação do migrante que vai em busca da fortuna, é muito interessante o que conta Euclides da Cunha, sobre as “ilhas da consciência”, onde se deixava a consciência e os escrúpulos ao entrar nos rios que levariam aos seringais:

*Meça-se o alcance deste prodígio da fantasia popular. A ilha que existe fronteira à boca do Purus, perdeu o antigo nome geográfico e chama-se 'Ilha da Consciência', e o mesmo acontece a uma outra, semelhante, na foz do Juruá. É uma preocupação: o homem, ao penetrar as duas portas que levam ao paraíso diabólico dos seringais, abdica às melhores qualidades nativas e fulmina-se a si próprio, a rir, com aquela ironia formidável.*<sup>36</sup>

Entretanto penso que a questão é um pouco diferente. Longe de ser uma sociedade sem regras, sem controles, “sem rei e sem lei” como diriam alguns, a sociedade dos seringais tinha suas próprias regras e seus próprios “reis”, os chamados “Coronéis de Barranco”.<sup>37</sup> Apenas que estas regras, na ausência total (até 1904) ou parcial do estado, não coincidiam totalmente com aquelas consideradas “modernas” e “civilizadas”. Aliás, esta situação não se aplica somente a esta região e a esta época... Como muitos autores têm mostrado, no Brasil, os ideais “civilizados” e “modernos” das elites nunca corresponderam às práticas sociais das camadas populares e mesmo das próprias elites em muitos momentos.

Entretanto, não se pode negar a violência, que aparece nos processos judiciais, nas memórias dos que viveram na região, e que de várias formas perdura nos hábitos, nos medos e nas práticas sociais ainda hoje. Uma violência que chama a atenção pelo número de casos e pela intensidade. É uma violência, entretanto, diferenciada daquela das grandes cidades, ligada ao tráfico de drogas, a roubos e que se exerce muitas vezes entre desconhecidos. A violência dos seringais, no período estudado, se dava entre conhecidos: patrões e seringueiros, vizinhos, parentes. Ela fazia parte da dinâmica do convívio social, numa situação bastante próxima daquela estudada por Maria Sylvia Carvalho Franco no Vale do Paraíba do século XIX. Naquela sociedade de homens livres e pobres, os “caipiras”, vivendo à margem da ordem escravocrata, a autora

<sup>35</sup> D'INCAO, Maria Angela. Sobre o amor na fronteira. In: ÁLVARES, M. L. M. e D'INCAO, M. A. (org.) *A mulher existe?* Uma contribuição ao estudo da mulher e gênero na Amazônia. Belém: GEPEM/ Museu Goeldi/CNPq, 1995. (Coleção Eduardo Galvão) p. 175-198, p.183.

<sup>36</sup> CUNHA, Euclides da. *À margem da História*. Rio de Janeiro: Lello Brasileira, 1967. p. 24.

<sup>37</sup> Ao contar uma “história de Trancoso” ouvida de sua mãe quando era criança, Dona Ozélia explicou: “Eu acho que o rei, Maria, é esses patrão que a gente chama aqui.” NASCIMENTO, Ozélia Bezerra do. *Entrevista*. 25/10/1995.

encontrou um “código do sertão” em que a violência aparecia como forma legítima e até obrigatória de resolução dos conflitos:

*De toda a situação analisada surge uma moralidade que incorpora a violência como legítima e a coloca mesmo como um imperativo, tendo efetividade e orientando constantemente a conduta nos vários setores da vida social. A emergência desse código que sancionou a violência prende-se às próprias condições de constituição e desenvolvimento da sociedade de homens livres e pobres.<sup>38</sup>*

Os homens e mulheres que viviam no Alto Juruá e em Cruzeiro do Sul no período em estudo provinham, em sua maior parte, do Nordeste do Brasil. Havia porém grande contingente de índios amazônicos e descendentes destes, muitas vezes nascidos no Baixo Amazonas, e, além disso, gente das mais diversas regiões do país: Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, etc. E havia ainda os estrangeiros: peruanos, portugueses, sírio-libaneses, turcos, italianos, alemães, para citar aqueles que aparecem com maior frequência nos processos judiciais e outros dados que obtive. Quanto aos portugueses, por exemplo, basta dizer que havia um consulado de Portugal em Cruzeiro do Sul.

O código dominante, entretanto, era aquele do sertão nordestino, que por certo tinha seu “parentesco” com o já mencionado “código” do Vale do Paraíba. No sertão, segundo o viajante inglês Henry Koster, que viveu em Pernambuco na primeira metade do século XIX, a violência também era parte integrante das regras sociais:

*A moral dos homens não é muito severa e é natural que influa desfavoravelmente no espírito feminino, mas os sertanejos são muito ciumentos e há o décuplo das mortes e desavenças por este motivo que por qualquer outro. Essa gente é vingativa. As ofensas muito dificilmente são perdoadas e, em falta da lei, cada um exerce a justiça pelas próprias mãos. É um terrível estado social sem dúvida alguma e não pretendo justificá-lo, mas, examinando as causas dos assassinatos cometidos e dos golpes dados, verifica-se que a vítima recebera justamente o que bem merecia.<sup>39</sup>*

Para Ana Cláudia D. R. Marques, que estudou o Cangaço, fenômeno social ocorrido no sertão nordestino, em finais do século XIX e início do XX, em que este

<sup>38</sup> FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. Homens livres na ordem escravocrata. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 1969. p. 57.

<sup>39</sup> KOSTER, Henry. Viagens ao Nordeste do Brasil. Trad. e notas de Luiz da Câmara Cascudo. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942. (Brasiliana 221)p. 205

código de honra teve um papel fundamental, é através da “honra” que se legitima a violência nesta sociedade.<sup>40</sup>

*Não reagir a uma afronta sugere ausência ou perda de virilidade e de todos os outros adjetivos que dão o sentido que o primeiro assume naquele contexto. O vingador é bravo, valente, respeitável, confiante em si mesmo, etc. [...] A permanência na legalidade, num tal momento, não é fator de nenhum mérito reconhecido ao agredido, muito menos justificaria sua passividade. Ao contrário, consistiria numa espécie de ultraje à família. [...] Mas uma reação desmedida não traz muito melhor sorte a seu sujeito. Defender a sua honra, inclusive com impiedade, é o que dele se espera; mas abusar do uso da violência, este direito que legitimamente adquiriu (ou dever a que se viu obrigado); é indesculpável....<sup>41</sup>*

Ao estudar a honra na sociedade da Andaluzia contemporânea, Julian Pitt-Rivers a define da seguinte forma:

*A honra é o valor de uma pessoa para si mesma, mas também para a sociedade. É sua opinião sobre seu próprio valor, sua reivindicação de orgulho, mas também é a aceitação desta reivindicação, sua excelência reconhecida pela sociedade, seu direito ao orgulho.<sup>42</sup>*

Tanto nas sociedades mediterrâneas como nas latino-americanas, a honra de um homem é geralmente identificada, entre outros aspectos, com a “pureza sexual de suas mulheres”: mãe, esposa, irmãs e filhas.<sup>43</sup> Existe inclusive, no código penal brasileiro, a alegação de “legítima defesa da honra”, que deixou impunes inúmeros assassinatos, espancamentos e outras formas de violência ao longo da história do Brasil.

A questão da honra do homem, que deve ser defendida com a violência, e que está ligada principalmente à atividade sexual de suas mulheres, é bastante estudada para as sociedades mediterrâneas. Mas, como demonstrou Cláudia Fonseca para uma favela de Porto Alegre, os códigos de honra ligam-se com situações específicas dos

<sup>40</sup> MARQUES, Ana Cláudia Duarte Rocha. Domínios de Lampião. Nomadismo e reciprocidade. Florianópolis: UFSC, 1995. (Dissertação de Mestrado em Antropologia Social). p. 107.

<sup>41</sup> *Ibidem*, p. 103.

<sup>42</sup> PITT-RIVERS, Julian. Antropología del honor o política de los sexos. Ensayos de antropología mediterránea. Traducción castellana de Carlos Manzano. Barcelona: Crítica, 1979. p. 18. (trad. minha)

<sup>43</sup> “De modo que a honra de um homem está implicada na pureza sexual de sua mãe, esposa, filhas, e irmãs, não na sua.” *Ibidem*, p. 48. (trad. minha) Ver também sobre isto ALMEIDA, Miguel Vale de, op. cit.



grupos que os partilham, principalmente em se tratando de grupos relativamente isolados.<sup>44</sup>

No Alto Juruá, certas situações deviam levar necessariamente a atos violentos, sob pena de desmoralização frente à comunidade, especialmente situações que envolviam adultério, ou ofensas às mulheres da família.

*No mês de junho de 1904 José Cordeiro, 23 anos, solteiro, seringueiro, cearense, residente no Rio Breu, vinha chegando do centro para a margem do Breu, quando seu cunhado José Mariano de Mello, relatou que Agostinho Moreira na sua ausência tratara de seduzir a sua mulher e como não conseguiu fazê-lo procurou por meios enganadores seduzir a mãe de José Cordeiro, ficando amasiado da mesma. José Cordeiro procurou Agostinho, de 30 anos, e depois de discutirem atirou José em Agostinho dando 2 tiros de rifle que atingiram os 2 braços de Agostinho deixando-o aleijado. O processo ficou no cartório até 1918, quando o juiz o reabriu e não encontrando nem o acusado, nem as testemunhas, depois de várias diligências, mandou os autos novamente para o cartório.<sup>45</sup>*

É importante notar que o rio Breu faz fronteira com o Peru, e é portanto um dos locais mais distantes de Cruzeiro do Sul. Em outro caso também fica claro que a honra de um homem está nas mulheres de sua família, e mais, que seu dever é proteger sua “pureza” com a própria vida se for necessário.

*Num baile na casa de Pedro Salles, José Fernandes foi morto com um punhal por Antônio Alexandre. José Fernandes pediu a Antônio Alexandre que não tirasse para dançar no baile nenhuma mulher de sua família, pois Antônio era tido como arruaceiro e desrespeitador de mulher. Antônio concordou com José. Só que tirou uma cunhada de José para dançar provocando a ira de José que foi tirar satisfação de Antônio, recebendo deste uma punhalada no estômago e fugindo. Antônio foi condenado a 12 anos de prisão.<sup>46</sup>*

Porém, fica claro nesta situação apresentada que a questão não estava realmente centrada nas mulheres, e sim nas qualidades pessoais de coragem e valentia dos dois implicados. Tratava-se de um desafio colocado por José Fernandes e aceito por Antônio Alexandre quando tirou para dançar uma das mulheres da família. Aceito o desafio, obrigatoriamente José Fernandes tinha que revidar. No código do sertão do Vale do Paraíba, analisado por Maria Sylvania Carvalho Franco também era assim:

<sup>44</sup> FONSECA, Cláudia. La violence et la rumeur: le code d'honneur dans un bidonville brésilien. *Les Temps Modernes*. 40 Année, n 455, juin 1984, p. 2192-2235.

<sup>45</sup> Fórum Municipal de Cruzeiro do Sul, Processo n° 88, de 22/01/1918. (Ficha 18.04)

*Postos em dúvida atributos pessoais, não há outro recurso socialmente aceito, senão o revide hábil para restabelecer a integridade do agravado. Este objetivo, nessa sociedade onde inexitem canais institucionalizados para o estabelecimento de compensações formais, determina-se regularmente mediante a tentativa de destruição do opositor. A violência se erige, assim, em uma conduta legítima.*<sup>47</sup>

Em muitas situações, entretanto, os homens sentiam-se no direito (ou no dever) de evitar a desonra da família “agindo com pulso forte” com as filhas, irmãs e outras mulheres, como o praça da Companhia Regional que, ouvindo boatos de que sua irmã pretendia amasiar-se com um conhecido comerciante de Cruzeiro do Sul, resolveu dar-lhe uma surra de “chicote peixe-boi”, em 1920.

*... que no dia 03 do corrente não obstantes essas precauções, seu irmão André levou a efeito o seu premeditado plano, somente deixando de atingir a respondente a surra prometida, por esta cahir em cheio sobre Miguel Calixto da Silva, que interveio para conter a furia de André; que este facto se deu pelas 4h da tarde, quando a respondente e sua mãe chegavam a sua casa de regresso do quartel da Cia Regional, pois seu irmão André ao vel-a sahir dalli, acompanhou-as a distancia de modo a não ser visto pela respondente e sua mãe, que na ocasião em que Miguel Calixto procurava evitar o conflito André para elle virando-se disse: "até você seu corno velho"! e applicou-lhe as vergastadas como já disse. Nada mais disse.*<sup>48</sup>

Se a desonra chegasse a ocorrer, especialmente na forma de adultério, só restava ao homem “lavar sua honra com sangue”, o que era inclusive reconhecido pela justiça como “legítima defesa da honra” ou como uma ação cometida em momento de “privação dos sentidos e da inteligência”. Esta última foi a alegação para a absolvição de Argemiro Furtado de Mendonça, seringueiro, que no dia 21/11/1916 matou sua esposa e o amante desta. Segundo Argemiro, em carta ao Juiz (possivelmente escrita ou orientada por um advogado ou outra pessoa instruída):

*No dia seguinte (21) depois do café da manhã, como eu me encontrava bastante enjoado, tomei a iniciativa de dirigir-me ao barracão de meu patrão a fim de ali procurar remédio. Pondo-me a caminho, depois de ter andado, com mil dificuldades, mais ou menos uma hora, novamente fui acometido por um violento acesso de sezões, impossibilitando-me de prosseguir na viagem. Voltando para a barraca, cambaliando, caindo aqui e levantando-me acolá, cheguei a minha casa por volta das 9 horas da*

<sup>46</sup> Fórum Municipal de Cruzeiro do Sul, Processo n ° 776, de 30/11/1929, Autos de Apelação Criminal. (Ficha 29.04)

<sup>47</sup> FRANCO, p. 49.

<sup>48</sup> Fórum Municipal de Cruzeiro do Sul, Processo n ° 28 de 05/11/1920, Autos de Ação Criminal. (Ficha 20.01)

*manhã. Ao subir da escada, como não visse ninguém, julgando que minha esposa estivesse para o interior da casa, empurrei a porta e encontrei na sala, atônita e em desalinho, sem bem poder disfarçar a sua infame traição conjugal, minha esposa e do mesmo modo, procurava fugir o seu cúmplice Manoel Maciel<sup>49</sup>*

Diante da cena, Argemiro disse perder completamente a razão e, instintivamente, puxar do rifle a tiracolo, acertando três tiros no casal. Depois do crime, e provavelmente com a certeza de que dele sairia livre e honrado, tendo realizado o que se esperava de um marido traído, Argemiro foi ao barracão e entregou-se ao patrão do seringal para que este tomasse as providências legais e as relativas ao enterro dos mortos. Possivelmente também este patrão providenciou ajuda legal para que o seringueiro pudesse enfrentar o processo sem maiores sustos. Aos trinta e quatro anos, um seringueiro “manso”, já treinado nas lides da extração da borracha, era normalmente bastante valioso para um patrão, e uma ajuda como essa lhe garantiria lealdade por toda a vida.

Outro crime gerou maior polêmica quanto à legitimidade da violência. Foi José Pereira Damasceno que matou a mulher que o havia abandonado e seu novo companheiro. Foi um crime premeditado, tendo o acusado afastado do local do crime os parentes da vítima com o pretexto de que queria conversar com eles em sua colocação. Nas palavras do promotor:

*... saiu precipitadamente pelo varadouro que vai dar à barraca onde estavam os mesmos residindo e aproximando-se sorrateiramente da mesma, notou o seu antagonista Francisco Simão da Silva, acorrido junto ao fogão da cozinha estava fazendo fogo e, então, nesta ocasião, fria e traiçoeiramente, desfechou contra a sua inditosa vítima, a queima-roupa, um tiro de espingarda adrede preparada, esfacelando-lhe a clavícula esquerda e não satisfeito com o seu ato de selvageria, o denunciado crava mais ainda na desgraçada vítima uma certa facada mortal, prostrando-a sem vida; em seguida parte impetuosamente empunhando a 2<sup>o</sup> arma homicida (terçado de bainha) a cata de sua 2<sup>o</sup> vítima, uma infeliz mulher indefesa, vibrando-lhe barbaramente uma profunda facada no coração, ocasionando morte instantânea de Anna Varella Damasceno, sua mulher, conforme está descrito no auto do exame cadavérico. O denunciado, sem nenhum escrúpulo confessa cinicamente os assassinatos que cometeu, não deixando de ser um fato alarmante, que impressionou profundamente o espírito público, pela temibilidade que encerra a perversidade que denota. Acresço mais que o denunciado fôra pessoalmente trazer o pai e o tio respectivamente das*

<sup>49</sup> Fórum Municipal de Cruzeiro do Sul, Processo n<sup>o</sup> 876 de 13/07/1917, Autos de Ação Criminal.

*vítimas depois de maduramente tudo premeditar para ser o seu condutor, após a perpetração da sua chacina canibalesca, confiado talvez no bom coração daquele homem generoso, temendo de antemão a represália de sua ação criminosa, por parte dos membros da família de suas vítimas, diante de tão revoltante tragédia.*

O réu foi a julgamento e condenado a 12 anos e 3 meses de prisão. Apelou ao tribunal e foi negada a apelação. Recorreu e foi a novo julgamento tendo sido absolvido por legítima defesa da honra.<sup>50</sup>

A polêmica, neste caso, que levou a que a absolvição só se desse depois de um recurso, provavelmente se deu em função da premeditação do crime, já que a defesa da honra devia ser quase que “instintiva”, como se viu no caso anterior. Mas também deve-se atentar para uma outra grande diferença: neste caso a mulher abandonara a casa do marido e fora morar com outro companheiro, fato bastante comum na região, e que não implicava em uma “traição” às escondidas como no caso citado acima. Numa região em que o casamento formal não era regra geral, a separação de um casal e a união com outros era considerada bastante corriqueira. Em outros processos e nas entrevistas realizadas na região encontrei muitos casos de uniões informais e mesmo casamentos que se desfaziam e refaziam com outros parceiros e que normalmente não geravam represálias deste tipo. E não eram somente as mulheres que abandonavam seus maridos, também era comum que se desse o contrário. Para alguns, entretanto, como para o mencionado José Pereira Damasceno, o abandono constituía desonra, e para tornar-se novamente um “homem honrado”, e livrar-se da pecha de “corno manso”, era necessário eliminar os motivos da desonra.

Assim, a violência parece ter como espaço privilegiado tudo o que se refere às relações de gênero. Por definição, “homem” é aquele capaz de exercer violência em determinadas situações, como prova de “virilidade”.<sup>51</sup> E parece que isto precisa ser provado a todo o momento para as mulheres que insistem em não se conformar com os papéis formais e os comportamentos esperados. É o caso por exemplo de Francisca Maria de Araujo - natural do Ceará, 23 anos, casada. Disse em seu depoimento

*... que estando em sua casa [...] em companhia de seu marido Bernardo Dias de Araujo, este lhe perguntou se era verdade o que acabara de saber, com relação a sua*

---

(Ficha 17.06)

<sup>50</sup> Fórum Municipal de Cruzeiro do Sul, Processo n.º 1324 de 20/07/31, Autos de Apelação Criminal. (Ficha 31.24)

<sup>51</sup> Ver sobre isto PITT-RIVERS, J. A. *The people of the Sierra*. London: Weidenfeld and Nicholson, 1954, especialmente p.84-97, para uma comparação com a cultura mediterrânea.

*amizade com Vicente Teixeira de Araujo, respondeu a declarante, que era verdade existir entre ella e Vicente Teixeira amizade ilicita porquanto o seu ultimo filho Francisco, de dez mezes de idade não era filho delle marido e sim de seu amante Vicente Teixeira ...*<sup>52</sup>

Como consequência, ao encontrar o amante, o marido matou-o com tiros de rifle, tendo também atirado na própria Francisca, que ficou gravemente ferida.

A violência estava sempre presente nas relações conjugais, mesmo que somente como uma ameaça. Sobre isto é esclarecedora a entrevista com a Dona Raimunda Gomes da Conceição. Falando do seu primeiro marido, com o qual “fugiu” com a idade de 14 anos, ela relata os ciúmes dele:

*Todas as coisas que eu levei, negócio de pente essas coisas assim, ele agarrava tudo, quebrava tudo e jogava no mato. Quando eu saí da companhia dele eu não levei um caco de pente. [...] Dizia que eu tava, quando ele chegava que eu tinha mudado a roupa ou penteado o cabelo, ele dizia que eu tinha mudado a roupa e penteado o cabelo esperando os macho. [...] Ele não batia não, mas teve vontade. Ele era ruim por causa do ciúme. Ciúme medonho, né?*<sup>53</sup>

Comentando a situação das mulheres da geração ( e da classe social) de sua mãe, em Cruzeiro do Sul, Dona Débora também responsabiliza o “ciúme” pelas dificuldades que estas sofriam, tendo que viver muitas vezes isoladas, submetidas aos caprichos e às ordens de seus maridos:

*Mas a questão é que o problema deles com as esposas, com as mulheres era ciúme, era ciúme demais, tinha um ciúme doentio...*<sup>54</sup>

Nesse sentido todos os dados apontam para que concordemos com a hipótese levantada por Míriam Pillar Grossi de que “a presença de violências no interior de uma relação afetivo-conjugal não é uma ‘anomalia’ e sim constituidora do modelo de conjugalidade ocidental”.<sup>55</sup> O seguinte processo judicial atesta isso com grande clareza. Trata-se de uma denúncia de espancamento de uma mulher por seu “amásio”, com um cinturão, testemunhado por duas vizinhas, um amigo da vítima e comprovado no exame de corpo-delito. O motivo da surra, era o ciúme do amásio por ver a mulher conversando com outro homem. A vítima, entretanto alega:

<sup>52</sup> Fórum Municipal de Cruzeiro do Sul, Processo n° 612, de 02/08/1912, ficha n° 12.02.

<sup>53</sup> CONCEIÇÃO, Raimunda Gomes da. *Entrevista*. 03/03/1995.

<sup>54</sup> DENE, Débora Sylvia Lima. *Entrevista*, 06/12/1995.

<sup>55</sup> GROSSI, Míriam Pillar. *Pancada de amor não dói?* (Versão Preliminar) Apresentado no Seminário: *Fazendo Gênero na UFSC: Um encontro interdisciplinar*. Mesa redonda: *Violência e Representação*, no dia 17/05/1996.

*... que não era sua intenção levar um fato de natureza íntima, ocorrido no interior de sua casa, ao conhecimento da polícia, pois o incidente a seu ver não passou de um arrufo natural entre marido e mulher; ...*<sup>56</sup>

O denunciante, porém, não concorda com ela, pois a cena que descreve parece muito mais violenta que apenas um “arrufo natural”. Segundo ele:

*Lindorio com o pé segurava o pescoço de Paulina que estava no chão com as vestes subidas e com o cinto dava em seu corpo nu com a fivela.*<sup>57</sup>

O juiz, entretanto parece concordar com Paulina, pois pede o arquivamento do processo. Temos aí, então, não só vários conceitos do que seja “violência”, ou pelo menos uma violência que mereça ser julgada pela lei; mas também, possivelmente, vários interesses em jogo.



Casamento do Promotor Público Oswaldo Hardemann e Alice de Vasconcelos Pessoa, em 1920.<sup>58</sup>

<sup>56</sup> Fórum Municipal de Cruzeiro do Sul, Processo s/n °, de 07/10/1920, ficha n ° 20.10.

<sup>57</sup> Ibidem.

<sup>58</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE/ PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL. “A cidade de Cruzeiro do Sul - Revisitando o Juruá.” Rio Branco: Gráfica Estrela, 1994. p. 101

Mas de que “conjugalidade”, afinal, estamos falando? Por certo no período estudado conviveram na região do Alto Juruá, diversos tipos de casais e de famílias. Havia as abastadas, dos patrões, seus empregados mais “graduados”, como guarda-livros e gerentes; funcionários públicos e profissionais liberais residentes em Cruzeiro do Sul; havia os grupos familiares dos seringueiros e agricultores que viviam nos seringais e colônias agrícolas, e havia ainda a população pobre urbana: artesãos, desocupados, jornaleiros, costureiras, lavadeiras, prostitutas. Essa diversidade fica patente no discurso de Antônio José de Araujo, em uma de suas “Cartas do Acre” publicadas em 1910. O autor, bacharel em direito, foi promotor público e advogado em Cruzeiro do Sul.

*Já o disse mais de uma vez e repito agora: muito novo é o Acre. Ha vinte annos passados, as suas terras só conheciam o trato do jaguar e do selvagem. Nenhum homem civilizado havia pisado nellas. É de três annos para cá, depois que o governo brasileiro firmou-lhe com a Bolívia os limites territoriaes, garantindo os seus direitos sobre o Acre, é que a sua riqueza fabulosa despertou a ambição dos insaciáveis de todas as classes, desde os que vêm procurar valorizar o seu trabalho até os que só cuidam de usufruir a superabundância dos trabalhos dos outros. Tem, portanto, poucas familias. Mas, ainda assim, percebe-se a influéncia que directa e indirectamente vão exercendo sobre os costumes; que, há pouco diffusos e cahóticos, agora se condensam, se tornam mais rijos e mais empolgantes. Os concubinatos, que, com apparencias de casamento, pela promessa que os interessados faziam de legalizal-os, constituíam quasi a norma de organização da familia, tendem a desaparecer, escasseando, e, se é certo, como diz Ihering, e eu aceito, que o casamento é o barômetro da moralidade de um povo, pôde se asseverar que o povo do Acre se tem moralizado muito nestes tres annos de regimen prefetural. Já é raro matarem-se os maridos para se tomarem as mulheres, e a degradação dos costumes conjugaes, devida ou à pequena proporção da mulher em relação ao homem, ou à defeituosa educação doméstica daquella, ou à communitade de vida e hábitos imposta pelo acanhamento da vida dos seringaes, ou por quaesquer outros motivos, vai desaparecendo, rehabilitados elles. Ainda assim não são pouco numerosos os casos de adultério, incesto e crimes outros que se prendem à moralidade pundonorosa dos individuos e das nações, e não são elles para admirar, dadas as condições de existência no Departamento, onde é enorme a desproporção entre o elemento masculino e feminino, este numa inferioridade espantosa, quando nas grandes cidades a nymphomania e o priapismo imperam de maneira que assombra. Em todo o*

*caso, quanto mais se acende na escala das abastanças, mais nítidas vão se desenhando as figuras das famílias e algumas existem que podem honrar qualquer sociedade.*<sup>59</sup>



Capitão José Menescal de Vasconcelos e família. Primeiro comandante da primeira tropa do Exército sediada em Cruzeiro do Sul.<sup>60</sup>

Neste discurso, na verdade, só há lugar para uma conjugalidade, aquela considerada pelo autor como moderna e civilizada, institucionalizada pelo casamento civil que, como uma varinha de condão, teria o poder de “civilizar” as condutas dos casais por ele atingidos. Mas se pode entrever a existência de outras formas de convivência conjugal, tratadas como “anomalias” e atribuídas basicamente à grande desproporção entre homens e mulheres no Departamento. Estas “anomalias”, ou seja, os concubinatos, relações passageiras e com troca freqüente de parceiros, casos de

<sup>59</sup> ARAUJO, Antônio José de. Cartas do Acre. Rio de Janeiro: Typ. Do Jornal do Comércio, 1910. p. 68-69, Carta de 5 de fevereiro de 1908.



homens com mais de uma mulher e de mulheres com mais de um homem, entre outras relações, em termos de números, parecem ser quase a regra geral, sendo o casamento, especialmente na forma civil, restrito às camadas mais abastadas da população (quando estas mesmas não adotavam também os concubinatos) e a um pequeno contingente das camadas populares. Deve-se ressaltar ainda que o casamento podia dar-se no máximo por duas vezes, já que era bastante comum uma pessoa casada no religioso com alguém, casar-se depois com outra (ou com a mesma pessoa) no civil, e vice-versa.<sup>61</sup> Havendo uma separação do casal, normalmente tanto o homem como a mulher logo uniam-se em novos casais de maneira informal.

Assim, por exemplo, uma de minhas entrevistadas, Dona Raimunda, em 1995 com a idade de 81 anos, casou-se pela primeira vez com catorze anos (tendo na época afirmado ter dezesseis para poder casar-se). Depois de alguns anos, ela “saiu da companhia do marido”, que a tratava mal, tendo já uma filha. Logo encontrou outro companheiro, com o qual conviveu durante cinco anos, até que este repentinamente morreu, deixando-a com mais filhos. Ela passou uns tempos na casa de uma madrinha e, tendo se apresentado um pretendente, “juntou-se” com ele, por um período de três anos. Entretanto este companheiro, embora fosse “bom para ela”, não tratava muito bem os seus filhos, o que a fez separar-se novamente. Finalmente ela encontrou seu quarto companheiro e segundo marido, já que o primeiro a esta altura já havia falecido, um homem mais velho com o qual ela conviveu até sua morte, já em idade avançada, tendo com ele mais alguns filhos.

*Quando eu me casei tinha quatorze anos, passei três anos mais o meu marido, três anos e seis meses... [...] Adepois que eu me ajuntei com o Pedro, pai do Milton, justamente passei cinco anos e seis meses mais ele.[...] Ai eu fui , depois que o Pedro morreu, justamente eu tinha o Milton e tava gestante do finado Sebastião. [...]Ai eu fui para dentro da casa da minha madrinha. [...]Eu tive o Sebastião lá na casa dela. Ai tinha o Preto, era empregado do meu cumpadre Salomão. Ai ele falou se eu queria morar com ele. Eu disse que não sabia não, eu vou falar com a minha madrinha, ver o que ela vai dizer. Eu não tinha amizade a ele. Pessoa assim né. Era conhecido e tudo mas eu não tinha amizade a ele. Ai depois que tive o Sebastião, ai eu já tinha acabado o resguardo, ai ele veio me perguntar se eu já tinha resolvido. Ainda tava no mesmo credo. Ai eu fui*

<sup>60</sup> BARROS, Vol. I, p. 194.

<sup>61</sup> Sobre isso há muitos processos de habilitação de casamentos, alguns processos criminais e também é interessante a entrevista com D. Mariana, casada em primeiras núpcias, no civil, com uma pessoa e

*falar com a minha madrinha e a minha madrinha falou que ele era um preto tão bom, que ela gostava tanto dele, que era um preto de confiança. Era bom eu me ajuntar com ele, ele era um homem idoso, ele era um preto mas todo mundo gostava dele, era um preto de confiança tal, que era bom homem [...] aí ele apareceu mais uma vez, perguntou aí eu disse que queria, mas disse que queria meio assim (risos), imaginei, eu já tinha dado muito desgosto a ela, era minha madrinha, mãe que tinha me criado, eu vou fazer ao menos o gosto dela. Aí me ajuntei com ele, passei [...] Três anos. Aí nós se deixemo. Ele era muito bom prá mim. Era bom prá mim, mas enjoado com meus filho. Aquilo me doía, vê meus filho, não tinha pai, e vê aquele choro, aquela empertenência, né, a gente as vez se aborrece né, imagina que não tem pai, os filho não tem pai e vê os outro...Eu já não tinha amizade a ele...vivia com ele...vivia...nóis vivia bem, não batia boca nem coisa nenhuma. Mas eu não tinha amizade a ele. Até que foi um dia eu disse a ele que eu queria ir m'embora, não queria mais ele. Aí ele disse não. Ao invés de você ir s'embora, cê fica aí que eu vou. E se foi-se. [...] Prá casa do cumpadre Salomão, que ele sempre trabalhava de empregado com ele...Aí eu tive um menino dele. Justamente quando ele foi s'embora, ele tinha morrido, tava com sete ano o menino, não tava com sete ano inteirado não mas tava com sete ano. Aí eu me juntei com o Meruoca, pai do Antônio. Com esse nós se apartemo quando Deus tirou.<sup>62</sup>*

E, apesar de toda a aparência de “civilização” que se cultivava nas classes mais abastadas de funcionários públicos e patrões de seringais, nestas também era muito comum encontrar estes casos. Certamente a situação de “fronteira” contribuía para que fosse muito mais difícil implantar naquelas paragens o modelo “civilizado” de casamento que se procurava implantar em todo o Brasil já, certamente, desde o início do século XIX.<sup>63</sup> Um dos coronéis mais importantes da região, por exemplo, proprietário de vários seringais e muito influente na política local, pode servir de exemplo para mostrar o quanto, mesmo na elite, a conjugalidade não estava ainda tão normatizada e, ao mesmo tempo, o quanto a situação de “fronteira” influía nisto.<sup>64</sup>

Este senhor, a que estamos nos referindo, chegou a Cruzeiro do Sul em finais do século XIX, já casado com uma jovem paraense. Ele provinha de família tradicional nordestina e foi no intuito de enriquecer formando seringais que estabeleceu-se no

---

depois casada no religioso com outra. NASCIMENTO, Maria Feitosa do. (D. Mariana). Entrevista com a participação de Silene, Milton Gomes da Conceição e Ruy Ávila Wolff. 14/11/1995.

<sup>62</sup> CONCEIÇÃO, Raimunda Gomes da. Entrevista. 03/03/1995.

<sup>63</sup> Ver, entre outros, PEDRO, Joana Maria. Mulheres honestas e mulheres faladas: uma questão de classe. Florianópolis, Ed. da UFSC, 1994. E D'INCAO, Maria Ângela. Mulher e família burguesa. In: PRIORE, Mary Del (org.) História das mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 1997. p. 223-240.

<sup>64</sup> A pedido da informante, abstenho-me de citar o nome dos envolvidos.

Acre. Comprou um seringal já formado, trouxe alguns parentes, homens de confiança, e um guarda-livros.

*...mas ele deixou esse guarda-livros lá trabalhando e ele ia com os irmãos, mais dois irmãos, [...], e iam os três mais o capataz mais o mateiro, mais não sei o quê, e lá ia lá para o centro para explorar os seringais, mata virgem, seringal virgem. Ele ia pra lá e deixava a mulher, a família aí,(,,,) e o guarda-livros lá fora. Bom, nessa altura, nessas viagens que ele fazia, para exploração dos seringais e tal, seringal nativo, ela ficava aí e ela começou a se envolver com o guarda livros. [...]e quando aconteceu que um primo dele vendo aquilo que estava acontecendo com a família e ele não sabendo de nada, quando ele viu que a coisa estava engrossando muito, ele chamou ela, - (quando ele) chegar, ele vai saber o que está acontecendo aqui dentro da casa dele. [...]os homens naquele tempo, principalmente os nordestinos eram assim, sabe, Cristina [...]não é com carinho nem nada, é na violência, na brabeza, no toma, no manda, não sabe? [...]Quando ela soube que o primo dele, que era o primo que disse que ia comunicar o [...] que estava acontecendo, ela simplesmente ficou apavorada, conhecendo o gênio dele, ficou apavorada e se mandou, fugiu com o guarda-livros. [...]Essa criatura sofreu tanto, sofreu tantos horrores, que na mata bruta, desconhecida, sem levar comida, sem levar nada, só os dois. Eu sei que ela acabou saindo num seringal e (um senhor) que era seringueiro, antes era seringueiro e estava lá na barraca de seringueiro quando apareceu aquela mulher, toda desgrehada, toda lanhada, os cabelos muito grandes, dizem que ela tinha os cabelos grandes, uma cabeleira muito bonita, e já o guarda-livros já tinha morrido em viagem.<sup>65</sup>*

Após o acontecido o proprietário teve uma ligação, por alguns anos, com uma viúva, e, finalmente, encontrou a mulher que seria sua companheira por muitos anos. Era uma jovem senhora, casada com um homem bem mais velho, por conveniências da família, e que abandonara o marido. Encontramos um processo judicial envolvendo esta senhora, no qual o marido era denunciado por tentar matar a sogra e a esposa. Nele ficamos sabendo que a sogra era uma viúva com quatro filhas, que vivia no Nordeste do país, tendo ido a Belém do Pará procurar uma vida melhor. Lá encontraram este senhor, funcionário público que queria casar-se com uma das filhas, e que as levaria a todas para o Acre, onde se dizia ser fácil fazer fortuna, e bons casamentos. Depois de algum tempo, entretanto, já em Cruzeiro do Sul, a moça

<sup>65</sup> Este episódio lembra o que aconteceu com Isabela Godim des Odonais, esposa de Jean Godim, membro da expedição organizada por Charles Marie de La Condamine para medir o Equador, quando esta desceu o Amazonas, vinda do Peru, no intuito de encontrar seu marido em Caiena para rumarem para a França. Cf. SMITH, Anthony. Os Conquistadores do Amazonas. São Paulo: Best Seller, s/d. p. 233-258.

abandonou o marido, indo para a casa de sua mãe, onde ele foi buscá-la, de arma em punho, e acabou por atirar na sogra que tentou contê-lo. Após estes acontecimentos todos, o proprietário conheceu a moça e, como nenhum dos dois podia casar-se, uniram-se informalmente, chegando a ter doze filhos.

Não era sem sofrimentos que se fazia uma união informal na elite, especialmente para a mulher, que segundo minha informante, não freqüentava festas e outras ocasiões formais, por exemplo, por não ser casada. Entretanto isto não impediu que a família fosse bem conceituada, e mesmo que o Coronel ocupasse cargos administrativos e de grande prestígio. Afinal na fronteira, nos rios da borracha, no reino do “ouro negro”, quem mandava era quem tinha mais estradas de seringa, mais seringueiros a seu serviço, mais influência sobre os outros patrões. E as aparências, afinal, talvez só fossem tão importantes para aqueles que viviam delas: funcionários públicos e profissionais liberais (advogados, médicos, farmacêuticos).

A conjugalidade nos seringais do Alto Juruá, portanto, não correspondia exatamente aos modelos de conjugalidade burguesa que se procurava implantar no Brasil urbano. Na elite dos seringais e da cidade de Cruzeiro do Sul estes modelos até se faziam presentes, conformando muitas das relações, e fazendo das mulheres “ornamentos” a serem mostrados na sociedade como signo de distinção para as famílias.<sup>66</sup> Em 1926 foi editada uma revista em Cruzeiro do Sul, apenas um número, com poemas e outros textos literários, conselhos de saúde, algo semelhante a um almanaque. Nele aparecem muitas fotos de famílias e, especialmente, de mulheres, sempre com alguns dizeres, como os que seguem:

*Deusa da Graça e da Ternura*

*A graciosa senhorita Marietta Ponciano, filha do abastado proprietário Sr. Cel. Porphirio Ponciano de Oliveira.*

*Senhorita Marietta Ponciano, que é um fino ornamento da sociedade juruana, é dona de um coração magnanimo e dos mais formosos dotes de **distinção**, ternura e graça.*

*O orgulho de uma sociedade*

*Capitulina Lobão, digna esposa do nosso illustre amigo Sr. Dr. Mario Lobão. - A senhora Catita Lobão, como é mais conhecida em nosso meio social, é o mais **distinto***

---

<sup>66</sup> PEDRO, op. cit. faz uma análise minuciosa desta questão para a cidade de Florianópolis, em termos que se aplicam de maneira pertinente a Cruzeiro do Sul no período estudado.

*ornamento e o orgulho da nossa elite, pela sua formosura e espirito galhardo. (grifos meus)*<sup>67</sup>



Casamento de Capitulina e Mário Lobão, farmacêutico e político, na década de 20.<sup>68</sup>

Os jornais editados em Cruzeiro do Sul também traziam, a cada número, notas sociais como as que seguem:

*Passa hoje o aniversario natalicio da Exm<sup>a</sup> Sra. D. Francisca de Oliveira, virtuosa esposa do nosso prezado amigo Coronel Francisco Carlos de Oliveira e uma das senhoras mais **distinctas** desta cidade, pelos seus apurados dotes de coração.*<sup>69</sup>

*Dona Iracema Pedreira*

<sup>67</sup> Revista Via Láctea, Cruzeiro do Sul, 01/01/1926, n<sup>o</sup> 1. (Acervo da Biblioteca Municipal de Cruzeiro do Sul)

<sup>68</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE/ PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL. P.46.

<sup>69</sup> O Cruzeiro do Sul, 13/01/1907. N<sup>o</sup> 27, Anno II, Coleção Particular de D. Lindaura.

*Defluirá a manhã, 21, a data aniversaria da Exma. Senhora Dona Iracema Pedreira, virtuosa esposa do illustre clinico dr. Mario Pedreira delegado de hygiene do Purús ainda aqui a serviços da delegacia de hygiene local.*

*Senhora portadora de grandes virtudes aliadas a um coração bondoso e **destinguida** lhaneza de trato, receberão amanhã, dona Iracema e seu digno esposo carinhosa manifestação de apreço da familia cruzeirense em cujo seio são verdadeiramente estimados. (grifos meus)<sup>70</sup>*

Nas famílias pobres, da cidade e dos seringais, entretanto, embora os modelos cultivados pela elite pudessem se fazer presentes em alguns momentos, predominavam formas tradicionais de conjugalidade, como as praticadas no sertão nordestino, e a improvisação decorrente da situação de fronteira. As passagens citadas acima, na verdade, só fazem afirmar a todo o momento que aquelas senhoras são “distintas”, e portanto “diferentes”, das outras. Sua virtude, bondade e graça, e principalmente o fato de serem casadas, ou pretenderem o casamento no caso das senhoritas, e possivelmente o fato de, pelo menos oficialmente, não trabalharem, podendo servir de “ornamento” à sociedade, as distinguiu das mulheres pobres, “amasiadas” e envolvidas em mil atividades “indignas”.

No que diz respeito à violência, porém, todas estas formas conjugais certamente a incluíam de uma forma ou outra. A conjugalidade burguesa fazia da violência algo a ser escondido, algo do privado que não poderia ser jamais revelado ao público pois “em uma mulher não se bate nem com uma rosa”, pelo menos em público. Não existem, nos processos que analisamos, denúncias de maus tratos a suas esposas e filhas por parte de membros da elite de Cruzeiro do Sul. Apenas indiretamente temos algumas evidências de que estes ocorriam, como no processo em que Luiz Bussons, proprietário do Seringal Porto Peters é acusado e condenado por ter espancado a mulher de um seu freguês. A agressão teve como motivo o fato de que esta senhora havia aconselhado sua esposa, Raimunda Bussons, a deixar o lar. E daí a evidência: o conselho se deu em razão das reclamações de maus tratos feitas por Raimunda a sua vizinha.

*Testemunha informante: Raymunda Olympia Bussons, 19 anos, casada, doméstica, residente no seringal Porto Peter's, alfabetizada, disse que: tendo se queixado a seu marido de ter Sebastiana Maria a seduzido para deixar o lar conjugal e ir viver em Cruzeiro do Sul, motivando estes conselhos ter Sebastiana presenciado por algumas*

*vezes desavenças domésticas entre si e o seu marido; que certo dia achando-se o seu marido alcoolizado e havendo tido uma das turras de costume acabou por lhe dizer que viviam em desavenças e já havia quem lhe houvesse dito que o deixasse, que neste ínterim o seu marido foi ao quarto que serve de depósito, bebeu mais um gole de cachaça e retira-se sem nada dizer; que na sua volta perguntando-lhe aonde tinha ido, este lhe respondeu que tinha ido por para fora de suas terras a Sebastiana Maria e seu amasio.<sup>71</sup>*

Em sua entrevista, D. Débora Lima Dene também deixou claro a existência deste tipo de violência em famílias consideradas como da elite de Cruzeiro do Sul, violência causada sobretudo pelo “ciúme”, como já citado anteriormente.

A situação de “fronteira” de Cruzeiro do Sul, neste período, fazia com que a própria “elite” fosse formada por pessoas muito heterogêneas, gerando, inclusive, conflitos dentro das famílias que procuravam se firmar em posições ascendentes na escala social. Foi o que ocorreu no processo resumido abaixo, em que dois irmãos de origem árabe, comerciantes, brigam por um deles ter trazido para a casa da família uma mulher considerada “prostituta”, o que certamente colocaria em risco a reputação da família, tão cara aos que pretendem fazer parte da elite.

*No dia 16/05/ deste ano, pelas 18 horas mais ou menos, no lugar "Boa Hospedagem", seringal Pirapora, Mamed Kamily, sírio, 30 anos, comerciante, que, na vespera, já houvera tido com o seu irmão Alfredo Kamily, 32 anos, sírio, comerciante, uma discussão, em que censurava o proceder deste, por ter trazido em sua companhia uma rameira, como sua amazia, resultando ficar Alfredo aborrecido e declarar a Mamed que se retiraria no dia seguinte. Mamed mandou levar ao seu irmão Alfredo uma porção de carne de macaco, pelo seu empregado Pedro Bezerra da Silva, vulgo "Pedro Canela", e Alfredo rejeitando a oferta por acha-la mesquinha, atirou-a no assoalho da cosinha de Mamed, dizendo que não queria aquela porcaria. Francisca Kamily, esposa de Mamed, presenciando esta cena, partiu em busca de seu marido, ao qual participou o ocorrido; Mamed foi ao local, fazendo-lhe notar que aquilo custava dinheiro; Mamed procurou retirar umas mercadorias que estavam no quarto em que seu irmão se hospedara, pois este nada mais era do que um depósito de generos do seu negócio, adiantou ao pegar uma caixa de sabão que: -"Não o ia sustentar nem tampouco a sua rapariga", chamando-a de puta, retrucando-lhe Alfredo: - "Que puta era a mulher dele Mamed", lançando-lhe no rosto o nome de corno. Nisto Mamed joga a caixa de sabão*

<sup>70</sup> O Rebate. 21/12/1930. N.º 311, Anno X, Coleção do Sr. Waldenor Jardim Alves Ferreira, no Fórum Municipal de Cruzeiro do Sul.

<sup>71</sup> Fórum Municipal de Cruzeiro do Sul, Processo n.º 1115, de 28/07/1923, Autos de Apelação Criminal. (Ficha n.º 23.17)

*contra a parede e avança contra o irmão, saindo Alfredo ferido na região malar. Durante a luta, Alfredo comprime rude e violentamente os testículos de seu irmão, ordenhando o escroto, a ponto de lhe fazer escapar a boca palavras de desespero e socorro à entidades divinas, resultando Mamed adoecer desses órgãos vários dias.<sup>72</sup>*

As denúncias de espancamentos e agressões as mais diversas nas classes populares, especialmente entre os que viviam nas proximidades de Cruzeiro do Sul, são muito freqüentes, o que indica possivelmente a utilização por parte destas classes da justiça como uma estratégia de resistência à violência em suas relações, como veremos mais adiante.

### ***Incesto, estupro, defloramento***

*Antonio Cosmo de Oliveira, 44 anos, cearense, casado, seringueiro, analfabeto, vem queixar-se de seu enteado João Fernandes Ribeiro, que em dias da 2<sup>o</sup> quinzena deste mês estuprou sua irmã menor, filha do queixoso, Martinha Rosa de Jesus, a qual conta apenas 13 anos, pois que nasceu em 10/07/1906, o que jura ser verdade. Martinha Rosa de Jesus, 13 anos, acreana, doméstica, solteira, residente nesta cidade, disse que: Seu irmão João Fernandes Ribeiro, deflorou-a em tempo que ela não pode precisar; que até esta data ele praticou a cópula com ela 3 vezes; que o mesmo há muito tempo convidava para este fim, até que um dia convidando-a para o defumador de seringa, que fica próximo à barraca agarrou-a violentamente, jogou-a por terra e deflorou-a, recomendando-lhe depois que nada dissesse ao pai da declarante; que o seu sedutor é seu irmão por parte de mãe. João Fernandes Ribeiro, 24 anos, amazonense, jornalista, solteiro, residente nesta cidade, alfabetizado, disse que: Confessa-se autor do defloramento de sua irmã Martinha Rosa de Jesus; que pode haver uns 3 meses que ele desvirginou a dita sua irmã; que ainda praticou o coito com sua irmã, outras vezes mais, e que não pode precisar quantas; que não usou de ameaças para conseguir o seu intento e que apenas convidou-a para este fim, no que ela aquiesceu. O Promotor: A menor Martinha foi deflorada no seringal Olivença que fica neste departamento, mas o defumador que fica próximo a barraca está abaixo do remanso, já no Estado do Amazonas, sendo portanto da competência da infração penal das autoridades de São Felipe. O juiz: Sendo o fato criminoso praticado no Estado do Amazonas, torna-se por*

---

<sup>72</sup> Fórum Municipal de Cruzeiro do Sul, Processo n<sup>o</sup> 1158, de 21/02/1921, Autos de Apelação ex-officio. (Ficha n<sup>o</sup> 21.21)



*isso, insuscetível de apreciação ou de conhecimento jurídico neste foro da comarca de Cruzeiro do Sul.*<sup>73</sup>

Este é um resumo de um dos catorze processos criminais por estupro encontrados no Fórum Municipal de Cruzeiro do Sul entre os anos de 1904 e 1945. Além de estupro, trata-se também de incesto, já que o agressor foi o irmão da vítima. Esta é quase uma regularidade nestes processos: irmãos, tios, padrastos e pais parecem ser os principais responsáveis pelos estupros. Neste processo, porém, o que chama a atenção é o desfecho: por uma questão de alguns metros, o crime fica impune. Trata-se de outra regularidade, pois atrasos em cartório, problemas no encaminhamento dos processos, ausência de juizes, entre outras dificuldades da justiça local, tendiam a deixar impunes muitos dos crimes denunciados. Às vezes porém, o responsável era punido, como no caso que segue:

*Tertuliano Antonio da Silva, 42 anos, casado eclesiasticamente, potiguara, agricultor, residente no lugar "Igarapé Preto" é acusado do crime de estupro contra a menor Francisca Gomes de Lucena, de 14 anos, sua filha adotiva. Tertuliano há muito tempo, vinha perseguindo a menor para praticar atos libidinosos, quando em dias do mês de junho findo, indo a referida menor a um roçado, que fica próximo a sua casa, arrancar macaxeira, a mando de seu padrasto Tertuliano, foi surpreendida pelo mesmo, que agarrando-a pelo braço com ameaças a arrastou para a mata estuprando-a. Por mais 3 vezes a estuprou, sempre com agressão e ameaças. Sua irmã, Maria Gomes de Araujo, 17 anos, casada, acreana, desconfiando de Tertuliano, também seu padrasto, interrogou insistentemente sua irmã Francisca até a menor lhe contar o que estava se passando. Maria, irmã de Francisca, quando solteira também havia sido agredida várias vezes por seu padrasto Tertuliano, como o mesmo não conseguiu estuprá-la também, deu uma surra na mesma e a ameaçou dizendo que não tinha conseguido estuprá-la quando era virgem, mas o faria depois de casada. A mãe, Maria Gomes de Lucena, viúva, casada eclesiasticamente com o réu Tertuliano, disse que quando chegou ao roçado seu marido Tertuliano estava sentado num pau e sua filha Francisca começou a chorar muito quando sua mãe perguntou porque estava demorando tanto no roçado. Disse que sua outra filha Maria Gomes de Araujo já havia lhe contado quando solteira que seu padrasto Tertuliano queria ter com ela ato sexual, levando uma tremenda surra do padrasto por causa da confissão. Sua mãe nada fez. Ficou provado*

---

<sup>73</sup> Fórum Municipal de Cruzeiro do Sul, Processo s/n °, de 30/11/1919, Autos de Estupro. (Ficha n ° 19.22)

*no corpo delicto o defloramento da menor e o juiz condenou o réu em grau de apelação a 5 anos, 1 mes, 7 dias e 12 horas. Cumpriu toda a pena.*<sup>74</sup>

Por sinal, há vários casos de padrastos que estupram suas enteadas. No caso a seguir um deles chega a ir à delegacia para denunciar o defloramento de sua enteada, atribuindo-o, porém, a outro homem, e contando com a força de suas ameaças e castigos para que a menina não o descobrisse.

*Compareceu na delegacia de Polícia, José Vidal de Oliveira, 37 anos, casado, potiguara, agricultor, residente nesta cidade, analfabeto, denunciou que: Vinha dar queixa contra José Teixeira da Silva que tendo contratado casamento com sua enteada, a menor Francisca Florinda de Oliveira, deflorou-a em dias de mês de Junho, pelo que vem apresentar sua queixa a fim de que seja reparado pelo acusado José Teixeira da Silva o mal por ele causado; que só veio agora trazer a queixa porque só teve conhecimento do defloramento de sua enteada no dia 25 do corrente. Francisca Florinda de Oliveira, 15 anos, solteira, acreana, doméstica, residente nesta cidade, analfabeta, disse que: É verdade que José Teixeira da Silva, em dias do mês de Junho deflorou a ela respondente prometendo casar-se, pois que era seu noivo oficial; que não disse imediatamente a seu padrasto que havia sido deflorada pelo acusado José Teixeira da Silva porque teve acanhamento de dizer; que o acusado praticou o defloramento no meio de uma mata que fica próxima a casa da respondente; que a respondente estima o acusado com quem quer se casar. José Teixeira da Silva, 19 anos, amazonense, agricultor, residente nesta cidade, analfabeto, disse que: Conhece a menor Francisca Florinda de Oliveira, de quem é noivo e que no dia 15/06 deste ano, teve com a menor o contato sexual; que não é autor do defloramento da dita menor, porque a mesma já estava deflorada pelo padrasto dela José Vidal de Oliveira; que afirma isto por ter sido a própria menor Francisca Florinda de Oliveira quem havia dito a ele respondente; que apesar disto está disposto a casar-se porque quer amparar a ela e as outras irmãzinhas dela; que esta sua intenção é devido ao receio que tem de que José Vidal de Oliveira também deflore as irmãs de sua noiva Francisca Florinda. O juiz mandou proceder imediatamente a acareação do queixoso José Vidal de Oliveira, da menor Francisca Florinda de Oliveira e do acusado José Teixeira da Silva[...]. Pela menor Francisca Florinda foi dito que o autor de seu defloramento não foi o seu noivo José Teixeira da Silva, e sim o seu padrasto José Vidal de Oliveira; que isto foi há cerca de 2 anos; que no auto de perguntas acusou seu noivo José Teixeira da Silva de ter sido o autor de seu defloramento porque o seu padrasto José Vidal de Oliveira pediu-lhe que não o acusasse; que é verdade que ela respondente disse ao acusado José Teixeira da Silva que tinha sido o seu padrasto o autor de seu*

<sup>74</sup> Fórum Municipal de Cruzeiro do Sul, Processo n ° 549, de 07/01/1925, Autos Apelação Crime. (Ficha n ° 25.05)

*defloramento; que disse a sua mãe, dela respondente, que tinha sido deflorada por seu padrasto e que ela ameaçou-a de botar para fora de casa. Pelo queixoso José Vidal de Oliveira foi dito que há mais de 2 anos, a mesma Francisca Florinda o perseguia, e que ele apenas experimentou-a com a mão, introduzindo o dedo nas partes genitais da mesma menor e que ela gozava com isto; que a menor já não se satisfazia com um dedo só e já aceitava 2 dedos. Pela mesma Francisca Florinda foi dito que não é verdade o que o seu padrasto José Vidal tenha praticado tais indecências, e sim que, abusando de sua idade e do seu lar, deflorou-a. Testemunha Informante: Antonia Ferreira de Araújo, 30 anos, casada, paraense, doméstica, residente nesta cidade, analfabeta, disse ser mulher do acusado José Vidal de Oliveira; testemunha disse que: Não tem conhecimento dos fatos de que seu marido é acusado, isto é, que não sabe se foi ele o autor do estupro de sua filha Francisca Florinda, senão por confissão da mesma, depois de estar preso o seu marido; disse mais que o mesmo seu marido a maltratava com surras constantes, impropérios e descomposturas, chegando até a ameaçar a ela testemunha com a morte, ao mesmo tempo que dizia que sendo preso ia passar bem na cadeia, porque ia comer descansado na sombra e sem trabalhar; que o mesmo seu marido começou a maltratá-la desde a semana em que se casaram, o que vai para 5 anos; disse mais que as suas filhas menores Francisca Florinda, Isabel e Luiza eram igualmente vítimas da brutalidade de seu marido, que espancava-as constantemente com qualquer instrumento que encontrava a mão; acrescentou que, bem diz o momento em que ele foi preso, porque enquanto ele estiver na cadeia ela e suas filhas não serão martirizadas. Francisca Florinda e José Teixeira da Silva casaram-se civilmente no dia 09/09/1918. O juiz acatou a denuncia, condenou o réu José Vidal de Oliveira a 5 anos, 1 mês, 7 dias e 12 horas de prisão. O réu cumpriu toda a pena.<sup>75</sup>*

Este quadro de violência sexual e castigos físicos, infligidos às mulheres por um pai/padrasto denota uma necessidade de ter domínio absoluto sobre estas mulheres. Há várias interpretações possíveis. A maioria dos autores que escreveram sobre este quadro na região costuma responsabilizar a grande diferença entre os contingentes feminino e masculino por este estado de coisas, como no texto citado mais acima de Antônio José de Araújo. Esta desproporção entre homens e mulheres não se manteve tão alta ao longo do tempo, pelo menos em termos gerais.<sup>76</sup> Mas no interior dos seringais até bem pouco tempo atrás sempre havia mais homens do que mulheres, em

<sup>75</sup> Fórum Municipal de Cruzeiro do Sul, Processo n ° 230, de 17/01/1920, Autos Apelação Criminal. (Ficha n ° 20.12)

<sup>76</sup> Se em 1905 a proporção de mulheres na população do município de Cruzeiro do Sul era de 25 %, conforme dados já citados, em 1920 esta proporção já era de 39,4% e em 1940 de 45,5%. Ver tabela 2, no capítulo 2. (fonte: Censos Demográficos do IBGE em tabela elaborada pelo Prof. Carlos Walter Porto Gonçalves, que gentilmente cedeu os dados).

função do trabalho extrativo e das características da contratação de mão de obra para esse tipo de trabalho.<sup>77</sup> A desproporção, sozinha, entretanto, não pode explicar a recorrência deste tipo de processo.

Maria Ângela D’Incao, ao estudar a realidade amazônica atual, chama a atenção para a visibilidade, na região, de relacionamentos conjugais entre “homens muito mais velhos com mulheres muito mais jovens” bem como do incesto e de estupros como práticas corriqueiras na região.

*A ocorrência de estupro se dá em circunstâncias onde a menina ou a criança é sempre da intimidade do estuprador, e este, não raras vezes é o pai ou padrasto ou o tio ou outro adulto das relações do grupo familiar, [...]. A pouca idade da mulher no início da prática sexual [...], certamente, se relaciona com formas de vida tradicional e mesmo com o início dessa prática dentro das unidades familiares como algo de relativa normalidade.<sup>78</sup>*

A autora relaciona este quadro com “formas de vida tradicional”, com o isolamento de muitos grupos familiares nos seringais e outras unidades de produção extrativas, e com uma “persistência” de “formas de relações entre os sexos, assumidas nos estudos de família como sendo do passado colonial brasileiro”.

Realmente, apesar de os incestos freqüentarem, atualmente, as colunas policiais de jornais de todo o país, parece que esta forma de violência sexual se relaciona com formas “tradicionais” de relações de gênero. Em Casa-grande & senzala, Gilberto Freyre se refere ao costume das famílias importantes do nordeste brasileiro de realizarem casamentos dentro da própria família, especialmente entre tios e sobrinhas ou entre primos, de forma a que o patrimônio familiar não se esfacelasse facilmente.<sup>79</sup> Ao estudar um grupo de sitiantes no sertão nordestino na década de 1980, a antropóloga Ellen Woortmann também destaca o casamento endogâmico, geralmente entre primos ou de tios com sobrinhas, como um costume antigo, e usado como estratégia para a manutenção da unidade dos sítios.<sup>80</sup>

Algo que chama a atenção, é que a fronteira do que é entendido como crime de estupro e o que é chamado de “defloramento” é muito tênue. Há muitos casos de “defloramento” em que é claro o uso de violência. Como no que segue:

<sup>77</sup> Cf. ALMEIDA, Mauro W. B., p.174.

<sup>78</sup> D’INCAO, Sobre o amor na fronteira... p 182.

<sup>79</sup> FREYRE, Gilberto. Casa-Grande & Senzala. Formação da Família Brasileira sob o Regime da Economia Patriarcal. 29ª ed. Rio de Janeiro, Record, 1994. p. 341-342.

*Alzira Mesquita, idade ignorada (16 anos), solteira, doméstica, acreana, analfabeta, disse que: há uns 3 anos mais ou menos, no centro denominado "Centro do Laranjal" onde morava em companhia de João Lopes da Rocha e Maria Tiburcia, seus pais de criação, pelas 11 horas, seus pais haviam saído e Pedro Francisco de Oliveira, que também morava com eles, convidou a declarante para tirar umas canas num canavial que ficava próximo uns 5 minutos da barraca; que ao chegarem lá Pedro chamou a declarante quis pega-la, a declarante correu e Pedro correu atrás dela e pegando-a derrubou-a no solo e desvirginou-a; que a declarante dizendo que ia levar o fato ao conhecimento de seus pais adotivos, Pedro disse-lhe que a mataria; que anos atrás, quando moravam no estirão do "Jacuhy" Pedro que já morava com eles, um certo dia convidou-a para ir ao seu quarto, aproveitando a ausência de seus pais e tentou desvirgina-la; que toda vez que seus pais saíam ela pedia para ir junto e diziam que não a levavam porque tinha que ficar com os pequenos em casa; que Pedro já havia pedido a seus pais ela em casamento, não tendo contado a seus pais adotivos que a havia desvirginado; porem ela não quer se casar com Pedro; (...). Pedro Francisco de Oliveira, 44 anos, solteiro, agricultor, cearense, analfabeto, disse que: confirma tudo o que foi dito e que na primeira vez que tentou desvirginar Alzira no quarto, na ausência de seus pais adotivos, não o fez por ser impossível, porquanto era Alzira muito pequena e não conseguira o seu fim libidinoso; que esperou Alzira ficar mais moça e a desvirginou num canavial a força; que deseja se casar com Alzira, por ser o autor do seu defloramento e mesmo por lhe devotar muita amizade. O juiz condenou Pedro a 1 ano e 2 meses de prisão; o Promotor recorreu ao tribunal e o tribunal não acatou o pedido da Promotoria e condenou Pedro a 4 anos, 1 mês de prisão. Foi solto depois de cumprir a pena em 1927.<sup>81</sup>*

Os casos que são reconhecidos como “estupro”, pelo menos em metade das ocorrências, são incestuosos, ou seja, cometidos por irmãos, tios, pais, padrastos, padrinhos. Nestes casos é praticamente impossível se recorrer à solução de muitos dos processos de defloramento, ou seja, o casamento. Em boa parte dos processos desta natureza fica claro que o objetivo do denunciante do crime é fazer com que o “deflorador cumpra com sua obrigação de casar com a vítima”.

*D. Maria Azevedo Martins, 39 anos, cearense, doméstica, casada, residente no seringal "Tavares de Lyra", analfabeta, declarou que: No dia 13 do corrente, pelas 13 horas mais ou menos a declarante achava-se em seu quarto ao qual fica contíguo a sala de visita, tendo deixado conversando José Rodrigues da Silva, vulgo José Messias com sua*

<sup>80</sup> WOORTMANN, Ellen F. Herdeiros, parentes e compadres. Colonos do Sul e sitiantes do Nordeste. São Paulo: Hucitec; Brasília: Edunb, 1995. p. 250.

<sup>81</sup> Fórum Municipal de Cruzeiro do Sul, Processo n ° 477, de 24/11/1923, Autos de Apelação Criminal. (Ficha n ° 23.07)

*filha de nome Francisca Moreira da Silva; que ouviu Francisca dizer para José: -"Olha José, vou dizer para mamãe", tendo José dito: -"Valha-me Nossa Senhora"; a declarante ficou na expectativa e notando que José andava desconfiado com a declarante, ontem 16 do corrente, colocou sua filha Francisca debaixo de severo interrogatório, tendo sua filha lhe dito que José havia lhe deflorado, isto em fins de março; que José e Francisca são noivos há 2 anos; que chamou José e disse-lhe o que sua filha havia lhe dito, tendo José lhe respondido que de fato foi a rede de Francisca mas que não tinha a deflorado porque a mesma não consentiu em tal procedimento e que não mais queria casar-se com Francisca e só o faria se fosse obrigado; em virtude disso a declarante deu parte de José na Delegacia; supõe a declarante que José, noivo há 2 anos, só queria explorar sua filha, pois não procura meios para cumprir seu contrato de casamento, ...*<sup>82</sup>

Sendo assim, muitos dos processos acabam julgando não o acusado, mas a vítima, e a questão muitas vezes se torna saber se a vítima “merece” ou não casar, ou se ela “provocou” ou não a situação do defloramento, como já demonstrou Marta Esteves para processos do mesmo tipo e época no Rio de Janeiro.<sup>83</sup> O primeiro passo era realizar um exame de corpo delicto, no qual se devia verificar a ocorrência de defloramento e se possível precisar a época deste, bem como também se verificavam outras características físicas da paciente que se acreditava auxiliarem a esclarecer os fatos. Em Cruzeiro do Sul, o exame de corpo delicto era realizado pelos profissionais de saúde disponíveis, nem sempre um médico, às vezes um farmacêutico, um professor ou outro funcionário público.

*Auto de corpo delicto procedido em Maria Ferreira Lima. [...] presentes o respectivo Delegado Major Manoel do Valle e Silva, commigo escrivão do seu cargo abaixo nomeado, os peritos notificados pharmaceutico Jessé de Souza Carvalho e professor Bellarmino Maia de Mendonça [...]; e encarregou-lhes que procedesse o exame na pessoa da menor Maria Ferreira Lima e respondessem aos quesitos seguintes: 1., se ouve (sic) defloramento; 2. qual o meio empregado; 3. se ouve copula carnal; 4. se ouve violencia para fim libidinoso; 5. qual o meio empregado, se força physica qual a sua idade presumivel. Em consequencia do que, passando os peritos a fazer o exame e investigações ordenadas e os que julgaram necessários, concluidas as quaes declararam que em uma das salas da Delegacia auxiliar foi-lhes apresentada a exame de defloramento a menor Maria Ferreira Lima, brasileira, solteira, de côr branca, com*

<sup>82</sup> Fórum Municipal de Cruzeiro do Sul, Processo s/ n °, de 17/12/1932, Autos de Defloramento. (Ficha n ° 32.07)

<sup>83</sup> ESTEVES, Marta de Abreu. *Meninas perdidas*. Os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

*15 annos de idade, natural deste município e residente nesta cidade. Refere que, cerca mais ou menos de cinco mezes, foi seduzida pelo amante de sua mãe e offendida em sua virgindade, tendo tido contato sexual com o seu seductor, dando-se dahi em diante a supressão do seu fluxo menstrual, que começou a ter, algum tempo depois, frequentes nauseas, vomitos e desejo irresistivel de frutas acidas; que os seus seios se lhe foram augmentando de volume e o ventre crescendo. Passando a examinal-a, collocando-a, convenientemente deitada em decubito dorsal, sobre uma meza notaram os peritos que o monte de venus é revestido de pellos curtos, pretos, escassos e que os seus órgãos genitais são bem desenvolvidos e normalmente conformados; a mucosa vulvo-vaginal é de coloração rósea; a membrana hymen que é de forma anular acha-se despedaçada em três pontos, sendo um em baixo sobre a linha mediana e os outros, um em cada lado; os seus três retalhos estão já cicatrizados, formando rugas salientes e de bordos irregulares. Não há escoamento de liquidos pela vulva. O ventre da paciente está augmentado de volume podendo sentir-se por meio de apalpação o augmento do utero, e os seios tambem augmentados de volume, apresentam um circulo pardo em torno do mamelão e deixam surdir colostro pela expressão. Os peritos concluem em vista da observação exposta, que a paciente Maria Ferreira Lima, está gravida de cerca de cinco mezes aproximadamente, o que equivale a dizer que houve cópula carnal e que portanto houve defloramento. Respostas aos quesitos: ao primeiro sim; do segundo, o penis em ereção; ao terceiro, sim; ao quarto não; ao quinto, prejudicado; ao sexto, pela constituição physica da paciente e suas declarações demonstra ter quinze para dezesseis annos.<sup>84</sup>*

Vale lembrar que muitas vezes as meninas recusavam-se a submeter-se a esses exames, o que normalmente inviabilizava a continuidade do processo. Além do exame, eram feitos depoimentos do acusador(a), geralmente mãe ou pai da vítima, ou na falta destes, o padrinho, madrinha ou um parente qualquer; da vítima, do acusado e ainda de outras testemunhas se fosse o caso. O acusador e a vítima normalmente apenas contavam aquilo que se passara, claro, do seu ponto de vista. Porém as testemunhas, além de falarem daquilo que tinham ouvido sobre o caso, costumavam depor sobre a conduta da vítima.

*Testemunha: Emilia Salles de Souza, 37 anos, cearense, casada, doméstica, residente na linha central da cidade, analfabeta, disse que: [...]Raymunda sempre foi uma moça de bom comportamento, nunca tendo ouvido referidas desairosas a seu respeito; que não mantém relações pessoais com Vicente, entretanto, ouvido referidas pouco*

<sup>84</sup> Fórum Municipal de Cruzeiro do Sul, Processo n.º 449, de 23/02/1923, Autos de Inquérito Policial anexos a Autos de Habilitação de Casamento. (Ficha n.º 3.23.06)

*lisonjeiras quanto ao seu procedimento em relação a mulher com quem vive amasiado.*<sup>85</sup>

*Testemunha: Maria Angelina Gomes, 38 anos, cearense, viuva, doméstica, residente nesta cidade, analfabeta, disse que: Há 5 meses mora vizinha à casa de Pedro Borges, pai de Nair, mas que lá nunca foi, mas que as filhas de Pedro Borges freqüentavam a sua casa; que há uns 2 meses mais ou menos Nair lhe dissera em casa da depoente, que estava de casamento justo com um filho do Coronel João Furte do Pixuna, moço que tinha andado nessa cidade, que nunca ouviu falar que Nair tivesse contratado casamento com Noé Marinho, moço que a depoente não conhece; que tendo ouvido dizer que as filhas de Pedro Borges fazem passeios noturnos em companhia de rapazes e que são também freqüentadoras de festas; que só ontem foi que veio a saber que Nair estava grávida por ter visto ela comentando o fato em companhia de amigos, mas que nada pode adiantar a respeito, por não ter ouvido ela disser quem era o autor de sua gravidez.*<sup>86</sup>

*Joaquim Donato dos Santos, 54 anos, casado, auxiliar de comércio, potiguara, residente na Boca do Tejo, alfabetizado, disse que: segundo lhe disse Camilo José Francisco em maio findo, certa vez a menor Alzira dormiu com Joventino Pereira, isto em casa dos pais de Alzira, sendo necessário que Joventino ameaçasse a referida menor com um cinturão para que ela saísse de sua rede já pela madrugada; que a conduta dos pais de Alzira não é boa, sendo de notar que a sua mãe vive em adultério com outros homens, que é notório em Vila Thaumaturgo; que em abril findo, quando estavam em uma farinhada Manoel Elias e a ofendida Alzira dormiram os dois em uma rede, regressando ambos em uma canoa juntinhos para a casa dos pais de Alzira; que o acusado sempre foi respeitador e trabalhador.*<sup>87</sup>

Finalmente a questão era resolvida. Em muitos casos, a solução era o casamento. No caso citado acima, em que a testemunha fala do bom comportamento da menina em contraste com o “mau procedimento” de Vicente, apesar de este ser amasiado notoriamente com outra mulher, tendo com ela sete filhos, em vista de sua prisão resolve casar com Raymunda, sendo assim retirada a queixa. Às vezes porém, a moça recusa-se a casar com o acusado, como Alzira Mesquita, de 16 anos que tendo

---

<sup>85</sup> Fórum Municipal de Cruzeiro do Sul, Processo n ° 1141, de 28/11/1923, Autos de Ação Criminal. (Ficha n ° 23.07)

<sup>86</sup> Fórum Municipal de Cruzeiro do Sul, Processo n ° 870, de 22/12/1931, Autos de Recurso Criminal. (Ficha n ° 31.23)

<sup>87</sup> Fórum Municipal de Cruzeiro do Sul, Processo n ° 1510, de 16/01/1934, Autos de Crime. (Ficha n ° 34.05)



sido deflorada a força por Pedro Francisco de Oliveira, de 44 anos, recusou-se a casar com ele.<sup>88</sup>

Dos 122 processos criminais sobre defloramento, apenas em 23 casos o acusado foi condenado, e em 21 deles, o acusado casou com a vítima, devendo-se acrescentar a este número 31 habilitações de casamento que encontramos tendo em anexo os autos de inquérito policial de defloramento, e que não coincidem com os processos criminais. Nos outros 78 processos restantes havia insuficiência de provas, o réu fugia, ou constatava-se o comportamento “irregular” da vítima.

Vale destacar que a média etária das mulheres que aparecem nos processos de defloramento é de 15 anos e sete meses, sendo 54, de um total de 122, referentes a menores de 16 anos. Nos casos de estupro a média é ainda menor, 13 anos e dois meses, sendo que das 38 mulheres apenas uma era maior de 15 anos. Não há nenhum caso de violência sexual com mulheres acima de 20 anos, o que só pode sugerir que, não sendo mais virgem, a mulher perdia o direito de defender-se na justiça de violências desta natureza.

### ***Reação, resistência e violência feminina***

Raquel Soihet, analisando processos no Rio de Janeiro da Belle Époque, ou seja, mais ou menos na mesma época dos processos que apresento acima, embora não se detenha em analisar a questão da violência sexual, busca explicar a violência dos homens contra as mulheres no âmbito privado por uma necessidade de afirmação destes homens. Citando Sidney Chaloub, a autora diz que:

*... o homem pobre, por suas condições de vida, longe estava de poder assumir o papel de mantenedor, previsto pela ideologia dominante, como também o papel de dominador típico destes padrões. Este, porém, sofria a influência dos referidos padrões e, na medida em que sua prática de vida revelava uma situação diversa, em termos da resistência de sua companheira a seus laivos de tirania, este era acometido de insegurança, contribuindo para que partisse para uma solução de força. A violência surgia assim, de sua incapacidade de exercer um poder irrestrito sobre a mulher, sendo antes uma demonstração da fraqueza e impotência do que de força e poder.<sup>89</sup>*

<sup>88</sup> Fórum Municipal de Cruzeiro do Sul, Processo n ° 477, de 24/11/1923, Autos de Apelação Criminal. (Ficha n ° 23.07)

<sup>89</sup> SOIHET, Raquel. Condição feminina e formas de violência. Mulheres pobres e ordem urbana 1890-1920. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989. p. 256.

Esta explicação, apesar de condizer com muitos casos de violência encontrados no Fórum de Cruzeiro do Sul, não dá conta da violência que ocorria nas camadas mais abastadas da população. E também não a considero adequada para o caso da violência praticada nos seringais e na região rural, já que muitas vezes ela não decorre da impossibilidade do seringueiro ou agricultor de manter sua família condignamente. Por outro lado, Soihet levanta ainda outra explicação para a violência nas camadas médias e altas da sociedade. A autora comenta que há uma corrente que atribui a violência masculina contra as mulheres ao fato de que o corpo feminino é visto como uma “propriedade” masculina, e portanto, passível de sua agressividade:

*Na verdade, o homem vê a mulher como uma extensão ou complemento de si mesmo; ela é um objeto de sua propriedade e, por não lhe serem reconhecidas as qualidades de autonomia e alteridade, o homem se vê desobrigado a justificar-lhe seus atos e decisões. Quando lhe é cobrado pela mulher alguma explicação, estabelece-se, necessariamente, uma situação de antagonismo, porque nesse momento ela passa a reivindicar para si o papel do outro que lhe é sistematicamente negado.<sup>90</sup>*

Embora estas análises possam ser aplicadas a vários processos, inclusive a um citado mais acima, em que fica claro que o marido/padrasto dispõe da mulher e suas filhas, para o trabalho na agricultura e para práticas sexuais, elas deixam de levantar um ponto importante: as mulheres também devem ser sujeitos nesta relação.

A maioria das análises sobre a violência contra a mulher tem uma tendência a ver as mulheres como vítimas passivas da violência.<sup>91</sup> E considero importantíssima a denúncia e a punição dos agressores. Porém deixar as mulheres como vítimas passivas, em todo o discurso sobre a violência, além de não corresponder à realidade, lhes tira também a esperança de mudança em sua situação. Se são passivas, por sua “natureza frágil e cordata”, para se livrar da violência as mulheres dependeriam de algum herói salvador, ou de um estado protetor, e masculino. Ao contrário, é fundamental mostrar como ao longo da história as mulheres sofreram sim violência, mas também resistiram a ela, reagiram, e também exerceram violência em muitas situações. Pois mostrar isso é dar às mulheres mais um instrumento na luta contra a violência, Se são capazes de resistir, são também capazes de lutar pela eliminação deste tipo de violência.

Escrevendo sobre a ajuda psicológica a ser dada para mulheres violentadas, especialmente quando envolvido incesto, a psicanalista Renata Udler Cromberg chama

---

<sup>90</sup> Ibidem, p. 256-257.

a atenção para a importância de se “desvitimizar” estas mulheres, como forma de lhes dar instrumentos para entenderem sua situação e superarem o sofrimento advindo da violência sexual:

*Agora, nessa situação, a vitimização da agredida pode muito mais atrapalhar do que ajudar. Na ajuda a esse sofrimento psíquico, devemos nos despir da toga moral, ainda que mantendo sempre no horizonte a função simbolizante e humanizante do tabu contra o incesto e, ao invés de falar de agressor e sua vítima, falar em relação violenta entre o agressor e a agredida num contexto psíquico de inúmeras e complexas variáveis.<sup>92</sup>*

Não se trata de negar a existência da violência, ou de aceitá-la como natural, mas para intervir de alguma forma nas ocorrências de violência sexual e na violência presente nas relações conjugais, é preciso compreender esta “relação” de violência. Esta é também a posição de Maria Filomena Gregori, que estudou a violência contra a mulher a partir do SOS Mulher de São Paulo, na década de 1980.

*Na pesquisa que desenvolvi sobre este fenômeno ficou claro que as cenas em que marido e mulher estão envolvidos e que culminam em agressões estão sujeitas a inúmeras motivações - conflitos de papéis cujos desempenhos esperados não são cumpridos, jogos eróticos, etc. Nelas, as mulheres participam como parceiras ativas. Estas cenas revelam que a agressão funciona como uma espécie de ato de comunicação no qual os parceiros ensinam criar novas formas de relacionamento, sem empregar recursos que levem a algum acordo, a um entendimento ou a uma negociação das decisões. Mas se lançam nelas, buscando algo: prazer ou colocar-se como vítima ou ainda para recompor imagens e condutas masculinas e femininas em situações conjugais em que elas estão desordenadas. [...] É preciso se indignar e se contrapor à violência. Mas não tenhamos a ilusão de que o caminho mais proveitoso seja o de alimentar a dualidade entre vítima e algoz - em que o primeiro termo esteja associado à passividade (ausência de ação) e o segundo a uma atividade destruidora e maniqueisticamente dominadora.<sup>93</sup>*

Apesar dos estereótipos que colocavam a mulher como uma criatura “frágil e cordata”, nos processos judiciais que analisamos encontramos muitas vezes as mulheres como “parceiras ativas” em relações de agressão. Era bastante comum, por exemplo, que de uma briga de casal saíssem os dois bastante machucados, como se vê nos Autos de Desistência em que Delphina Maria do Nascimento desiste de sua ação

<sup>91</sup> GROSSI, Op. cit.

<sup>92</sup> CROMBERG, Renata Udler. A cena incestuosa: o problema da vitimização. In: BRUSCHINI, C. e SORJ, B. Novos olhares: mulheres e relações de gênero no Brasil. São Paulo: Marco Zero: Fundação Carlos Chagas, 1994, p. 251-266, p. 256.

contra José Saraiva de Menezes, com quem vivia em mancebia, a quem havia acusado por lesões corporais. Segundo seu depoimento: “...aconteceu que no dia 24 de outubro passado por uma destas questões caseiras alterou com Saraiva, resultando desta alteração sair a suplicante com 3 ferimentos e Saraiva com 1 ...”<sup>94</sup>

Havia também mulheres que tomavam a iniciativa em atos violentos contra seus amantes/companheiros e maridos. É assim que, por exemplo, em 1911 Cecília de Azevedo Castro foi presa por ter ferido seu ex-amante, Antônio Raul da Rocha, com uma tesoura.<sup>95</sup>

E muitas vezes há várias versões numa briga de casal, ficando a dúvida sobre quem tomou a iniciativa da agressão. Sobre isso é bem interessante o processo em que Angélica Alexandrina de Lima denuncia seu marido por tê-la espancado e à sua mãe, que havia interferido na briga. A versão das duas mulheres é praticamente a mesma, como se vê de seus depoimentos:

*Angelica Alexandrina de Lima, 28 anos, cearense, casada eclesiasticamente, domestica, residente no seringal Humaytá, analfabeta, disse que: Hoje pelas 7 horas da manhã seu marido Raymundo Teixeira de Mattos lhe espancara bem como a sua mãe Alexandrina Rosa de Moraes, pelo motivo de ter ido seu marido banhar-se no porto da barraca e tinha por costume levar seus filhos menores; que nesse dia não levou as crianças e quando voltou do porto Angelica perguntou porque não havia levado as crianças, respondendo Raymundo que o direito que tinha de banhar seus filhos a declarante também o tinha; que começaram a discutir e Raymundo que enrolava um arame no cabo de um terçado e Angelica tinha uma vassoura na mão; Raymundo mandou que ela se calasse do contrário batia-lhe; que Raymundo largou o terçado no assoalho e tomou-lhe a vassoura, que ela varria o chão da sala, e vibrou-lhe pancadas; que seus filhos menores pediram ao pai que não açoitasse a sua mãe, tendo nessa ocasião sua mãe intervido para aparta-los e que tomando a frente recebeu uma vassourada no braço direito, ferindo-o; que é casada com Raymundo há 9 anos e tem durante este período sido espancada várias vezes; que seu filho de nome André chamou pela sua irmã (da declarante) Casemira, afim da mesma intervir.*

*Alexandrina Rosa de Moraes, 74 anos, potiguara, viuva, domestica, residente no seringal Humaytá, disse que: estava no interior da casa, quando ouviu uma discussão que vinha da sala entre sua filha e seu genro que em seguida os filhos do casal fizeram*

<sup>93</sup> GREGORI, Maria Filomena. As desventuras do vitimismo. *Estudos Feministas*, 1993(1): 143-149, p. 149.

<sup>94</sup> Fórum Municipal de Cruzeiro do Sul, Processo s/nº, de 14/11/1910, Autos de Desistência. (Ficha nº 10.05)

*alarde dizendo: "Papai deixe mamãe"; que foi até o local e encontrou Raymundo com uma vassoura na mão agarrado em Angelica; que ela interviu para acabarem com aquilo e colocou-se entre eles, levando de Raymundo uma paulada no braço; que instantes depois apareceu sua filha Casemira intervindo na luta, a qual pôz termo; que vive há anos com eles e que constantemente sua filha é espancada por Raymundo.*

Já o depoimento de Raymundo é bastante diferente:

*Raymundo Teixeira Mattos, com mais ou menos 50 anos, cearense, agricultor, casado eclesiasticamente, residente no seringal Humaytá, alfabetizado, disse que: que levantou-se da cama mais ou menos 6 horas da manhã e foi para o porto tomar banho como sempre faz; que ao chegar em casa sua mulher começou a brigar porque que ele não tinha levado seus filhos menores para tomar banho; que ele alegou estar as crianças recém acordando e estavam com o corpo quente; que não se conformando sua mulher começou a lhe dizer impropérios, tais como, ele é que tinha obrigação de banhar as crianças; que ele só cuidava dele mesmo; que se não quisesse se incomodar era não ter filhos, etc.; que com isso pediu para sua mulher se calar; que já bastava de desaforos; que sua mulher continuou a vociferar e ele lhe fez que já tinham filhos crescidos que podiam levar os menores para tomar banho, dizendo sua mulher que quem tinha obrigação era ele; que pediu para sua mulher acabar com aquela conversa; que ela estava varrendo a sala e partiu com a vassoura para cima dele dando 3 pauladas em sua cabeça; que sua velha sogra de quem muito gosta e respeita recebeu casualmente uma pancada; que ficou bastante penalizado porque sua velha sogra é verdadeira amiga; que sua mulher veio dar queixa na delegacia; que dessa data para cá vão vivendo bem, apesar de sua mulher estar sempre com rugas para com ele; que sempre procurou aconselha-la e a seus filhos.<sup>96</sup>*

O promotor público e o juiz concordaram com o depoimento de Raymundo, inclusive chamando a atenção para o “gênio atrabiliário” de sua esposa, e mandaram arquivar o processo justificando que o acusado não pretendia agredir sua mulher, apenas procurava “defender seus direitos de poder marital”.

Mas uma explosão de violência podia ser uma reação a muito tempo de sofrimentos. Foi o caso de D. Maria Joaquina da Conceição, lavadeira, indiciada por ter dado “duas terçadadas”<sup>97</sup> em seu genro, João Alves Bezerra. Para se justificar ela explica:

<sup>95</sup> Fórum Municipal de Cruzeiro do Sul, Processo n° 510, de 29/07/1911, Autos de Apelação. (Ficha n° 11.06)

<sup>96</sup> Fórum Municipal de Cruzeiro do Sul, Processo n° 197, de 02/05/1922, Autos de Crimes. (Ficha n° 22.12)

<sup>97</sup> Terçado é um tipo de facão usado para trabalhos agrícolas e para abrir caminho na mata. Uma terçadada não é um corte, mas uma pancada.

*Maria Joaquina disse que, mora numa casa deixada por seu finado marido e que seu genro [...] passou a morar na mesma casa, resultando que julgando-se chefe de toda família maltratava aos seus cunhados menores (9 crianças, tendo o mais velho 14 anos), sua mulher a ponto de os bater e, por ter ela respondente ontem o censurado pelo seu procedimento, seu genro enfureceu-se e deu-lhe um murro no pescoço, jogando-a no terreiro em cima de uns tocos, então Maria Joaquina encontrou um terçado e deu-lhe 2 pancadas pelas costas com a intenção de intimidá-lo, que os vizinhos podem afirmar que vive ela trabalhando para sustentar seus filhinhos; que seu genro habitualmente bebe e chega a ponto de matar suas criações e joga-las fora para não serem aproveitadas e é raro o dia em que ele não maltrata sua mulher e todos os de casa.<sup>98</sup>*

Além de resistir à violência de seus próprios companheiros, maridos, amantes, genros etc., muitas vezes as mulheres ajudavam-se umas às outras em situações de perigo. Como no caso em que Manoel Gregório é acusado por ferir Francisca Umbelina de Jesus e sua vizinha, Angela Maria da Conceição, que procurava ajudá-la a defender-se:

*...que mais tarde, isto é, às 17 horas, estando ela respondente em casa de sua vizinha Angela Maria da Conceição preparando um pouco de massa de mandioca, ali chegara sem ser esperado, Manoel Gregório, que depois de uma ligeira conversa, sacou de um punhal e atacou-se com ela respondente procurando feri-la, porem Angela imediatamente agarrava-se a ele e evitou que assim ela respondente fosse vítima da sanha terrível de Manoel Gregório, tendo a mesma D. Angela recebido um ferimento por ocasião de atacar-se com Manoel Gregório; que quando se debatiam chegara Francisco Angelo que conseguiu abrandar a fúria de delinquente levando-o para fora de casa; ...<sup>99</sup>*

Aliás, uma das estratégias mais usadas pelas mulheres nos processos que analisamos era recorrer a parentes, vizinhos, ou qualquer pessoa que estivesse por perto. Muitas vezes, nesta situação, era o(a) defensor(a) quem acabava sofrendo as piores conseqüências da agressão. Foi assim no processo que envolve Domingos Paulino, como acusado, e Sérgio Pereira como vítima, segundo a testemunha Firmina Silveira Roza:

*No segundo depoimento Firmina diz que foi à casa de Sérgio acompanhada de seu marido João Carmo, a convite de Sérgio porque o mesmo iria tocar piston*

<sup>98</sup> Fórum Municipal de Cruzeiro do Sul, Processo n° 725, de 16/03/1914, Autos de Crimes. (Ficha n° 14.02)

<sup>99</sup> Fórum Municipal de Cruzeiro do Sul, Processo n° 835, de 19/10/1916, Autos de Ação Criminal. (Ficha n° 16.17)

*acompanhado de Manoel Ferreira tocando harmonia. Que quando os dois estavam tocando chegou a mulher de Domingos pedindo a ajuda de Sérgio, pois o seu marido a estava maltratando, Sérgio largou o pistão e foi conversar com Domingos, que Sérgio voltou logo em seguida acompanhado de Domingos que estava com um rifle e dizia: - "Hoje não atendo nem a pedido de meu pai" e lutando com Sergio deu uma facada nele.<sup>100</sup>*

Nem sempre, porém, os pedidos de ajuda eram atendidos, pois os vizinhos consideravam que aquilo eram “assuntos de casal”: “em briga de marido e mulher, ninguém mete a colher”.



Antiga sede da Prefeitura do Departamento do Alto Juruá, ocupada atualmente pelo Fórum Municipal de Cruzeiro do Sul. Este prédio era o símbolo do poder Federal sobre a região.<sup>101</sup>

Da mesma forma, era muito raro que os vizinhos interferissem quando um pai ou uma mãe resolvia castigar seus filhos usando de violência física. Isto somente acontecia, sob a forma de denúncias à polícia, quando a violência ultrapassava em muito os limites considerados aceitáveis, e mesmo assim, depois de repetidos castigos. Dessa forma foi Ubaldino de Faro Sobral condenado a 1 ano e dois meses de prisão por castigar com frequência e barbaramente uma criança de 4 anos de quem era o tutor.

*Testemunha: Raymunda Alves Ferreira, 43 anos, cearense, doméstica, viuva, residente nesta cidade, analfabeta, disse que: reside na Rua 13 de Maio, e a uns 30 metros mais ou menos, reside também Ubaldino Sobral, o qual vem há cerca de 3 meses, tempo este de residência da testemunha, na mesma rua, açoitando um pequeno de 4 anos mais ou*

<sup>100</sup> Fórum Municipal de Cruzeiro do Sul, Processo n° 318, de 11/05/1907, Autos de Crime. (Ficha n° 07.04)

<sup>101</sup> BARROS, vol. I, p. 21.

*menos, que o mesmo Ubaldino tem em sua casa; que não frequenta a casa de Ubaldino e nunca viu o menino ser açoitado pelo mesmo, isto porque interpõe-se a sua casa a da residência do Dr. Raul Uchoa, mas que pelos gritos da criança e informações da vizinhança ser a referida criança espancada diariamente. [...] Em 16 do corrente, pelas 6 horas da manhã, Ubaldino espancou barbaramente e cruelmente a referida criança, desferindo-lhe com um terçado diversas pancadas, dando-lhe, em seguida, um empurrão, projetando-o ao solo, sem sentido. Que Ubaldino é vezeiro na pratica desses castigos, contra o menor, não admitindo intervenção de quem quer que fosse; tanto é que, castigou a amante dele acusado, uma vez, porque se não conformando esta com tamanhas desumanidades, intervieria sempre a favor do infeliz menor.<sup>102</sup>*

E às vezes até um vizinho podia ajudar a mãe a cumprir seu intento, como no caso do espancamento do menor Joaquim Albano, de 13 anos, por sua mãe, com uma corda tendo na ponta uma arpoadeira, como ficou constatado em exame de corpo delito. A própria mãe conta o caso, procurando diminuir em seu depoimento a severidade da surra e dos ferimentos sofridos pelo menino:

*Maria Belizaria do Couto, conhecida por Maria Belizaria, 29 anos, acreana, domestica, residente no seringal "Florianópolis", sabendo assinar o seu nome, declarou que: Em um dos domingos, deste mês, tendo ela conduzido desta cidade, para barraca onde reside, no seringal "Florianópolis" no local "Boca do Furo", ali chegou por volta das 16:30 horas; que às 20 horas mais ou menos, procurou dar uns conselhos ao seu filho Joaquim, dali levado para ali; que Joaquim se aborreceu e terminou se agarrando com ela, dando-lhe 4 quedas e tomando-lhe a palmatória que ela tinha à mão; que nessa ocasião passava Raymundo Theodosio, a quem ela pediu sustentasse o seu filho Joaquim que ela o queria castigar, ao que Raymundo não atendeu; que Joaquim, porém, se agarrou em Raymundo, dando ela em seu dito filho pequena surra, com uma corda simples; que não sabe se na extremidade da corda tinha um nó; que Joaquim dormiu aí, saindo no dia seguinte para não mais voltar; que não sabe se da surra resultou alguma contusão ou equimose em Joaquim, não sendo para estranhar que assim tenha acontecido, porquanto uma corda batendo no mesmo lugar, decerto deixará vestígios; que assim procedeu contra seu filho com o intuito de chama-lo ao bom caminho, pois que Joaquim, além de desobediente e malcriado e, ultimamente, entendeu de difamar uma sua vizinha casada com Valdivino Ferreira Lima; que já mais de 4 vezes que Joaquim fuge de casa, tendo feito no dia anterior à surra que lhe dera ela, na qualidade de mãe, sem motivo, porquanto nesse dia, isto é, quando foi da penúltima fuga somente lhe havia dado alguns conselhos, chamando a sua atenção para o seu incorreto procedimento contra a família de Valdivino; que seu filho se*

<sup>102</sup> Fórum Municipal de Cruzeiro do Sul, Processo s/n °, de 16/06/1923. (Ficha n ° 23.18)



*chama Joaquim Ribeiro da Silva, adotando, porém, o nome de Joaquim Albano, por ser filho de um dos membros dessa família; que soube dos fatos que relata, Francisco das Chagas Rosas e Pedro Domingos, conhecido por Pedro Cotôco, únicos vizinhos dela, além de Valdivino já referido.*<sup>103</sup>

O juiz absolveu Maria Belizaria, elogiando-a por ser uma mãe preocupada em colocar seu filho no bom caminho, tentando ocupá-lo com trabalho.

As mulheres também agiam com violência umas com as outras em diversas ocasiões, especialmente em função de boatos espalhados por uma a respeito de outra. Foi este o motivo da briga entre Assucena Ribeiro de Castro e Judith Pires de Farias, na qual a primeira, arrancando um pau da cerca, deu diversas pauladas na segunda.<sup>104</sup>

Também eram conhecidas como violentas várias prostitutas da cidade, que aparecem nos processos em brigas umas com as outras, com clientes e amantes, sempre com um papel bastante ativo. Xica Pimenta, Beleza, Maria Roxinha, Xica Navalha, Maria Zolhão, Maria Peruana, eram algumas das alcunhas destas mulheres que declaravam ser, de profissão, meretrizes, e que repetidamente apareciam nos processos protagonizando murros, navalhadas, e outros atos violentos, além de estarem também sempre expostas a surras, facadas, insultos e até mesmo tiros, como Xica Pimenta, alvejada por um ex-amante insatisfeito por seu abandono.<sup>105</sup>

É preciso destacar também que a própria denúncia da violência à polícia constituía uma forma de reação muitas vezes usada pelas mulheres para fortalecer sua posição na relação em que se encontravam. Nem sempre a denúncia era acompanhada de uma separação entre marido e mulher, mãe e filho, sogra e genro, ou seja lá quem fossem os envolvidos. E, embora muitas vezes o acusado fosse condenado pelas ofensas físicas (61 em 117), as penas eram geralmente leves (mais ou menos 3 meses de prisão). Mas certamente a denúncia reforçava a mulher denunciante em seu papel de vítima, que recebia assim o apoio de parentes e vizinhos, fazendo com que o homem tivesse que mudar sua conduta, ao menos por uns tempos, até que o equilíbrio provisório da relação fosse rompido por nova briga.

<sup>103</sup> Fórum Municipal de Cruzeiro do Sul, Processo n° 1205, de 27/10/1921, Autos de Ação Criminal. (Ficha n° 21.24)

<sup>104</sup> Fórum Municipal de Cruzeiro do Sul, Processo n° 1058, de 30/06/1920, Autos de Apelação ex-officio. (Ficha n° 20.11)

<sup>105</sup> Fórum Municipal de Cruzeiro do Sul, Processo n° 812, de 22/12/1915, Autos de Crime. (Ficha n° 15.08)

O estado, através da justiça, procurava obter o monopólio da violência na região, mas apenas conseguia ser um instrumento a mais no equilíbrio das forças. Certamente, antes de 1904, quando se instalou o governo na região, antes terra de ninguém, era mais fácil para os chamados “Coronéis de Barranco” impor, pelo uso da força, um regime de trabalho que muitos denunciaram como sendo um tipo de escravidão, inclusive muitas vezes utilizando castigos físicos contra os seringueiros que se rebelassem. Também as mulheres que sofriam violência por parte de seus maridos, companheiros, pais, ou por parte de qualquer um, contavam apenas com seus vínculos familiares e de clientelismo com os patrões para se protegerem. É isso o que procura mostrar o juiz José Moreira Brandão Castelo Branco Sobrinho quando se refere ao “arbítrio do rifle”:

*Ha cêrca de tres decennios, o imperio da justiça, nestas paragens, passou da vontade inflexível dos 'Tuchauas' para o arbitrio unico do 'rifle' que por sua vez, com o estabelecimento da justiça, aqui, em 1904, tem perdido muito de seu poder, ...<sup>106</sup>*

Não quero dizer com isso que a justiça tenha sido a grande protetora dos “fracos e oprimidos”, e que tenha sempre se colocado “contra” os grandes seringalistas. Pelo contrário, como já vimos em outras passagens, ela serviu sempre para auxiliar na repressão de revoltas, e para reforçar as hierarquias de classe e de gênero. Mas teve também um papel no sentido de equilibrar eventualmente as forças, nessas relações que colocavam a violência como um dado.

A violência fazia parte, como uma linguagem, das relações entre seringueiros e patrões, entre maridos e mulheres, entre pais e filhos, entre vizinhos e parentes, e quase sempre, apesar das reações e resistências, era o lado mais “forte”, reforçado pelas instituições e hierarquias sociais que, através desta linguagem, impunha seu poder e sua vontade, ou seja, eram os patrões, os maridos e os pais. A justiça, porém, serviu muitas vezes de eco para as reclamações, queixas e denúncias dos seringueiros, mulheres, filhos e filhas, bem como das prostitutas, lavadeiras, artesãos e agricultores, criando a possibilidade, muitas vezes, de se estabelecer um equilíbrio, ainda que provisório, nesta relação.

E nisto, podemos nos referir a Michel de Certeau, para quem a cultura popular é justamente esta maneira de se apropriar das instituições, de criar a partir daquilo que

está dado, de elaborar mil táticas para a sobrevivência num esquema construído para excluir tudo que seja original e popular. *“A ordem efetiva das coisas é justamente aquilo que as táticas populares desviam para fins próprios sem a ilusão que mude proximamente.”*<sup>107</sup>

Talvez esta possibilidade, dada pela instituição judiciária, de fazer algum eco às denúncias populares, e de ser utilizada nas estratégias das mulheres, seringueiros, crianças, etc. para se reforçarem no contexto das relações em que viviam, relações nas quais a violência era uma prática comum, explique um pouco do antagonismo existente na região do Alto Juruá entre os seringalistas e os magistrados. Este antagonismo, certamente também alimentado pelas disputas políticas entre a União Federal e os coronéis, que reivindicavam autonomia, muitas vezes serviu para que as denúncias de “injustiças” cometidas por estes coronéis fossem denunciadas e punidas pelo judiciário.

Num outro plano, a posição assumida pelos magistrados no sentido de, pelo menos no discurso, coibirem os abusos de poder dos coronéis, protegendo os seringueiros e suas famílias e os trabalhadores em geral do “arbitrio do rifle”, conjugava-se perfeitamente com a “proteção” da moral e dos bons costumes, e das mulheres como “guardiãs” do futuro, fazendo com que as denúncias de violências por elas aventadas fossem investigadas, desde que cumprissem realmente os papéis esperados delas sendo “mães e esposas dedicadas e moças honradas”.

Por outro lado, o judiciário também esbarrava a todo momento nas dificuldades colocadas pela distância de Cruzeiro do Sul dos grandes centros, especialmente da capital da República, de onde eram expedidas todas as ordens e verbas, e pela ineficiência do sistema que envolvia os cartórios, que muitas vezes retinham um processo por vários anos até que prescrevesse ou que os envolvidos todos se achassem em locais desconhecidos. Os juizes e promotores se ausentavam por longos períodos e muitas vezes havia grande demora na chegada de um novo magistrado, para ocupar o lugar de algum que se tinha desligado do serviço. Finalmente, havia poucos advogados e estes cobravam altos honorários, o que favorecia sempre aqueles que detinham meios pecuniários para pagá-los ou aqueles que contavam com a proteção de um coronel que

---

<sup>106</sup> BRANCO SOBRINHO, José Moreira Brandão Castello. O Juruá Federal. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Tomo Especial. Congresso Internacional de História da América. (1922). Vol. IX. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1930. p. 587-722; p. 672.

<sup>107</sup> CERTEAU, Michel de. A invenção do cotidiano. Artes de Fazer. Trad. Ephaim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 88.

contratasse um advogado. O judiciário, assim, se colocava como mais um elemento a ser contado no jogo de forças instituído pela linguagem da violência.

## Epílogo

### Uma viagem no espaço e no tempo

*A verdadeira imagem do passado perpassa, veloz. O passado só se deixa fixar, como imagem que relampeja irreversivelmente, no momento em que é reconhecido.<sup>1</sup>*

A pesquisa que empreendi para a realização desta tese foi uma viagem, no espaço e no tempo. Viajei ao longo dos rios e dos textos que os descrevem; dentro dos barcos e das fotos antigas de gaiolas a vapor; pelas ruas de Cruzeiro do Sul e Rio Branco e pelas linhas dos jornais antigos ali publicados; pelas salas do Fórum de Cruzeiro do Sul e pelas páginas dos processos; pela Reserva Extrativista e pelos seringais da Mello & Cia. Foi como se tivesse dois pares de olhos: um na frente e outro atrás. Um que procurava o futuro, representado pela luta dos seringueiros e seringueiras pela terra, pela preservação da floresta e por melhores condições de vida. Outro que perscrutava o passado, quando este “relampejava” numa conversa, num documento, numa paisagem .

Apresento aqui, então, algumas imagens desta viagem. Fotos de amadores, de viajantes, eu e Ruy Ávila Wolff, tiradas no intuito de documentar aquilo que estávamos vendo e de mostrar para os amigos, os parentes, os alunos, os curiosos. Minha intenção é tornar um pouco mais palpável, mais “real”, para aqueles que nunca estiveram nos seringais da Amazônia, alguns aspectos daquela sociedade. Também é contar mais um pouco de minha viagem, além do que pude contar com palavras ao longo desta tese.

Boa viagem!

---

<sup>1</sup> BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. Obras Escolhidas. Magia e técnica, arte e política. 4º ed., São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 222-232, p. 224.



Cruzeiro do Sul: ponto de partida e chegada das viagens ao Alto Juruá. Segunda maior cidade do Estado do Acre. Vista do mercado municipal e área do comércio.



No batelão do Projeto de Pesquisa e Monitoramento da Reserva Extrativista do Alto Juruá, confiando nas mãos seguras e no olhar atento dos barqueiros Edir (foto), Tita, Pedrinho e Zezinho, viajamos muitos dias entre Cruzeiro do Sul e a Reserva pelo Rio Juruá. Os trajetos nos rios menores, como o Tejo, na maior parte do tempo, têm que ser feitos de canoa.





O marco da Reserva, sua porta principal, a Boca do Tejo.



Onde havia o principal Barracão do Alto Juruá, da firma Mello & Cia (depois Nicolau, depois Quirino Nobre), na Boca do Tejo, hoje a Associação dos seringueiros e agricultores da REAJ mantém uma hospedaria, uma escola, um posto de saúde e uma loja da cooperativa.





A Base de Pesquisa, no Rio Tejo, construída pelo Projeto de Pesquisa e Monitoramento da REAJ, foi nossa morada na Reserva. Todos os dias vinha o Zé do Lopes, vizinho próximo, contar suas histórias, cantar suas músicas, trazer um peixe, um cacho de bananas. A Maria, o Pedrinho e seus filhos também estavam sempre por ali, em seu papel de zeladores, mas principalmente de amigos, queridos e solidários. O rádio transmissor que possibilitava nossa comunicação com o resto do mundo também ajudou nossa comunicação com as pessoas da vizinhança, ávidas de notícias dos amigos e parentes que muitas vezes estavam em Cruzeiro do Sul.







“Cruzeiro” da Vila Restauração, cujo santo padroeiro é São Sebastião, alvejado por flechas.

Um dia chegou o Osmildo na Base: - vocês podiam me dar umas aulas de escrita, umas tarefas no caderno para eu treinar? Já sei alguma coisa, mas quero aprender mais. Tem até mais gente interessada ali na Restauração. Tratava-se da Vila Restauração, a mais ou menos uma hora (a pé) da Base, localizada onde antes havia o Barracão do seringal Restauração.

Daí surgiu o “Curso de Aperfeiçoamento da Escrita, Leitura e Contas da Restauração”, ministrado aos domingos, e muitos sábados, que chegou a contar com 40 alunos, adultos e adolescentes. As crianças vinham junto, só pela festa.



Foto: Carneiro

Escola da Restauração e os alunos do “Curso de Aperfeiçoamento da Leitura, Escrita e Contas”





Foto: Adão Cardoso

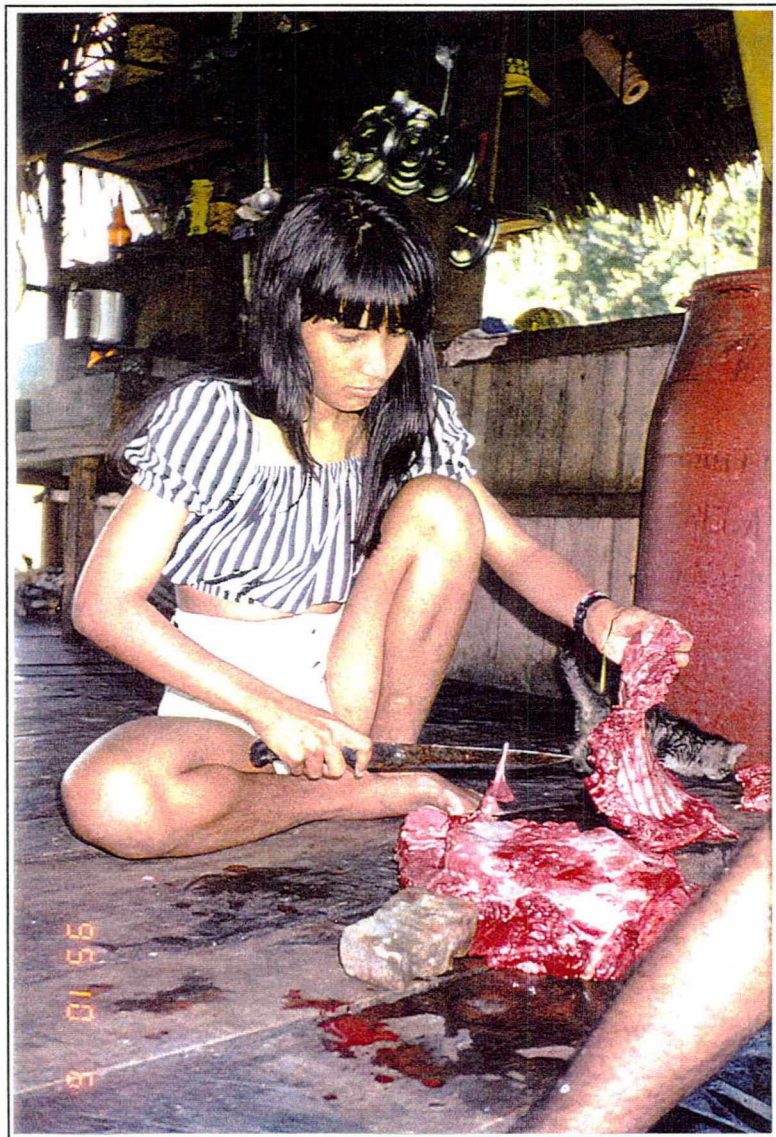
“Quel voyage!” Dizia o Padre Tastevin, em 1913. Nunca caí tantas vezes, nunca escorreguei tanto. Atravessei riachos com água até o pescoço. Dormi em casas abandonadas. Partilhei a pouca comida com os companheiros! O Adão Cardoso convidou e nós aceitamos. Irineu, Bibom e Farias (na foto comigo e Ruy em frente a uma das casas abandonadas em que dormimos) foram nossos guias na Variação entre o Machadinho e o São João. Cinco dias de caminhada que serviram para conhecer a floresta por dentro.



Ao final da caminhada, na localidade “Armazém”, do Igarapé São João, Dona Fabíola (foto) e Seu José Cordeiro nos receberam. Como sempre acontecia, ela me levou para o calorzinho gostoso de perto do fogão, e me ofereceu um quarto para trocar de roupa.



A carne de caça é o alimento mais apreciado. Não havendo carne ou peixe, diz-se que não há “comida”. A caça é geralmente “tratada” pelas mulheres, como a Maria (foto ao lado), que está cortando um veado caçado por seu pai ou seu irmão.



Mas muitas vezes a comida cotidiana é o peixe: bode, mandim, pintadinha, curimatã. D. Raimundinha e S. Antônio Macena (foto abaixo), que moravam próximos à Base, costumavam “mariscar” juntos à tardinha. Ele com a tarrafa, ela com o remo.





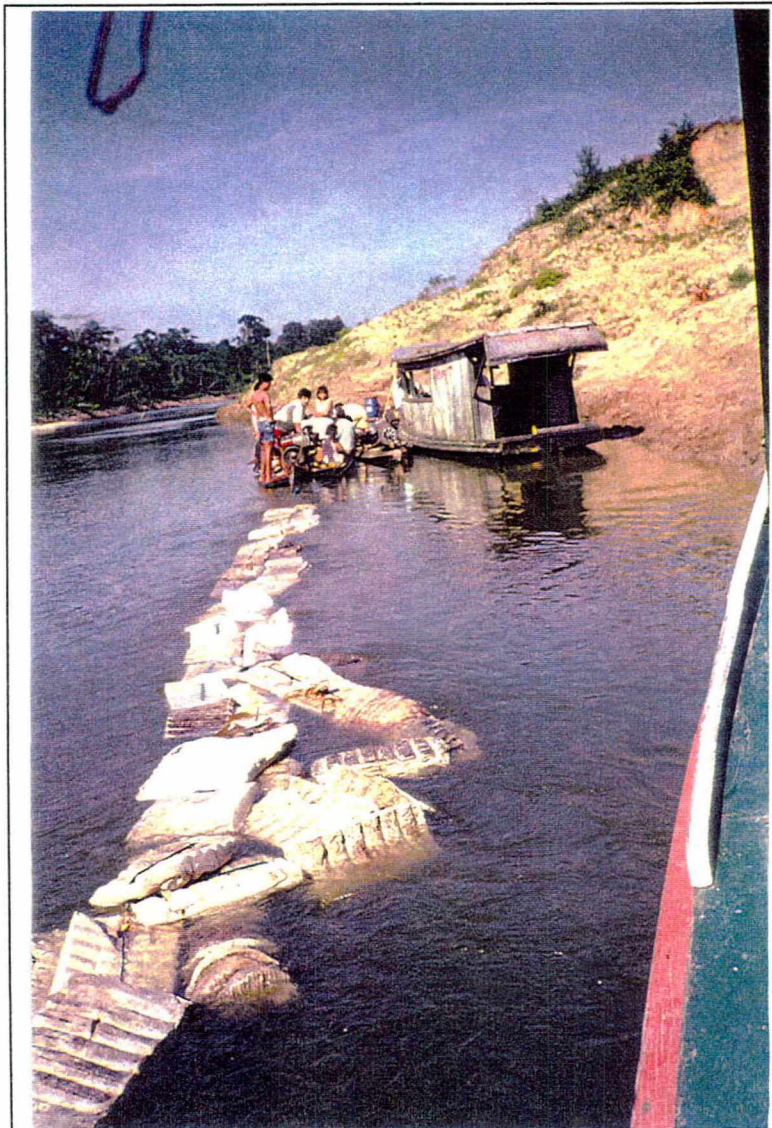
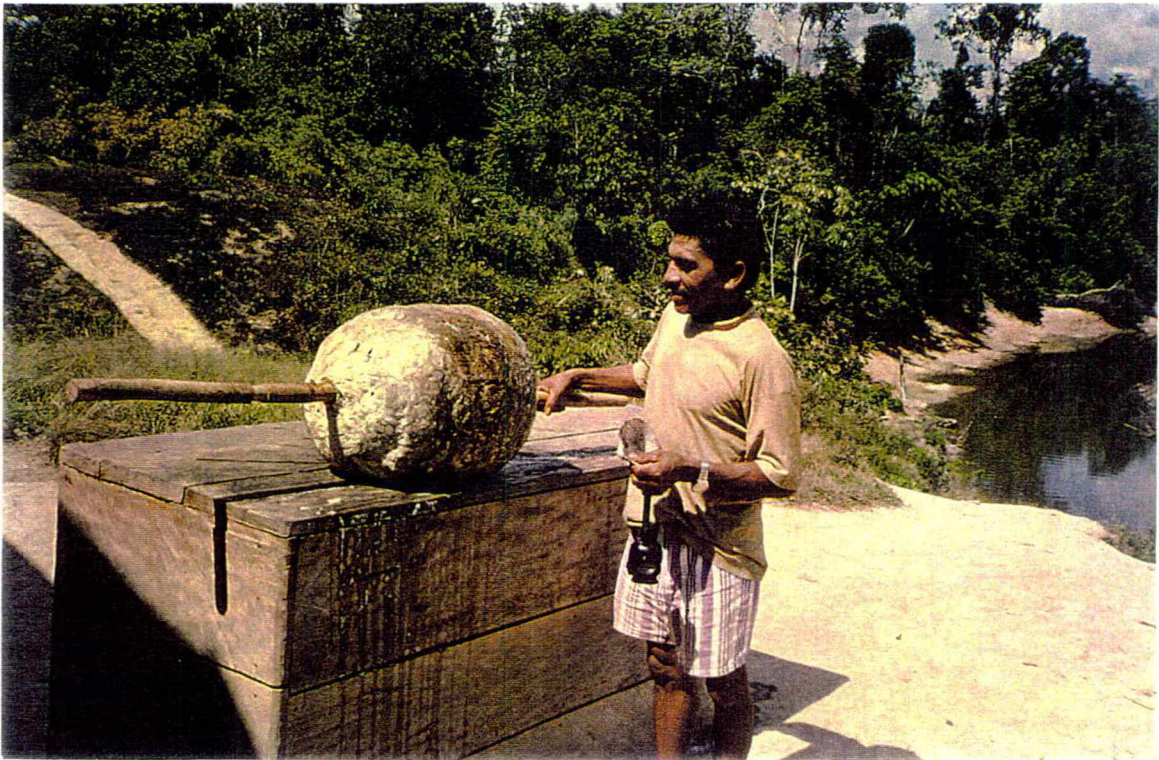


Feijão, melancia, jerimum, mudubim (amendoim), milho, são plantados às margens do rio, na época seca, aproveitando os nutrientes deixados pela última enchente. (foto) Macaxeira (mandioca ou roça), milho, arroz, feijão, banana, mamão e outras culturas são cultivados em roçados de terra firme.



Antônio Caxixa (foto) sempre nos recebia em sua casa com muitos tipos de banana, muito mamão, couve, macaxeira, pimenta, farinha da melhor qualidade, além de carne de paca e de tatu, que a Nalva prepara como ninguém.





A borracha, antes vendida defumada, em “pelas”, como mostra o S. Nonatinho (acima), hoje é apenas “coalhada” em placas e carregada pelos rios a reboque das embarcações (ao lado). Continua sendo, a despeito do preço baixo para aqueles que a produzem, a principal via de acesso dos seringueiros ao mercado.





Quando não dá para fazer sozinho, o jeito é fazer um “adjunto”. Este aguano (mogno) foi cortado para fazer a ubá (canoa) do Pedrinho, e ele precisou chamar toda a vizinhança para ajudar.

As canoas são o meio de transporte usado para ir para Cruzeiro do Sul vender borracha, vender animais (porcos, patos...), buscar o dinheiro da aposentadoria, procurar assistência médica e comprar mercadorias: sal, açúcar, óleo, sabão, fósforos, café, roupas e sandálias, etc.

A viagem pode durar de 3 a 15 dias, dependendo do local de partida, das condições do rio, das condições do motor, da disponibilidade de combustível. A canoa abaixo, do Zé de Luna, seringueiro e pequeno comerciante, carregava 3 homens, 2 senhoras

aposentadas, 2 ou 3 porcos, 4 ou 5 patos, galinhas para servirem de comida na viagem e ainda rebocava borracha. Não havia combustível, e portanto estava sendo movida com varejões.





“Quando Deus andou no mundo

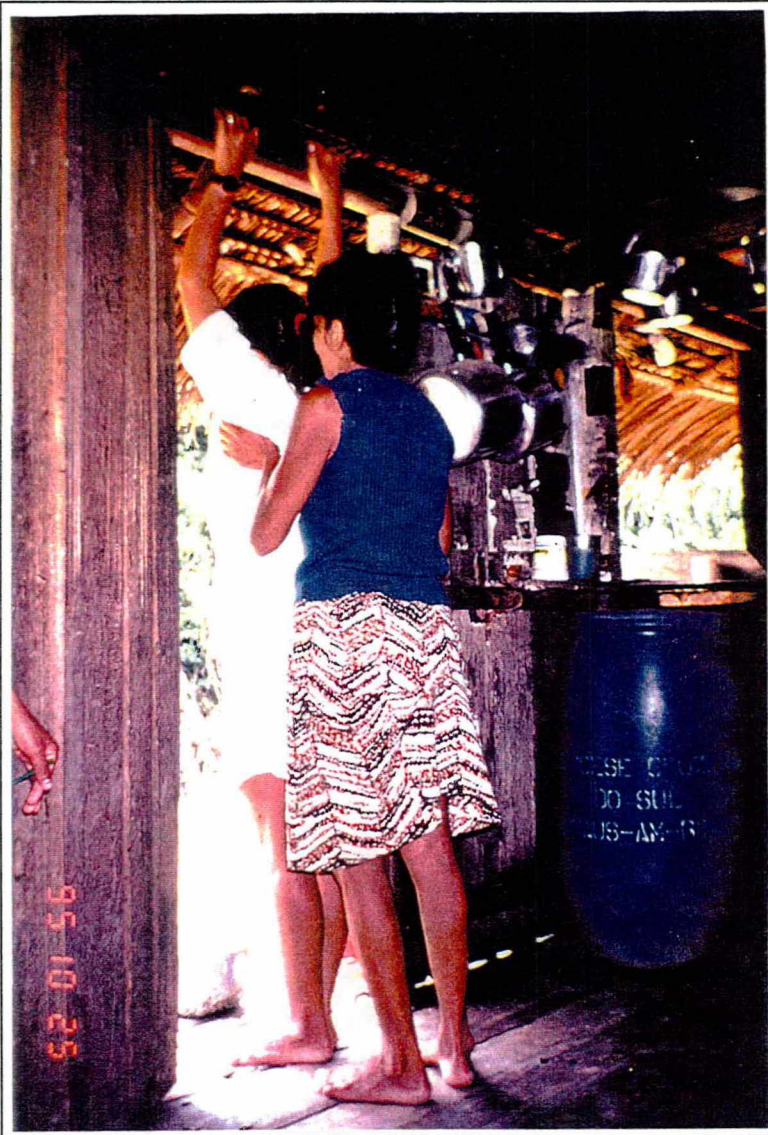
Três cousas deixou

Arcas e ventos

E espinhela levantou”

(SERAINÉ, Florival. Folclore Brasileiro. Ceará. Rio de Janeiro: FUNARTE, s/d, p.48)

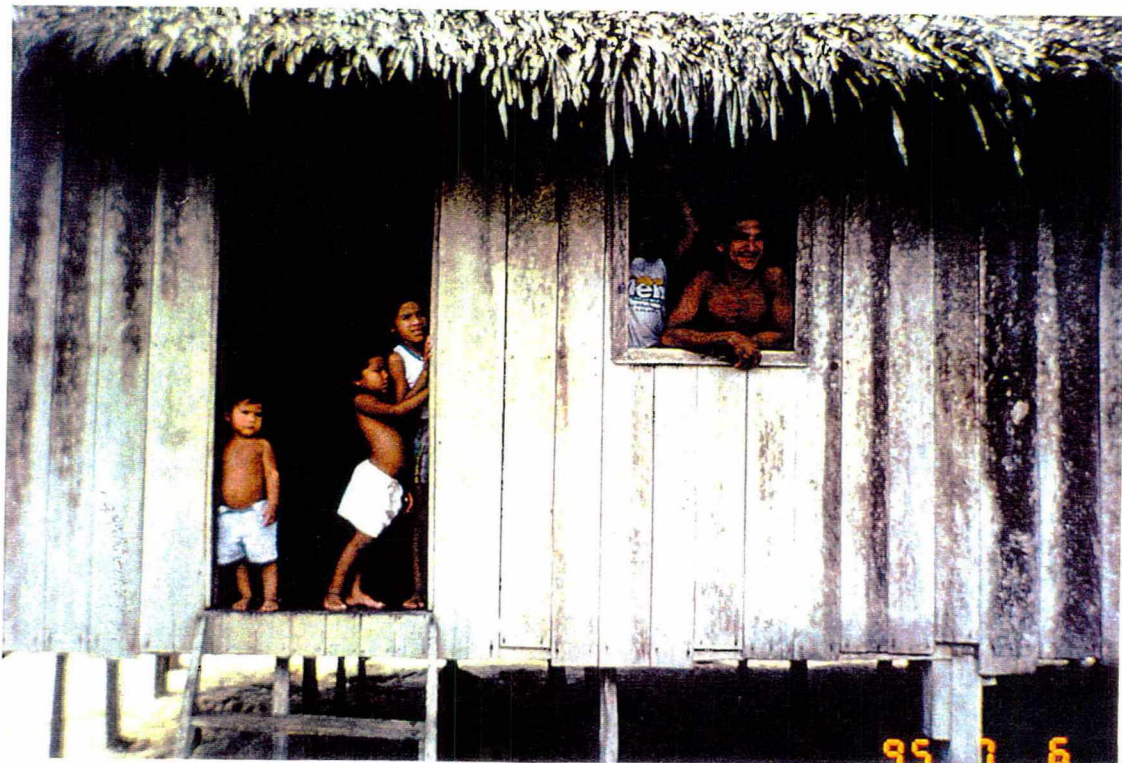
D. Ozélia (ao lado) é rezadeira, assim como D. Esmeralda (abaixo), também conhecida parteira. Seu João Cunha, D. Calô, D. Mariana, Seu Joaquim Cunha. Rezadores, curadores, parteiras, são eles que acodem as espinhelas caídas, peito aberto, mal de reza, mal de mulher, dor de dente, dor na goela, zipra, vermelha, cobreiro, quebrante. E os partos fáceis e difíceis dos muitos filhos dos seringais.







As casas, ao longo das margens dos rios, são feitas da palmeira paxiúba e cobertas com palhas. Geralmente abrigam famílias grandes em uma cozinha, um quarto e uma sala. Para dormir, cada um estende sua rede pelos cômodos da casa. Mais raramente são feitas casas de madeira serrada e cobertas com palha ou zinco. A casa do Carneiro (abaixo), fica em um “centro”, longe da margem do rio Tejo quase uma hora de caminhada. Tudo precisa ser levado nas costas.





D. Maria Genoca (ao lado) e D. Mariana foram duas de minhas entrevistadas, guias nesta viagem, junto com tantos outros que nos receberam em suas casa, nos alimentaram e nos protegeram. Pessoas que sabem sorrir, contar histórias, cantar. Que mesmo vivendo num lugar tão inacessível e esquecido, ajudam a construir o sonho de convivência sustentável da sociedade humana com a natureza.

A foto de D. Mariana (abaixo), que aparece com um de seus netos, foi tirada por Mariana Pantoja Franco.



## FONTES E BIBLIOGRAFIA

### 1. Entrevistas:

As seguintes entrevistas foram realizadas no ano de 1995, na Reserva Extrativista do Alto Juruá e em Cruzeiro do Sul :

- Antônia Conceição Pereira, em Cruzeiro do Sul, no dia 05/12/1995.
- Antônio Francisco de Paula na Base de Pesquisa, Rio Tejo, Reserva Extrativista do Alto Juruá, no dia 19/05/1995, com a participação de Maria Gabriela Jahmel de Araújo e Ruy Ávila Wolff.
- Calorinda Pereira de Moura, no batelão do Projeto de Pesquisa na Foz do Tejo, no dia 14/06/1995 com a participação de Maria Gabriela Jahmel de Araújo.
- Débora Sylvia Lima Dene nos dias 21/07/1995 e 06/12/1995 em Cruzeiro do Sul.
- Dulce de Souza Lima, em Cruzeiro do Sul, no dia 02/09/1995.
- Esmeralda Barbosa de Melo, na casa da mesma, Foz do Tejo, em 27/4/1995.
- Francisca Cunha (D. Chiquinha), na Prainha - Rio Tejo, no dia 18/06/1995.
- Francisca Nobre de Melo, mais conhecida como D. Aci, na residência da mesma na Boa Vista, rio Tejo, em 28/03/1995, por Cristina Scheibe Wolff.
- Francisca Gomes de Oliveira, colocação Duas Bocas, Igarapé São João, no dia 06/05/1995.
- Gisalda Mariano Coelho, em Cruzeiro do Sul, no dia 03/08/1995.
- João Cunha, Etelvino Farias e Joaquim Cunha, em 15/06/1995, na Foz do Tejo, com a participação de Chico Ginu, Antônio Alemão e Antônio Caxixa.
- José Conceição, mais conhecido como Zé Paraíba, de 70 anos, realizada no dia 12/03/1995, na Base de Pesquisa, Rio Tejo, com a participação de Ruy Ávila Wolff e José Virgílio de Andrade.
- José Rubens Pinheiro e Aldeni de Souza, na Foz do Caipora, no dia 08/05/1995, com a participação de Edir e Antônio Jorge Ferreira Borges (Baixinho).
- Maria do Carmo Ribeiro, na casa da mesma, Cruzeiro do Sul, em 23/07/1995, por Cristina Scheibe Wolff.
- Nilza Maria do Nascimento (Maria Genoca), Restauração - Rio Tejo, no dia 18/11/1995.

- Maria Feitosa do Nascimento (D. Mariana), na Foz do Machadinho, 14/11/95 com a participação de Silene, Milton Gomes da Conceição e Ruy Ávila Wolff.
- Maria Pereira do Nascimento (D. Mariquinha) e Francisco Epifânio do Nascimento, Vila Restauração, 23/11/95, com a participação de Ruy Ávila Wolff e José Virgílio de Andrade.
- Nazaré de Mello Sarah, em Cruzeiro do Sul, no dia 01/08/1995.
- Osvaldo Nogueira de Holanda, mais conhecido como Osvaldo Eufrásio, e Elisiário Salles no dia 12/06/1995, na residência do Sr. Elisiário Salles, com a participação de Ruy Ávila Wolff.
- Ozélia Bezerra do Nascimento, Restauração -Rio Tejo, 25/10/1995.
- Padre Trindade, em Cruzeiro do Sul, no dia 18/07/1995.
- Pedro Ribeiro dos Santos, na Foz do Tejo, em 28/11/95.
- Raimunda Gomes da Conceição, 81 anos, em 03/03/1995, na Vila da Restauração, Reserva Extrativista do Alto Juruá, por Cristina Scheibe Wolff.
- Zuleide Pinheiro Freire, na residência da entrevistada, no dia 17/02/95, em Cruzeiro do Sul, com a participação de Antônio Rosinildo Santana de Souza.

Também foram utilizadas as seguintes entrevistas:

- Débora Sylvia Lima Dene, realizada por Edilene Coffaci de Lima.
- Débora Sylvia Lima Dene, realizada por Mariana Pantoja Franco em janeiro de 1996.
- Maria Feitosa do Nascimento (D. Mariana), realizada por Mariana Pantoja Franco em setembro de 1994.
- Milton Gomes da Conceição realizada por Mariana Pantoja Franco em setembro de 1994.

## **2. Fórum Municipal de Cruzeiro do Sul**

Processos Criminais envolvendo mulheres- 1904 a 1945

Processos Cíveis envolvendo mulheres(inventários, habilitações de casamento, tutela, ações executivas, etc.) - 1904 a 1945.

## **3. Revista**

Revista Via Láctea, Cruzeiro do Sul, 01/01/1926, n ° 1. (Acervo da Biblioteca Municipal de Cruzeiro do Sul)

#### 4. Jornais

##### O Estado - Cruzeiro do Sul.

(Acervo do Sr. Waldenor Jardim Alves Ferreira, no Fórum Municipal de Cruzeiro do Sul)

1919 - n° 168, 170 e 171

1923 - n° 315

##### O Juruense - Cruzeiro do Sul.

(Acervo do Sr. Waldenor Jardim Alves Ferreira, no Fórum Municipal de Cruzeiro do Sul) -

1919- n° 129

1921- n° 179

1922- n° 207

##### O Cruzeiro do Sul - Cruzeiro do Sul.

(Acervo do Sr. Waldenor Jardim Alves Ferreira, no Fórum Municipal de Cruzeiro do Sul)

1914 - n° 360, 370 e 403

1915 - n° 420, 429 e 456

1916 - n° 472

1917 - n° 519 e 542.

(Acervo Particular de D. Lindaura)

1906 - n° 23

1907 - n° 27, 28 e 29

1914 - n° 330 e 379

##### O Rebate - Cruzeiro do Sul.

(Acervo do Sr. Waldenor Jardim Alves Ferreira, no Fórum Municipal de Cruzeiro do Sul)

1923 - n° 58

1924 - n° 78 e 88

1925 - n° 97, 99 e 101

1928 - n° 168, 178, 187 e 213

1929 - n° 225

1930 - n° 288, 307 e 311

1932 - n° 388

1938 - n° 643 e 646

1939 - n° 653

## 5. Bibliografia

AGASSIZ, Luiz e CARY, Elizabeth. Viagem ao Brasil (1865-1866). Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1975.

ALEGRETTI, Mary Helena. Reservas Extrativistas: parâmetros para uma política de desenvolvimento sustentável na Amazônia. In: ARNT, Ricardo (ed.). O destino da Floresta: reservas extrativistas e desenvolvimento sustentável na Amazônia. Rio de Janeiro: Relume-Dumará; Curitiba: Instituto de Estudos Amazônicos e Ambientais, Fundação Konrad Adenauer, 1994. p.17-48.

ALMEIDA, Mauro William Barbosa de. Rubber Tappers of the Upper Juruá River, Brazil. The making of a Forest Peasant Economy. Cambridge, 1992. Dissertation to the Ph. D. degree - University of Cambridge.

ALMEIDA, Miguel Vale de. Senhores de Si. Uma interpretação antropológica da masculinidade. Lisboa: Fim de Século, 1995.

ANDRADE, Onofre de. Amazonia. Esboço histórico, Geographia Physica, Geographia Humana e Ethnographia do Rio Juruá. Maceió: Off. Graph. da Casa Ramalho, 1937.

ANTONACCI, Maria Antonieta. Cultura, trabalho, meio ambiente: estratégias de “empate” no Acre. Revista Brasileira de História. Vol. 14, n° 28, 1994. p. 247-267.

AQUINO, Terri Valle de. Kaxinawá: de seringueiro caboclo a peão “acreano”. Brasília: UnB, (Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília), mimeo, 1977.

AQUINO, Txai Terri Valle de e IGLESIAS, Marcelo Piedrafita. Kaxinawá do rio Jordão: história, território, economia e desenvolvimento sustentado. Rio Branco: Comissão Pró-Índio do Acre, 1994.

ARAÚJO, Antonio José de. Cartas do Acre. Rio de Janeiro: Ty. do Jornal do Comércio, 1910.

- ARENDDT, Hannah. Sobre a violência. Trad. André Duarte. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- ARNT, Ricardo (ed.). O destino da Floresta: reservas extrativistas e desenvolvimento sustentável na Amazônia. Rio de Janeiro: Relume-Dumará; Curitiba: Instituto de Estudos Amazônicos e Ambientais, Fundação Konrad Adenauer, 1994.
- AVÉ-LALLEMANT, Robert. No rio Amazonas. (1859) Trad. Eduardo de Lima Castro. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1980.
- BARROS, Glimes Rego. Nos confins do extremo oeste. vol. I “A presença do capitão Rego Barros no Alto Juruá (1912-1915)”, vol. II “O alvorecer do poente acreano”. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1993.
- BARROSO, Gustavo. À margem da História do Ceará. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1962.
- BASTOS, Abguar. Certos caminhos do mundo. (romance do acre). Rio de Janeiro: Hersen, s/d.
- BATES, Henry W. Um naturalista no rio Amazonas. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1979.
- BAUM, Vicki. A árvore que chora. O romance da borracha. Porto Alegre: Globo, 1946.
- BENCHIMOL, Samuel. P. O cearense na Amazônia. Inquérito antropogeográfico sobre um tipo de imigrante. Rio de Janeiro: Edigraf, 1965. (Col. Araújo Lima).
- BENCHIMOL, Samuel. Romanceiro da Batalha da Borracha. Manaus: Imprensa Oficial, 1992.
- BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. Obras Escolhidas. Magia e técnica, arte e política. 4º ed., São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 222-232.
- BERMAN, Marshall. Tudo que é sólido desmancha no ar. A aventura da modernidade. Trad. Carlos F. Moisés e Ana M. L. Ioriatti. São Paulo: Cia das Letras, 1986.
- BRANCO SOBRINHO, José Moreira Brandão Castello. O Juruá Federal. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Tomo Especial. Congresso Internacional de História da América (1922), vol. IX, 1930, p. 587-722.
- BRANCO, José Moreira Brandão Castello. O gentio acreano. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, vol. 207, abr-jun 1950, p. 3 - 78.
- BRANCO, José Moreira Brandão Castello. Acreânia. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, vol. 240, jul-set 1958, p. 3 -83.

- BRANCO, José Moreira Brandão Castello. O povoamento da Acreania. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, vol. 250, jan-mar 1961, p.118-256.
- BRUNO, Ernani Silva. Os rios e a floresta, Amazonas e Pará. São Paulo: Cultrix, 1958.
- BRUSCHINI, Cristina. Trabalho Feminino: trajetória de um tema, perspectivas para o futuro. Estudos Feministas. vol.2, n. 3, 1994, p. 17-32.
- BRUSCHINI, M. Cristina A. e ROSEMBERG, Fúlvia (org.) Trabalhadoras do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- BURKE, Peter.(org.) A Escrita da História . São Paulo: UNESP, 1992.
- CABRAL, Alfredo Lustosa. Dez anos no Amazonas. (1897-1907). 2 ed., Brasília: Senado Federal, 1984. (1949).
- CASTRO, Ferreira de. A Selva. 37 ed. Lisboa: Guimarães, 1989.
- CERTEAU, Michel de. A invenção do cotidiano. Artes de fazer. Trad. Ephraim F. Alves. Petrópolis: Vozes, 1994.
- CHALHOUB, Sidney. Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- CHANDLESS, W. Notes of a journey up the river Juruá. The Journal of the Royal Geographical Society. vol. 39, 1869,p. 296-311.
- COSTA, Craveiro. A conquista do deserto ocidental. 2 ed. São Paulo: Nacional; Brasília: INL, 1973.
- CROMBERG, Renata Udler. A cena incestuosa: o problema da vitimização. In: BRUSCHINI, C. e SORJ, B. Novos olhares: mulheres e relações de gênero no Brasil. São Paulo: Marco Zero: Fundação Carlos Chagas, 1994, p. 251-266.
- CUNHA, Euclides da. Os Sertões. Campanha de Canudos. 36 ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.
- CUNHA, Euclides da. À Margem da História. Rio de Janeiro: Lello Brasileira, 1967 (1909).
- CUNHA, Euclides da. Um Paraíso Perdido. Ensaios, estudos e pronunciamentos sobre a Amazônia. (organização, introdução e notas de Leandro Tocantins). 2 ed., Rio de Janeiro: José Olympio, 1994.
- CUNHA, Manuela Carneiro da. Antropologia do Brasil. São Paulo: Brasiliense/EDUSP, 1986.



- D'INCAO, Maria Ângela. Mulher e família burguesa. In: PRIORE, Mary Del (org.) História das mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 1997. p. 223-240.
- D'INCAO, Maria Ângela. Sobre o amor na fronteira. In: ÁLVARES, M. L. M. e D'INCAO, M. A. (org.) A mulher existe? Uma contribuição ao estudo da mulher e gênero na Amazônia. Belém: GEPEM/ Museu Goeldi/CNPq, 1995. (Coleção Eduardo Galvão)
- DAVIS, Natalie Zemon. Culturas do povo. Sociedade e cultura no início da França moderna. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- DEAN, Warren. A luta pela borracha no Brasil: um estudo de história ecológica. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Nobel, 1989.
- DESCOLA, Philippe. La nature domestique. Paris: Editions de la Maison des Sciences de L'Homme, 1986.
- DIAS, Maria Odila L. da S. Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX. 2 ed. rev. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Teoria e método dos estudos feministas: perspectiva histórica e hermenêutica do cotidiano. In: COSTA, A de O. e BRUSCHINI, C. (org.) Uma questão de gênero. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, São Paulo: Fund. Carlos Chagas, p. 39-53, 1992.
- DIEGUES, Antônio Carlos. O mito moderno da natureza intocada. São Paulo: Hucitec, 1996.
- DONZELOT, Jacques. A polícia das famílias. Trad. Maria T. C. Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1980.
- DOYLE, Sir Arthur Conan. O mundo perdido. 2 ed. São Paulo: Melhoramentos, [1912].
- ESTEVES, Marta de Abreu. Meninas perdidas. Os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da *Belle Epoque*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- FALCI, Miridan Knox. Mulheres do sertão nordestino. In: PRIORE, Mary Del (org.) História das Mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 1997. p. 241-277.
- FAUSTO, Boris. Crime e cotidiano. A criminalidade em São Paulo (1880-1924). São Paulo: Brasiliense, 1984.
- FERREIRA DA SILVA, Moacir Fecury. A emigração nordestina para a Amazônia em 1877: uma tentativa de colonização pela administração provincial. Rio Branco: Artes Gráficas Dois Oceanos, 1977.



- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Novo Dicionário da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, s/d.
- FERREIRA, Manuel Rodrigues. Selvas amazônicas... São Paulo: Biblos, 1961.
- FONSECA, Cláudia. La violence et la rumeur: le code d'honneur dans un bidonville brésilien. Les Temps Modernes. 40 Année, n 455, juin 1984, p. 2192-2235.
- FOSTER, Thomas. History, critical theory and women's social practices: "Women's Time" and "Housekeeping". Signs. Journal of women in culture and society. v. 14, n 1, 1988.
- FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir. História da violência nas prisões. 7 ed. Trad. Maria L. P. Vassalo. Petrópolis: Vozes, 1987.
- FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. Homens livres na ordem escravocrata. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 1969.
- FRANCO, Mariana Pantoja. Seringueiros e cooperativismo: o fetichismo das "mercadorias nos seringais do Alto Juruá. in: MEDEIROS, L. et al. (org.) Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar. São Paulo: UNESP, 1994, p. 187-203
- FRANCO, Mariana Pantoja. Histórias da Ivanilde no Alto Juruá. Revista Cadernos de Pagu. Unicamp, 1997. (no prelo)
- FREIRE, Dr. Victoriano. Território do Acre. A vida nos seringais. A pseudo escravidão dos seringueiros. Bahia: Oficinas dos dois mundos, 1913.
- FREYRE, Gilberto. Casa Grande e Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 29 ed. Rio de Janeiro: Record, 1994.
- FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil. 6. ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964 (1959).
- GADAMER, Hans Georg. Verdad y Método. Fundamentos de una hermenéutica filosófica. 4 ed., Salamanca: Ediciones Sígueme, 1991.
- GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989.
- GINSBURG, Carlo. O queijo e os vermes. São Paulo: Cia das Letras, 1987.
- GIRÃO, Raimundo. Pequena História do Ceará. Fortaleza: Editora Batista Fontenele, 1953.
- GONÇALVES, Carlos Walter Porto. Paixão da Terra: Ensaios críticos de Ecologia e Geografia. Rio de Janeiro: Rocco-Sociil, 1984.

- GONÇALVES, Carlos Walter Porto. Os (des)caminhos do meio ambiente. São Paulo: Contexto, 1989.
- GONÇALVES, Carlos Walter Porto. Amazônia: ecologia, democracia e soberania. Contribuição para uma reflexão crítica. GEOSUL, n. 8, 2º semestre de 1989. p. 48-77.
- GONÇALVES, Marco Antônio (org.). Acre: história e etnologia. Rio de Janeiro: Núcleo de Etnologia Indígena, LPS/IFCS/UFRJ/ Fund. Universitária José Bonifácio, 1991.
- GONDIM, Neide. A invenção da Amazônia. São Paulo: Marco Zero, 1994
- GOW, Peter. Of Mixed Blood. Kinship and History in Peruvian Amazonia. Oxford: Clarendon Press, 1991.
- GREGORI, Maria Filomena. As desventuras do vitimismo. Estudos Feministas, 1993(1): 143-149.
- GROSSI, Míriam Pillar. Pancada de amor não dói? (Versão Preliminar) Apresentado no Seminário: Fazendo Gênero na UFSC: Um encontro interdisciplinar. Mesa redonda: Violência e Representação, no dia 17/05/1996.
- GUEDES, Mário. Os seringas: pequenas notas. Rio de Janeiro: Martin de Araujo, 1914.
- GUERRA, Antônio Teixeira. Estudo Geográfico do Território do Acre. Rio de Janeiro: IBGE, 1955.
- HAKIKI-TALAHITE, Fatiha. Por uma problemática do processo de trabalho doméstico. In: KARTCHEVSKY-BULPORT, A. et alii. O sexo do trabalho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. p. 95-112.
- HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo: Vértice, 1990.
- HARDING, Sandra. A instabilidade das categorias analíticas nas teoria feminista. Estudos Feministas. Rio de Janeiro, vol. 1, n. 1, p. 7-31, 1º semestre de 1993.
- HARVEY, David. Condição pós-moderna. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. Trad. Adail U. Sobral e Maria S. Gonçalves. 2 ed. São Paulo: Loyola, 1993.
- HEKMAN, Susan J. Hermenêutica e Sociologia do Conhecimento. Lisboa: Edições 70, s/d.

- HEMMING, John. Amazon frontier: the defeat of Brazilian Indians. Cambridge, Mass: Harvard Univ. Press, 1987.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. Caminhos e Fronteiras. 2ª ed. ilustrada. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. Visão do Paraíso. Os motivos edênicos do descobrimento e colonização do Brasil. 5 ed. São Paulo: Brasiliense, 1992.
- IBGE. Enciclopédia dos Municípios Brasileiros. Vol. XIV. Rio de Janeiro: IBGE, 1957.
- IMAC - Secretaria de Meio Ambiente do Acre. Atlas Geográfico Ambiental do Acre. Rio Branco, 1991.
- JACOBSON, Jodi L. Desarrollo y diferencias de género. In: BROWN, Lester, La situación en ele mundo. Un informe del Worldwatch Institut sobre desarrollo y medio ambiente. Buenos Aires: Ed. Sul Americana, 1993, p. 111-138.
- KAINER, Karen A. e DURYEYEA, Mary L. Aproveitando a sabedoria das mulheres: o uso de recursos florísticos em reservas extrativistas. mimeo. Rio Branco, PESACRE. (Publicado em inglês, em 1992, Economic Botany 46(4):408-25.)
- KARTCHEVSKY-BULPORT, Andrée et al. O sexo do trabalho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- KOSTER, Henry. Viagens ao Nordeste do Brasil. Trad. e notas Luiz da Câmara Cascudo. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942. (Brasiliana, 221)
- LABRE, Antônio Rodrigues Pereira. Itinerário de exploração do Amazonas à Bolívia. Belém: Typ. d' "A Província do Pará", 1887.
- LAGE, Sandoval. Quadros da Amazônia. 1944. S/ local de edição.
- LAGROU, Elsie Maria. Uma etnografia da cultura Kaxinawá: entre a cobra e o Inca. (Dissertação de mestrado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFSC) Florianópolis: UFSC, mimeo, 1991.
- LARAIA, Roque de Barros e DA MATTA, Roberto. Índios e Castanheiros. A empresa extrativa e os índios do Médio Tocantins. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- LAURETIS, Teresa de. A tecnologia do gênero. In: HOLANDA, Heloísa Buarque de. (org.) Tendências e Impasses. O feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p 206-242.

- LEITE, Míriam Moreira. (org.) A condição feminina no Rio de Janeiro, século XIX: antologia de textos de viajantes estrangeiros. São Paulo: Hucitec; Brasília: INL/Pró-Memória, 1984.
- LENHARO, Alcir. Colonização e trabalho no Brasil: Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste. Os anos 30. 2 ed. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1986.
- LIMA, Cláudio de Araújo. Amazônia: a terra e o homem. 3 ed. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1945.
- LIMA, Cláudio de Araújo. Coronel de Barranco. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970. (romance)
- LIMA, Cláudio de Araújo. Uma heroína acreana. Revista A Selva, n.4, Manaus, março, 1947. (1 p.)
- LIMA, Edilene Coffaci de. Katukina: história e organização social de um grupo Pano do Alto Juruá. São Paulo: USP, 1994. (Dissertação de Mestrado).
- LIMA, Francisco Peres de. Folklore Acreano. Rio de Janeiro: Tipografia Batista de Souza, s/d.
- LIMA, Sílvio Rodrigues e LIMA, Rubens Rodrigues. Em memória de Mâncio Lima. Brasília, s/ed., 1984.
- LOBO, Elizabeth Souza. O trabalho como linguagem: o gênero do trabalho. In: COSTA, A. O. e BRUSCHINI, C. Uma questão de gênero. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992. p. 252-265.
- LOUREIRO, Antônio José Souto. A Gazeta do Purus. 2 ed. Manaus: Imprensa Oficial, 1986.
- MAGALHÃES, Cel. Amilcar A. B. de. Impressões da Comissão Rondon. 5 ed. Ilustrada, actualizada e augmentada, São Paulo: Cia Editora Nacional, 1942. (Brasiliana v. 211)
- MAIA, Álvaro. Defumadores e Porongas. Manaus: Governo do Estado do Amazonas, 1966.
- MAIA, Mário. Rios e barrancos do Acre. 3 ed. ed. do autor. 1978.
- MAIER H., Elizabeth. Por un análisis bisexuado de la problemática ecológica. Relaciones. Estudios de Historia y Sociedad. n ° 60, vol. XVI, otono de 1994. México. Publicado por el Colegio de Michoacán, p. 95-121.
- MALUF, Marina. Ruidos da memória. São Paulo: Siciliano, 1995.

- MARQUES, Ana Cláudia Duarte Rocha. Domínios de Lampião. Nomadismo e reciprocidade. Florianópolis: UFSC, 1995. (Dissertação de Mestrado)
- MARTINELLO, Pedro. A “Batalha da Borracha” na Segunda Guerra Mundial e suas consequências para o vale amazônico. Rio Branco: UFAC, 1988. (Cadernos UFAC, série “C”, n. 1)
- MELLO, Alcino Teixeira de. Nordestinos na Amazônia. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Imigração e Colonização, 1956.
- MENDES, Margarete Kitaka. Etnografia Preliminar dos Ashaninka da Amazônia Brasileira. São Paulo: USP, 1991. (Dissertação de Mestrado)
- MENDONÇA, Belarmino. Reconhecimento do rio Juruá, 1905. Belo Horizonte: Itatiaia; Acre: Fundação Cultural do Estado do Acre, 1989. (Coleção Reconquista do Brasil. 2 série; v. 152)
- MENDONÇA, Luciana F. M. e PIERO, Maria Clara Di. Histórias do Alto Juruá. São Paulo: ASAREAJ, CEDI, NHI-USP, 1993.
- MENEZES, Djacir. O outro Nordeste. Ensaio sobre a evolução social e política do Nordeste da Civilização do Couro e suas implicações históricas nos problemas gerais. 2ª ed., Rio de Janeiro: Artenova, 1970.
- MORAES, Raymundo. O meu dicionário de cousas da Amazônia. 2 vols. Rio de Janeiro: Alba, 1931.
- MORÁN, Emílio F. A Ecologia Humana das Populações da Amazônia. Petrópolis: vozes, 1990.
- MURPHY, Yolanda e MURPHY, Robert. Women of the Forest. New York: Columbia University, 1974.
- NÉRI, Barão de Santana. O país das amazonas. trad. Ana Mazur Spira. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1979.
- OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. “O nosso governo”: os Ticuna e o regime tutelar. São Paulo: Marco Zero; Brasília: MCT/CNPq, 1988.
- OLIVEIRA, José Coutinho de. Folclore Amazônico. Lendas. Vol. I. Belém: Ed. São José, 1951.
- OLIVEIRA, Luiz Antônio Pinto de. O sertanejo, o brabo e o posseiro. (Os cem anos de andanças da população acreana). Rio Branco: Secretaria de Planejamento e Coordenação, 1985.

- PEDRO, Joana Maria. Mulheres honestas e mulheres faladas: uma questão de classe. Papéis sociais femininos na cidade de Desterro/Florianópolis (1880-1920). Florianópolis: UFSC, 1994.
- PEDRO, Joana Maria. Relações de gênero na pesquisa histórica. Revista Catarinense de História. Florianópolis, n. 2, p. 35-44, 1994.
- PERROT, Michelle. Os Excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros. Trad. Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- PERROT, Michelle. Práticas da memória feminina. Revista Brasileira de História. v. 9, n. 18, ago-set/1989, p. 09-18.
- PINHEIRO, Aurélio. À margem do Amazonas. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1937. (Brasiliana, v. 86)
- PINTO, Maria Inez M. Borges. Cotidiano e sobrevivência: a vida do trabalhador pobre na cidade de São Paulo, 1890 a 1914. São Paulo: USP, 1984. Tese (Doutorado em História) - Universidade de São Paulo, 1984.
- PITT-RIVERS, J. A. The people of the Sierra. London: Weidenfeld and Nicolson, 1954.
- PITT-RIVERS, Julian. Antropologia del honor o política de los sexos. Ensayos de antropología mediterránea. Traducción castellana de Carlos Manzano. Barcelona: Crítica, 1979.
- PRADO, Maria Lígia Coelho e CAPELATO, Maria Rolim. A borracha na economia brasileira da Primeira República. in: FAUSTO, Boris. O Brasil Republicano. São Paulo: Difel, s/d. v.1.
- PREFEITURA DO ALTO JURUÁ. Primeiro relatório semestral apresentado ao Exmo. Sr. Dr. José Joaquim Seabra, Ministro da Justiça e negócios Interiores pelo Coronel do Corpo de Engenheiros Gregório Thaumaturgo de Azevedo. Prefeito do Departamento. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1905.
- PREFEITURA DO ALTO JURUÁ. Relatório do Primeiro Semestre de 1906 apresentado ao Exmo. Snr. Dr. Felix Gaspar de Barros e Almeida, Ministro da Justiça e Negócios Interiores pelo Coronel do Corpo de Engenheiros Gregório Thaumaturgo de Azevedo. Prefeito do Departamento. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1906.
- PRIORE, Mary Del (org.) História das Mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 1997.

- RAGO, Margareth. Os prazeres da noite. Prostituição e códigos de sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- RANCY, Cleusa M. D. Raízes do Acre. (1870 - 1912). Acre: Governo do Estado do Acre, 1986.
- RANGEL, Alberto. Inferno Verde. Scenas e Scenarios do Amazonas. Genova: Cliches Celluloide Bacigalupi, 1908.
- REIS, Arthur Cezar Ferreira. O seringal e o seringueiro. Rio de Janeiro: Serviço de Informação Agrícola, 1953. (Documentário da vida rural n° 5).
- Revista Estudos Feministas. Dossiê Mulher e Violência. vol.1, n. 1, 1993. p. 135 - 176.
- ROSS, Eric Barry. Food taboos, diet and hunting strategy: the adaptation to animals in amazon cultural ecology. Current Anthropology, vol. 19, n. 1, March 1978, p. 1-36.
- RUBIN, Gayle. The traffic in women: notes on the political economy of sex. In: REITER, R. Towards an anthropology of women. New York: Monthly Review Press, 1975.
- SAHLINS, Marshall. Ilhas de História. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.
- SAMUEL, Raphael. História local e história oral. Revista Brasileira de História, v. 9, n. 19, set. 89/fev. 90, p. 219-243.
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação e Realidade. Porto Alegre, vol. 15, n. 2, p. 5-22, jul./dez., 1990.
- SCOTT, Joan. História das Mulheres. in: BURKE, Peter.(org .) A Escrita da História . São Paulo: UNESP, 1992.
- SERAINÉ, Florival. Folclore Brasileiro. Ceará. Rio de Janeiro: FUNARTE, s/d.
- SEVCENKO, Nicolau. Orfeu extático na metrópole. São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo: Cia das Letras, 1992.
- SEYFERTH, Giralda. Nacionalismo e identidade étnica. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1981.
- SHIVA, Vandana. Abrazar la vida. Mujer, ecologia y supervivencia. Madrid: horas y HORAS, 1995.(1988).
- SILVA, Moacyr Fecury Ferreira da. Emigração Nordestina para a Amazônia em 1877: uma tentativa de colonização pela administração provincial. Rio Branco: Artes Gráficas Dois Oceanos, 1977.

- SIMONIAN, Lígia T.L. Mulheres seringueiras na Amazônia Brasileira. Uma vida de trabalho silenciado. In: ÁLVARES, M.L.M e D'INCAO, M.A . (org.) A mulher existe? Uma contribuição ao estudo da mulher e gênero na Amazônia. Belém: GEPEN/Museu Goeldi/CNPq, 1995. p. 97-115.
- SMITH, Anthony. Os Conquistadores do Amazonas. Trad. Maria T. M. Cavallari. São Paulo: Best Seller, s/d.
- SOARES, Luiz Eduardo. Hermenêutica e Ciências Humanas. Estudos Históricos, v.1, 1988. p.100-142.
- SOIHET, Rachel. Condição feminina e formas de violência. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.
- SORJ, Bila. O feminino como metáfora da natureza. Estudos Feministas ,vol. 0, n. 0, Rio de Janeiro, p.143-150,1992.
- SOUZA FILHO, José Hígino. O trabalho vence tudo. Brasília: do autor, 1992.
- SÜSSEKIND, Flora. O Brasil não é longe daqui: o narrador, a viagem. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- TASTEVIN, R. P. En Amazonie. Sur le Moa, aux limites extrêmes du Brésil et du Pérou. Missions Catholiques, t. XLVI: 502-504; 514-516; 526-528; 537-539; 550-552; 559-561. 1914.
- TASTEVIN, Pe. Constant. En Amazonie. Les Missions Catholiques. 56(9-11), 57 (20-23), 1914.
- TASTEVIN, C. Quelques considerations sur les indiens du Juruá. Bulletin et memoires de la Societé d'Anthropologie de Paris Seance du 6 novembre 1919. p. 144-154.
- TASTEVIN, C. e RIVET, P. Les tribus indiennes des bassins du Purús, du Juruá et des régions limitrophes. La Geographie, T. XXXV, n. 5, 1921, p. 449-482.
- TASTEVIN, R. P. Constant. Chez les indiens du Haut-Juruá. Missions Catholiques, t. LVI: 65-67; 78-80; 90-93; 101-104. 1924.
- TASTEVIN, Constant. Amazonie. Les Kachinawas mangeurs de cadavres. Annales Apostoliques. Sep.-Oct. 1925, p. 147-153.
- TASTEVIN, C. Le fleuve Muru. La Geographie, T. XLIII, 1925 , p. 400-422.
- TASTEVIN, C. Le Haut Tarauacá. La Geographie. T XLV, 1926. p. 34-54.
- TASTEVIN, C. Le "Riozinho da Liberdade". La Geographie. T. XLIX, 1929, p. 205-215.



- THEOPHILO, Rodolpho. História da seca no Ceará (1877-1880). Fortaleza: Typografia do Libertador, 1883.
- THOMPSON, E. P. A miséria da teoria ou um planetário de erros. Uma crítica ao pensamento de Althusser. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- THOMPSON, E. P. A formação da classe operária inglesa. 3 vol. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- THOMPSON, Paul. A voz do passado. História Oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- TILLY, Louise A. and SCOTT, Joan W. Women, work and family. New York/London: Methuen, 1987.
- TOCANTINS, Leandro. Formação histórica do Acre. 2 vols. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL/Conselho Federal de Cultura; Rio Branco: Governo do Estado do Acre, 1979.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE/ PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL. A cidade de Cruzeiro do Sul - Revisitando o Juruá. Rio Branco: Gráfica Estrela, 1994.
- VERNEAU, D. R. Contribution a l'étude ethnographique des indiens de l'Amazonie. (D'après les documents recueillis par le p. Tastevin). L'Anthropologie. T. XXXI, 1921, p. 255-278.
- WAGLEY, Charles. Uma Comunidade Amazônica. 3 ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1988 (1953).
- WALLACE, Alfred Russel. Viagem pelos rios Amazonas e Negro. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1979.
- WEINSTEIN, Bárbara. A borracha na Amazônia: expansão e decadência. (1850-1920). Trad. Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Hucitec: EDUSP, 1993.
- WILLEMS, Emílio. Assimilação e populações marginais no Brasil. Estudo sociológico dos imigrantes germânicos e seus descendentes. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940.
- WOLFF, Cristina Scheibe. As mulheres da colônia Blumenau. Cotidiano e trabalho. 1850-1900. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1991. (Dissertação de Mestrado).

- WOLFF, Cristina Scheibe. Relações de gênero e violência nos seringais do Alto Juruá - Acre. 1870-1945. Revista de Ciências Humanas. (Florianópolis), vol. 15, n. 21, abril de 1997. p. 91-108.
- WOORTMANN, Ellen F. Herdeiros, Parentes e Compadres. São Paulo: Hucitec; Brasília: Edunb, 1995.
- YANNOULAS, Sílvia Cristina. Iguais mas não idênticos. Estudos Feministas. Rio de Janeiro, vol. , n. 3, p. 7-16, 1º semestre de 1994.
- ZENHA, Celeste. Práticas da justiça no cotidiano da pobreza. Revista Brasileira de História, v. 5, n. 10, mar./ago. 1985, p. 123-146.

## **Índice de Mapas**

Mapa 1: Amazônia Brasileira	15
Mapa 2: O Território do Acre e sua divisão política em 1904, 1912 e 1940	16
Mapa 3: O Município de Cruzeiro do Sul em 1956	17

## **Índice de Quadros**

Quadro 1: Processos de Habilitação de Casamento motivados por defloramentos. Fórum Municipal de Cruzeiro do Sul	36
Quadro 2: Casamentos no Alto Juruá no ano de 1925	117
Quadro 3: Processos de pedido de tutela de menores índios - 1904-1945	186

## **Índice de Tabelas**

Tabela 1: Exportação de borracha silvestre amazônica, 1821-1947	105
Tabela 2: População do Território do Acre por municípios em 1920 e 1940 discriminada por sexo	107

## **Índice de Gráficos**

Gráfico 1: Produção de borracha no Brasil e na Ásia nos anos de 1905, 1913 e 1919	102
Gráfico 2: População de Cruzeiro do Sul em 1920 e 1940	148

## Índice de Figuras

1. Capa: Dona Raimunda Gomes da Conceição. Foto da autora.	01
2. Seringueiro	45
3. Gaiola - embarcação típica dos rios amazônicos	60
4. Barracão do Seringal Bagé	65
5. Barracão do Seringal Carlota	67
6. Barracão do Seringal Paraná da Viúva	69
7. Barraca de seringueiro	70
8. Moradores do Barracão Liberdade	72
9. Cruzeiro do Sul em 1907 ou 1908	90
10. Gaiola “Índio do Brasil”	101
11. Barracão do Seringal Fortaleza	104
12. Vila Thaumaturgo	112
13. Mulheres colhendo arroz	123
14. A farinhada	127
15. Caucheiro peruano e grupo de índios kampa (ashaninka)	160
16. Grupo de Kaxinawá dos rios Envira e Tarauacá	165
17. Jovem Amahuaca	166
18. A índia Marianna (Mariruni)	170
19. Grupo de Kaxinawá	182
20. Grupo de Kaxinawá de Tarauacá	187
21. Harmonia, na Boca do Moa	205
22. Damas da Sociedade Cruzeirense	210
23. Casamento de Oswaldo Hardemann e Alice Vasconcelos	
Pessoa em 1920	222
24. Capitão José Menescal de Vasconcelos e família	224
25. Casamento de Capitulina e Mário Lobão	229
26. Sede da Prefeitura do Departamento do Alto Juruá, ocupada atualmente pelo Fórum Municipal de Cruzeiro do Sul	247